

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

SUZIMARY SPECHT

O TERRITÓRIO DO MORANGO NO VALE DO CAÍ – RS:
Análise pela Perspectiva dos Sistemas Agroalimentares Localizados

Porto Alegre

2009

SUZIMARY SPECHT

**O TERRITÓRIO DO MORANGO NO VALE DO CAÍ – RS:
Análise pela Perspectiva dos Sistemas Agroalimentares Localizados**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert

**Série PGDR – Tese n° 24
Porto Alegre
2009**

S741t

Specht, Suzimary

O território do morango no Vale do Caí – RS : análise pela perspectiva dos sistemas agroalimentares localizados / Suzimary Specht. – Porto Alegre, 2009. 317 f. : il.

Orientador: Aldomar Arnaldo Rückert.

(Série PGDR-Tese, n. 24).

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Produção agrícola : Morango : Vale do Caí, Região (RS). 2. Sistema local de produção : Morango : Vale do Caí, Região (RS). I. Rückert, Aldomar Arnaldo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 338.439
332.133.2

SUZIMARY SPECHT

O Território do Morango no Vale do Caí – RS:
análise pela perspectiva dos Sistemas Agroalimentares Localizados

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 19 de agosto de 2009.

Orientador - Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert (Orientador)
Departamento de Geografia da UFRGS

Prof. Dr. José Marcos Froehlich
Departamento de Extensão Rural da UFSM

Prof. Dr. Renar João Bender
Departamento de Horticultura e Silvicultura da UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Departamento da Faculdade de Economia da UFRGS

Prof. Dr. Sergio Schneider
Departamento de Sociologia da UFRGS

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich – Suplente
Departamento da Faculdade de Economia da UFRGS

*Dedico esta tese à minha família,
de modo especial à meu pai Sérgio
e ao meu sogro Antônio que partiram
durante o tempo deste doutorado;
e as duas pessoas que são a
força e a razão da minha existência,
meu esposo Roni e nosso filho Hainer,
o grande presente de Deus que recebemos
no decorrer deste doutorado.*

*Esta tese não é só minha;
esta tese é de nós três.
Amo muito vocês.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a compreensão e o apoio das pessoas que contribuíram para a realização deste doutorado.

Inicialmente a presença de Deus, Nossa Senhora e do Divino Espírito Santo que sempre me iluminaram e transmitiram a força e a serenidade necessária.

De uma forma muito carinhosa aos meus dois amores. Ao Roni, meu esposo, companheiro, parceiro, amigo e co-orientador domiciliar desta tese. Palavras são muito pouco para expressar o quanto és importante para mim. Ao nosso filho Hainer, nosso tesouro precioso, que ainda no meu ventre, participou da pesquisa de campo, e depois de nascido, de congressos científicos. Não é a toa, que adoras mexer no computador, folhear livros e rabiscar papéis. Teu sorriso alegre, olhar singelo e jeitinho meigo e curioso ilumina minha vida, me inspira a caminhar, buscar sonhos, trilhar horizontes.

Aos meus pais Sérgio (*in memorian*) e Alaide que me ensinaram através de suas atitudes que a essência de uma pessoa é o amor e o aconchego da família. Vocês me ensinaram a batalhar e a lutar por meus sonhos. Eu sei que esta minha trajetória acadêmica sempre lhes foi motivo de orgulho. Tenho certeza, que de outra dimensão, paizinho, tu estás vibrando por esta conquista minha.

A Katiane, irmã, amiga, parceira. Quantas histórias vividas em família. Quanta vontade de estudar, quando viajávamos 150 km, todas as noites, de Salvador do Sul à São Leopoldo, para cursarmos nossa graduação. Quantas lembranças belas, de nossa convivência. Ao cunhado Tita, que veio abrilhantar nossa família, com sua presença. E a nossa princesinha Kainah, sobrinha e afilhada, que com seu olhar, sorriso maroto e linguajar apurado para uma criança de 1 ano e 9 meses, encanta a todos nós.

Aos meus sogros Antônio (*in memorian*) e Maria, que me acolheram como filha, e sempre torceram para que meus objetivos profissionais fossem alcançados. Tio Nico, sei que da dimensão em que estás, estás orgulhoso, por eu e o Roni sermos professores doutores.

Ao recém entrante na família, Vanin. Seu carinho de avô para com o Hainer, nos deixa muito felizes.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que juntamente com a Capes, propiciaram, ao longo de quatro anos, que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao doutorado, como aluna bolsista.

À coordenação do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, por sempre buscar a excelência e o rigor científico. A todos os professores do PGDR, que através de seus conhecimentos e ensinamentos, proporcionaram a transformação das minhas inquietações em pesquisa, resultando nesta tese. Aos funcionários do PGDR, pelo profissionalismo e competência.

De modo especial, ao meu orientador, professor Aldomar Rückert, pelo conhecimento e dedicação compartilhados, e por ter permitido no decorrer do doutorado, que eu mudasse meu objeto de pesquisa inicial, sobre as mesorregiões e os territórios rurais existentes no Rio Grande do Sul, para o estudo do Território do Morango do Vale do Caí, região esta que vem sendo o foco dos meus estudos desde a graduação em geografia.

Aos professores que participaram da banca de defesa do meu projeto – Prof. Dr. Álvaro Heidrich, Prof. Dr. Egon Roque Frohlich e Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi, pelas valiosas sugestões oferecidas à minha pesquisa.

Aos atores sociais entrevistados na pesquisa de campo, que gentilmente disponibilizaram seu tempo, experiências e conhecimentos. De modo especial aos produtores de morango convencional e orgânico, e ao Jacó Selbach, Leneu Blauth, associados da ECOMORANGO e extensionistas das EMATERs locais, que foram os primeiros contatados, quando da pesquisa exploratória, através do qual comecei a entender essa trajetória produtiva, que ao longo de 50 anos vem se conformando no “Território do Morango do Vale do Caí”.

Aos queridos colegas doutorandos da turma 2005: Tanice, Carmén, Mungói, Karen, Luis Fernando, Myrian, Tocha, Renildes, Flávia, Márcio, Emamnuel e Marcelo, com quem compartilhei muitos conhecimentos, dúvidas e saudosos momentos de confraternização, bem como os mestrandos da turma 2003, especialmente a Gisele, que se tornou uma grande amiga.

Aos colegas do grupo de pesquisa: Territorium, por propiciarem o contato necessário com a geografia, especialmente a Anelise e o Mungói, também colegas no PGDR.

Aos pesquisadores na área do morango: da EMBRAPA Clima Temperado, de Pelotas, e da EMBRAPA Uva e Vinho, de Bento Gonçalves, bem como aos técnicos da CEASA Porto Alegre, pelos dados e informações concedidas.

A todos os integrantes da grande família Hummes Specht Blume, e a todos meus amigos, pelo carinho sempre necessário e bem-vindo.

RESUMO

No intuito de entender como o processo produtivo do morango vem gerando um território, objetiva-se nesta pesquisa averiguar, como as abordagens do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados contribuem para a interpretação e análise das relações que ocorrem no Território do Morango, no Vale do Caí. Neste sentido é importante observar, tendo por referência os estudos sobre a abordagem do Território, como as relações de poder são manifestadas, independente da escala, gerando assimetrias e simetrias nas relações oriundas das apropriações dos recursos. Tal relação influencia na constituição da territorialidade e nas relações de proximidade. Este arcabouço analítico forma a tessitura de base para a combinação com a abordagem do SIAL, do qual deriva um desenho analítico. Além disto, é apresentado um panorama multiescalar para o entendimento do mercado do morango, bem como a caracterização da área de estudo. Neste contexto é contemplado o campo empírico, aplicando-se 64 entrevistas, com roteiros semiestruturados, a atores sociais envolvidos com a produção de morangos no Vale do Caí, especificamente nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí. A metodologia é baseada nas quatro dimensões do SIAL: histórica, técnica, institucional e alimentícia, que são o enredo para a apresentação dos resultados empíricos. Após, é feita a análise dos resultados com base nos objetos de investigação: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e formação de competências, e gestão dos recursos. A diversidade do processo produtivo levou à formação do Sistema Agroalimentar do Morango Convencional, que apresenta um estágio de desenvolvimento estável, e do Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico, que apresenta um estágio de desenvolvimento crescente. No SIAL do Morango Convencional a proximidade territorial é um fator pouco dinamizador para ações coletivas, dificultando a implementação de normas e processos que visem à qualidade neste sistema. Tal dificuldade é reforçada quando foi verificado que o conhecimento gerado no processo produtivo é tácito e individualizado. Porém, mesmo diante das dificuldades, verifica-se que existe a formação de um patrimônio agroalimentar pelo estabelecimento de vínculos entre o lugar e a produção, o que vem gerando uma identidade territorial vinculada ao morango do Vale do Caí, aspecto este também verificado no SIAL do Morango Orgânico. Mas neste SIAL, as ações coletivas são recorrentes e a transmissão do conhecimento ocorre dentro dos grupos, cooperativa, e destes com outros grupos de produção orgânica do entorno. Por fim, conclui-se que a introdução da cultura do morango no Vale do Caí não foi obra da natureza, mas sim, um dos projetos que homens e mulheres vêm construindo no decorrer de sua vivência em sociedade, potencializando o uso e apropriação do espaço, imbuindo-o de história, identidade, labor, conflitos, problemas e soluções: atributos estes, constantemente em processo de construção, mudança, adaptação e reconversão. E é esta orquestração dos atores sociais, através da sua ação sobre este espaço, que levou a formação do “Território do Morango do Vale do Caí”.

Palavras-chaves: Território. Sistema Agroalimentar Localizado. Vale do Caí. Morango.

ABSTRACT

With the aim of understanding how the productive process of strawberry is generating a territory, this research intends to verify how the approaches of Territory and Located Agroalimentary Systems contribute to the interpretation and analysis of the relations that occur in the Territory of Strawberry, in the Caí Valley. In this sense it is important to observe, having as reference the studies regarding the Territory approach, how the relation of power are manifested, independent of scale, generating asymmetries and symmetries in the relations arising from the appropriations of resources. Such relation influences the constitution of territoriality and the relation of proximity. This analytic structure creates a territorial tessitura basis for the combination with the SIAL approach (localized agri-food systems) which derives an draft. Furthermore it is present a multiescalar scene for the strawberry market understanding, as well as the characterization of the field of study. In this context it is contemplated the empirical results, applying 64 interviews, with instructions semi-arranged, to social actors involved with the production of strawberries in Caí Valley, specifically in Feliz, Bom Princípio and São Sebastião do Caí. The methodology is based in four dimensions of SIAL: historical, technical, institutional and alimentary, which are the plot for the presentation of empirical results. In the sequence it is made the analysis of the results with base on the investigated objects: actors coordination, products qualification, dynamics of knowledge and generation of competences, and administration of the resources. The diversity of the productive process conducted to the generation of Agroalimentary system for the Conventional Strawberry, that presents a stable stage of development, and a Agroalimentary system for the Organic Strawberry, that presents a stage of crescent development. On SIAL of the Conventional Strawberry the territorial proximity is a factor less revitalizing to the collective actions, complicating the implementation of rules and processes that aim the system quality. Such difficult is reinforced when it was verified that the knowledge created on the productive process is tacit and individualized. However, even against difficulties, its verified that exists a generation of a agroalimentary patrimony by the constitution of links between the place and production, which is creating a territorial identity linked to the Caí's Valley strawberry, which is also verified on SIAL of the Organic Strawberry. But on this SIAL, the collective actions are recurrent and the knowledge transmission occurs inside groups, cooperatives, and these with other groups of organic production from the surroundings. By the end, it is concluded that the introduction of Strawberry's culture in Caí Valley was not a nature work, but one of the projects that men and women are building in the course of their experience in society, making more potent the use and appropriation of space, imbuing it of history, identity, labor, conflicts, problems and solutions: attributes that are constantly in process of building, changes, adaptation and reconversion. And is this orchestration of the social actors, through their action on space, that lead to the formation of the "Strawberry Territory from Caí Valley".

Keywords: Territory. Located Agroalimentary System. Caí Valley. Strawberry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese dos Procedimentos Metodológico.....	40
Figura 2 - Modelo de análise dos objetos de investigação do SIAL.....	101
Figura 3 - Modelo de análise combinando território, dimensões e objetos de investigação do SIAL.....	119
Figura 4 - Mapa da distribuição da aquisição domiciliar per capita anual em Kg de morangos por família	130
Figura 5 - Diferentes relações que caracterizam a Cadeia Produtiva do Morango.....	145
Figura 6 - Mapa dos Municípios Produtores de Morango no Vale do Caí – RS.....	161
Figura 7 - Cultivares e Produção de Morangueiro na Região do Vale do Caí, RS.....	172
Figura 8 - Uso do Plástico Preto no Manejo do Morango Convencional	182
Figura 9 - Uso de Estufins para Proteção do Cultivo do Morango nas Propriedades	184
Figura 10 - Estufas Altas com Cultivo de Morangos Convencionais.....	185
Figura 11 - Comercialização de Morangos as Margens da RS 122.....	195
Figura 12 - Selo do Programa Bom Morango.....	196
Figura 13 - Comercialização de Produtos Derivados do Morango na Festa Nacional do Moranguinho em Bom Princípio.....	200
Figura 14 - Uso da Imagem do Morango.....	201
Figura 15 - Pórtico do Morangão em Bom Princípio	201
Figura 16 - Quiosque da ECOMORANGO.....	242
Figura 17 - Selo de Certificação Orgânica Fornecido pela ECOVIDA.....	243

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição por continente da produção mundial de morango em 2006.....	123
Gráfico 2 - Série Histórica de 1997 à 2006 da Produção Mundial de Morangos, por País em Toneladas.....	125
Gráfico 3 - Exportação e Importação de Morangos in Natura e Congelado e os Valores US\$/Kg, de 2000 a 2007.....	132
Gráfico 4 - Origem e Destino das Exportações e Importações de Morango Congelado e In Natura 2000-2007.....	133
Gráfico 5 - Série Histórica de 2000 à 2006 da Balança Comercial do RS em Kg e US\$	139
Gráfico 6 - Origem das Importações de Morango Congelado - RS e Destino das Exportações de Morango In Natura – RS	140
Gráfico 7 - Sazonalidade dos Estados na Comercialização de Morango no ETSP da CEAGESP (2006).....	142
Gráfico 8 - Sazonalidade e os Preços Praticados na CEASA – Porto Alegre.....	143
Gráfico 9 - Sazonalidade Regional no Abastecimento da CEASA – Porto Alegre.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos Atores Entrevistados.....	36
Quadro 2 - Síntese do Debate sobre o Território e a Contribuição para o Desenvolvimento da Tese.....	74
Quadro 3 - Espaço Rural como Espaço Competitivo e o Campo de Batalha entre Setores Agro-alimentares Convencionais e Alternativos.....	90
Quadro 4 - Tipologia de Mercados para Produtos Agroalimentares.....	105
Quadro 5 - Síntese do Debate sobre o SIAL e a Contribuição para o Desenvolvimento da Tese.....	117
Quadro 6 - História do Sistema Produtivo do Morango no Rio Grande do Sul.....	135
Quadro 7 - Principais Pragas do Morangueiro.....	148
Quadro 8 - Principais Doenças do Morangueiro e as Alternativas de Controle ao Uso de Agrotóxicos.....	148
Quadro 9 - Síntese do Panorama de Mercado e dos Indicadores de Competitividade em Diferentes Escalas para o Morango.....	155
Quadro 10 - Produção Agropecuária e Silvícola de Feliz.....	164
Quadro 11 - Produção Agropecuária e Silvícola de Bom Princípio.....	167
Quadro 12 - Produção Agropecuária e Silvícola São Sebastião do Caí.....	170
Quadro 13 - Síntese do Capítulo sobre a Caracterização do Território do Morango no Vale do Caí.....	174
Quadro 14 - Síntese do Capítulo para o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional.....	223
Quadro 15 - Síntese do Capítulo para o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico.....	255

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de Produtividade dos 20 Maiores Países do Ranking da FAO em 2006.....	124
Tabela 2 - Produção de Morango no Brasil, Principais Produtores em 1996.....	128
Tabela 3 - Produção de Morango no Brasil, Principais Produtores em 2006/2007.....	129
Tabela 4 - Variação das Exportações e Importações de Morango In-Natura e Congelado de 2000 a 2007.....	131
Tabela 5 - Os 20 Principais Municípios Produtores de Morango no Rio Grande do Sul, em Diferentes Períodos.....	136
Tabela 6 - Os 10 Municípios que mais Comercializaram Morangos em 2006 na CEASA – Porto Alegre.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIR – Agroindústrias Rurais

AGROFIT – Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários

AMAVARC – Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí

APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle

APL – Arranjo Produtivo Local

APST – Associação Prestação, Serviço e Assistência Técnica

BSE - *Bovine Spongiform Encephalitis*

CEASA – Central Abastecimento Sociedade Anônima

CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

CIRAD – *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*

CIRAD-SAR – *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement Systèmes Agroalimentaires et Ruraux*

FEE – Fundação de Economia e Estatística

Ha – Hectare

DOP - Denominação de Origem Protegida

EMATER – Empresa Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - CNPUV - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – sucursal Uva e Vinho

EMBRAPA - CPACT - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – sucursal Centro de Pesquisas Agropecuárias de Clima Temperado

ECOMORANGO – Cooperativa de Produtores de Morango Ecológicos

ETSP – Entrepósito Terminal São Paulo

EUA - Estados Unidos da América

ECOVIDA – Rede de Agroecologia Ecovida

FAO – *Food and Agricultural Organization*

FOB – *Free On Board*

FENAMOR – Festa Nacional das Amoras Morangos e *Chantilly*

FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária

GIS/SIAL - *Groupe d'Intérêt Scientifique - Systèmes Agroalimentaires Localisés*

IAC – Instituto Agrônômico

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IG - Indicação Geográfica
IGP - Indicação Geográfica Protegida
INRA - *Institut National de la Recherche Agronomique*
IP - Indicação de Procedência
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NDI – Novos Distritos Industriais
OCDE – *Organization for Economic Co-operation and Development.*
ONG's – Organizações Não-Governamentais
OMS – Organização Mundial da Saúde
PIB – Produto Interno Bruto
PIF - Produção Integrada de Frutas
PIM – Produção Integrada de Morangos
PF- Proposições Relacionadas aos Fatores
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos
SEBRAE/RS - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul
SEDAI - Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIAL – Sistema Agroalimentar Localizado
SPL - Sistema Produtivo Local
TRIP'S - Tratado Internacional sobre Direitos de Propriedade Intelectual
Ton. - Tonelada
UE - União Européia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
US\$ - Dólares Americanos
VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	O PROBLEMA DE PESQUISA.....	22
1.2	HIPÓTESES.....	27
1.2.1	Hipótese Central	27
1.2.2	Hipótese Secundárias	27
1.3	OBJETIVOS.....	27
1.3.1	Objetivo Geral	28
1.3.2	Objetivos Específicos	28
1.4	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	28
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
1.5.1	Método de Pesquisa e Instrumentos de Coleta de Dados	31
1.5.2	Amostragem	32
1.5.3	Coleta de Dados	36
1.5.3.1	Pesquisa Documental e Bibliográfica.....	37
1.5.3.2	Pesquisa de Campo.....	37
1.5.4	Apresentação e Análise dos Dados	39
1.6	ESTRUTURA DA TESE.....	41
2	EXPLORANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO BASE PARA O ENTENDIMENTO DAS DINÂMICAS ESPACIAIS PRODUTIVAS	43
2.1	O CONCEITO TERRITÓRIO E SEUS CAMINHOS NAS BASES GEOGRÁFICAS	45
2.2	OS NOVOS USOS E SIGNIFICADOS DO TERRITÓRIO.....	49
2.2.1	A Relação entre o Território e as Escalas Geográficas	50
2.2.2	A Interface entre Território e o Poder	52
2.2.3	A Constituição da Territorialidade	55
2.3	A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS E OS AGLOMERADOS PRODUTIVOS CONTEMPORÂNEOS COM A QUESTÃO TERRITORIAL.....	58
2.3.1	Os Clusters	60
2.3.2	Os Distritos Industriais	61
2.3.3	Os Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos Locais	64
2.4	TERRITÓRIO E PROXIMIDADE ESPACIAL: as interações para a coordenação das dinâmicas territoriais no espaço rural.....	66
2.5	SÍNTESE DO DEBATE DO CAPÍTULO E A ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA.....	71
3	A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS E SUAS CONCEPÇÕES E USOS DIANTE AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL	75
3.1	A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO DA NOÇÃO.....	77
3.1.1	O local como Espaço de Ação e sua Importância para o Avanço da Abordagem do SIAL: a questão da localização e da deslocalização	82
3.1.2	Da Gênese Localização-Deslocalização-Relocalização à Ancoragem Territorial como base analítica para o SIAL	92
3.2	A ARTICULAÇÃO DE UMA SISTEMATIZAÇÃO PARA PROPORCIONAR UMA BASE ANALÍTICA PARA A OBSERVAÇÃO DE UM SIAL.....	97

3.2.1	As Dimensões Básicas e suas Contribuições para o Estudo e Compreensão do SIAL.....	98
3.2.2	Os Objetos de Investigação Analítica para Aprofundamentos e Entendimento das Interações no SIAL.....	101
3.3	SÍNTESE DO DEBATE DO CAPÍTULO E A ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA.....	113
3.4	A PROPOSTA DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS REFERENCIAIS ANALÍTICOS: a combinação entre o Território e o SIAL para o desenvolvimento do estudo.....	118
4	PANORAMA DE MERCADO E INDICADORES DE COMPETITIVIDADE PARA O MORANGO: UMA VISÃO MULTIESCALAR.....	121
4.1	O PANORAMA MUNDIAL DO MERCADO DO MORANGO.....	122
4.2	O PANORAMA DO MERCADO BRASILEIRO DE MORANGO.....	126
4.3	O PANORAMA DO MERCADO DE MORANGO NO RIO GRANDE DO SUL.....	134
4.3.1	Os Desafios à Produção de Morangos no Rio Grande do Sul e Seus Impactos na Cadeia Produtiva para a Competitividade.....	145
4.3.1.1	Os Desafios Relacionados com o Elo da Produção Primária.....	146
4.3.1.2	Os Desafios Relacionados com o Elo da Transformação.....	150
4.3.1.3	Os Desafios Relacionados com o Elo da Distribuição, Varejo e Atacado.....	151
4.3.1.4	Os Desafios Relacionados com o Elo do Consumidor.....	152
4.3.1.5	Os Desafios Relacionados com o Ambiente Externo, a Importância das Instituições e Organizações para o Desempenho da Cadeia Produtiva.....	153
5	A CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MORANGO DO VALE DO CAÍ.....	157
5.1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO VALE DO CAÍ.....	157
5.2	ASPECTOS HISTÓRICOS E INDICADORES SOCIAIS DO VALE DO CAÍ.....	158
5.3	ASPECTOS ECONÔMICOS DO VALE DO CAÍ.....	159
5.3.1	Município de Feliz.....	161
5.3.2	Município de Bom Princípio.....	165
5.3.3	Município de São Sebastião do Caí.....	168
5.4	Municípios Produtores de Morango no Vale do Caí.....	171
6	O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO DO MORANGO CONVENCIONAL NO VALE DO CAÍ.....	175
6.1.	AS DIMENSÕES DO SIAL NO SISTEMA AGROALIMENTAR DO MORANGO CONVENCIONAL.....	175
6.1.1	A Dimensão Histórica no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional.....	175
6.1.2	A Dimensão Técnica no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional.....	179
6.1.3	A Dimensão Alimentícia no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional.....	193
6.1.4	A Dimensão Institucional no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional.....	198
6.2.	OS OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO ANALÍTICA DO SIAL DO MORANGO CONVENCIONAL.....	209
6.2.1	A Coordenação dos Atores no SIAL do Morango Convencional.....	210
6.2.2	A Qualificação dos Produtos no SIAL do Morango Convencional.....	213
6.2.3	As Dinâmicas dos Saberes e Competências no SIAL do Morango Convencional.....	216
6.2.4	A Gestão dos Recursos no SIAL do Morango Convencional.....	219

7	O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO DO MORANGO ORGÂNICO NO VALE DO CAÍ.....	224
7.1	AS DIMENSÕES DO SIAL NO SISTEMA AGROALIMENTAR DO MORANGO ORGÂNICO.....	224
7.1.1	A Dimensão Histórica no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico.....	224
7.1.1.1	A dimensão histórica para a Granja Schmitz.....	228
7.1.1.2	A Dimensão Histórica para a Cooperativa ECOMORANGO.....	229
7.1.1.3	A Dimensão Histórica para o Grupo Orgânico Terra Viva.....	230
7.1.2	A Dimensão Técnica no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico.....	231
7.1.3	A Dimensão Alimentícia no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico..	236
7.1.4	A Dimensão Institucional no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico..	240
7.2.	OS OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO ANALÍTICA DO SIAL DO MORANGO ORGÂNICO.....	246
7.2.1	A Coordenação dos Atores no SIAL do Morango Orgânico.....	246
7.2.2	A Qualificação dos Produtos no SIAL do Morango Orgânico.....	248
7.2.3	As Dinâmicas dos Saberes e Competências no SIAL do Morango Orgânico. .	250
7.2.4	A Gestão dos Recursos no SIAL do Morango Orgânico.....	252
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	256
8.1	RETOMANDO AS HIPÓTESES PARA TECER AS CONCLUSÕES DA PESQUISA.....	256
8.1.1	A Contribuição das Abordagens do Território e do Sistema Agroalimentar Localizado para a Interpretação e Análise do Território do Morango no Vale do Caí.....	256
8.1.2	Combinação das Abordagens do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados.....	257
8.1.3	A Competitividade do Sistema Agroalimentar do Morango do Vale do Caí.....	259
8.1.4	A construção da Territorialidade Vinculada ao Morango, no Vale do Caí, é um Interessante Diferencial de Mercado.....	260
8.2	CONTRIBUIÇÕES DERIVADAS DA PESQUISA.....	261
8.3	LIMITES DA PESQUISA.....	265
8.4	CONCLUSÃO GERAL E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS.....	266
	REFERÊNCIAS.....	268
	APÊNDICE A - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Produtores de Morango	280
	APÊNDICE B - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Fornecedores de Insumos.....	290
	APÊNDICE C - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais /Extensionista EMATER.....	296
	APÊNDICE D - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Secretários de Agricultura.....	302
	APÊNDICE E - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Prefeitos e Representante da AMVARC	308
	APÊNDICE F - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para o Presidente da Associação e Cooperativa	313
	APÊNDICE G - Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para Pesquisadores EMBRAPA/UFRGS	315

1 INTRODUÇÃO

O modelo da produção econômica mundial vem sofrendo alterações significativas desde o pós-Segunda Guerra. Depois de um período de pujança do Estado capitalista, este começou a entrar em crise na década de 70, desencadeando uma série de mudanças estruturais e conjunturais em nível mundial que se fizeram sentir a partir dos anos 80. De um Estado centralizador passou-se a uma flexibilização do Estado, em grande parte influenciada pela intensificação da internacionalização do capital condicionado ao mercado financeiro, sendo que o poder do Estado-Nação sobre a economia se enfraqueceu. O pensamento latente nesta época, assinada pelos neoliberais, era de que a ação do Estado deveria ficar restrita ao gerenciamento da sociedade e seus conflitos, ficando a seu encargo as necessidades sociais como saúde, educação, segurança, entre outros, enquanto que a infraestrutura seria privatizada e o mercado se autorregularia.

No rol destas mudanças, a internacionalização do capital acelerou em diferentes escalas o fluxo de recursos, propiciando a deslocalização e realocação dos processos produtivos. Dinâmicas territoriais que até então eram típicas de determinados âmbitos locais ascenderam de escala, transpassaram o regional e fixaram-se ao nível global. Muito dos padrões produtivos globalizados passaram a ser aplicados aos processos produtivos locais oportunizando que novos entrantes se estabelecessem no mercado. De fato, o fluxo do comércio foi intensificado em todas as escalas geográficas, do global ao local.

Mas, no processo de globalização, nem só oportunidades foram deflagradas. Esta passou a ser percebida como uma ameaça para determinadas iniciativas locais de pequena escala, que devido às restrições de competitividade poderiam ser erradicadas.

A partir de todo este contexto, um diferente sentido passou a ser dado ao espaço. O local passou a assumir uma posição de dependência perante as dinâmicas globais, mas estas por si só não têm sentido sem a materialidade do local. O fato é que passou a existir uma maior permeabilidade nestes dois opostos, por movimentos de inclusão e exclusão, repartição e aglomeração de fatores produtivos, numa sobreposição em diferentes ordens, das escalas de ações no território. Deste modo, o desafio de entender a espacialidade das dinâmicas territoriais se direciona, numa primeira instância, em entender o próprio papel do território e da territorialidade, através de seus novos usos, constrangimentos e possibilidades.

Em parte, o desafio envolve o entendimento da problemática circunscrita à própria concepção de território, que transcende da questão de uma base geográfica referencial fixa e

homogênea, palco passivo dos movimentos socioeconômicos. A literatura que trata sobre a importância do território é bastante heterogênea quanto ao sentido dado à noção (SPOSITO, 2004). Em muitos dos casos, o remetem a condição de sujeito ativo para explicar determinadas dinâmicas setoriais específicas, e como estas acabam influenciando no desenvolvimento. E é nesta ligação entre o território e o desenvolvimento que a noção tem crescido de utilização, sendo esta apreciada em diferentes estudos, tanto internacionais como nacionais (OCDE, 1994, 1996; STORPER, 1997; BOISIER, 1999; VEIGA, 2001; ABRAMOVAY, 2006; ABRAMOVAY; BEDUSCHI FILHO, 2003; SCHNEIDER; BLUME, 2004; SAQUET, 2004, 2007; CAZELLA, 2005; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004; PERAFÁN, 2007; entre outros).

O interessante na abordagem territorial é que esta não se resume ao fato de se buscar uma solução mitigadora para os problemas de discernimento do desenvolvimento que, segundo Schneider e Tartaruga (2004), ainda possuem um status de caráter instrumental, se atrelando unicamente a uma referência física para o planejamento. A perspectiva territorial, segundo Perafán (2007), introduz elementos novos no discurso do desenvolvimento, em comparação com os discursos que o antecederam. Tal condição é que torna edificante o resgate da proposição do território como abordagem analítica, pois conduz o debate para outras arenas que transcendem as tradicionais e importantes dimensões políticas, econômicas e sociais, e passa a incluir também para as análises as dimensões demográficas, institucionais, culturais e ecológicas. Assim, são estes novos enfoques que dão o salto qualitativo e inovador, tanto em termos analíticos como instrumentais, a ser creditado à ligação entre território e desenvolvimento.

Contudo este voo alçado para diferentes horizontes analíticos deve ser resguardado de empirismos simplificadores que *a priori* desqualificariam o sentido *lato* do território, como advertem diferentes autores (SOUZA, 1995; SCHNEIDER; BLUME, 2004; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2004, 2007; SPOSITO, 2004; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Uma das formas de se ater a tal preocupação é observar o tratamento da questão na disciplina que apresenta o território como conceito, a Geografia.

Na Geografia a discussão sobre o conceito de território é ampla. Dos primórdios do século XIX, na Alemanha, em que Friedrich Ratzel, usava por base referencial a ação do Estado-Nação, aos híbridos de Rogério Haesbaert, no início do século XXI, no Brasil, há uma gama de interpretações que procuram consolidar e atualizar o significado de território. Comum nestes diferentes debates é o tratamento interpretativo para um arcabouço de noções complementares que se disseminam e formam um corpo analítico qualificado para a

compreensão do sentido do território, sendo estas: a do poder (Estado e Sociedade Civil), das escalas geográficas, da territorialidade, entre outras¹. Entre estas, a noção do poder é um dos esteios principais do conceito, pois sua interpretação é relacional e circunscrita às ações dos atores para gerir e implementar práticas de gestão política, econômica e tecnológica, tanto de caráter público como privado, que influenciam nas estratégias de desenvolvimento dos territórios (RÜCKERT, 2004).

Por outro lado, mesmo que se ressalte a necessidade de um embasamento para o seu uso, este primor analítico não significa uma reivindicação de exclusividade para a disciplina geográfica, pois se entende que a heterogeneidade, o dinamismo e a flexibilidade fazem parte do âmago do próprio conceito, e sua plenitude só será discernida pelo seu uso (SANTOS, 1994). Tal possibilidade é que proporciona a continuidade e renovação do debate, e permite que este se estenda a diferentes áreas do conhecimento.

De fato, este revigoramento do território também pode ser observado para outros estudos analíticos e instrumentais que tem como referência o espaço, como meio de relações. No âmbito da observação das dinâmicas produtivas e suas ligações como os fatores econômicos e sociais, o território tem assumido um status diferenciado para a interpretação dos estudos dos sistemas e das aglomerações geográficas de empresas.

Em suma, o território assume uma função diferenciada por ser um substrato para a organização das funções econômicas. A importância da organização, segundo Reis (1988), deve-se ao fato desta potencializar os processos relacionais que irão influenciar na estruturação da atividade produtiva, originando materialidades singulares que irão interferir no funcionamento da economia local.

Neste contexto relacional entre o território e a organização de atividades produtivas é que se destaca a escola da economia espacial (SANTOS, 2003) e da nova geografia econômica (KRUGMAN, 1991 a). Nos meios acadêmicos a influência do espaço no desempenho produtivo coletivo de regiões e territórios é estudada em várias abordagens, como a dos *clusters*, dos distritos industriais, dos sistemas produtivos locais (SPLs) e dos arranjos produtivos locais (APLs). De modo especial pode-se verificar uma maior relevância para o território como base das dinâmicas produtivas, nos trabalhos sobre SPLs e APLs. Nestes estudos, o território tem proporcionado uma maior visibilidade da ação dos atores sociais, políticos e institucionais, locais e não-locais, como forma para aprimorar a análise das

¹ A compreensão destas diferentes noções que articulam ou são articuladas pelo conceito, presentes nas obras de diferentes autores, serão trabalhadas com detalhes no capítulo 2 deste trabalho.

diferentes formas de apropriação dos recursos, em diferentes contextos dos setores produtivos. Mas o pano de fundo para o entendimento destas relações está vinculado à compreensão do papel da proximidade espacial, mas sob um diferente foco, uma ruptura ao tradicional equacionamento da distância formalizada pela relação dos custos de deslocamento².

Aprimorando este à questão relacional, o estudo da proximidade rompe com o sentido do espaço etéreo e das relações verticais desenvolvidas em contextos homogêneos. Para Pecqueur e Zimmermann (2005) são as estratégias dos agentes que marcam o espaço e condicionam a produção e distribuição de riquezas, proporcionando as especificidades que caracterizam os territórios. O entendimento de como ocorrem as dinâmicas das relações é fundamental para gestão do processo de coordenação dos atores territoriais.

Na agricultura a abordagem da economia espacial parece, por vezes, inviável quanto à possibilidade de uso. Contudo, vários processos produtivos na agricultura passaram a destacar a importância de se utilizar a abordagem espacial como: a dependência do uso intensivo dos recursos naturais para a produção de alimentos, o agravamento da problemática ambiental, e a maior percepção quanto à segurança do alimento. Tais questões vêm impondo limites aos processos produtivos de larga escala na agricultura, pois passaram a agir sobre a decisão de compra dos consumidores.

Neste contexto, o hegemônico mercado das *commodities* agrícolas globais parece ceder espaço às novas formas produtivas locais, como as representadas pelos produtos típicos ou tradicionais, que atendem às novas demandas dos consumidores ao agregar como diferenciais qualitativos ao alimento, cuidados ambientais, tradições, a cultura local e a paisagem rural. O surgimento da demanda do “mais natural” e “mais local” para os alimentos vêm gerando uma relação específica de proximidade caracterizada por contatos face a face entre os produtores e os consumidores (MARS DEN, BANKS e BRISTOW, 2000).

Tal relação tem proporcionando um novo sentido para o alimento consumido, uma forma de vínculo, de identidade com lugar, em substituição ao anonimato das *commodities* globalizadas. Por consequência, para investigar estas mudanças tornou-se necessária uma abordagem que levasse em conta as interrelações existentes entre a produção alimentar local e as dinâmicas territoriais originadas por esta demanda. Dentre as respostas, englobando cadeias

² Na geografia, uma das referências são os trabalhos de Christaller (teoria dos lugares centrais), que embasado em fatores físicos de sítio e situação simplificava e homogeneizava através de modelos o contexto do mundo real. Mesmo com esta limitação o estudo foi marcante como uma forma diferenciada de se perceber quantitativamente as relações humanas com o espaço.

completas ou parcialmente estruturadas, tem-se como recurso analítico a emergência do enfoque dos Sistemas Agroalimentares Localizados – SIAL.

A abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados tem como origem os estudos franceses do CIRAD, em 1996, onde a base propositiva foi a ênfase dada à importância do espaço, ao destacar o território como um ator histórico e social, necessário para o entendimento de como determinados sistemas agroalimentares se estruturam no âmbito local, além de destacar também, as ligações que se estabelecem entre um conjunto de atividades que estão concentradas geograficamente e que têm possibilidade de conquistar mercados locais e de escalas não-locais, atuando muitas vezes em nichos de mercado, com alto valor agregado.

Além disso, pode-se dizer que um sistema agroalimentar local se estrutura quando a qualidade dos produtos é ligada ao seu território de produção e, por conseguinte, consegue elencar os ativos específicos deste território fazendo uso dos recursos comuns de diversas ordens, disponíveis aos atores sociais que atuam neste sistema agroalimentar.

Assim, além da produção coletiva de bens públicos e privados, pode-se destacar também a preocupação com o meio ambiente e a valorização da cultura e do saber fazer local. A importância dos sistemas agroalimentares localizados emerge desta diversidade, pois ao influenciar nos diferentes elos da cadeia produtiva proporcionam as interfaces do espaço rural com o urbano, pelas exigências de qualidade oriundas da aproximação do consumidor com a produção *in natura*.

Concomitantemente, a imagem que o consumidor cria do território produtivo torna-se ponto fundamental para a sustentação do SIAL, onde cada território é único, com características próprias não-copiáveis, ou seja, dotados de uma territorialidade resultante da especificidade geográfica. Por este motivo ao incorporar as práticas sociais e culturais de uma comunidade, o sistema, segundo Muchnik (2006), é concebido como localizado, por ser relacional e não apenas local, o que seria apenas um recorte físico no espaço.

Mas para que tal imagem se crie, e seja positiva, é necessária a atuação de vários atores sociais localizados nos grandes conjuntos do Estado, do mercado e da sociedade civil. A ação coletiva ou individual de cada um destes conjuntos torna-se fundamental para determinar o melhor uso dos recursos a fim de proporcionar a dinamicidade necessária para o sistema agroalimentar localizado. Neste âmbito o desafio, não se configura em apenas propor uma combinação satisfatória em termos de rendimento e produtividade dos meios materiais e dos recursos humanos, mas sim pelo manejo racional dos ativos específicos territoriais, que são os recursos físicos, humanos e sociais disponíveis no território.

Neste sentido, o SIAL não estaria se configurando como um novo enredo para uma velha história, problemas de competitividade que afetam as iniciativas locais fracamente estruturadas e pouco dinâmicas? Malgrado a veracidade da questão, em outras palavras a abordagem pode se configurar em uma forma diferenciada de focar uma “nova” forma de fazer, tornando-se uma ferramenta analítica singular para a tarefa de promover os bens alimentares considerados como marginais ao mercado. Mas para que isto não se torne apenas uma tendência “otimista” é necessário deter-se nas premissas que embasam a abordagem, pois sempre haverá produtos ganhadores e perdedores, por que nem todos serão capazes de estabelecer um vínculo territorial que seja efetivo para captar valores diferenciais à sustentação de um SIAL (REQUIER-DESJARDINS, 1999).

No corolário dos marcos analíticos é importante observar como o sistema agroalimentar se constituiu ao longo do tempo, para avaliar que tipo de conhecimentos são empregados nos processos produtivos. Além disso, deve-se verificar como são efetuadas as relações institucionais para proporcionar a inclusão destes produtos no mercado. Tais questões, segundo Muchnik (2008), envolvem diferentes objetos de investigação, que se iniciam no processo de coordenação dos atores e como estes se organizam e criam laços de proximidade. Tais relações são difíceis de serem operacionalizadas, pois envolvem diferentes esforços, principalmente os coletivos, que irão influenciar diretamente no objeto de investigação relacionado com a qualificação dos produtos, sendo este ligado ao objeto da dinâmica dos saberes e das competências. Todos estes objetos confluem para análise da gestão dos recursos produtivos onde se observa as ações desenvolvidas pelos atores locais. Este conjunto de objetos de investigação, segundo Muchnik (2008), configura-se nas chaves para avaliar a diversidade e a evolução da abordagem do SIAL.

Neste sentido, a abordagem do SIAL pode ser vista como uma possibilidade para a compreensão das mudanças que estão em curso e tem desafiado as tradicionais linhas de produção no espaço rural. Do ponto de vista territorial, pode potencializar o entendimento dos fluxos de recursos capazes de proporcionar a conectividade espacial, sem perder a noção da ligação com a identidade social e cultural, para a efetivação da produção de um produto alimentar, dotando-o de uma territorialidade. Esta territorialidade poderá estabelecer um processo de identidade podendo ativar um processo de construção cognitiva entre o produto e o consumidor. Caso isto ocorra tem-se a construção de uma estratégia produtiva diferenciada que poderá proporcionar a inclusão de produtores, que em circunstâncias normais, balizadas pelas barreiras da escala, não teriam acesso ao mercado. Além disso, estes efeitos podem propiciar sinergias positivas pelo surgimento de oportunidades vinculadas à criação de

economias extra-territoriais ligadas ao patrimônio produtivo, como exemplo o turismo, favorecendo assim a construção de diferentes estratégias de desenvolvimento.

Desta forma, para aprofundarmos e exercitarmos esta discussão, a presente tese foi construída tendo como tema o estudo da abordagem do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados, como ferramentais teóricos e metodológicos, a fim de possibilitar um entendimento diferenciado à realidade da produção do morango no Vale do Caí, no Rio Grande do Sul. Entende-se *a priori*, que o uso destas abordagens poderá proporcionar uma leitura diferenciada para o território, no qual tal cultura agrícola vem sendo produzida e atualizada, pela ação dos atores sociais, econômicos e institucionais.

De fato, as ações destes atores sociais envolvidos com a produção de morango são: pautadas em diferentes formas de poder; salientadas pela proximidade espacial, que permite que as informações circulem muito rapidamente; as instituições, principalmente as públicas, da escala municipal são acessadas continuamente; e todo este contexto vem deixando marcas na população local, aguçando a territorialidade, através de vínculos de identidade gerados com o morango, ou seja, formou-se ao longo dos últimos 50 anos, em função da produção do morango, um território produtivo característico.

E neste “território do morango” formado no Vale do Caí, os resultados empíricos demonstram, a partir das quatro dimensões do SIAL, que apesar de algumas similaridades, há diferenças significativas, entre as respostas dos produtores de morango convencional, e dos produtores de morango orgânico, o que irá refletir também na análise dos resultados. Desta forma, um único produto, o morango, vem gerando dois sistemas agroalimentares diferenciados.

Por isso, no intuito de permitir um maior afloramento das características de cada um destes dois modelos produtivos, os resultados serão divididos em dois capítulos: um do Sistema Agroalimentar do Morango Convencional do Vale do Caí (capítulo 6), e outro, do Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico do Vale do Caí (capítulo 7).

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

Ante às transformações no regime de acumulação capitalista acelerado pela globalização, onde os territórios têm se tornado fatores de competição para sistemas produtivos alimentares, em diferentes escalas de produção, tem-se como questão central o

entendimento de como determinadas dinâmicas territoriais podem influenciar no desenvolvimento de um sistema agroalimentar.

Como destacado anteriormente, a abordagem do SIAL permite dimensionar o seu uso tanto de forma analítica como instrumental para avaliar a capacidade de mobilização das potencialidades endógenas de um território produtivo. Isto significa que tal abordagem implica na necessidade de articular de forma competitiva a economia local vinculada à determinada cultura agrícola, bem como articular os ativos territoriais físicos, humanos, ecológicos e culturais como contributo à autonomia dos produtores para a criação de uma identidade ligada à imagem do sistema produtivo configurado. Se estas condições forem atingidas tem-se a possibilidade de serem engendradas dinâmicas indutoras do desenvolvimento neste território.

A região do Vale do Caí tem por base econômica atividades ligadas ao mundo rural. A história produtiva dos municípios desta região é marcada por uma pluralidade produtiva que em muito é reflexo do processo de colonização, que ocorreu a partir do século XIX, basicamente por alemães vindos do oeste da Alemanha, da região de Hunsrück, na confluência dos rios Reno e Mosela. Os colonizadores quando se instalaram nesta região começaram a praticar a policultura de subsistência, em pequenas propriedades, com mão-de-obra familiar. Logo após, passaram a vender sua produção, praticando uma pequena agricultura comercial.

Dentre as várias culturas produtivas, tanto agrícolas, como pecuárias, algumas vêm se salientando ao longo do tempo. A suinocultura e a avicultura de corte baseadas no sistema de integração com a agroindústria, a bovinocultura e a produção de leite se fazem presentes na maioria dos municípios do Vale do Caí. A produção de ovos é destaque em Salvador do Sul; a citricultura é característica em Montenegro, Pareci Novo, Harmonia e São Sebastião do Caí; a produção de carvão vegetal é predominante em Brochier; a acacicultura ocorre em quase todos os municípios do Vale do Caí; a produção de mudas diversas e de flores se destaca em Pareci Novo; a produção de alfafa se destaca em São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz, Alto Feliz e Vale Real, e a produção de morango de mesa ocorre em Feliz, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, Alto Feliz, São José do Hortêncio e Linha Nova, sendo objeto de estudo da tese, os três primeiros municípios. O município de Feliz já foi referenciado na literatura nacional, como um modelo, onde agricultores com poucas terras alcançam ótimas condições de desenvolvimento e diversificação das economias, para as tendências rurais do desenvolvimento contemporâneo (VEIGA, 2000).

A produção de morango de mesa no Vale do Caí foi introduzida no final da década de 1950, de modo experimental, sendo que a distinção produtiva foi alcançada nos anos 70, quando este cultivo passou a ser a base produtiva em muitas propriedades desta região.

O manejo do morango é intensivo em mão-de-obra, ocupando em torno de cinco pessoas por hectare, pois requer significativa aplicação de tratamentos culturais, que de certa maneira permite a produção em pequenos lotes de terra. Tais limitantes encontraram na habilidade dos agricultores familiares do Vale do Caí, acostumados com a policultura, a condição necessária para a proliferação deste cultivo. Além disso, a inexistência de uma concorrência regional tornava o mercado atrativo em termos de preço. Estas condições foram propícias para que a produção de morango de mesa no Vale do Caí se tornasse destaque em muitas propriedades.

Contudo, como geralmente ocorre em toda a cultura exógena, quando esta passa para a produção intensiva, os problemas começam a se salientar. Nos anos 80, a intensidade da produção, associada à umidade e ao calor que são característicos da região, levaram à chamada doença do solo e a uma rápida proliferação de ácaros que começaram a comprometer a produção. Para minimizar estes efeitos danosos, os agricultores intensificaram o uso de agroquímicos, além de buscar novas alternativas, como a rotação de culturas e o uso de diferentes tipos de mudas.

O uso maior de agroquímicos no cultivo do morango, na década de 80, além de gerar um ônus financeiro para os agricultores e um ônus para o meio ambiente, também passou a ser vinculado, por alguns canais da mídia, à imagem do morango, não sendo positivo em nenhum aspecto, gerando a necessidade de mudanças e adaptações no sistema produtivo.

Além disso, as pressões ambientais se intensificaram na década de 90, com uma legislação mais incisiva, gerando uma maior pressão sobre o sistema de produção. Houve também a necessidade de diversificar os tipos de mudas para serem mais resistentes às pragas, elevando os custos de produção. E, paralelamente, no final desta década, teve início a produção de morango de mesa na região da Serra Gaúcha, que passou a se configurar como um forte concorrente à produção no Vale do Caí, aumentando a oferta de morango no mercado, levando à diminuição do preço.

Neste novo contexto, a ação dos atores sociais, políticos e institucionais locais e não-locais passaram a estabelecer novas dinâmicas no território, como a diversificação da matriz produtiva em muitas propriedades, diminuindo a área destinada ao morango. De um total de 330 hectares cultivados nos municípios de Feliz, São Sebastião do Caí e Bom Princípio, em 1996, houve uma redução para 96 hectares de área plantada nestes mesmos municípios, em

2006 (JOÃO; CONTI, 2007). Contudo, a redução expressiva de área é menos percebida em termos de produção total, pois esta para o período, foi reduzida em apenas 13,5%. Tais números sinalizam que houve uma concentração da produção e esta deve ter sido ancorada em mudanças nas práticas produtivas. Outro dado interessante que indica a perda de competitividade destes municípios, e de certa forma um desinteresse pelo cultivo, é que em 1996 a soma da produção destes representava 42% da produção total do Estado, e em 2006, esta cai para 30%.

Porém, apesar das dificuldades decorrentes no processo produtivo do morango, a atividade continua sendo importante fonte de ingressos de rendas para muitas das pequenas propriedades familiares dos municípios anteriormente destacados. Apesar da diversificação produtiva, estavam cadastradas como produtores de morango em 2006 nas EMATER's dos três municípios contemplados na pesquisa, 443 famílias que correspondem a 35% do total do Estado³.

Decorrente da importância destacada para estas famílias, algumas iniciativas coletivas vêm sendo institucionalizadas como a Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz, criada em 1998. Atualmente há uma mobilização por parte de alguns atores sociais e político-institucionais para a constituição de uma Associação de Produtores de Morango de Bom Princípio.

Além disso, novas formas produtivas passaram a ser incorporadas, como é o caso dos produtos orgânico-ecológicos que vem sendo produzidos no Vale do Caí pela Granja Schmitz, em Feliz, desde a década de 80, a cooperativa da ECOMORANGO, criada em 2000, formada por produtores de Bom Princípio, Feliz e Alto Feliz, e o Grupo Orgânico Terra Viva, criado em 2008, por produtores de Bom Princípio e Feliz.

Em termos produtivos também podem ser destacadas iniciativas inovadoras de mobilização coletiva para a certificação da qualidade do produto. O programa “Bom Morango, Qualidade por Princípio”, foi instituído em Bom Princípio em 2007, tendo como diretriz básica a certificação via a concessão de selos para os produtores e comerciantes que atendessem às normas de controle de resíduos e boas práticas na colheita e pós-colheita que afetam a qualidade do Morango⁴. Outra iniciativa de certificação coletiva utilizada pelos produtores da ECOMORANGO e do Grupo Orgânico Terra Viva é o selo da ECOVIDA, que atesta qualidade para produtos orgânicos.

³Em 2006, estavam cadastradas na unidade da EMATER de Feliz, 205 famílias; na EMATER de Bom Princípio, 165 famílias, e na EMATER de São Sebastião do Caí, 73 famílias.

⁴ O programa “Bom Morango, Qualidade por Princípio” funcionou somente durante as safras de 2007 e 2008.

A produção de morango no Vale do Caí tem uma característica peculiar, que é o vínculo identitário que veio se formando ao longo dos 50 anos de cultivo desta fruta. Este vínculo territorial tem produzido efeitos no cotidiano dos munícipes que podem ser visualizados desde as placas dos nomes de ruas, logotipos e logomarcas de lojas, supermercados, postos de gasolina, até monumentos públicos como o pórtico do morangão em Bom Princípio.

Além disso, podem ser salientados os eventos alusivos ao morango como: a Festa Nacional do Moranguinho, realizada em Bom Princípio, e a Festa da Amora, Morango e Chantilly, realizada em Feliz. Nestas festas são conjugados os trabalhos de vários atores sociais e institucionais como: as prefeituras municipais, secretarias da agricultura, turismo, educação, EMATER, sindicatos dos trabalhadores rurais, indústrias, comércio, clubes de mães, cooperativa, associação e comunidade em geral, que tem estas festas como eventos importantes em seus municípios.

Todo este contexto demonstra a importância da produção desta fruta, pequena em tamanho, mas de grande importância econômica, social e político-institucional, principalmente por extrapolar os limites de uma atividade setorial, e incorporar características territoriais como: a paisagem, o patrimônio produtivo e cultural, o saber fazer e as tradições.

Mas por outro lado, tornar-se-iam pouco relevantes investimentos na construção de uma imagem identitária vinculada ao morango, em programas de qualificação, festas alusivas e monumentos, se os números da produção do morango no Vale do Caí continuarem a decrescer.

Portanto, diante desta conjuntura, em que a cultura do morango é tão importante, e ao mesmo tempo problemática, buscou-se responder nesta tese:

“Qual é o papel das abordagens do Território e do Sistema Agroalimentar Localizado para a compreensão do território do morango do Vale do Caí?”

Relacionadas ao questionamento principal, seguem as seguintes indagações específicas:

- a) As abordagens do território e do SIAL podem ser combinadas para construir um quadro analítico, a fim de observar a diversidade e o estágio de desenvolvimento das dinâmicas que conformam o sistema agroalimentar do morango do Vale do Caí?

- b) Diante das tendências, entraves e oportunidades observados no mercado mundial, nacional e estadual do morango, em nível de cadeia produtiva, como o sistema agroalimentar do Vale do Caí se insere competitivamente neste panorama?
- c) A construção de uma territorialidade vinculada ao morango, no Vale do Caí, pode ser considerada um diferencial de mercado?

1.2 HIPÓTESES

Na busca de serem alcançadas respostas aos questionamentos foram estabelecidas hipóteses que nortearam esta pesquisa. Assim, este estudo que foi realizado nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, visa testar se:

1.2.1 Hipótese Central

As abordagens do Território e do Sistema Agroalimentar Localizado contribuem para a interpretação e análise do território do morango no Vale do Caí.

1.2.2 Hipóteses Secundárias

- a) A combinação das abordagens do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados é possível e possibilita a análise da diversidade e evolução do sistema agroalimentar do morango no Vale do Caí, pois ambas possuem elementos conceituais convergentes e complementares, sendo a abordagem do território a base analítica para as dimensões e os objetos de investigação da abordagem do SIAL.
- b) Diante da construção de um panorama para a observação das tendências, entraves e oportunidades em várias escalas de mercado, o sistema agroalimentar do morango do Vale do Caí só não é competitivo na escala do mercado global. Nas demais escalas as dinâmicas territoriais produtivas, desenvolvidas nos diferentes elos que conformam a

cadeia produtiva, proporcionam uma competitividade destacada em relação a outros territórios produtivos nacionais e regionais.

c) No Vale do Caí, ao longo do tempo, as ações de muitos atores sociais, econômicos e político-institucionais passaram a ser direcionadas em prol da produção de morangos, gerando uma territorialidade, sendo esta o principal diferencial de mercado em relação aos concorrentes.

1.3 OBJETIVOS

De acordo com a estrutura de análise do trabalho e com as hipóteses propostas cumpre configurar os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

Averiguar como as abordagens do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados contribuem para a interpretação e análise das relações que ocorrem no Território do Morango, no Vale do Caí.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Construir um quadro analítico, combinando as abordagens do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados para avaliar a diversidade e o estágio de desenvolvimento (estável, crescente ou decadente) para o sistema agroalimentar do morango no Vale do Caí.

b) Analisar o panorama multiescalar do mercado de morangos, a fim de observar as tendências, os entraves e as oportunidades possíveis para competitividade do sistema agroalimentar do morango do Vale do Caí.

c) Analisar por quê no Vale do Caí, ao longo do tempo, as ações de muitos atores sociais, econômicos e político-institucionais passaram a ser direcionadas em prol da produção de morangos, gerando uma territorialidade, sendo esta o principal diferencial de mercado em relação aos concorrentes.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Inicialmente podemos destacar que este tema é condizente com a proposta acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Além disso, no Vale do Caí, as atividades ligadas ao rural, possuem relevância social e econômica. Estas características são interessantes de serem investigadas, pois em muitas regiões rurais as atividades ligadas ao setor primário não conseguem alavancar uma estrutura econômica e social dinâmica. Mas no Vale do Caí, os indicadores econômicos e sociais, na sua grande maioria, são superiores à média estadual e o êxodo rural é praticamente inexistente. Estas características preliminarmente já indicam que as atividades ligadas ao rural nesta região, construídas ao longo de sua história, vêm consolidando diferentes formas de desenvolvimento rural.

Em segundo lugar, o Vale do Caí já vem sendo o “palco” investigativo de outros trabalhos acadêmicos desenvolvidos anteriormente, como o trabalho de graduação⁵, a monografia⁶ e dissertação⁷. Nestes casos a análise enveredou por assuntos como o município de Salvador do Sul, percepção ambiental e a migração, sendo estes pontos sempre ligados à dinâmica do rural.

Além disso, a produção acadêmica referente às questões do rural no Vale do Caí é bastante limitada⁸, o que reforça a importância de direcionarmos nosso olhar a este conjunto de municípios.

Pelos argumentos até o momento apresentados observa-se que a discussão sobre a cultura do morango, dadas às especificidades e particularidades do tema, é pertinente, pois em torno desta vem sendo criadas dinâmicas econômicas, sociais e político-institucionais

⁵ “O Município de Salvador do Sul”. Ver bibliografia.

⁶ “O Ambiente de Salvador do Sul na Percepção dos Alunos do Ensino Médio”. Ver bibliografia.

⁷ “A Migração e Seu Reverso, entre o Município de Salvador do Sul (RS) e o Oeste Catarinense (1950-2000)”. Ver bibliografia.

⁸ Em pesquisa realizada no Google Acadêmico e nos periódicos da Capes, não encontramos nenhum trabalho referente à produção de morango no Vale do Caí. Há somente alguns trabalhos sobre a produção de morangos no município de Feliz.

relevantes no Vale do Caí, bem como a valorização da paisagem, do saber fazer local, da cultura, gerando uma identidade territorial.

Em termos acadêmicos, para o desenvolvimento desta pesquisa, torna-se pertinente a combinação de duas abordagens para a interpretação e análise do “Território do Morango” que vem sendo formado no Vale do Caí, sendo estas, a abordagem do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados. Esta articulação tende a proporcionar um entendimento diferenciado sobre o processo de introdução e produção do morango de mesa, nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí.

A contribuição teórica para a abordagem do SIAL ocorrerá no sentido de precisar a relevância do território como base analítica, para as dimensões e os objetos de investigação, o que permitirá a observação de que quando a ação dos atores sociais e político-institucionais em prol de uma cultura consegue ativar sinergias positivas em função da proximidade espacial, onde emanam diferentes formas de poder, em diferentes escalas, produzindo uma identidade vinculada ao produto, numa típica territorialidade, forma-se um território produtivo. Quando este é constituído, torna-se possível a configuração de dois arranjos produtivos diferentes, a partir de único produto alimentício, como é o caso do Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional e do Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico, que ocorrem no Vale do Caí.

Além disso, considera-se relevante que a apresentação dos resultados empíricos sejam balizados nas quatro dimensões, propostas da abordagem do SIAL, para posteriormente ser realizada a análise destes resultados, a partir dos quatro objetos de investigação também propostos nesta abordagem. Apesar da proposta dos objetos de investigação vir sendo referida em vários trabalhos, não se tem conhecimento da aplicação destes para a análise de dados empíricos. Por isto considera-se que esta proposta metodológica contribua para proporcionar uma ligação entre a teoria e a realidade empírica.

Em termos operacionais cabe destacar que os procedimentos metodológicos utilizados para entender o funcionamento do Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional e o do Morango Orgânico, neste estudo, irão contribuir para o entendimento de como é orquestrada a ação dos atores sociais envolvidos, como se dá o processo de qualificação do morango produzido, de que forma são construídos e mantidos os saberes e as competências decorrentes desta cultura produtiva, bem como o morango passou a se constituir em um patrimônio produtivo.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, o que permite um aprofundamento dos aspectos subjetivos, da realidade empírica. A pesquisa qualitativa de acordo com Bauer e Gaskell (2002) é utilizada para explorar as opiniões existentes sobre determinado assunto e as suas diferentes representações. Já para Richardson (1989), a pesquisa qualitativa é adequada para trabalhos que buscam desenvolver e descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos. O método será exploratório e descritivo-interpretativo.

Teoricamente, esta pesquisa está sustentada na abordagem do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados, visando à compreensão das dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e político-institucionais que são conjugadas pelos atores sociais envolvidos com a produção de morangos na Região do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul.

Apesar da produção de morangos ocorrer nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, São José do Hortêncio, Linha Nova e Alto Feliz, o trabalho empírico foi realizado somente nos três primeiros, respectivamente⁹.

Este recorte espacial se deu desta forma por dois aspectos: a) em primeiro lugar, Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, são os municípios com maior volume produtivo de morango, e b) em segundo, dentre os atores sociais, o maior número de entrevistados, são os produtores de morangos, que possuem suas propriedades nas áreas rurais, e assim em muitos casos, é necessário o deslocamento por grandes distâncias, para a aplicação do roteiro de entrevistas, o que num universo de seis municípios levaria um tempo demasiado longo para a pesquisa de campo.

1.5.1 Método de Pesquisa e Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa teve início com um estudo exploratório, feito em fevereiro de 2007, quando foram realizadas três entrevistas, sem roteiro de entrevistas, com produtores de

⁹ A fim de facilitar a compreensão sobre a localização espacial do “Território do Morango” do Vale do Caí, será apresentada no capítulo 5, uma representação cartográfica de localização dos municípios produtores de morango.

morango convencional, em cada um dos três municípios, bem como uma entrevista com o consultor da AMVARC, o presidente da Cooperativa da ECOMORANGO da época, e com um extensionista da EMATER de Bom Princípio, o que permitiu um entendimento inicial sobre as dinâmicas sociais, econômicas, produtivas e político-institucionais que envolvem a produção de morangos do Vale do Caí. Os dados apurados neste primeiro contato serviram de base para a elaboração do Projeto de Tese.

Posteriormente, para a pesquisa de campo oficial, foram construídos roteiros de entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas. Para a construção destes roteiros foi levado em consideração as informações adquiridas na fase do estudo exploratório para o projeto, bem como as bases analíticas retiradas do referencial teórico utilizado. Mais especificamente, os roteiros aplicados tiveram como base a metodologia proposta por Muchnik (2008) para a análise de um Sistema Agroalimentar Localizado, tendo como guia quatro dimensões de base: a) a dimensão histórica; b) a dimensão técnica; c) a dimensão institucional, e d) a dimensão alimentícia.

Com base nesta metodologia observou-se a necessidade da aplicação dos instrumentos de coleta de dados para outros atores, além dos produtores de morango (APÊNDICE A), que exercem influência sobre o sistema agroalimentar do morango no Vale do Caí, sendo construídos, portanto, sete roteiros de entrevistas diferentes¹⁰, cada qual condizente com as características do grupo de atores sociais pesquisados.

Assim, os diferentes questionários foram direcionados aos: a) prefeitos municipais dos três municípios e o consultor da AMVARC, b) secretários da agricultura dos três municípios; c) os três presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e um extensionista da EMATER de cada um dos três municípios, d) o presidente da associação de produtores de hortifruticultura de Feliz, e o da cooperativa da ECOMORANGO, e) um técnico agrícola/agrônomo de cada uma das quatro agropecuárias da região; f) pesquisadores que conhecem a realidade da produção de morango do Vale do Caí.

¹⁰ Estes questionários encontram-se nos APÊNDICES: B, C, D, E, F e G deste trabalho.

1.5.2 Amostragem

Segundo dados da EMATER de 2007, haviam 422 famílias produtoras de morango no Vale do Caí, sendo 402 produtores convencionais e 20 produtores orgânicos. Em Feliz são 192 famílias de produtores convencionais e oito famílias de produtores orgânicos. Em Bom Princípio são 142 famílias de produtores convencionais e 12 famílias de produtores orgânicos. Em São Sebastião do Caí são 68 famílias de produtores convencionais.

Para a realização das entrevistas foi estipulada uma amostragem de 10% do total de produtores convencionais, em cada município, e 40% do total de produtores orgânicos¹¹. Neste sentido determinou-se como número para a aplicação do roteiro semiestruturado para os convencionais: 19 famílias em Feliz, 14 em Bom Princípio e seis de São Sebastião do Caí. A amostra de produtores de morango convencional se deu através de sorteio aleatório, feito a partir de uma relação com o nome dos produtores de morango convencionais de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, disponibilizados pelas EMATERs destes municípios.

Na amostragem foram realizadas entrevistas com seis produtores convencionais de São Sebastião do Caí¹². Em Bom Princípio e Feliz houve a saturação da amostra. Este princípio foi determinado, a partir do momento em que as informações passaram a ser repetidas e dados novos ou adicionais não foram encontrados. Por isto, em Bom Princípio, foram entrevistados nove produtores de morango convencional e em Feliz foram entrevistados treze produtores de morango convencionais.

A amostra de produtores orgânicos ocorreu através de sorteio aleatório de seis famílias produtoras, feito a partir de uma relação com os nomes das famílias produtoras de morango associados à ECOMORANGO¹³. A família da Granja Schmitz foi uma escolha pontual, por ser uma propriedade de produção orgânica única, totalizando sete entrevistados. Na época da pesquisa de campo com os produtores de morango orgânico, as quatro famílias produtoras do Grupo Orgânico Terra Viva estava saindo da ECOMORANGO, e fomentando a organização de um novo grupo. Deste modo, optou-se em esperar pela efetiva formação deste grupo, sendo que em agosto de 2008 foi feito o sorteio de uma família produtora, dentre seus membros, com o qual foi realizada a entrevista, com aplicação do roteiro. Assim, no total foram

¹¹ A amostragem para os produtores orgânicos foi ampliada, pois a população é pequena, bem como não houve distinção dos municípios.

¹² Neste município não há produtores de morango orgânico.

¹³ Além dos produtores de morango, também foi entrevistada uma nova associada que não é produtora, somente panificadora e compoteira.

realizadas oito entrevistas com produtores de morango orgânico, sendo três de Feliz e cinco de Bom Princípio.

Portanto foram entrevistados 28 produtores convencionais e oito produtores orgânicos, totalizando 36 entrevistas. Em todos os casos o roteiro de entrevistas foi aplicado a um dos responsáveis pela produção na família.

Além dos produtores de morango convencional e orgânico também foram realizadas mais 28, entrevistas com roteiro semi-estruturado, que contemplaram o grupo dos outros entrevistados. No quadro a seguir são apresentados detalhes sobre estes entrevistados que compuseram a amostra.

Nº	Município	Tipo	Características Complementares
	Localidade	Produtor de morango	
1	Centro/Alto Feliz	Orgânico.	Produtor de hortifruticultura orgânica, incluso morango. Cooperado ECOMORANGO, feirista e atendente na sede da cooperativa.
2	Escadinhas.	Orgânico.	Produtor de hortifruticultura orgânica, incluso morango. Cooperado ECOMORANGO, feirista e atendente na sede da cooperativa.
3	Escadinhas.	Orgânico.	Produtor e comercializador de hortifrutigranjeiros, incluso morango. Granja Schmitz.
4	Escadinhas	Convencional(a).	Produtora de morango. Produção em Feliz e Farroupilha (parceria).
5	Escadinhas.	Convencional(a).	Produtora de hortifruticultura, incluso morango.
6	Escadinhas.	Convencional(a).	Produtor de hortifruticultura, incluso morango.
7	Escadinhas.	Convencional(a).	Produção e comercialização de morango. Produção em Feliz e Farroupilha (parceria).
8	Roncador.	Convencional(a).	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango. Presidente da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz 2009-2010.
9	Linha Sobra.	Convencional(a).	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
10	Roncador.	Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
11	Vale do Lobo.	Convencional(a).	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
12	Escadinhas.	Jovem/ Convencional(a).	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
13	Linha Sobra.	Jovem/ Convencional(a).	Produtor e gestor de empresa de produção e comercialização de hortifruticultura, incluso morango. Continua...
14	Escadinhas.	Convencional(a).	Produtor e proprietário de empresa de produção e comercialização de hortifruticultura, incluso morango.
15	Vale do Lobo.	Convencional(a).	Produtor e proprietário de empresa de produção e comercialização de hortifruticultura, de grande porte, incluso morango. Produção de morangos em Feliz e Ipê.
16	Linha Sobra.	Convencional(a).	Produtor e proprietário de empresa de comercialização de hortifrutigranjeiros / Ex-presidente da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz 2005-2008, e vice-presidente na gestão 2009-2010. Vereador na gestão 2009-2012.
17	Roncador.	Convencional Ex-produtor morango.	Produtor de hortifruticultura, exceto morango. Gerente proprietário de agroindústria de doces e compotas Gabardo. Secretário municipal da agricultura 1996-2000. Idealizador da 1ª Festa do Morango, Amora e Chantilly. Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de 2001 a 2004. Vice-presidente da Assoc. dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz 2005-2009.

Nº	Feliz	Outros	Características Complementares
18	Escadinhas.	Contador.	Tesoureiro Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz na gestão 2000-2004 e 2005-2009.
19	Centro.	Prefeito Municipal.	Gestão 2005-2008 e 2009-2012.
20	Centro.	Vice-Prefeito Municipal.	Gestão 2005-2008 e 2009-2012. Ex-Secretário da Agricultura de 2005-2008.
21	Centro.	Presidente STR.	Gestão 1996-1999, 1999-2002 e 2006-2009.
22	Centro.	Engenheiro Agrônomo.	Extensionista Rural da EMATER no período de 2004-2007.
23	Centro.	Técnico Agrícola.	Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda (Piá).
24	Centro.	Responsável Técnico.	Agrosul Agropecuária S/A.
Nº	Bom Princípio	Produtores Morango	Características Complementares
25	Mambuí- Santa Lúcia	Convencional.	Produtora de hortifruticultura, incluso morango. / Colaboradora na agroindústria de derivados de cana: Cachaçaria Mossmann.
26	Mambuí- Santa Lúcia.	Convencional	Produtora de hortifruticultura, incluso morango. Gerente proprietária de banca de hortifruticultura na RS-122.
27	Bela Vista.	Convencional.	Produtora de hortifruticultura, incluso morango.
28	Bela Vista.	Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
29	Canto do Rio.	Convencional.	Produtor de hortifruticultura, incluso morango.
30	Piedade.	Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
31	Rua da Lagoa.	Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, principalmente morango. / Sócio de empresa Schuster, produtora e comercializadora de mudas de morango.
32	Bom Fim Baixo.	Jovem Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango.
33	Rua da Lagoa.	Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango. Comercializador de morangos produzidos em parceria com 5 famílias. Ex-Vereador gestão 2004-2008.
34	Vale das Flores.	Orgânico.	Produtora de hortifruticultura e alfafa, incluso morango. Cooperada ECOMORANGO e panificadora, compoteira e atendente na sede da cooperativa.
35	Bom Fim Baixo.	Orgânico.	Produtor de hortifruticultura, incluso morango. Cooperado ECOMORANGO. Feirista e atendente na sede da ECOMORANGO.
36	Vale das Flores.	Orgânico.	Produtor de hortifruticultura, incluso morango. Cooperado ECOMORANGO. Feirista e atendente na sede da ECOMORANGO. Presidente da ECOMORANGO de 2001 a 2005, e 2008 a 2012.
37	Arroio das Pedras.	Orgânico.	Produtor de hortifruticultura, incluso morango. Feirista. Ex-cooperativado ECOMORANGO. Presidente da ECOMORANGO de 2005 a 2008. Coordenador do GRUPO ORGÂNICO TERRA VIVA.
38	Morro São Pedro.	Orgânico. Ex-produtora de morango.	Produtora de hortifruticultura. Ex-produtora de morango. Cooperada ECOMORANGO. Atendente na sede da ECOMORANGO.
Nº	Bom Princípio	Outros	Características Complementares
39	Centro.	Panificadora e Compoteira.	Produz pães, rapaduras e bolachas. Cooperada ECOMORANGO. Atendente na sede da ECOMORANGO.
40	Centro.	Ex-Prefeita Municipal.	Gestão 2005-2008.
41	Centro.	Prefeito Municipal.	Gestão 1997-2000, 2001-2004 e 2009-2012.
42	Piedade.	Ex-Secretário da Agricultura.	Gestão 2005-2008. Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango, além de pecuária. Possui banca de frutas na RS-122. Produtor de morango convencional.

43	Mambuú – Santa Lúcia.	Secretário da Agricultura.	Gestão 2009-2012. Ex-produtor de hortifruticultura orgânica, incluso morango. Ex- cooperado ECOMORANGO. Presidente ECOMORANGO 2000-2001. Produtor de hortifruticultura convencional e morango.
44	Centro.	Presidente STR	Gestão 2003-2007 e 2008-2011.
45	Centro.	Técnico Agrícola.	Extensionista Rural da EMATER no período de 1984-2007. Técnico agrícola na Secretaria da Agricultura, gestão 2009-2012.
46	Centro.	Técnico Agrícola.	Proprietário gerente da Agropecuária Agrobom.
47	Centro.	Atendente.	Sócia-proprietária da Agropecuária Agrobom.
48	Centro.	Empresário.	Proprietário gerente da empresa de mudas importadas: Maxxi Mudas.
49	Morro São Pedro.	Produtor de Cana-de-Açúcar Orgânica.	Ex- cooperado ECOMORANGO. Produtor de cana-de-açúcar orgânica. Presidente da Associação de Produtores de Cana-de-açúcar e Derivados de Bom Princípio, desde sua fundação em 2007. Proprietário da Cachaçaria Mossmann.
50	Morro São Pedro.	Panificadora e Compoteira	Ex-cooperada ECOMORANGO. Produtora de cana-de-açúcar orgânica. Produz guloseimas derivadas da cana-de-açúcar, na Cachaçaria Mossmann.
Nº	São Sebastião do Caí	Produtores Morango	Características Complementares
51	Vigia.	Convencional.	Produtora de hortifruticultura, incluso morango.
52	Vigia.	Convencional.	Produtora de alface e principalmente morango. Artesã.
53	Vigia.	Convencional.	Produtora de hortifruticultura, incluso morango.
54	Vigia.	Convencional.	Produtor de hortifruticultura, incluso morango.
55	Vigia.	Convencional.	Produtor e comercializador de alface, e principalmente morango.
56	Vigia.	Convencional.	Produtor e comercializador de hortifruticultura, incluso morango. Produtor integrado de suínos.
Nº	São Sebastião do Caí	Outros	Características Complementares
57	Centro.	Ex-Prefeito Municipal.	Gestão 2005-2008.
58	Centro.	Ex-Secretário Agricultura	Gestão 2005-2008 e produtor de Morango Convencional.
59	Centro.	Vice-presidente do STR	Gestão 2007-2011.
60	Centro.	Administrador de Empresas.	Extensionista Rural da EMATER, desde 1985.
61	Centro.	Engenheiro Agrônomo.	Gerente proprietário da Agropecuária Agrocaí.
62	Centro.	Engenheiro Agrônomo.	Consultor da AMVARC. Mestre em Economia Rural.
Nº	Outros	Outros	Características Complementares
63	Bento Gonçalves.	Engenheira Agrônoma.	Pesquisadora da Embrapa Uva e Vinho. Doutora em Pós-colheita.
64	Porto Alegre.	Engenheiro Agrônomo.	Pesquisador sobre morangos. Natural de Vigia - São Sebastião do Caí. Professor Dr. do Departamento de Agronomia – UFRGS.

QUADRO 1: Caracterização dos atores entrevistados

Nota (a): Produtores participantes da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz.

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar da caracterização dos entrevistados, apresentada no quadro acima, devido ao pedido de alguns produtores de morango convencional, para não haver uma identificação explícita de suas falas, no decorrer dos capítulos 6 e 7, quando na apresentação e análise dos resultados em que serão utilizados depoimentos (história oral), a identificação dos mesmos

não remeterá aos números correspondentes do QUADRO 1, haverá somente a categoria de produção (convencional ou orgânico), a localidade e o município.

Além da aplicação dos questionários aos atores sociais apontados no QUADRO 1, também foram realizadas: uma entrevista, sem aplicação de roteiro semiestruturado com a assistente social da EMATER de Feliz, em 2007; e duas entrevistas por telefone, sem aplicação de roteiro semiestruturado, ao atual Secretário da Agricultura de Feliz (ex-extensionista EMATER, e fomentador da criação da Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz e do Círculo de Máquinas), e a uma das Mentoras da Fundação de Educação Profissional do Vale do Rio Caí, ambos em junho de 2009, para checagem de algumas informações que haviam sido referidas por alguns atores sociais entrevistados através dos roteiros semiestruturados.

Em face da diversidade de atores entrevistados, apesar da pesquisa ser qualitativa, tende-se a considerar que os resultados a serem obtidos na análise das sessenta e quatro entrevistas com roteiro semi-estruturado e das três entrevistas sem roteiro semi-estruturado, possam ser generalizados para todo o “Território do Morango”.

1.5.3 Coleta de Dados

A primeira fase da pesquisa compreendeu a coleta de dados provenientes de documentos e fontes bibliográficas, sendo que na segunda fase foi realizada a pesquisa de campo, para a obtenção dos dados empíricos.

1.5.3.1 Pesquisa Documental e Bibliográfica

Além da pesquisa de campo, sobre a realidade empírica, também foram consultados materiais documentais (RUMOS 2015, Prefeituras Municipais, EMATER’s locais, ECOMORANGO e Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros), reportagens jornalísticas, materiais bibliográficos e publicações acadêmicas.

1.5.3.2 Pesquisa de Campo

Como já apontado anteriormente, a pesquisa de campo foi realizada nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, através de entrevistas, nas quais foram aplicados roteiros semiestruturados. Esta pesquisa teve início no período de julho a agosto de 2007 quando foram realizadas onze entrevistas (com os atores sociais nº 22, 23, 24, 27, 28, 37, 40, 42, 45, 47 e 62).

Este primeiro período da pesquisa de campo antecedeu a Festa Nacional do Moranguinho, em Bom Princípio, momento este que alavanca as vendas de morango de todo Vale do Caí. Havia toda uma expectativa em relação ao sucesso da festa e conseqüentemente das vendas, principalmente pelos atores sociais envolvidos com a produção de morango deste município.

O segundo momento da pesquisa de campo ocorreu predominantemente no período de março a maio de 2008, quando foram realizadas cinquenta e três entrevistas (com os demais atores sociais entrevistados). No quadro de entrevistados, o produtor de morango orgânico nº37, consta somente uma vez, mas ele respondeu a duas entrevistas, uma em 2007, como presidente da ECOMORANGO na época, e outra em agosto de 2008, como integrante do Grupo Orgânico Terra Viva.

O trabalho de campo feito no período de março a maio de 2008, quando foram realizadas as cinquenta e três entrevistas, abrangeu a época do plantio das mudas do morangueiro. Algumas entrevistas feitas com os produtores aconteceram no galpão, enquanto a família fazia a triagem das mudas. Outras, logo após o término de parte do plantio destas mudas. Como era período de início do ciclo produtivo, este momento também era de início de um período de novas expectativas em relação à nova safra, e também um momento em que afloraram as frustrações e as dificuldades encontradas nas safras anteriores.

Há uma ressalva a ser feita. Como já visto, a pesquisa de campo foi realizada em 2007 e 2008. Em 2009, houve troca das administrações municipais, sendo que consideramos importante que os novos gestores também fossem entrevistados. No caso do município de Feliz, o prefeito municipal foi reeleito, e o atual secretário da agricultura foi entrevistado por telefone. No caso de Bom Princípio, o atual prefeito já havia sido entrevistado, pela sua participação na formação da Festa Nacional do Moranguinho, e assim depois de sua posse, foi feita uma atualização da entrevista por telefone. O atual secretário da agricultura, também já havia sido entrevistado, por este ser produtor de morango convencional, e o 1º presidente da

ECOMORANGO, com quem também foi feita uma atualização por telefone. Como em São Sebastião do Caí, a Secretaria da Agricultura foi extinta, foi considerado que seria pouco relevante uma entrevista com o atual prefeito municipal. Dentre a atualização dos dados, houve o acesso às leis municipais de incentivo à agricultura, de modo especial, as direcionadas à produção de morango, criadas em 2009.

Da mesma forma, em maio e junho de 2009, também foram estabelecidos novamente contatos com a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz, a ECOMORANGO, o Grupo Orgânico Terra Viva e a Granja Schmitz, para atualização dos dados.

Esta opção pela atualização de alguns dados empíricos levantados na pesquisa de campo, teve o intuito de contemplar o maior número possível de relações sociais, econômicas, ambientais e político-institucionais que ocorrem no “Território do Morango”.

O processo do trabalho empírico foi uma troca de experiências interessante, que permitiu que as relações cotidianas dos atores sociais com a produção do morango fossem percebidas.

Em alguns casos, a pesquisadora foi convidada a almoçar ou jantar com a família, momentos estes, muito importantes para o entendimento, da trajetória e vivências dos produtores, e de como a produção de morango já se tornou para muitos produtores um “vício” produtivo (SIC). Portanto, além das entrevistas com aplicação dos questionários, também houve o registro de informações através do diário de campo, uma ferramenta importante para a coleta de dados, que segundo Triviños (1990) e Engel *et al.* (2005) permite o registro das percepções extras e das observações do pesquisador sobre as ações e expressões verbais do ator social pesquisado.

O fato da pesquisadora ter recebido a listagem com o nome e telefone dos produtores das EMATERs locais, já diminuiu a desconfiança inicial, quanto ao objetivo deste trabalho. No caso dos produtores convencionais, o maior receio é de que o pesquisador seja algum funcionário de algum órgão de vigilância sanitária, meio ambiente ou da imprensa, que vise denegrir a imagem do morango produzido na sua propriedade. Após as primeiras entrevistas, os demais produtores já ficaram sabendo que a pesquisadora estava visitando algumas propriedades, e isto facilitava o primeiro contato, que era feito por telefone, para o agendamento da entrevista.

Neste primeiro contato para o agendamento, também foi importante o fato da pesquisadora ser natural de Salvador do Sul, um município do Vale do Caí, e ter sobrenome alemão. Como a maioria dos produtores de morango são descendentes de alemães, é comum o

uso do dialeto alemão, na área rural. Por isso, aproximadamente, 30% das entrevistas realizadas com produtores de morango, foram realizadas no dialeto alemão local.

Outro aspecto fundamental foi a participação da pesquisadora de reuniões da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz e da ECOMORANGO, em julho de 2007, onde houve a oportunidade de ser feita uma explanação, por parte da pesquisadora, sobre os objetivos da pesquisa.

Outro fator, pouco convencional em pesquisas de campo, mas que neste caso, foi uma sinergia positiva, foi o fato da pesquisadora, na segunda fase da pesquisa, estar na fase final de gestação. Esta condição, atraía a atenção das produtoras, propiciando uma afinidade, que resultava muitas vezes, na participação da esposa produtora e das filhas na entrevista que estava sendo feita ao produtor, enriquecendo com detalhes as respostas dos questionários, e principalmente o diário de campo.

1.5.4 Apresentação e Análise dos Dados

Como já visto anteriormente, a base metodológica dos questionários foi a proposta de Muchnik (2008) para a análise de um Sistema Agroalimentar Localizado. Este conjunto de quatro dimensões: a) histórica; b) técnica; c) institucional, e d) alimentícia será o norteador para a apresentação dos resultados empíricos. Nesta tese também será utilizada a técnica da história oral, numa mescla dos resultados captados nos questionários e de depoimentos dos entrevistados.

Para a análise dos resultados foi utilizado o conjunto de quatro objetos de investigação propostos por Muchnik e Velarde (2003); Muchnik (2006, 2008), que são: (A) coordenação dos atores (sistema de ação, redes sociais, etc.); (B) qualificação dos produtos (tramas institucionais, regras e normas); (C) dinâmica dos saberes e competências e, (D) gestão dos recursos (patrimonialização, formas de apropriação). Cabe destacar que os objetos de investigação em conjunto com as dimensões estão ancorados na abordagem territorial, e este conjunto é utilizado para a interpretação qualitativa dos resultados, sendo os mesmos descritos nos capítulos específicos.

Na sequência se apresenta uma figura com a síntese dos procedimentos metodológicos.

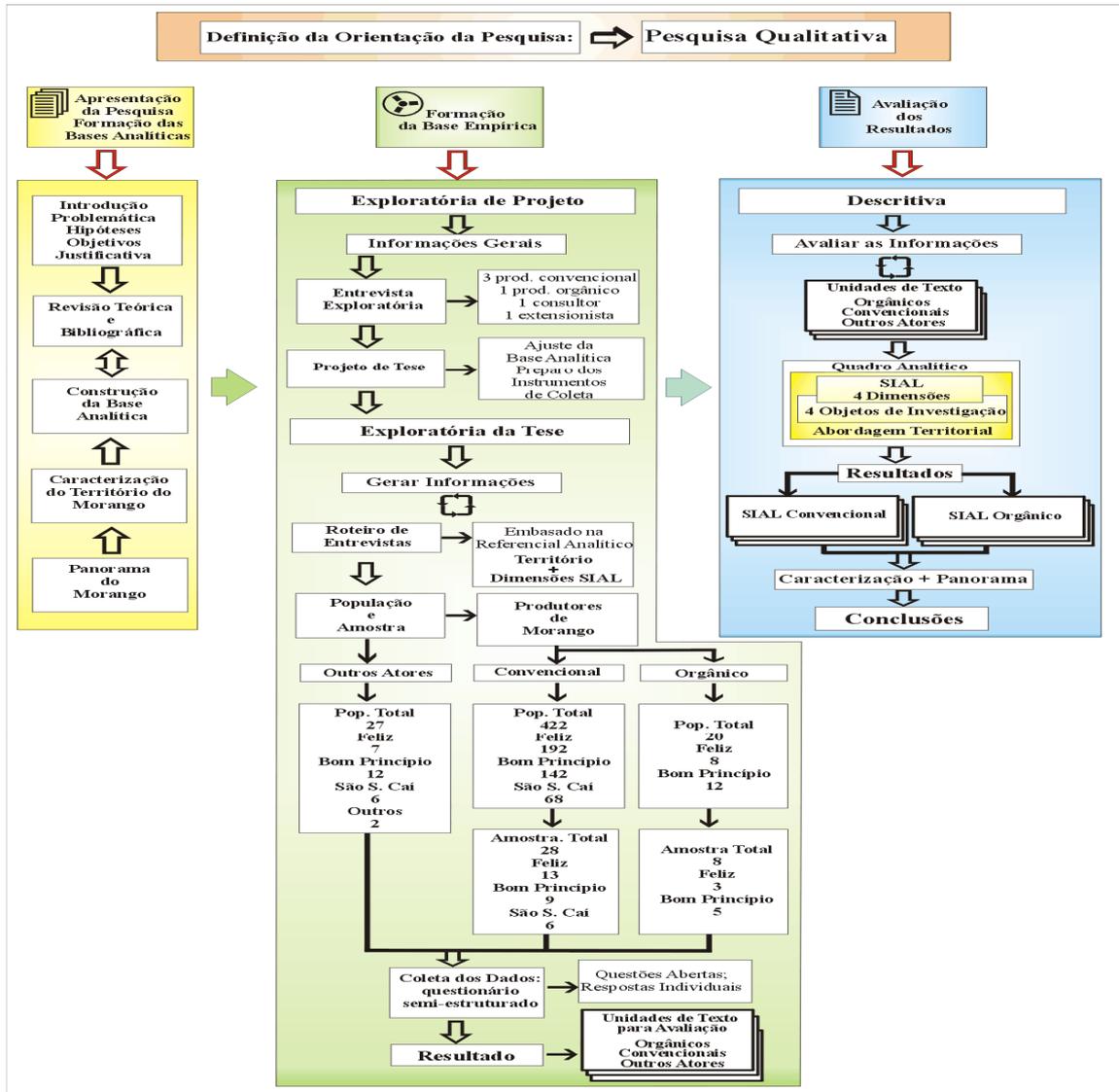


FIGURA 1: Síntese dos Procedimentos Metodológicos

Fonte: Elaborado pela autora.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

Neste 1º capítulo foi apresentada uma visão contextual da pesquisa, sendo esta articulada pelos sub-ítem: introdução da pesquisa, problema de pesquisa, objetivo principal e específicos, justificativa e relevância da pesquisa e a estrutura do trabalho.

Mas também fazem parte da estrutura deste trabalho mais sete capítulos, divididos em três partes: a) de condução, b) de ligação e c) de finalização. Como de condução serão compreendidos os capítulos 2 e 3, onde serão estabelecidos os referenciais analíticos e os capítulos 6 e 7, onde serão apresentados e analisados os resultados empíricos. As partes de

ligação serão compreendidas pelo capítulo 4, onde será apresentado o panorama do morango e o capítulo 5, onde será feita a caracterização do Território do Morango do Vale do Caí. Como finalização será apresentado o capítulo 8, com as considerações finais.

No Capítulo 2, se apresenta a evolução do conceito de Território e as principais características do debate; os seus novos usos, com ênfase para as relações de poder, as escalas geográficas e a territorialidade; a relação entre os sistemas e os aglomerados produtivos, e por fim, a questão da proximidade espacial.

O Capítulo 3, conterà referenciais bibliográficos e teóricos relacionados à abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados. Neste são estabelecidos os fundamentos balizadores desta abordagem, bem como o papel das dimensões: histórica, técnica, institucional e alimentícia para o entendimento dos objetos de investigação: (A) coordenação dos atores (sistema de ação, redes sociais, etc.); (B) qualificação dos produtos (tramas institucionais, regras e normas); (C) dinâmica dos saberes e competências e, (D) gestão dos recursos (patrimonialização, formas de apropriação). Estes objetos possibilitam o entendimento das interações e das dinâmicas internas do SIAL, a suas diversidades e o seu estágio de desenvolvimento. No final do capítulo será proposto um quadro analítico entre SIAL e Território, ou seja, uma combinação das proposições analíticas para a operacionalização das observações empíricas da tese.

No Capítulo 4, se apresenta um panorama da produção de morango em três escalas distintas: a mundial, a nacional e a estadual. Este capítulo será utilizado com uma base prospectiva para se entender o mercado do morango e as possíveis tendências para o mesmo, no Vale do Caí.

No Capítulo 5, são apresentados os aspectos Geográficos, Históricos e Socioeconômicos que caracterizam o Território do Morango e um representação cartográfica do “Território do Morango”.

No Capítulo 6, se apresenta e analisa o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional.

No Capítulo 7, se apresenta e analisa o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico.

No Capítulo 8 são apresentadas as considerações finais da tese onde serão retomadas as hipóteses da pesquisa e serão feitos comentários sobre os principais resultados, bem como sugestões para trabalhos futuros. Neste também serão apontadas as principais limitações encontradas, encerrando assim o presente trabalho.

2 EXPLORANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO COMO BASE PARA O ENTENDIMENTO DAS DINÂMICAS ESPACIAIS PRODUTIVAS

Nos últimos anos vêm sendo intensificadas as discussões sobre a importância das dinâmicas espaciais, para o entendimento das mudanças e transformações nos sistemas e nas aglomerações produtivas, pela importância que estes detêm para o futuro dos espaços urbanos e rurais diante da complexidade da globalização.

A referência espacial tem sido utilizada como uma base de apoio para dar conta da complexidade relacional e das interações contemporâneas que se mesclam em diferentes escalas, entre a global e a local, para os diferentes sistemas e agrupamentos produtivos. Diferentes abordagens têm sido estruturadas para articular fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais na busca de alavancar projetos e recursos, que atores isoladamente não teriam condições de mobilizar. Assim *Clusters*, Distritos Industriais, Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e os Sistemas Agroalimentares Localizados, dotados de diferentes metodologias, que lhes proporcionam flexibilidade analítica, propõem-se a dar conta das relações mercantis, sociais, ecológicas, culturais e políticas. Tais aplicabilidades têm sido reproduzidas para a coordenação de interesses e de estratégias coletivas fundamentais à competitividade de produtos e às políticas públicas para a promoção do desenvolvimento.

Embora cada uma das searas envolva diferentes pesquisadores com referenciais e orientações próprias, um termo comum entre estes tem ganhado força através de novos usos, e com esta ressignificação analítica tem proporcionado a permeabilidade e a aproximação entre os diferentes enfoques de reflexões: o território.

Contrariando a perspectiva setorializada e abrindo a possibilidade para o diálogo da complementaridade, o território como objeto analítico tem se prestado à construção de interpretações, em diferentes escalas, das dinâmicas relacionais proporcionadas por determinados atores sociais no tempo e no espaço. Cabe destacar que esta é uma tarefa complexa, pois ao conjugar a multitemporalidade com a multiespacialidade e todos os enfoques alternativos que ambas isoladamente proporcionam, sob um mesmo escopo analítico, incorre-se no risco de aviltar uma perspectiva em detrimento da outra. Mas por outro lado, a dificuldade é que impulsiona para o desafio da identificação das relações concretas e abstratas, dos fixos e dos fluxos, que se conforma em diferentes interfaces e

pontos de contatos multidisciplinares para proporcionar a multiplicidade de fatores que congregam o caráter pluralista para a análise.

Assim vale salientar a importância do entendimento do emprego do termo território como promotor de uma visão diferenciada para as questões espaciais. Não apenas no sentido lato do conceito basilar geográfico, mas também em outros sentidos, por vezes mais instrumentais. Recorrendo ao emérito geógrafo Milton Santos, a importância do território não se dá pelo termo em si, mas pelo seu uso. Contudo cabe uma ressalva, é importante entender o sentido do termo, que é conceito na Geografia, para uma melhor precisão na efetivação das propostas dos estudos instrumentais, pois o norte dos estudos sobre o território, respeitando a paráfrase, é devoto às considerações estabelecidas por estudiosos no âmbito desta disciplina.

Neste contexto, para além de um recorte estático o uso do território como abordagem analítica tem proporcionado apreender diferenciadamente as dinâmicas e as práticas sociais. Para o espaço rural, advém desta relação, a materialização de constructos e a análise das ações e estratégias territoriais visando à promoção e o redimensionamento das questões produtivas encadeadas com determinados sistemas agroalimentares.

Vale salientar que este conhecimento também tem sido buscado pelos pesquisadores para compreender como ocorre a interação entre os atores territoriais. Nestes casos, o estudo da proximidade tem surgido como uma abordagem complementar ao território, para o estudo da organização e coordenação articuladora voltada a satisfazer as necessidades relacionadas com a estruturação produtiva e os projetos sociais desenvolvidos no âmbito da comunidade. O efeito prático desta interlocução entre o território e a proximidade tem instrumentalizado o direcionamento das estratégias de planejamento que irão contribuir para guiar as políticas públicas.

Para discorrer sobre a importância do território para análise dos sistemas produtivos este capítulo segue a seguinte estrutura. Primeiramente torna-se fundamental orientar a discussão na apreciação do conceito de território, para identificar os caminhos e descaminhos deste conceito no âmbito da ciência geográfica. Ampliando esta perspectiva será discutida a questão dos novos usos do território, perpassando por diferentes abordagens articuladoras e articuladas pelo conceito. Num terceiro momento serão apresentados os sistemas e aglomerações produtivas contemporâneas e sua relação com a questão territorial. Com base nestes sistemas e no arcabouço analítico do território será ressaltada a importância do entendimento da proximidade espacial, questão basilar para o contexto tratado, e as interfaces para o estudo das questões ligadas ao espaço rural. A última discussão encaminha a síntese do capítulo como parte final.

2.1 O CONCEITO TERRITÓRIO E SEUS CAMINHOS NAS BASES GEOGRÁFICAS

Nos últimos anos chama a atenção o uso do termo território nas mais diferentes áreas de conhecimento, muitas destas com uma idéia cosubstanciada nas raízes disciplinares dos pesquisadores que o utilizam e nos problemas que visam resolver. Tal miríade vem ampliando o significado e proporcionando diferentes portas de entrada para se trilhar os caminhos analíticos que podem abranger desde questões político-culturais coletivas, aos limites íntimos da ação do corpo de um indivíduo. Embora estas diferentes concepções sejam importantes, para este trabalho o encaminhamento metodológico para o território será proporcionado pelos estudos relacionados com a Geografia.

Na Geografia, o território não é tratado como termo, mas sim como um conceito fundamental para esta ciência. Entre as diferentes concepções, a definição de território de Di Méo (1998) é sintética, mas abrangente, pois postula que este conjuga a materialidade social para proporcionar o entendimento da conformação do espaço geográfico e suas diferentes representações que englobam idéias, imagens, símbolos e o poder que faz representar. Para iniciar a trilhar um caminho que permita o entendimento das bases deste conceito faz-se necessário um breve resgate histórico que se inicia pelos debates na geografia política.

A Geografia Política é um ramo da ciência geográfica, que nos meios acadêmicos foi delegada a dar legitimidade ao conceito de território, tendo por referência destacada os estudos de Ratzel¹⁴. Este autor alicerçou as bases da geopolítica incorporando o “*Bereich*” ou “*Territorium*” como conceito norteador do discurso geográfico, no final do século XIX.

Ratzel, em sua obra, apresenta uma visão determinista entre o espaço físico e o Estado, que para ele se constituía no ente institucional responsável pela exploração das potencialidades do território. Seus conceitos analíticos, segundo Raffestin (1993), estavam relacionados diretamente com o Estado, a posição, as fronteiras, as zonas de contato, bem como a população e a circulação. Deste modo, o território foi embasado na concepção de Estado-Nação, sendo que seus limites espaciais apreendiam os limites políticos administrativos e jurídicos do Estado.

Esta racionalidade sustentava a noção do Estado-Nação como a forma máxima do Poder¹⁵, limitado pelas fronteiras que expressavam o contorno da escala de ação. O território era concebido e valorizado pela sua morfologia, pois somente a geometria do espaço

¹⁴ Em 1897, Friedrich Ratzel lança a obra *Politische Geographie*, onde apresenta o conceito de território, em alemão –*Bereich* ou *Territorium*.

¹⁵ Raffestin (1993) quando se refere ao poder exercido pelo Estado grava a palavra com “P” maiúsculo.

permitiria construir as estratégias, sendo estas relacionadas com a potência do Estado (Ibid, 1993).

A conceituação de território elaborada por Ratzel (1988) foi fortemente marcada pelo naturalismo (idéias de Darwin), dando origem à chamada vertente determinista do espaço vital, que foi a principal norteadora da escola alemã de geografia. Em contraponto ao determinismo geográfico alemão, surgiu a vertente possibilista criada pela escola francesa, cujo principal autor e mentor foi Paul Vidal de La Blache¹⁶.

As duas vertentes passaram a travar um embate ideológico sobre a relação entre o homem e o meio, a fim de obterem a hegemonia do pensamento geográfico na época. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o pensamento ratzeliano ressurgiu de forma apologética, influenciando e inflamando o imperialismo alemão, pois estes se sentiam prejudicados pelas restrições impostas a eles, após a derrota na Primeira Guerra Mundial. Segundo Moreira (1985), a geopolítica ganhou força na Alemanha Nazista, pelos trabalhos do geógrafo Karl Haushofer, 3º general do partido nazista, que fez uso da conceituação para fins militares, vislumbrando uma propensão desenfreada à conquista de territórios.

No final da Segunda Guerra, a Alemanha foi derrotada, sendo que esta também se estendeu a escola ratzeliana. A escola francesa lablachiana tornou-se a vencedora no debate ideológico, e a conceituação de cunho geopolítico ligado ao Estado, desenvolvido até então, passou a ser distanciado das discussões acadêmicas, pelas más repercussões causadas pelo uso do conceito de território para fins estratégicos militares. Assim, refutou-se o sentido estratégico-militar do espaço, canalizando-se o debate para o outro conceito “chave” defendido pela escola de Vidal de La Blache, a região¹⁷. A conceituação territorial analítica passou a um estado de latência, reduzindo-se quando referenciada, a uma mera designação geométrica de área, enquanto “solo” de um país ou Estado.

Como todos os conceitos têm um “ciclo de vida” e este varia conforme a qualidade explicativa e o contexto a ser explorado, é comum em determinadas ciências, que alguns conceitos possuam um ciclo de vida longo. Porém, outros, em determinadas cátedras, logo que surgem já são prontamente superados, perdendo a qualidade explicativa. Outros, ao longo deste ciclo nem chegam a entrar na condição da superação, pois acabam incorporando novas proposições, “inovações”, tornando-se novamente relevantes, sendo assim revigorados quanto

¹⁶ “Princípios de Geografia Humana” foi uma de suas principais obras. Ver bibliografia.

¹⁷ Esta ideologia segundo Moreira, assume importante papel na geografia e perdura até a sua crise, “a crise da geografia quantitativa” (1985, p. 42).

a sua capacidade analítica. Neste último apontamento se circunscreve o Território que, de uma morte anunciada por alguns autores, ressurgiu, passando por um rearranjo interpretativo.

Na obra *The Significance of Territory*, Gottmann (1973), de certo modo, já apontava para uma possível fluidez das relações entre os países, e isto *a priori* acabaria relaxando os sentidos das fronteiras como contingenciadoras e organizadoras do acesso ao espaço. Neste contexto as questões relacionais entre as nações poderiam ser desenvolvidas no sentido de uma complementaridade, onde o território assumiria uma *new social function*, para estabelecer o bem estar como uma condição futura. Contudo como apontam Schneider e Tartaruga (2004), o debate preconizado por Gottmann tem as mesmas deficiências em termos da aceção do território, que as contidas no trabalho de Ratzel, isto é, incluem nestas as limitações da prevalência do território sob o enfoque estatal ainda amalgamado no contexto socioeconômico da década de 70.

Duas décadas após, Badie (1995) lançou a obra “O Fim dos Territórios”, onde associou a idéia do fim ao efeito convergente da internacionalização das políticas econômicas, das lógicas de mercado e do progresso tecnológico. Tal condição conferia aos atores sociais uma mobilidade incessantemente mais afirmada, corrompendo a pertinência dos territórios próprios dos Estados-Nações, do quadro de soberania, e da vocação deste de controlar de forma determinante as ações e as relações sociais.

Com efeito, a questão relacional é levada à frente nas considerações de Badie (1995) e faz com que o autor promulgue as redes como as substitutas do território pois, segundo ele, a ordem das redes de relações atravessa o território, enfraquecendo-o, fazendo-o perder precisamente essa coesão e esse caráter excepcional que fundava a sua natureza essencialmente política.

Porém, contrariando as previsões de Badie, o território não foi substituído pelas redes, nem tampouco foi decretado seu fim. O conceito, raiz da ciência geográfica, acabou sofrendo um processo de atualização e tornou-se tema de discussão para vários autores como Bertha Becker, Claude Raffestin e Robert Sack, nos anos oitenta; e Milton Santos, Paul Claval, Rogério Haesbaert e Marcelo Souza, na década de noventa, entre outros.

Além disso, o conceito alçou um *status* transdisciplinar, visto que outras disciplinas passaram a utilizá-lo como categoria explicativa ampliando o diálogo entre as ciências¹⁸. Este retorno do território como conceito analítico proporcionou uma resposta alternativa aos novos fatos que despontaram com a conjuntura mundial do final do século XX e modificaram as

¹⁸ Verifica-se o uso recorrente da categoria na antropologia, economia, sociologia, psicologia, entre outras.

relações espaço-poder. Deste modo, a análise territorial passou a ser abarcada pelos teóricos e gestores de duas formas. Por um lado, tendem a estabelecer uma homogeneidade territorial induzida pela transnacionalização, onde os Estados se apresentam como colaboradores à ciranda econômica que prega a igualdade competitiva, tendendo a uma homogeneidade padronizada (PEREIRA, 1996), que dispensaria uma análise das relações espaciais, onde o território seria concebido como único.

Por outro lado, esta homogeneidade é contestada (FIORI, 1994b), pois os mercados são diferenciados pela intensa desigualdade tecnológica, forçando ao surgimento das especificidades dos movimentos sociais em diferentes escalas territoriais, na composição de arranjos territoriais distintos para enfrentar o jogo da segregação e da imposição globalizante, tendo como estratégias a diversidade espacial, sendo o território visto, neste caso, de forma fragmentada. Com efeito, o território tornou-se a arena da oposição entre o mercado e a sociedade civil, onde as redes transportam as verticalidades, e as horizontalidades tangenciam os atores e suas ações (SANTOS, 1994).

Este contexto paradoxal confere relevância ao conceito de território, nesta era da tecnologia e da informação, sendo que a partir desta realidade foram sendo desdobradas várias alternativas analíticas, novos usos para a gestão e o entendimento da formação do espaço social, bem como um “olhar” diferenciado para quem o produz, pois a atuação dos diversos atores é intrínseca à escala global, devido à economia dita globalizada, que perpassa por todas as escalas, até chegar ao local.

A macro-escala nunca esteve tão próxima da micro-escala, e vice-versa, sendo que os problemas de gestão e apropriação do espaço se fazem presentes na articulação de diferentes recortes espaciais. E no cerne desta problemática torna-se difícil dissociar da idéia do território a apropriação do conflito, isto é uma forma de restrição à gestão territorial (BRUNET, 2001).

Assim, a passagem de uma concepção linear para uma noção que incorpora elementos da problemática social, levou à ampliação da capacidade analítica deste conceito. Logo, “face a multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território” (BECKER, 1983, p.7), qualificando o seu retorno na era da globalização econômica.

2.2 OS NOVOS USOS E SIGNIFICADOS DO TERRITÓRIO

Como o fim dos territórios não foi factual, a proposição teve seu revés e serviu para alavancar as discussões sobre o “retorno” do território. Em parte este retorno efetuou-se por uma “nova” postura interpretativa na qual, como afirma Santos (1994, p.15), o enfoque ressurgiu pelo “uso do território, e não o território em si mesmo”, isto é, foram suplantados os fundamentos do território exclusivo do Estado-Nação.

Sob este enfoque a idéia de uma forma geométrica espacial evoluiu para uma forma flexível multiescalar, determinada pelas manifestações das relações do cotidiano, do vivido, e pela multidimensionalidade do poder em sua constante oscilação entre simetrias e assimetrias presentes na prática social, ou seja, o território tornou-se um híbrido¹⁹.

A partir das discussões analíticas em torno deste conceito, Haesbaert (2004, p. 91), apresenta uma síntese das várias noções de território, agrupadas em três vertentes básicas: a política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas), onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce determinado poder; a cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva; e a econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho.

O autor, nesta síntese, não apresenta a pretensão de classificar a análise conceitual de território como algo finito, mas ao contrário, busca facilitar a compreensão das óticas analíticas dos diversos autores que estudam o conceito; instigando a novas leituras das territorialidades e dos diferentes usos do território.

Deste modo, o estudo do território, passa a congrega uma gama de abordagens que se imbricam para o entendimento das suas proposições. Contudo, no cerne do conceito poderiam ser destacadas três questões frequentes nas discussões da temática do território: duas articuladoras que são as noções de escalas e do poder, e uma que é articulada, a territorialidade. De uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, estas noções formam a base analítica, sendo relevante para os diferentes estudos que se utilizam do território como abordagem interpretativa. Assim, para o entendimento da questão dos “novos” usos do território, destaca-se a questão da relação entre o território e as escalas geográficas, para a interface do território com o poder, contemplando assim as dimensões articuladoras.

¹⁹ O conceito de território híbrido está explicitado no artigo “Des-caminhos e Perspectivas do Território”. Ver bibliografia.

Além disso, são estabelecidas algumas considerações sobre a questão da territorialidade, construto que é articulado pelo conceito de território. Cabe destacar que estes itens são abordados de forma pontual, e estão aquém de perfazer uma síntese para o debate, mas o conteúdo abordado sobre o território corrobora para o entendimento dos propósitos do trabalho a ser desenvolvido.

2.2.1 A Relação entre o Território e as Escalas Geográficas

Embora nas ciências sociais o uso das escalas geográficas seja pouco usual, considera-se que este permite um contributo importante, pois permite um olhar de mediação entre o propósito e a ação dos atores sociais e institucionais, de diferentes níveis espaciais, sobre o fenômeno a ser investigado. Desta forma possibilitam um “olhar” sistemático para as ocorrências territoriais que transladam das micro-escalas compreendidas pelos estudos do local profundo, para as macro-escalas que se detém sobre o global superficial.

Deste modo, cabe neste instante, uma ênfase ao uso das escalas, que há muito tempo vêm sendo alvo de análises epistemológicas de várias áreas do conhecimento, a partir das exatas às humanas, de modo especial na geografia. Esta realidade deriva da situação de que comumente as escalas cartográficas são confundidas com as escalas geográficas.

Esta busca de retirar as amarras da escala geográfica, em relação à escala cartográfica, já foi almejada por Lacoste em 1988²⁰, quando ele introduziu na discussão, novas categorias de análise como: a) conjuntos espaciais, definidos por elementos e suas relações, e o traçado de seus contornos cartográficos particulares; b) ordem de grandeza, onde o enfoque é o tamanho e a dimensão; c) nível de análise, do recorte espacial a ser investigado; e d) espaço de concepção, ou seja, o nível de concepção em relação ao problema a ser investigado. Porém, ao categorizar a análise escalar, o autor não conseguiu se desvencilhar da problemática central, de pautar as escalas em uma medida de superfície, caindo novamente no paralelismo entre as escalas e a representação cartográfica.

No esforço de se conseguir uma distinção entre as escalas cartográficas e as escalas geográficas, temos também outros autores, como Racine, Raffestin e Ruffy (1983), que afirmam que a escala cartográfica é a representação geométrica do espaço, enquanto que a escala geográfica exprime a forma como a sociedade age e se relaciona com e sob esta forma geométrica do espaço. Neste sentido, estes autores enfatizam que a escala pode ser a

²⁰ A obra original de Yves Lacoste, “La Géographie, Ça Sert, D’Abord, À Faire La Guerre” em que ele aborda a questão das escalas foi publicada em 1976, sendo sua tradução lançada no Brasil em 1988.

mediadora, quando mencionam que vários estudos empíricos demonstram que existem propriedades globais em diferentes níveis escalares levando à necessidade de se perceber que cada estudo deve ser formatado dentro de seu campo de pertinência, tanto em relação ao recorte espacial escolhido, quanto aos dados utilizados na análise.

A possibilidade de uma multianálise de um objeto é factível, pois as escalas, segundo Rückert (2001), não privilegiam apenas um nível de análise, o que permite a escolha de diferentes espaços de conceitualização. Com efeito, cada nível é uma abstração que permite que se vejam determinadas características, previamente escolhidas, para o processo de investigação.

A utilização de uma escala manifesta uma intenção do pesquisador de observar seu objeto de estudo. Racine, Raffestin e Ruffy (1983) salientam que tanto a homogeneidade, quanto a heterogeneidade resultam da forma de observação do pesquisador, para com os vários elementos que compõem o objeto de análise, escolha esta, que deve ser consciente e explicitada.

Na verdade, como pontua Castro (1995), cada escala evidencia relações, fenômenos, fatos, que em outro recorte ou nível escalar, provavelmente não teria a mesma visibilidade. O enfoque das escalas também permite captar a escala simbólica, os particularismos dos espaços, que ora os destaca, ora os diferencia, o que decorre do fato da escala normalmente não ser uma medida objetiva.

Em face destas questões, torna-se perceptível que a escala tanto no nível descritivo, como explicativo, permite captar a natureza das observações e a imagem que derivará desta, ou seja, a escala geográfica pode ser considerada um artifício analítico que dá visibilidade ao real (CASTRO, 1995).

É justamente por isso, que o nível escalar a ser analisado, estará sempre imbuído de relações com as demais escalas. Convém destacar que o estudo pelo prisma das escalas permite que se agregue a análise temporal, no sentido que é possível perceber como a ação dos atores vem se modificando ao longo do tempo, com reflexos na composição das escalas, que vêm se reestruturando continuamente, com destaque a partir da década de 80, quando o Estado deixa de ser um ente institucional centralizador e passa a ser um ente regulador, mantendo porém, importância no arranjo econômico-político em todos os níveis.

No decorrer desta mudança novos papéis passaram a ser absorvidos pelo mercado financeiro e produtivo, bem como pela sociedade civil. Tal situação levou às chamadas homogeneidades globais e por outro lado, permitiu que aflorassem as energias e sinergias locais. Na literatura científica e em muitas políticas públicas, o local passou a ser o mote

principal de análise, onde novas formas de solidariedade, empreendedorismos e utilização de recursos levariam a um projeto de desenvolvimento sustentável que atenderia todas as demandas sociais e econômicas do coletivo local.

Mas as políticas que visam somente a escala local apresentam-se, conforme Acsegrad (2002), como promotoras de consensos e de paradoxos, no sentido em que estruturas de formação de consenso e novas formas de solidariedade dificilmente poderiam oferecer ganhos equivalentes a todos os atores sociais e econômicos. Além disso, deve-se levar em conta, segundo Brandão *et al.* (2006), que não é somente o labor dos agentes empreendedores locais que mobilizam os potenciais endógenos de alguma localidade. O papel dos agentes não-locais necessariamente deve ser incorporado à análise, pois somente assim os diferentes modos de ação dos atores são possíveis, com seus conflitos e consensos, ou seja, é necessário que se descortinem as heterogeneidades.

Em face dessas questões, o território vem se tornando bastante útil para a análise da realidade, pois as ações dos atores sociais, políticos e institucionais não são vistas de forma estanque, facilitando ao observador enxergar as diferentes escalas geográficas, da global à local, de modo multiescalar. Tal concepção para Becker (1988) privilegia os níveis de gestão territorial e o afloramento das ideologias e das ações dos atores públicos e privados, sendo estas uma manifestação expressa do poder.

2.2.2 A Interface entre Território e o Poder

A identificação das formas e usos do poder na apropriação do espaço nem sempre são visíveis e frequentemente são de difícil identificação. Na raiz do conceito de território, o poder, na sua origem, esteve associado a condição unidirecional e determinante do poder estatal legado pela geografia política. O tensionamento desta proposição utilitarista quase sentenciou o abandono da noção de território, como referenciado anteriormente.

Em face da imponência da palavra, como aponta Souza (1995), o território tende a evocar o domínio nacional e nesta se faz reflexo o pensamento do Estado como gestor dos grandes espaços. Contudo, ressalta o autor, este domínio não precisa ficar restrito à grande escala, pois territórios são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas, sendo estes associados ou não à condição estatal, pois território é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995). E estas relações perpassam diferentes domínios públicos e privados que condicionam a delimitação.

Embora seja importante a questão política ligada ao poder exercido pelo Estado, no âmbito dos territórios, também se manifestam outras formas de relações de poder. Em termos de literatura referencial para a análise de poder e território a obra de Claude Raffestin, “Por uma geografia do Poder”, de 1993 é de seminal importância. Nesta o autor amplia a questão do poder, saindo da esfera estatal, com as cabidas críticas, e amplia a relação incluindo nesta, a questão dos recursos, da população e do território.

Já no início de sua obra, Raffestin adverte o leitor sobre a difícil definição de poder, pois este se representa mal. Mas nem por isso deve-se desistir de se observar as suas manifestações nas relações sociais, sugerindo o enfrentamento da questão por meio de aproximações sucessivas. Neste ínterim, o autor faz uma diferenciação entre: o poder exercido nas relações com o Estado, sendo este grafado com “P” maiúsculo e o poder atribuído às relações do cotidiano, grafado com “p” minúsculo. Ainda sobre esta diferenciação, pontua que o Poder do Estado é melhor identificado por se manifestar através de ações estruturantes que se encerram nos territórios, como o controle sobre a população e os recursos. Já o poder que se manifesta nas relações do cotidiano é dissimulado, por vezes se esconde na sombra do “P” maiúsculo, e é exercido através de mecanismos sutis de dominação que se encerram nas relações proximais. Habilmente Raffestin recorre à Foucault para cercar pontuações sobre as manifestações sociais da natureza do poder e aponta diferentes concepções que ajudam a percebê-lo. Como direcionamento, coloca que o poder é multidimensional e difuso quanto a sua origem, se manifesta em diferentes relações econômicas, sociais, culturais, entre outras. Além disso é direcionado por uma intencionalidade, e onde o poder se manifesta tende a gerar resistência. Assim, o poder é imanente das relações sociais, sendo bastante intuitivo, e a resistência exprime o caráter dissimétrico presente nas relações.

Focalizando na relação entre território e poder, Raffestin começa as suas ponderações distinguindo território do espaço. Para o autor, o território se distingue do espaço por ser anterior a este, sendo o mesmo resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, que se apropria e transforma o espaço. Em outras palavras, o território é também um produto consumido, vivenciado por atores que não participaram diretamente da sua elaboração, mas mesmo assim o utilizam como um meio.

Para a análise das relações que se desenvolvem sobre o espaço, o autor propõe o sistema territorial, sendo este composto por: superfícies, pontos e linhas que se confrontam com os sistemas de objetivos e de ações, conhecimentos e práticas, compreendidos pelas dimensões: econômica, política, social e cultural. O cruzamento destas relações gera a produção territorial através da conformação de tessituras (malhas), nós e redes.

As tessituras são os objetos, o conjunto das formas que estão ordenadas no território, sendo o poder mensurado pela densidade das relações sociais manifestadas. Os nós são os pontos focais de poder, e as redes são os sistemas de linhas que delimitam e estruturam as tessituras, sendo a rede a imagem do poder. Especificamente as redes, para Raffestin, perpassam diferentes escalas, tem uma história que se espelha no território nas quais se encontram instaladas, e se relacionam com os modos de produção que possibilitaram a sua instalação e as técnicas que lhes dão forma, por isso são feitas à imagem do poder.

Estreito com a relação entre poder e território, as ponderações sobre o que são recursos, tecidas por Raffestin, trazem uma importante conotação para a questão da apropriação e uso do espaço. Para o autor, os recursos são produtos de uma relação entre a matéria, dado puro, e sua possibilidade de transformação pelo trabalho humano, sendo este resultante das técnicas que podem ser simétricas ou assimétricas com o meio material. Quanto ao tecnicismo, este é simétrico, e as técnicas se caracterizam por relações que preservam o meio material, sendo destrutivas quando assimétricas. Assim, toda a mobilização de recursos pressupõe um domínio mínimo para a exploração, sendo necessária uma avaliação da viabilidade sobre esta potencialidade em termos de custos que se relacionam diretamente com a condição da matéria e o domínio das técnicas para efetivar a ação.

Nestes termos, apreciando as colocações do autor, observa-se que nem toda a matéria-prima disponível na natureza com potencialidade para ser transformada em produto pode ser considerado como recurso. É necessário para apropriação e domínio, avaliar suas restrições em termos de custos de exploração, sendo estes de ordem econômica, social, política, e atualmente com saliente importância para o ambiental. Neste contexto as relações pressupõem conflitos, por estarem lidando com a apropriação de bens de atores que podem ocupar posições espaço-temporais distintas. A distinção pode estar lastreada pelas diferentes quantidades e qualidades de energia e informação dispostas entre os atores que lhes proporciona o poder de forma assimétrica (RAFFESTIN, 1993).

A contribuição de Raffestin para se entender as interfaces entre o território e o poder são de singular importância para a disciplina geográfica. Contudo, esta não está isenta de críticas. Para Souza (1995), a construção analítica estabelecida por Raffestin peca no sentido de propor o território como um substrato, o espaço social em si, pois todo o território é oriundo de uma ação social e não se faz necessário ratificar esta ligação. “Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social, ao menos enquanto o homem estiver presente” (1995, p. 96). Portanto, Souza critica a redundância que empobrece o sentido relacional, foco primordial do trabalho,

e destaca que o território é um campo de forças articulado por relações de poder que operam sobre um substrato referencial que é o espaço. Neste termos, o autor enfatiza a relação e não a base geográfica.

A crítica estabelecida por Souza às considerações de Raffestin são pertinentes, porém não invalidam a importância analítica produzida pela sua obra. Mesmo que o sentido relacional possa estar enfraquecido, o esforço para organizar a reflexão de como integrar o poder na análise do território, sob diferentes enfoques, é que deve ser enaltecido.

Nestes termos, “território” e “poder” são faces sobrepostas em uma mesma moeda. A interface é dada pela relação de forças que acaba assumindo um caráter único para se entender como e porque os conflitos são gerados e gerenciados por quem domina ou influencia as ações de outros atores sociais no espaço. A observação das características que configuram as disputas pela apropriação ou domínio dos recursos materiais e imateriais nas diferentes dimensões: econômicas, políticas, sociais, culturais e ecológicas, qualificam a interface e podem ser consideradas como elementos essenciais para o entendimento de determinada condição à configuração territorial.

2.2.3 A Constituição da Territorialidade

Assim como o conceito de território, a noção da territorialidade também vem sofrendo reestruturações. Na concepção ratzeliana, limitava-se a uma visão naturalista da vinculação do homem com a terra, sendo esta concebida como uma continuidade do seu ser, uma necessidade. No final do século XX, novas perspectivas passam a ser valorizadas ao serem incluídas para as análises outras dimensões como: as culturais, as simbólicas e as identitárias, mais flexíveis e abstratas que as tradicionais fronteiras materiais geométricas.

Neste rol de transformações que passaram a incidir sobre a perspectiva do estudo do território e seus desdobramentos como a territorialidade, a obra *Human Territoriality* de Rober Sack (1986), tem uma importância destacada. O autor se vale de três elementos básicos: a classificação, a comunicação e o poder para justificar a fluidez e a mobilidade da territorialidade, sendo esta eminentemente humana e social, completamente distinta da, até então, concepção naturalista que se estendia aos animais como sinônimo de área de sobrevivência.

Destacando os elementos, por “classificação” são pontuadas questões relacionadas à dimensão territorial, condicionada aos limitantes físicos espaciais e ao tipo. Para os limites físicos é abordada a questão da proximidade e a sua influência na identidade de um grupo.

Quanto ao tipo, se averigua como ocorre a manutenção ou extensão do poder sobre determinado território. Para a “comunicação”, condição que expressa os limites de uma interação, são abordados os sinais físicos ou simbólicos como indicativos de posse ou exclusão territorial para difundir a territorialidade. O “poder” para Sack é uma forma de coação ou controle que se reflete na territorialidade através do uso da força na estratégia de apropriação das coisas ou recursos, sendo este exacerbado mediante a escassez dos mesmos.

A territorialidade humana compreendida por Sack tem como cerne a efetivação do controle sobre determinada área ou espaço, propriamente comunicado, onde se tornam explícitas as estratégias espaciais como uma forma de poder para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas. Contudo, esta análise deve ser resguardada do cunho determinista para que se avance em direção a novas reflexões.

Portanto a territorialidade para Sack, figura como uma condição necessária à formação e evolução do território, pois depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo. Neste ínterim, traz como contribuição singular a questão da mobilidade, em oposição “à concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de uma grande estabilidade no tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 105).

Avançando nas concepções sobre a territorialidade, Raffestin destaca esta como um reflexo da “multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (1993, p. 158). Para o autor a territorialidade é dinâmica e relacional, manifesta-se em todas as escalas espaciais e temporais, sendo a “face vivida da face agida do poder” (1993, p.162). Se a territorialidade em Sack era concreta e regulada por mecanismos de controle, em Raffestin esta passa a ser mais abstrata, mantida pelas “relações do vivido das populações, pelas relações econômicas, pelos laços de solidariedade e pelas conformidades entre linguagem e costumes” (1993, p. 173). Tais condições sustentam a territorialidade, sendo esta mantida por vínculos afetivos desenvolvidos no cotidiano.

Na relação da territorialidade com o cotidiano, o vivido, Mesquita destaca que a territorialidade também pode ser entendida como “a projeção de nossa identidade sobre o território” (1998, p.72). E estabelece três diferentes concepções, que comumente vivenciamos, tendo consciência ou não desta ocorrência, que são: a territorialidade familiar relacionada com sentimentos de pertencimento; a territorialidade senhorial que se circunscreve a questão da posse além da pertença; e, a territorialidade cultural manifestada pelos usos, costumes e linguagem.

A territorialidade de base cultural estabelece um novo significado ao espaço apropriado, que passa a ter uma identidade concebida através de uma relação histórico-espacial concretizada entre os atores e o meio, “os homens não podem, entretanto viver sem dar um sentido àquilo que os cerca” (CLAVAL, 2001, p. 293), e o que os cerca é a sua própria territorialidade.

Na verdade, a territorialidade está enrustida no espaço, tendo uma significação individual e social dentro de uma escala geográfica móvel que apreende a projeção da realidade, ou seja, as territorialidades são intrínsecas ao espaço social, e para Heidrich este é “objeto de contínua transformação, à medida que incorpora novas propriedades e condições advindas da ação social sobre a existência geral” (2004, p.49).

Na mesma linha de pensamento, Albagli (2004) destaca que a territorialidade é um atributo humano, condicionada por normas sociais e valores culturais, e tem como referência as interações entre um indivíduo ou um grupo com o meio, para estabelecer um sentimento de pertencimento e um modo de agir neste espaço. Para o contexto atual, a autora destaca que as transformações oriundas da globalização nas bases técnicas e produtivas têm influenciado na questão da territorialidade, alçando esta como um fator de diferenciação competitiva. Tal condição pode estar minando as bases da territorialidade, ao afetar os laços de identidade e cooperação, as especificidades culturais, as tipicidades e a natureza aliada ao patrimônio ambiental entre outras, em prol de uma ancoragem física exploratória e destrutiva de origem externa.

Esta dilapidação da territorialidade, segundo Albagli (2004), torna-se insustentável no curto prazo destruindo o capital social, o meio ambiente e os recursos locais, enfim a própria territorialidade. Como sugestão para estancar este processo, a autora aponta que deve ser valorizado o senso de identidade e pertencimento territorial, a exclusividade e tipicidade e as interações entre os atores locais. Além disso, é importante também a geração de conhecimentos sobre as especificidades do território, associadas à promoção de ações coletivas mobilizadoras de sociabilidades, e o regaste e valorização de imagens e símbolos, bem como a definição das ações dos poderes públicos e privados para o reconhecimento e valorização da territorialidade.

Mesmo que as questões da globalização estejam tencionando a noção da territorialidade, de certa forma promovendo a sua mercantilização, não se pode resigná-la da “modernidade”, com o risco de se perder determinadas oportunidades por uma apologia ao apego à tradição, e aos costumes, pois a territorialidade “pressupõe também a preocupação com o destino e a construção do futuro” (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

As precauções devem ser tomadas quando há a necessidade da manutenção de uma identidade que seja reflexo da condição territorial estabelecida pelas práticas sociais, e estas envolvem a preservação da paisagem natural e construída, e das singularidades, de modo a se entender o real sentido da territorialidade. Embora todas estas condições sejam importantes, as interações, conexões e disjunções que condicionam a construção social do “conteúdo” humano para o território, tem sentido se forem percebidas e apropriadas pelas comunidades a que lhes são tributárias.

“Para a construção de um processo de inclusão não basta estar no espaço e ter relações com o mercado, pois a inclusão se viabiliza pela realização de ações voltadas para o oferecimento de vínculos com o espaço (...). Colocando desta forma, os vínculos territoriais são resultantes de ações ou práticas sociais de condução e representações de vida” (HEIDRICH, 2004, p. 62-63).

Nesta condição a territorialidade é posta como uma condição provedora de sinergias positivas para transformar em valor, diferenciais físicos e humanos, a fim de serem apreendidos em produtos territoriais, que em uma transação de mercado acabam corroborando com a reprodução social de um bem coletivo, em uma localidade. Na proposição, a territorialidade é pressupostamente mercantilizada, mas condicionada à forma solidária, para induzir a mudança social em prol da emancipação e autonomia da comunidade territorial.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS E OS AGLOMERADOS PRODUTIVOS CONTEMPORÂNEOS COM A QUESTÃO TERRITORIAL

Com o processo de globalização, vem sendo fomentada uma reorganização do espaço, onde são incluídos e excluídos vários países ou parte desses, além de mudanças na economia, na política e na cultura, e por consequência, no comportamento e nas demandas da sociedade. Desta forma, para Conti, “a estrutura de referência do comportamento econômico constitui, cada vez mais, um conjunto variado (no espaço) e variável (no tempo) de recursos, mercados e conhecimento tecnológico e, cada vez menos, é restrito às fronteiras nacionais e continentais” (2005, p. 214).

Esta realidade denota o que para Bonanno *et al.* (2004) seriam as possibilidades de novas alternativas, onde se mesclam efeitos positivos e negativos da globalização, que no caso da agricultura podem ser resumidos em quatro aspectos: a) as cadeias de *commodities* que estão calcadas na exploração intensiva dos recursos naturais e humanos e beneficiam uma parcela limitada de segmentos da sociedade, por isso ações locais deveriam elencar uma

reorganização de prioridades nestas cadeias; b) ocorrem divergências entre as agendas das corporações transnacionais e de alguns grupos de consumidores, pois as corporações transnacionais buscam a racionalização do processo de produção, enquanto muitos consumidores estão desenvolvendo novas sensibilidades culturais sobre a qualidade do consumo e por isso não estão interessados em produtos baratos, mas sim, na qualidade do produto, levando os mercados a se redefinirem pelas ações dos consumidores; c) as demandas de alguns grupos de consumidores que se preocupam com a qualidade e o meio ambiente são vistas com uma ameaça por parte dos trabalhadores que vêem essas demandas ameaçarem seus empregos, e d) a globalização vem alterando a estrutura da política, sendo que na escala interna instituições políticas tradicionais vêm perdendo espaço para as ligações verticais e principalmente as ligações horizontais entre os atores, e as ações internacionais requerem estratégias de solidariedade que ultrapassem as fronteiras locais e nacionais.

Mas essas mudanças, além da agricultura, também refletem na indústria, que vem valorizando a proximidade geográfica, ou seja, as empresas industriais e agroindustriais, apesar de atuarem em escala global, vêm buscando sempre mais incorporar características de ambientes locais no seu processo produtivo. Na verdade, apesar do receio que existiu nos anos 80, de que a globalização levaria a uma padronização dos modos produtivos, padrões de consumo e estilos de vida em escala mundial, vem sendo percebido por outro lado, que o processo de globalização também contribuiu para valorizar diferenças e especificidades locais.

Esta nova valorização do local contribuiu para que a partir da década de 90, diferentes formas produtivas passassem a ser caracterizadas, pelo que Borja e Castells (1997) chamariam de conjunto de sinergia econômica e social, onde no centro de gestão do global, as características do local se manifestam nos três pilares: da produtividade e da competitividade econômica, da integração sociocultural e da representação, e da gestão pública.

Outros autores também enfatizam suas análises sobre essas novas formas produtivas, exponenciando o papel do local, como Asheim e Cooke (1997), que pautam sua importância em quatro pontos: a) o capital humano, e as interações entre universidades, centros de treinamento, escolas e empresas; b) a constituição de redes formais e informais, quando da realização de negócios e troca de informações, através de encontros planejados ou causais entre vendedores e compradores; c) sinergias compartilhadas; e d) existência e uso de poderes estratégicos de administração pública e privada. Neste sentido, o papel da sociedade civil passa a ter maior envergadura nesta nova estruturação, propiciando maior força às formas associativas da sociedade civil, como ONGs, cooperativas, sindicatos, entre outros.

Esta conjuntura com as especificidades locais, onde estão intrínsecas as ações dos atores locais, tanto das pessoas, como das instituições vem, portanto, fomentando mudanças nas formas produtivas do campo e nas indústrias. Várias empresas estão enfrentando os desafios macroeconômicos, instalando-se em aglomerados geográficos em que a eficiência coletiva proporciona vantagens competitivas para as mesmas.

As empresas que se aglomeram geograficamente buscam conjugar a lógica produtiva global com as especificidades locais, tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais), do espaço geográfico em que se localizam. Esta forma de gestão das indústrias também leva à direção de novos olhares à pesquisa econômica e social contemporânea, abrindo-se espaço para novas noções e conceitos. Desta forma surgiram os estudos referentes aos *clusters*, distritos industriais, sistemas produtivos locais – SPL e arranjos produtivos locais – APL, entre outros. Estes arranjos espaciais têm diferentes configurações territoriais, mobilizam diferenciadamente a economia, estabelecem diferentes divisões socioespaciais do trabalho, agregam conhecimento e transformam as idéias em inovações, e estas em distintos graus de empreendedorismo e competitividade. Diante desta profusão de abordagens com diferentes ênfases para os sistemas produtivos, resgata-se a idéia central de cada uma destas para entender a ligação das mesmas com a questão territorial.

2.3.1 Os Clusters

O *cluster*, termo anglo-americano, genericamente se refere aos aglomerados de empresas que desenvolvem atividades similares, tendo maior ênfase à competição do que à cooperação, como fator de dinamismo. O interesse da academia pelos *clusters* surgiu devido às várias alterações ocorridas no ambiente competitivo da firma, a partir do final da década de 70.

Assim, no início da década de 90 surgiram duas obras importantes. Porter (A Vantagem Competitiva das Nações, 1989) e Krugman (*Geography and Trade*, 1991). Para Porter (1989), um *cluster* se caracteriza por uma concentração geográfica de firmas de determinado setor de atividade e instituições correlatas, numa área relativamente definida, onde as vantagens competitivas são estimuladas por um modo particular de competição, onde os aspectos do ambiente externo são vitais, mas os atributos de uma área geográfica determinada também influenciariam na competitividade da firma, sendo importantes para a sustentação das estratégias, na busca da manutenção dos padrões competitivos.

Já Krugman (1991), seguiu a linha da Geografia Econômica, baseando sua análise no foco das economias de escala e múltiplos desequilíbrios. Inicialmente fez uso das obras de Marshall para identificar a natureza das externalidades que propiciam a concentração de uma firma. A partir disto, definiu que os *clusters* são uma concentração de firmas numa determinada região, ou seja, se caracterizam por terem uma escala externa às organizações, e uma escala interna em relação à concentração espacial da sua atividade econômica.

Para Schmitz (1997, p. 164) os *clusters* são “uma forma especial de organização industrial em que pequenas firmas concentram-se, setorial ou geograficamente”. O autor ainda enfatiza, que esta proximidade pode potencializar ganhos de eficiência que seriam difíceis de serem alcançados pelas firmas individualmente. Esta linha conceitual sobre os *clusters* também é abordada em Schmitz e Nadvi (1999), quando os mesmos são definidos, como concentrações geográficas e setoriais de empresas, onde a interação entre empresas no nível local gera eficiência coletiva.

Como crítica à abordagem, verifica-se que esta considera muito pouco as organizações de ensino, pesquisa e desenvolvimento, e o apoio de financiamento, além de simplificar o papel da inovação e da tecnologia.

2.3.2 Os Distritos Industriais

O conceito de distritos industriais foi criado no final do século XIX pelo economista Alfred Marshall, quando este observou na Inglaterra a organização espacial de pequenas firmas manufatureiras, que geralmente se aglomeravam na periferia dos centros produtores. A partir de então passou a analisar os motivos que levavam à concentração destas firmas, sendo então denominadas de “indústria localizada” (MARSHALL, 1988), e só posteriormente como distritos industriais.

Naquela época, a aglomeração se dava em função dos aspectos físicos, como o clima e o solo, a proximidade das pedreiras e fornos de carvão, além da necessidade de um acesso favorável por terra ou mar para escoar as mercadorias nos principais mercados consumidores. Mas este conceito durante bastante tempo ficou em latência.

No final do século XX, o interesse internacional pelos distritos industriais foi retomado na academia e no debate político. Os distritos industriais, também denominados de distritos marshallianos, que se formaram na região centro e nordeste da Itália, foram denominados por Bagnasco (1999) de Terceira Itália. No caso italiano, algumas características eram peculiares da região de Emilia Romagna, como o tamanho pequeno das firmas, a

cooperação entre as firmas e a comunidade local, o governo progressista local e o capital social.

De modo geral, esta concentração espacial das firmas, na Itália, e posteriormente em outros países europeus, e algumas regiões dos Estados Unidos passou a ser novamente percebida, pois em função desta surgiram várias sinergias positivas como: acesso à mão-de-obra qualificada, existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários, sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes, e alto grau de especialização e interdependência, tanto de caráter vertical (entre empresas de atividades complementares em diferentes segmentos da cadeia produtiva), quanto horizontal (entre empresas do mesmo segmento).

De fato, a organização dos distritos industriais potencializa a elevação da capacidade inovativa, e os ganhos de escala e redução de custos, que são particularmente vantajosos para pequenas firmas. Estes ganhos, independentemente do tamanho da escala produtiva, foram denominados por Schmitz (1997), de eficiência coletiva. Esta eficiência coletiva, segundo Schmitz e Nadvi (1999) pode ser passiva, quando a vantagem competitiva ocorre espontaneamente, como externalidade positiva da própria aglomeração geográfica; e ativa, quando a vantagem competitiva é construída através da ação conjunta dos agentes econômicos e institucionais.

Convém destacar que na literatura sobre os distritos industriais, são características as ênfases da rede de firmas e do enraizamento (*embeddedness*). Para Becattini (1990) e Brusco (1990), na ênfase da rede de firmas, a base do distrito industrial típico é a aglomeração vertical desintegrada de empresas relativamente pequenas, características apontadas nos estudos clássicos de Marshall. Já a ênfase baseada no *embeddedness* ocorre quando há um enraizamento da rede de firmas no sistema social local, extrapolando-se a análise até então focada somente nos fatores econômicos, para a análise das características do território, como fatores importantes ao funcionamento dos distritos industriais.

De maneira geral, segundo Langlois e Robertson (1995), na organização das firmas existem duas dimensões: uma referente ao grau de propriedade, e a outra referente ao grau de cooperação da integração, além de várias estruturas que tendem a potencializar uma coordenação dos fluxos de informações que levam à inovação, havendo maior eficiência quando há uma maior articulação formal entre os atores locais. Assim sendo, os autores identificam quatro sistemas organizacionais principais, dentro das empresas, a) distrito marshalliano, com baixo grau de propriedade e coordenação; b) distrito tipo “Terceira Itália”, com baixo grau de integração de propriedade e alto grau de coordenação; c) distrito inovativo,

caracterizado pelas firmas chave de base tecnológica, e d) redes japonesas, estruturas que possuem firmas chave que promovem a coordenação.

Já Markusen (1995), formulou seus estudos baseado nos NDIs (novos distritos industriais), tendo definido os distritos industriais, em termos normativos, como bem sucedidos, quando existe: a) a obtenção, na região, de taxas de crescimento na média ou acima da média do verificado para o conjunto das áreas pesquisadas; b) capacidade local de se evitar falências e perdas de postos de trabalho decorrentes dos efeitos das oscilações de curto e médio prazos, tanto dos ciclos de negócios, quanto do gasto público; c) a oferta de bons empregos, a contenção das tendências à segmentação salarial e a prevenção de excessiva concentração da renda e da propriedade; d) a livre organização dos trabalhadores e a sua participação nos processos decisórios das empresas; e e) o incentivo à participação e à contestação política em âmbito regional.

Deste modo, para este autor, o distrito industrial é uma área espacialmente delimitada, com uma nova orientação sobre a definição da especialização e da atividade de exportação, podendo estar relacionada tanto à base de recursos naturais, quanto a certos tipos de indústria ou serviços. Por isso, os distritos industriais marshallianos para Markusen (1995) podem ter várias variantes, como: a) NDI marshalliano e sua variante italiana, onde é percebido um alto nível de intercâmbio entre consumidores intermediários e fornecedores, cooperação entre concorrentes visando a estabilização de seus mercados e o compartilhamento de riscos e inovações, dedicação de uma parcela de trabalhadores em atividades inovadoras e de design, associação de negócios para gerenciamento de infraestrutura comum, governo local e regional desempenhando papel de regulador e promotor das principais indústrias, tendo como ingrediente principal à cooperação e ação coletiva, a confiança; b) NDI centro-radiais, onde a estrutura regional se articula em torno de uma ou várias grandes corporações pertencente(s) a uma ou a algumas poucas indústrias (firmas chave), que congregam em torno de si fornecedores e outras atividades correlatas. O mercado de trabalho é menos flexível do que no modelo italiano, sendo interno em relação às empresas-eixo e ao distrito industrial como um todo; c) NDI plataforma industrial satélite, que é basicamente constituída por sucursais ou subdivisões de corporações multinacionais, e que tanto pode ter um caráter *high-tech*, quanto meramente se basear em filiais atraídas por baixos salários, baixos impostos e incentivos governamentais. Geralmente sua instalação ocorre fora dos grandes centros urbanos, fomentadas por governos nacionais e estaduais, que buscam estimular o desenvolvimento de regiões longínquas; d) NDI suportado pelo Estado, uma categoria mais eclética, na qual uma capital de Estado, instalações militares, instituições de pesquisa ou alguma empresa estatal

funcionam como âncoras do desenvolvimento econômico regional, ou seja, estas instituições públicas ou não-lucrativas é que dominam a estrutura dos negócios locais.

Como foi visto nas análises teóricas atuais sobre os distritos industriais, estas já possuíam várias nuances, mas ainda é baseada fortemente no sucesso dos distritos industriais da Terceira Itália. Assim sendo, alguns autores vêm apresentando críticas quanto à eficiência deste modelo, se aplicado em outras regiões, em outros países, como Rabellotti (1995), que buscou analisar comparativamente os distritos industriais na Itália e no México. A partir deste estudo, a autora aponta que o distrito industrial não é um modelo analítico, e que esta abordagem possui limitações, pois algumas características postas como essenciais para o funcionamento dos distritos industriais podem ser colocadas em dúvida até na Itália, e se estes elementos existem num determinado momento, em outro devem estar diferentes, pois os distritos e seus componentes mudam continuamente, ou seja, os distritos industriais devem ser dinâmicos para alcançarem sucesso e, portanto, não podem ser capturados por um modelo estático. E segundo Pyke, Becattini e Sengenberger (1990), qualquer definição de distrito industrial não estará livre de controvérsia.

2.3.3 Os Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos Locais

Nos estudos de arranjos e sistemas produtivos locais o foco de análise não se detém somente à aglomeração geográfica. A escala espacial de análise é o território. A dimensão territorial é o recorte desta abordagem, onde a concentração geográfica, que leva a formação de vínculos territoriais, está associada às trajetórias históricas de construção de identidade, um ambiente que favorece a interação, a confiança e a cooperação entre os atores econômicos, políticos e sociais, e à diversidade de atividades, onde são importantes o conhecimento tácito, a inovação e a aprendizagem. Apesar de ambas as abordagens se basearem no território, convém destacar que existem diferenças entre os Sistemas Produtivos Locais e os Arranjos Produtivos Locais.

Os SPLs, segundo Lastres e Cassiolato (2005), são os arranjos produtivos onde há um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, em que a interdependência, a articulação e os vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local, onde ocorrem diferentes formas de governança e de graus de enraizamento.

De todas as características de um SPL, duas são destacadas: a aprendizagem e a inovação. A importância da aprendizagem se dá principalmente quando existem sistemas cognitivos localizados, onde há a socialização do conhecimento, e ocorre o compartilhamento do sistema tácito local e codificado, para a sociedade local, sendo que esta interação tende a fomentar novos produtos e processos de inovação.

Os SPLs, de uma forma mais abrangente, envolvem várias formas de associação e representação, e instituições públicas e privadas ligadas à formação e treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e engenharia, pesquisa, promoção e financiamento, além da cadeia produtiva em si, como as empresas produtoras de bens e serviços finais, as empresas fornecedoras de insumos e equipamentos, as prestadoras de serviços, as comercializadoras, e os clientes (LASTRES E CASSIOLATO, 2005).

Já os APLs são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos, mesmo que incipientes (LASTRES E CASSIOLATO, 2005). Para Teixeira *et al.* (2006) os arranjos produtivos locais apresentam estrutura menos desenvolvida, muitas vezes resultado do improvisado dos produtores ou demandas da região, com alto grau de informalidade, onde as inovações possuem caráter incremental e a mão-de-obra é pouco qualificada. Em suma, o conceito de “Arranjos Produtivos Locais” é referente às aglomerações produtivas, em que a articulação entre os agentes locais é insuficientemente desenvolvida para ser um “ Sistema Produtivo Local”.

Interessa ser ressaltado que todas as vertentes explanadas anteriormente possuem como “pano de fundo” a aglomeração geográfica das empresas e a absorção de alguns elementos das economias locais, onde estas se localizam. Esta combinação tende a aumentar o lucro das empresas e por consequência, segundo Boisier (2002, p. 170), “também resulta em êxito para as economias locais em que estas empresas estão instaladas ao se misturar: a) o talento empresarial, b) um sistema produtivo flexível, c) economias geradas nos distritos industriais, e d) a existência de algum agente “individual ou coletivo” capaz de atuar como catalizador para mobilizar o potencial autóctone”.

Mas, considera-se que este “sucesso” também depende de recursos físicos, humanos e culturais, aspectos muitas vezes não contemplados na medida de sua importância, como observado na abordagem de *clusters*, que para alavancar vantagens competitivas fomenta a competição, atenuando o papel da cooperação entre os atores sociais e institucionais. Tal condição é diferente das premissas dos distritos marshallianos da Terceira Itália, onde a aglomeração geográfica fortifica as pequenas e médias empresas, através da cooperação entre

estas, e o Estado, as instituições e organizações de pesquisa e fomento, propiciando a geração de novos conhecimentos e aprendizagens, levando à redução dos custos e ao aumento da escala produtiva.

De forma mais abrangente, na abordagem dos sistemas produtivos locais (SPLs) e dos arranjos produtivos locais (APLs) é buscada uma maior interação entre os agentes sociais e institucionais, o que é verificado pelo fato da unidade espacial desta análise ser o território, distanciando-se do que Conti (2005) denomina de simplificação exagerada, ao criticar o reducionismo da análise do dualismo global-local.

Como ponto comum entre as distintas abordagens é o fato destas, segundo Schneider (2009), serem singularizadas por uma dinâmica de relações de trabalho e produção que é influenciada pelas interações espaciais, possibilitando articular o tecido produtivo local com o ambiente socioeconômico. Tal função, para o autor, é que proporciona a base para a condição territorial, amalgamando-o ao sistema produtivo. Enfim, são mudanças nos sistemas produtivos que alteram o conteúdo do território usado, para adaptá-lo às mudanças do capitalismo contemporâneo.

Inerentes a estes sistemas, a questão da proximidade tem sido salientada por pesquisadores da geografia econômica como indutora das relações sociais e econômicas entre atores que compartilham de um espaço comunal para desenvolver uma governança comum e laços de confiança e reciprocidade visando fomentar a colaboração e a competição. Diante a crescente importância dada à proximidade geográfica como fator causal, se observa no próximo item, como esta tem sido utilizada para explicar as articulações e interações entre o território e os sistemas agroalimentares no espaço rural.

2.4. TERRITÓRIO E PROXIMIDADE ESPACIAL: as interações para a coordenação das dinâmicas territoriais no espaço rural

Na revisão, recém realizada, foi observado que a questão do espaço nos diferentes sistemas produtivos têm sido compreendido para além de uma simples relação de custos derivados do distanciamento e da questão da escassez, primordiais às análises econômicas espaciais, pois o território é visto como uma base complexa e diferenciada para as interações.

A percepção da importância das dinâmicas associadas ao território trouxe uma mudança de foco para as análises. A proximidade espacial ganha destaque, pois tornou-se a aglutinadora dos recursos e das potencialidades, superando as barreiras impostas pelo afastamento locacional.

O espaço apreendido pelo enfoque da proximidade migra de um determinismo físico pontual para um possibilismo relacional, tornando-se uma condição diferenciada para se entender como determinados dinamismos territoriais tendem a influenciar nas relações e no desempenho dos atores e das instituições,

“este dinamismo é explicado com base na idéia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração) que ampliariam a espessura e a densidade das relações sociais e, como consequência, favoreceriam o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 100).

Com base na proposição pode-se afirmar que as relações de proximidade tendem a ser as promotoras da densidade relacional para o território. Nos termos de Raffestin (1993), a espessura comporta a tessitura, onde se acumulam o tempo e o espaço, através das dinâmicas das ações sociais. Se tempo e espaço forem acumulados de forma desigual, podem ser analisados como uma rugosidade²¹.

Tal dinâmica relacional nos sistemas produtivos tende a proporcionar características de identidade socioculturais específicas para o território, favorecendo a reciprocidade e a confiança entre os atores sociais, o que se desdobra em processos de inovação e aprendizagem, ações coletivas, instituições de fomento e apoio, sendo estes quesitos o sustentáculo para atividades locais e sua posterior coordenação.

Por conseguinte, coordenar estes processos requer *a priori* entender que “os territórios não são peças idênticas de um conjunto uniforme nem, são tão pouco, meros suportes físicos de estratégias que lhes são completamente exteriores” (REIS, 1988, p. 138).

Nestes termos, a proximidade como um fator de interação entre os atores territoriais prescinde da organização, de uma coordenação articuladora, para satisfazer as necessidades relacionadas com a estruturação produtiva e aos projetos sociais desenvolvidos no âmbito da comunidade.

A relação entre a coordenação e a proximidade é trabalhada por Pecqueur e Zimmermann (2005), de uma forma diferenciada ao tradicional enfoque da proximidade centrada apenas em fatores econômicos para coordenação do mercado. Para os autores, é

²¹ Milton Santos, na obra “A Natureza do Espaço”, escreve: “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos” (1996, p. 140).

importante observar que o espaço não é homogêneo e etéreo, pressupõe conflitos, pois atores iniciam sua interação com o ambiente de uma forma individualista e restrita, sendo que a evolução para uma forma coletiva depende dos ajustamentos destes comportamentos que balizam as estratégias individuais. Tal ajustamento é um processo endógeno para formalizar um espaço de referência que não existe de início, mas como pressupõe o próprio sentido do território, é uma construção.

Mas o espaço, aqui assistido pelo território, pode ser interpretado como um sujeito em um processo de coordenação, sendo a proximidade uma garantia para que se efetive a coordenação? Para a primeira questão Pecqueur e Zimmermann, esclarecem que, “em si mesmo o espaço não é gerador de coordenação, mas a coordenação é contingente da existência de formas de proximidade que decorrem do que compartilham os agentes” (2005, p. 94), sendo que para a segunda “[...] a proximidade dos atores, em um espaço dado, não leva necessariamente, a consolidar a coordenação” (Idem). Desta forma, para que a proximidade influencie no processo de coordenação, apontam os autores, é necessário que os mesmos disponham de representações comuns. Assim, a proximidade espacial não será apenas um elemento facilitador para consolidar a coordenação, mas também para estruturá-la.

Mediante este contexto, os autores apontam para três condições atreladas a questão da proximidade e o processo de coordenação: a) o processo enriquece as relações com o espaço, onde se passa de um território produto de funções para um território produto de estratégias, e assim as formas espaciais emergem precedidas pelas coordenações e não de um pré-recorte dado *a priori*; b) a proximidade geográfica concorre para a produção de sinergias que favorecem a inovação. Isto se traduz por contatos face-a-face que oportunizam a circulação do conhecimento tácito, bem como facilita a aprendizagem coletiva. Além disso, favorece a confiança e a reciprocidade, constituída por esta interação a reputação; e c) nestes termos o espaço não é algo dado, e sim, resultado de um mecanismo de elaboração da proximidade espacial, onde as sinergias anteriormente descritas podem beneficiar um grupo de atores territoriais, mas ao mesmo tempo também podem ser excludentes de outros atores que não estão comprometidos com os objetivos estabelecidos pelos propósitos comuns. Como exemplo, há os sistemas de Apelações de Origem Controlada, utilizadas nos vinhos franceses, que ligam os produtos a uma qualidade determinada pela localização geográfica a fim de resguardar estes contra o uso indevido das indicações e fraudes.

Para os processos relacionados com o espaço rural propriamente dito, o fenômeno da proximidade social, segundo Abramovay (2003), possibilita uma forma diferenciada de coordenação entre os atores e esta proporciona uma valorização do território rural, sendo,

portanto, uma base para se pensar projetos envolvendo cooperação para o desenvolvimento de atividades econômicas, bem como fortalece as iniciativas vinculadas a efetivação de empreendimentos inovadores, pois esta proximidade supõe relações sociais diretas entre os atores.

“Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade” (ABRAMOVAY, 2003, p. 84).

Ao ressaltar o papel das instituições, Abramovay endossa o papel das representações comuns como agentes no processo de coordenação territorial ressaltada anteriormente por Pecqueur e Zimmermann. Cabe aqui uma ressalva, pois o papel das instituições deve ser o reflexo das intenções dos atores territoriais para que a coordenação não gere assimetrias, e assim corresponda com os propósitos da coletividade.

Pelas razões elencadas, a proximidade territorial tem se tornado um enfoque interessante, pois possibilita ressaltar as iniciativas sem depender de uma escala fixa, ao utilizar o território como dimensão analítica. As relações espaciais no âmbito do território acabam: a) proporcionando uma interação econômica e social, b) reforçando os laços promovidos pela identidade territorial, e c) valorizando os atores locais para articular áreas de fluxos de capitais em diferentes escalas de mercado.

Segundo Boucher (2006), a proximidade geográfica proporciona a organização das dinâmicas territoriais no espaço rural. Para o autor tal organização decorre da proximidade entre os atores, o que possibilita a geração de um processo de aprendizagem territorializado pelo envolvimento destes, nestas dinâmicas. Esta interação facilita para que os atores territoriais desenvolvam diferentes tipos de competências, que envolvem a gestão produtiva, passa pelo gerenciamento da tecnologia empregada na transformação e é finalizada com a parte da comercialização. Destaca-se também que no território as relações familiares, interpessoais e sociais possuem grande importância, assim como as instituições e tradições culturais.

Assim, o que está em evidência para estudo da proximidade relacionada com a coordenação é o acesso a diferentes recursos, que para o caso do território ultrapassa a dimensão econômica como fator interacional, levando a análise para a ocorrência de uma

conjugação entre os aspectos históricos, culturais, socioambientais, políticos e os econômicos, sem uma hierarquia de preferência.

Por conseguinte, quando se trata de sistemas produtivos agroalimentares no território, as questões da proximidade trazem intrínsecas no seu modo de reprodução as mudanças dos moldes da política e da economia mundial, bem como das novas demandas e preocupações dos consumidores. Tais demandas, em muito, são reflexo do processo de globalização, que ao mesmo tempo induz à uma homogeneização produtiva em escala, como no caso das *commodities* agrícolas, e também permite que aflorem modelos produtivos alternativos, com alto grau de flexibilidade e diversidade produtiva, que trazem embutidos as características típicas do local onde são produzidos.

Nestes sistemas alternativos a questão da proximidade territorial não está restrita à racionalidade econômica, pois se intercalam a esta o uso que as pessoas fazem do espaço físico em que habitam. Assim, também se tornam relevantes para o processo de coordenação os valores culturais que são historicamente construídos e ficam impressos nas práticas cotidianas. Nestes, a identidade territorial contempla características que são únicas deste espaço local, o que é deveras mais saliente, quando são observadas produções agroalimentares de menor escala.

Cabe então averiguar como são coordenadas e organizadas as relações de proximidade em sistemas agroalimentares com alto grau de especialização, onde as habilidades e o saber fazer tradicional da população local interagem com os processos de inovação, amparadas em conhecimentos tácitos, em diferentes momentos, à jusante e à montante na cadeia produtiva. O que está em evidência nestes sistemas produtivos é a potencialidade que estes possuem para agregar valor aos produtos, se utilizando de elementos territoriais como uma garantia para uma qualidade específica.

Nestes termos, muitos sistemas agroalimentares rurais passam a ser então articulados por um conjunto de questões materiais e imateriais ligadas à variações qualitativas vinculadas ao comportamento de consumo, e estes acabam influenciando nas práticas sociais desenvolvidas nos territórios. O entendimento deste conjunto de modificações que vem se sucedendo no mercado de produtos agrícolas e pecuários territorializados, vêm fomentando novas análises acadêmicas, dentre elas, a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados – SIAL, tema central desta tese, que será examinado com detalhes no próximo capítulo.

2.5 SÍNTESE DO DEBATE DO CAPÍTULO E A ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA

A preocupação com o entendimento da abordagem territorial, sua gênese e os seus usos, as ligações com diferentes sistemas produtivos, e por fim, o estudo da questão da proximidade, constituíram a base de reflexões deste capítulo.

Considerando as diferentes proposições na parte inicial, observou-se que o território evoluiu da concepção centrada no controle das ações pelo Estado-Nação, para formas mais elementares de apropriação do espaço, onde o poder se manifesta em diferentes escalas, e por vezes, é temporalmente mais flexível. Considerando a pluralidade escalar, o território como base física estática muda de significado, ao possibilitar a releitura de dinâmicas multicontextuais (econômicas, sociais, políticas, ecológicas e culturais) flexíveis, onde os desafios se postulam à constituição da coordenação de interesses na promoção de simetrias para o uso dos recursos fundamentais ao desenvolvimento de uma localidade ou de uma região.

Diante deste entendimento vale frisar o que se concebe por território para a continuidade do trabalho: “Território é um espaço socialmente e historicamente construído pelos atores sociais, através de internalizações complexas, onde para seu uso combinam-se formas espaciais e processos sociais que se articulam para o domínio dos recursos físicos e humanos, sendo estes mediados por regras e convenções institucionalizadas que promovem a coordenação da apropriação. Tal conjunção de fatores pode, em certos casos, afetar a percepção do conteúdo do território, sem alterar o território, isto é, o uso do território é dado de forma cognitiva”.

Quanto aos novos usos do território destacaram-se duas proposições delineadas como articuladoras do conceito: as escalas e o poder, e uma noção que é intrínseca e articulada pelo território, que é a territorialidade.

Relativo às escalas observou-se que trabalhar com o conceito de território tem como pré-condição entender que existe uma mobilidade escalar, do local ao global, para os processos interacionais. No uso do enfoque multiescalar é necessário ter o cuidado para não fazer uso desta flexibilidade para encobrir determinadas ocorrências, via o uso indevido do dimensionamento do fenômeno estudado.

Para a questão do poder e território referenciam-se como base os apontamentos de Raffestin (1993). A sua percepção e mensuração é de difícil compreensão, pois o poder é inerente às relações sociais, sendo em muitos casos dissimulado. Como o território para a questão do poder é espaço apropriado, tal condição subentende disputas, sendo este marcado

por diferentes assimetrias (informação, capital, conhecimento, etc.). Tal condição caracteriza o território com um substrato referencial heterogêneo.

A territorialidade como uma condição derivada do território incorporou as modificações e evoluções analíticas em consonância com sua matriz conceitual. Das condições concretas de Sack, às concepções mais abstratas de Raffestin, a territorialidade se manifesta através de diferentes conteúdos (cultural, simbólica, familiar, senhorial, relacional, etc.) para precisar como a condição humana imprime sua marca no espaço coletivo. Ressaltou-se também a territorialidade como uma forma de identidade, fazendo referência à expressão do vivido territorial. Tal atributo pode ser transposto para um produto dando-lhe uma singularidade diferencial. Contudo deve-se resguardar a proposição da apologia ao tradicional, bem como este diferencial, não deveria ser usado para gerar assimetrias, ao usurpar esta condição singular para promover vínculos que podem ser facilmente falseados, com o contexto do território que lhe é tributável.

A relação entre os sistemas e aglomerados produtivos discutidos com o território está embasada na potencialidade que este pode proporcionar para a agregação de valor aos produtos, de modo a reverter esta em vantagens competitivas coletivas. A construção coletiva dos recursos territoriais nestes sistemas e aglomerados são dimensionadas pela intensa interação e cooperação, podendo gerar atributos aos produtos assegurando-lhes a especificidade do local. O que deve ser evitado é uma hierarquia excessiva no uso dos recursos por determinados agentes que fazem parte do mesmo contexto territorial, isto é, que compartilham relações de proximidade.

Nestes termos, a proximidade emerge na discussão por possibilitar uma alternativa analítica na questão espacial, ao tradicional equacionamento de custos relacionados com a distância. No estudo da proximidade se discute como este enfoque pode proporcionar uma função estrutural diferenciada para a construção das relações e interações nos territórios. Considerando as diferentes posturas ancoradas em dimensões sociais, institucionais e organizacionais e seus efeitos nos processos de cooperação, aprendizagem, inovações, reciprocidade e outras diferentes mediações para coordenar capitais sociais, de origem distinta no tempo e no espaço, tem-se no estudo da proximidade uma alternativa à proposta de análise do território e das dinâmicas dos sistemas agroalimentares estabelecidas no espaço rural.

Mas este é um tema que será aprofundado no próximo capítulo com o estudo da abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados, onde serão observadas desde as características globais que influenciam num modelo produtivo, até a dinâmica local com seus

desdobramentos na sociedade, na economia, na política e outras dimensões que fazem parte do contexto territorial.

Para que possa ser verificada a evolução e discussão dos pontos chaves que compuseram a reflexão sobre o território e as suas articulações, para o estudo dos sistemas produtivos e como estes contribuirão para a tese, apresenta-se a seguir um quadro síntese deste capítulo.

Elemento Abordado	Característica do Debate	Autores	Contribuição à Tese
O Território como conceito geográfico.	Evolução do conceito e as principais características do debate.	Gottmann (1973); Becker (1983); Moreira (1985); Ratzel (1988); Raffestin (1993); Santos (1994); Fiori (1994); Badie (1995); Pereira (1996); Di Méo (1998); Brunet (2001); Haesbaert (2004); Schneider e Tartaruga (2004).	Entendimento da concepção clássica de território. Entendimento da evolução do conceito de território com as contribuições da Geografia.
Novos usos para o Território.	A discussão sobre a importância da noção de escalas geográficas como articuladora para os novos usos do território.	Lacoste (1988); Racine; Raffestin; Ruffy (1983); Castro (1995); Rückert (2001); Acsehrad (2002); Brandão <i>et al.</i> (2006).	Entendimento da diferença entre escala cartográfica e geográfica. O uso das escalas para ressaltar ou encobrir fenômenos. A concepção do território como um objeto multiescalar.
	A discussão sobre a importância da noção do poder como articulador para os novos usos do território.	Becker (1988); Raffestin (1993); Souza (1995).	Definição da concepção de poder ligado à questão territorial na geografia. As diferentes manifestações do poder para a apropriação de recursos.
	A discussão sobre a importância da territorialidade como noção articulada pelos novos usos do território.	Sack (1986); Raffestin (1993); Mesquita (1998); Claval (2001); Haesbaert (2004); Heidrich (2004); Albagli, (2004); Santos e Silveira (2008).	O entendimento da noção da territorialidade humana. A sua relação com a identidade, a cultura e o simbólico no cotidiano. A materialização da territorialidade para a valorização de um produto.
A relação entre os sistemas e os aglomerados produtivos com o Território.	A reorganização espacial dos arranjos e sistemas produtivos na era da globalização, as suas diferentes configurações e concepções.	Marshall (1988); Porter (1989); Krugman (1991); Becattini (1990); Brusco (1990); Pyke; Becattini e Sengenberger (1990); Langlois e Robertson (1995); Markusen (1995); Rabellotti (1995); Borja e Castells (1997); Asheim e Cooke (1997); Schmitz (1997); Schmitz e Khali (1999); Bagnasc (1999); Boisier (2002); Bonanno <i>et al.</i> (2004); Conti (2005); Teixeira <i>et al.</i> (2006); Lastres e Cassiolato (2005); Schneider (2009).	Entendimento da diferenciação entre: <i>Clusters</i> , Distritos Industriais, Sistemas Produtivos Locais e Arranjos Produtivos Locais, quanto a concepção, estrutura e funcionamento. O uso do espaço de forma coletiva para gerar vantagens competitivas e adicionar valor aos produtos pelos recursos da proximidade.

Continua...

A questão da proximidade e o Território.	O estudo da proximidade territorial e suas implicações para as interações e coordenação das dinâmicas produtivas no espaço rural.	Raffestin (1993); Reis (1988); Abramovay (2003); Schneider e Tartaruga (2004); Pecqueur e Zimmermann (2005); Boucher (2006).	Influência da proximidade territorial nas dinâmicas dos sistemas produtivos relacionados com as dimensões sociais, institucionais e organizacionais e seus efeitos nos processos de cooperação, aprendizagem, inovações, reciprocidade e outras diferentes mediações para coordenar capitais sociais de origem distinta no tempo e no espaço rural.
------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUADRO 2 – Síntese do Debate sobre o Território e a Contribuição para o Desenvolvimento da Tese.

Fonte: Elaborado pela autora.

3 A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS E SUAS CONCEPÇÕES E USOS DIANTE AS MODIFICAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

No final do século XX começaram a despontar, em nível mundial, algumas redefinições nas trajetórias de produção agrícola e pecuária, com relevância para a conjugação do uso de recursos físicos e socioculturais locais, numa mescla de manutenção e reconstrução das cadeias de abastecimento e sistemas regulatórios. No contexto local, novos desafios foram sendo impostos ao Estado e às instituições sociais para o gerenciamento do conhecimento, das tecnologias e de diferentes atributos territoriais até então planejados em escalas regionais e estaduais.

Para as áreas rurais, espacialmente diversificadas, com produções variadas, a questão local tem proporcionado uma maior afinidade territorial e a promoção de vantagens competitivas entre as propriedades rurais, quando estas passam a se valer das “facilidades” proporcionadas pela proximidade geográfica. Uma das principais vantagens oriundas da proximidade espacial é a formação de redes locais, que proporciona, entre outras, a difusão do conhecimento e da inovação. Tais “benesses” espaciais acabam por refletir em uma melhora generalizada na qualidade dos produtos, e estes podem atender a mercados com maior grau de exigências externas ao circuito local.

Esta lógica faz com que nos espaços rurais surjam ou se aprimorem produtos e serviços visando cada vez mais um grau elevado de qualidade local, a fim de que possam ser encaixados nos parâmetros dos mercados globais, o que para Conti (2005) poderia ser resumido numa palavra “clientelização”, ou seja, torna-se necessário a adaptação da produção às necessidades dos diferentes mercados de consumidores.

Assim, ampliam-se as relações agroalimentares no espaço rural, pois se de um lado é possível averiguar uma disputa, por outro, há uma mescla, entre a produção das tradicionais *commodities* agrícolas e pecuárias com ênfase na produção em escala, e as novas formas produtivas, voltadas para a produção em escopo, por vezes ligadas aos mercados de nicho. Tal diversidade espacial é contemporizada por Bonanno, Marsdem e Graziano da Silva. (2004), que dividem as transformações, organizações e reorganizações que vêm ocorrendo no espaço rural em quatro esferas de desenvolvimento agrário: a) as cadeias globalizadas e regionalizadas de abastecimento alimentar, voltadas ao consumo de massa, que geralmente possuem critérios mínimos de qualidade e são sujeitas à regulação estatal tradicional; b) tipos

não-agrícolas de reestruturação rural, quando os recursos territoriais agrícolas são transformados em recursos industriais e/ou atividades de serviço; c) mercados alimentícios de qualidade que se caracterizam pela produção e abastecimento em rede de alimentos frescos de alta qualidade, destinados à nichos do mercado culinário, tanto nacionais como internacionais; e d) mudanças relacionadas à agricultura para um certo território rural, que estão associadas à remercantilização desse território com a finalidade de agregar valores agrícolas, industriais, históricos, culturais e turísticos.

Como se pode observar, as atividades produtivas no espaço rural passaram a incluir diferentes transformações, sendo estas ligadas diretamente com os mercados de destino da produção. A crescente demanda por qualidade, puxada pelos consumidores, trouxe a necessidade do entendimento, principalmente na escala local, de processos que adicionam valor aos produtos.

Assim, além das propriedades do ambiente físico, também passaram a caracterizar a produção: os saberes tácitos, ligados aos recursos humanos; a estruturação das redes de conhecimento e confiança; e as questões sociais, ecológicas e culturais. Esta diversidade traz no seu cerne diferentes escalas produtivas balizadas por uma conjugação de uma série de elementos: físicos, sociais, culturais e institucionais que culminam no território, caracterizando um sistema produtivo agroalimentar específico.

Decorrente do desafio de entender este cenário de modificações, nas formas de gestão e organização das atividades de produção e consumo de alimentos, é proposto o enfoque teórico-metodológico do Sistemas Agroalimentares Localizados – SIAL, por José Muchnik e Denis Sautier, em 1998.

O SIAL como abordagem é caracterizado por um enfoque sistêmico, que permite um olhar multidisciplinar para a questão agroalimentar constituída em um espaço geográfico determinado. Apresenta como peculiaridade o estudo sobre a valorização dos recursos locais em que se desenvolve o sistema, além de fomentar a qualificação dos produtos oriundos deste território.

Mas para um entendimento desta abordagem e de suas proposições será desenvolvido o presente capítulo, que é iniciado com a reconstituição da trajetória da noção, as diferentes conotações e importância para o termo local e a ligação como a proposição do território, constituindo-se assim uma trajetória para se chegar aos avanços teóricos relacionados às particularidades recentes. Em um segundo momento evolui-se da questão conceitual e são discutidas as diferentes dimensões operativas e os objetos de investigação para a abordagem. Cabe destacar que são estas dimensões e seus objetos de investigação que proporcionam a

relação teórico-prática para a noção. A última discussão encaminha a síntese do capítulo e proposição de um quadro analítico que será explorado na análise dos resultados.

3.1 A ABORDAGEM DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: características e evolução da noção

Num rápido retrospecto temporal poderia-se dizer que um dos modos de análise da nova forma produtiva no espaço rural, denominado como Sistema Agroalimentar Local, surgiu no contexto da década de 80, quando ao lado do processo hegemônico e padronizante das cadeias agroalimentares de ganho em escala, apregoado em função da globalização, ocorriam amostras de que produções localizadas eram viáveis e competitivas.

A produção em escala local, de relações simples pela proximidade, vinha na contramão do sistema, contrapondo a lógica da produção massificada. Contudo, mesmo sendo simples esta passou a despertar a atenção pelo quanto o modo de produção em escopo fomentado por ciclos produtivos e de transformação curtos, podia ser eficiente (REQUIER-DESJARDINS, 1999).

Pequenas agroindústrias rurais de beneficiamento local passaram então a fazer a interface entre a produção e o consumo, flexibilizando as relações e os custos de transação. O sucesso de algumas destas iniciativas acabaram dinamizando as economias locais, e estas passaram a ser visualizadas como possíveis promotoras de desenvolvimento em suas origens, e não apenas como fonte de mão-de-obra e recursos disponibilizados de forma barata para serem apropriados pelas cadeias globais de valor.

No ímpeto de entender esta dinâmica, o INRA, através de seus pesquisadores, desenvolveu vários estudos na América Latina sobre as agroindústrias rurais – AIR, pequenas empresas de transformação de alimentos, concentradas espacialmente, embasadas em tecnologias locais e num saber fazer local específico, sendo historicamente construídas. São exemplo de AIR as “*panela*” (doces feitos com açúcar mascavo) na Colômbia, o “*tapa de dulce*” (doces de batata) na Costa Rica, a “*farinha de mandioca*” no Brasil e as “*queijarias rurais*” no Equador.

A importância de se estudar este modo de produção, segundo Boucher e Muchnik (1995) estava circunstanciada no aumento do valor agregado dos produtos agrícolas, que por consequência, aumentava as rendas dos agricultores, fomentando um aumento de empregos rurais, além de contribuir com a segurança alimentar da população, tanto urbana como rural.

Mais especificamente, o olhar da academia sobre as agroindústrias de base rural na América Latina, teve início na década de 80, na literatura referente à economia campesina. Para Requier-Desjardins (1999), este debate iniciou tendo como foco a solução dos problemas de sobrevivência e ingresso das pequenas agroindústrias rurais no mercado, e da escassez de terra frente ao crescimento demográfico. Segundo o autor, o foco inicial sobre as AIR's foi ser um meio para reforçar o controle do camponês latino-americano sobre a geração de valor agregado na cadeia produtiva.

Outros casos empíricos das AIR's, apresentados por Requier-Desjardins (1999) que auxiliaram no aprimoramento da abordagem do SIAL, que merecem destaque são: a) o estudo do setor lácteo no sul do Departamento de Cajamarca com associações de plantas queijeiras em várias bacias ao redor da cidade de Cajamarca, no Peru; b) as plantas queijeiras de Ibaté, na Sabana de Bogotá, na Colômbia; c) as fabriquetas de queijo (aproximadamente 60) de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe, Brasil; d) a produção de doces feitos de açúcar mascavo de Cundinamarca-Oeste e o Vale do Rio Suárez, onde agrupa-se de numerosos trapiches; e) as fábricas de salgadinhos²² em Barbosa-Vélez e adjacências, na Colômbia; f) o tratamento de frutas da região de Juazeiro e Petrolina, nos Estados de Pernambuco e Bahia, no Brasil; e, g) as casas produtoras de polvilho azedo²³, do norte de Cauca, na Colômbia.

Com base nas questões empíricas relacionadas às AIR's, surgiu a primeira definição para a noção do Sistema Agroalimentar Localizado, estabelecida no âmbito dos estudos franceses do *Cirad-Sar*, sendo esta proposta por José Muchnik e Denis Sautier em 1998. Para estes autores, o SIAL se define como,

“organizações de produção e de serviço (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, empresas comerciais, empresas de serviços, restaurantes, etc.) associados por suas características e seu funcionamento, a um território específico. O meio, os produtos, as pessoas, suas instituições, seu saber fazer, seus comportamentos alimentários, suas redes de relações se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentária em uma escala espacial dada” (MUCHNIK E SAUTIER, 1998, p. 13).

Segundo Boucher (2006) a definição estabelecida tem fortes ligações com uma visão territorial das agroindústrias rurais. Neste sentido reforça-se a procedência entre a noção e as agroindústrias rurais, pois estas fixam através da localização vantagens específicas, pela

²² O nome original do produto em espanhol é “*bocadillo*”.

²³ O nome original do produto em espanhol é “*rallanderías*”.

proximidade territorial entre os elos da produção e consumo. Tal lógica relacional torna-se, num primeiro momento, semelhante a que ocorreu na forma embrionária dos distritos industriais marshallianos na Terceira Itália.

Mas apesar do enfoque SIAL ter surgido a partir das agroindústrias rurais da América Latina, este não ficou restrito a estas. Segundo Requier-Desjardins (2002), a capacidade da noção em conjugar a reflexão sobre sistemas produtivos localizados com a economia da proximidade ampliou o escopo da análise, passando a se configurar numa abordagem interessante para a observação de qualquer sistema agroalimentar com características típicas ligadas ao seu território de origem. E assim, do mesmo modo como algumas correntes da economia passaram a estudar as concentrações espaciais de empresas ligadas ao território e as especificidades locais como fatores diferenciais de produção, os postulantes da noção do SIAL também buscaram novas leituras analíticas para as questões emergentes ligadas à agricultura e a transformação do espaço rural. Entre estas, se destaca no final da década de 1990, a crescente importância dada à qualificação e diversificação dos produtos, e mais no final da década, à multifuncionalidade dos espaços rurais.

Para estudar estes avanços, em diferentes frentes, que passaram a impactar nos sistemas agroalimentares localizados, foi criado em 2001 o *Groupe d'Intérêt Scientifique - Systèmes Agroalimentaires Localisés GIS – SIAL*, constituído por seis instituições: *INRA, CIRAD, Université de Versailles – Saint Quentin, Université de Montpellier I, Sup Agro de Montpellier et Agropolis Internacional*.

O centro de pesquisa *GIS – SIAL* ao desdobrar trabalhos analíticos sobre o SIAL observou a possibilidade de direcionar estes estudos seguindo dois eixos para orientar o desenvolvimento dos futuros trabalhos. O primeiro eixo fixou como meta mobilizar alguns marcos conceituais, abrindo-os à perspectiva multidisciplinar para promover a inserção de diferentes possibilidades analíticas oriundas das disciplinas de base.

O segundo eixo vem trabalhando no sentido de analisar a possibilidade ou não da utilização do SIAL como ferramenta de ação, orientação e inovação, para algumas instituições que atuam em espaços produtivos rurais. Esta frente tem buscado analisar as ações desenvolvidas em determinados territórios, coletivas ou individuais, contrastando as modificações nos sistemas produtivos com as formas de organização da produção. Tais estudos visam apear mudanças em termos de oportunidades e desafios relacionados a estas ações para com os acessos a mercados, principalmente para a produção familiar.

Embora a maioria dos estudos relacionados aos sistemas agroalimentares esteja centrada nas ações ocorrentes do espaço rural, por evidenciar os produtores agrícolas e os

agentes beneficiadores de produtos de origem animal e vegetal concentrados espacialmente; em termos analíticos, existe um crescente nos estudos que visam extrapolar os diferentes elos da cadeia produtiva circunscrito a este espaço. Assim, os novos estudos passaram a incluir as relações que vão da montante à jusante da cadeia produtiva, como os fornecedores de insumos, maquinários, pesquisas em universidades e institutos, canais de comercialização e de marketing, tanto nas áreas rurais, como fora destas.

Estas características para Díaz-Bautista (2001) demonstram que um SIAL é um espaço elaborado, fruto de uma construção social, impregnada de características culturais e regulada institucionalmente, ou seja, a ação dos agentes humanos e institucionais num SIAL não se restringe a um recorte espacial localizado do rural. O que se observa são relações multiespaciais com fronteiras rurais-urbanas fluidas, isto é, não limitadas a um espaço físico normativamente estabelecido, e sim, regulado pelas interações e ações sociais e comerciais.

Neste sentido, os Sistemas Agroalimentares Localizados permitem, segundo Lins (2006), a existência de vários níveis de diálogo ao longo da cadeia produção-comercialização-consumo, sendo que entre os distintos elos podem ocorrer relações tanto verticais, como horizontais.

As relações verticais são as tradicionais, no sentido do fluxo dos relacionamentos e de transações de mercado, sendo que estas ocorrem entre os produtores/beneficiadores e os fornecedores de insumos e equipamentos, e destes com os comerciantes/distribuidores/consumidores.

As relações horizontais, que atualmente têm envolvido diferentes atores e propósitos na cadeia, consistem nas iniciativas de associativismo e cooperativismo para o desenvolvimento de características culturais e de identidade dos atores sociais, e a valorização dos saberes locais, dos produtores ou beneficiadores.

Uma proposta diferenciada, segundo Lins (2006) são as configurações multilaterais, que transcendem a escala da cadeia e alcançam instituições de diferentes naturezas e funções. Além destes elos, também deve ser salientada a importância dos atores individualmente, base para que os conhecimentos sejam adquiridos, para posteriormente serem compartilhados entre os atores que atuam no território em que um sistema agroalimentar se desenvolve.

Avançando nas concepções, Eraso e Sanchez (2008) propõem o SIAL com um complexo agrário. Nesta perspectiva o mesmo é definido como uma cadeia ou rede de relações de produção e consumo, onde ocorre a articulação de produtores e trabalhadores agrícolas com consumidores individuais, unidades domésticas e comunidades. Dentro de cada

uma dessas redes há instituições estatais e privadas que compram, provém insumos, processam, vendem, transportam, distribuem e financiam cada articulação.

Ambrosini e Filippi (2008) captam esta diversidade aplicando a abordagem do SIAL para o queijo serrano, no Rio Grande do Sul, Brasil. Entre as análises os autores verificaram as diferentes relações que se processam em nível vertical, através do encadeamento do sistema, abrangendo da produção ao consumo, bem como as relações horizontais que envolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, instituições locais, saberes locais, entre outros, para estabelecer os diferentes fluxos para as relações. Como resultados para a análise dos fluxos, pontuam as diferentes situações de dependência e enfraquecimento que comprometem a mobilização coletiva, sendo esta essencial para o funcionamento do sistema agroalimentar.

Complementando as pontuações, cabe destacar que semelhantemente com o que ocorre com outros arranjos produtivos concentrados espacialmente, nos estudos do SIAL “a proximidade geográfica, organizacional e institucional entre os agentes é essencial para a inovação, pelos seus efeitos em matéria de complementaridades técnico-produtivas, comportamentos cognitivos e ações coletivas” (LINS, 2006, p. 8). Ou seja, a proximidade entre os agentes, os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e as práticas de aprendizagem e de inovação decorrentes deste processo, se refletem na conjuntura do território em que um determinado sistema agroalimentar está localizado, sendo que suas características se tornam únicas, sendo dificilmente reproduzíveis, constituindo-se num fator diferencial.

Portanto, observando a evolução da noção do SIAL para o estudo das questões relativas ao setor agroalimentar verifica-se que a observação de pequenas agroindústrias rurais de produção tipificadas e espacialmente localizadas formaram a base para a introdução da noção. Na medida em que as relações no rural aumentaram em complexidade extrapolando até mesmo as fronteiras do espaço rural, para manter-se a operacionalidade da abordagem do SIAL, os estudiosos tiveram que incorporar novas referências e orientações para que esta não perdesse a sua qualidade explicativa.

Embora muito se tenha avançado na concepção da noção, o paralelismo com a realidade cria novos pontos de tensionamento, gerando a necessidade de um maior debate para seguir um caminho crescente na evolução da abordagem. Um destes pontos é a questão da localização-deslocalização, aparentemente um tema simples, mas nem tanto, pois acaba envolvendo o modo com que se usa e se produz ou reproduz o espaço, o modo com que este é apropriado ou desapropriado.

3.1.1 O Local como Espaço de Ação e sua Importância para o Avanço da Abordagem do SIAL: a questão da localização e da deslocalização

A discussão sobre a importância de determinadas categorias para a classificação e uso do espaço na área das ciências sociais tem despertado a atenção de diferentes pesquisadores, principalmente para a construção de explicações vinculadas ao processo do desenvolvimento contemporâneo.

A construção da noção do “local”, como um espaço determinado onde ocorrem ações singulares entre determinados agentes e instituições, ganhou maior expressividade junto ao contexto das expressões adjetivas ou complementares à noção de desenvolvimento, pela magnitude dada a própria expressão do espaço na proposição. Segundo Froehlich (1999), a dimensão espaço substitui a dimensão tempo, por esta envolver as características ligadas à dinâmica de um grupo social que ultrapassa a ideologia do progresso ligado ao tempo.

Para Boisier (2000), a dinâmica localista como articuladora do desenvolvimento deve ser lida com certa precaução, para que não se torne uma prática sem teoria. Corroborando com a posição, Silveira (2002) acrescenta que é necessário observar as dinâmicas que proporcionam a complexidade para os processos, para que estes não sejam confundidos com movimentos gerais do capitalismo, tornando a idéia do desenvolvimento local ingênua e funcional.

Neste sentido, para se precisar determinadas dinâmicas, Boisier (2000) aponta que a questão localista se estrutura sob três matrizes em sua origem. A primeira se relaciona com a lógica da regulação horizontal, pela dialética centro/periferia recorrente da fase pré-industrial do capitalismo. A segunda retrata uma resposta à crise macroeconômica e os ajustes para a construção da União Européia, sendo assim o desenvolvimento local estudado por autores europeus como uma alternativa para a construção de possibilidades endógenas. Sob a condição terceira, o autor julga esta como mais universalista, pois o local se destaca como um contra-ponto à globalização e seus processos contraditórios de desterritorialização e reterritorialização, sendo este debate mais recorrente.

Assim, na dialética global/local o “local” tem se consolidado como uma categoria de análise por oferecer em suas proposições subsídios para a articulação de uma oposição aos processos homogeneizadores e desintegradores da reprodução ampliada do capital transnacional. Em suma, esta oposição se conflagra contra o processo de globalização econômico-financeira e as suas formas de esterilizar as fronteiras políticas, sociais, econômicas e ambientais que conformam o espaço geográfico.

Mas, seria somente no paradoxo da capacidade de oposição a principal virtude para a valorização dos processos locais frente à massiva competição proporcionada pelos agentes econômicos globais? A proposição é parcialmente verdadeira, pois os processos locais também podem materializar e singularizar como uma forma de resiliência contra a aparente marginalização. Desta maneira, observa-se que ao invés da exclusão, como única alternativa, passa também a ocorrer, simultaneamente, o surgimento de novas oportunidades.

Neste ínterim, Silveira (2002) destaca que o local passa então a ser relevante para a construção de padrões alternativos às dinâmicas excludentes, sendo estas substituídas por práticas ou por outros sistemas de fluxos que promovem a inclusão. Para tal, o autor coloca como importante a reconstrução de identidades e vínculos, bem como a reconstituição de práticas socioprodutivas com a participação das instituições públicas.

Corroborando com a idéia, Benko (2002) aponta que os sistemas locais se tornam inovadores e se projetam para o exterior fazendo uso de novas estruturas econômicas e territoriais, dirimindo assim a dualidade local versus global.

Dentro deste contexto de transformações para o local, quando observado o setor agroalimentar, principalmente no segmento das *commodities*, verifica-se que este atualmente é marcado por um processo de reestruturação da demanda.

Os complexos agroindustriais verticalmente integrados têm perdido parte do seu poder de mercado para investimentos horizontais locais, articulados por redes de proximidade capazes de suprir demandas distintas e específicas. Mas esta mudança passou a ocorrer em decorrência de uma nova postura do consumidor para com os alimentos, sendo esta influenciada em parte pelos seguintes acontecimentos.

Nos sistemas agroalimentares, à medida que foi ampliada a globalização da produção e do consumo, foi também intensificado o impacto entre o homem e natureza, e isto tem acelerado a artificialização imposta ao meio. A ponte para tal feito se deve ao uso intensivo da tecnologia, sob diferentes formas nos elos da cadeia produtiva, sendo esta signatária da revolução verde e a dispendiosa utilização dos recursos naturais. Desta forma, contornar as adversidades impostas pela natureza e pelo espaço à *commoditização* em massa, tornou-se um dos principais desafios ao sistema agroalimentar moderno (GOODMAN, 2002).

O entendimento dos problemas relativos ao consumo dos alimentos tornou-se uma demanda importante no contexto globalizado. Amparados pela intensificação dos fluxos das informações, onde a versatilidade do fluxo informacional rompe as barreiras fronteiriças (SANTOS, 1996), as questões referentes à qualidade dos alimentos aguçaram o conhecimento e o interesse dos consumidores, independente do tamanho do mercado.

Em se tratando de qualidade, no contexto dos alimentos, o tema que tem demandado a atenção dos pesquisadores e formuladores de políticas públicas é o da segurança do alimento, *food safety* no debate internacional. Este tema tem crescido de importância e destaque na agenda dos países capitalistas aliando-se ao recorrente tema da segurança alimentar, *food security*, assunto que elege como ação os problemas de distribuição e acesso aos alimentos. Cabe destacar que em muitos países capitalistas desenvolvidos, o primeiro tema tem atualmente mais expressividade, pois os problemas quantitativos oriundos do segundo, em parte, já foram superados.

O enfoque qualitativo, no contexto da atualidade das discussões sobre as cadeias alimentares, passou a ter maior destaque, nos países desenvolvidos, no final da década de 1990. A tendência do deslocamento para a arena do debate qualitativo nestes países é em grande parte associada com as mudanças no comportamento de consumo.

Para Spers (2000), os consumidores modernos passaram a exigir melhores serviços, dada a crescente preocupação com a percepção dos riscos associados ao consumo de alimentos, principalmente com a sua inocuidade.

A acentuação desta preocupação tem como marco a ocorrência na Inglaterra, em 1986, da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), enfermidade que se difundiu com o nome de síndrome da “vaca louca”, e teve grande repercussão em todo o mundo.

Segundo Parrot, Wilson e Murdoch, (2002) a síndrome, pelas suas restrições, modificou a estrutura e a organização do mercado de carnes bovinas na Europa. Uma das medidas de emergência foi o maior investimento e desenvolvimento de mecanismos de regulação e padronização público e privados, que se desdobraram em diferentes tipos de certificação que vieram a reforçar as tradicionais normas internacionais ligadas à Organização Mundial da Saúde (OMS) e a *Food and Agricultural Organization* (FAO). Este movimento teve como objetivo garantir uma melhor transparência das informações e restabelecer a confiança para o consumo das *commodities* agroindustriais.

Em contrapartida, diante das incertezas do cenário econômico globalizado, as restrições à importação oportunizaram um novo nicho de mercado, e este foi paulatinamente conquistado pelos fornecedores locais. O aumento e a proliferação de cadeias locais de suprimento foi a alternativa encontrada para suprir as necessidades do mercado e restabelecer a confiança dos consumidores através de relações de proximidade tipo face-a-face (MARSDEN; BANKS; BRISTOW; 2000), ou seja, a confiança foi estabelecida por uma transformação nas relações sociais que aproximaram o produtor do consumidor, eliminado elos intermediários e anônimos que em geral conformam as grandes cadeias de *commodities*.

Enfim, o episódio da BSE trouxe uma nova dinâmica para o mercado internacional, onde o “medo” e a incerteza dos consumidores foram traduzidos na forte queda da demanda. Esta dificuldade exigiu ações rápidas ao setor agroalimentar, mobilizando diferenciadamente os atores no mercado, bem como oportunizou o surgimento de diferentes entrantes. Mais especificamente, tal episódio reforçou o movimento de valorização da qualidade ligado à identidade do local de produção, sendo este referido na literatura internacional como “*quality turn*” (GOODMAN, 2003).

A valorização do local como sinônimo de qualidade para os processos agroalimentares tem proporcionado a gestão de novos arranjos produtivos ancorados nas especificidades do território. Este algo a mais algo, em termos de produtos alimentícios, tem oportunizado o envolvimento direto entre o consumidor e o produtor tornando-se uma importante prática ritualística de consumo, bem como uma forma de ressocializar e reespecializar os alimentos (SONINNO; MARSDEN, 2005).

Desta forma, localidade e qualidade passaram a ser indissociáveis como contraponto à lógica produtivista, oportunizando o surgimento ou ressignificação de produtos alimentares através de diferentes denominações como coloniais, artesanais, tradicionais, de *terroir*, entre outras associações, que promovem o envolvimento entre a dimensão espacial e a apropriação de uma peculiaridade particular para o produto.

Para a abordagem do SIAL o local não é apenas um espaço determinado, uma conjuntura física, que pode proporcionar vantagens pelas relações de interdependência para a realização de um produto comum, como acontece geralmente na abordagem dos *Clusters*. Em sua forma básica, se aproxima das questões estruturais proporcionadas pela proximidade relacionada com a cooperação para as práticas comuns, como se pode observar na abordagem do SPL. Porém, a abordagem do SIAL se sobressai desta conjuntura física perimétrica determinista ao incorporar as relações sociais e culturais como uma possibilidade para promover os bens alimentares.

Assim, devido às múltiplas funções que a expressão local tem assumindo, e no cuidado para não reificar o termo, Muchnik e o grupo de pesquisa do GIS SYAL tiveram a precaução em discutir se o “L” na denominação seria sinônimo de local ou localizado. Como o próprio autor afirma, num primeiro momento parece ser uma discussão banal, mas para se precisar a noção esta distinção teve uma conotação importante.

Para Muchnik (2006), a principal diferença entre os termos local e localizado na definição, é que o termo local está associado a uma qualidade substantiva, inerente ao sistema num dado momento. Em contrapartida, o termo localizado está associado a um processo, a um

sistema que se localiza, que nem sempre esteve neste lugar e tampouco há garantias que ali permaneça eternamente.

“Voltando ao tema das migrações, a história da humanidade nos ensina que os homens e seus saberes, as espécies vegetais, os animais e os produtos destes derivados nunca deixaram de viajar. Muitos produtos que hoje parecem típicos, como as carnes do pampa argentino, os vinhos de Bordeaux e a polenta italiana, também foram localizados um dia. Um dia os homens adotaram, criaram saberes e técnicas para ancorar localmente estas produções” (MUCHNIK, 2006, p. 8).

Seguindo a proposição, ao utilizar-se o termo “localizado”, faz-se referência a um processo dinâmico, vinculado por vezes ao conhecimento de determinados atores sociais que possibilitaram a estes sistemas, que os mesmos se localizem em determinado local. Contudo, dentro do contexto da dinamicidade, pela ação de outros atores ou momentos históricos específicos, um dia estes sistemas poderão se deslocalizar²⁴.

Porém, o mesmo processo pode ocorrer para um produto considerado como local, quando a produção é dependente de um recurso natural ou humano que por algum motivo se torna escasso ou não é mais reproduzido. Para o primeiro caso a matéria-prima até pode ser substituída ou retrabalhada, já no segundo caso, se a prática humana, o saber fazer ligado à uma técnica específica não for repassado ou preservado de alguma forma, esta se perde tornando-se insubstituível.

De fato se observa que a questão tempo e espaço não pode ser dissociada para a análise de um produto alimentar, principalmente quando este é resultado de processos econômicos, sociais, culturais e ecológicos que por vezes se materializam em uma prática social tornando-o mais suscetível aos processos de localização e deslocalização.

Segundo Elverdin, Maggio e Muchnik (2008), a produção de produtos alimentares é peculiar no aspecto localização/deslocalização. Diferencia-se da produção dos demais produtos industriais, que conforme as tendências do mercado ou incentivos fiscais, podem se instalar em outros locais com facilidade. Como a produção agrícola e pecuária possui um vínculo muito forte com os recursos naturais, sua deslocalização é mais difícil. Além disso,

²⁴ Vale a pena ressaltar, que se no português houvesse uma tradução literal de *Systèmes Agroalimentaires Localisés* denominação utilizada pelo *GIS-SIAL*, deveríamos utilizar no Brasil a expressão: Sistemas Agroalimentares Localizados. Porém, a designação Sistemas Agroalimentares Locais também é corrente em trabalhos. No inglês também há esta dupla tradução: *Local Agri-food Systems* e *Localised Agri-food Systems*, bem como no espanhol: *Sistema Agroalimentario Local* e *Sistema Agroalimentario Localizado*. Devido a esta discussão está sendo utilizado o termo localizado nesta pesquisa, pois como veremos nos capítulos subsequentes a cultura do morango foi introduzida no Vale do Caí no Rio Grande do Sul no final da década de 50, e esta se enraizou de tal forma no sistema produtivo local que se tornou um produto ícone.

são muito fortes as questões relacionadas com a biodiversidade, as paisagens, a vida das sociedades rurais e os equilíbrios das relações campo-cidade.

De fato, a produção de alimentos congrega duas esferas: a social e a biológica, que não podem ser analisadas separadamente, pois além da alimentação ser “um fato social” (MAUSS, 1935 apud MUCHNIK, 2006), ela também congrega uma ordem variada de características como: a) o paladar e a saúde do consumidor; b) a dinâmica e os hábitos dos consumidores nos territórios onde residem e produzem esses alimentos; c) a identidade cultural em função desse produto; e d) as próprias práticas dos produtores agropecuários.

Este rol de características deve ser levado em conta, quando da análise de um SIAL, pois como nos coloca Muchnik, “os alimentos são os únicos bens de consumo que se incorporam (literalmente se introduzem no corpo do consumidor), jogando um rol particular nos processos de identificação de indivíduos e sociedades” (2006, p.7). Contudo, ressalta o autor, convém destacar que não há uma produção ou produto agrícola/pecuário predestinado a um determinado lugar. O espraiamento destes produtos vem ocorrendo através dos tempos devido aos projetos sociais e econômicos dos homens, das diferentes sociedades.

Seguindo a esta determinação observa-se que vários produtos primários não são nativos, e foram, e em certos casos vem sendo, introduzidos em determinados locais. Assim passam a fazer parte da paisagem, gerando muitas vezes vínculos identitários do produto com as pessoas e a cultura local, como ocorreu com as carnes argentinas (Champredonde, 2008) e os morangos, no Vale do Caí, Brasil (Specht; Rückert, 2008), entre outros exemplos. Porém convém lembrar o que Elverdin, Maggio e Muchnik (2008), apontam sobre estas produções locais aparentemente solidificadas. Para o autor, estas também podem desaparecer por diferentes problemas, como por exemplo, esgotamento de determinados recursos naturais imprescindíveis ao produto, corroborando com a idéia da dinâmica da localização/deslocalização para o conteúdo do SIAL proposto por Muchnik (2006).

As pontuações até então desenvolvidas salientam para o SIAL a importância da questão da localização e deslocalização pela condição desta referência espacial afetar os processos organizacionais relacionados com a ação produtiva. Em síntese, o espaço de agente passivo passa a adquirir um valor intrínseco e diferenciado dando um novo sentido às questões sociais, econômicas, ecológicas e simbólicas. Tal condição permite que se leve a agregar outros processos que flexibilizam a temporalidade dinâmica associada à dimensão espacial do lugar dentro da concepção geral da noção do SIAL.

Não obstante as pontuações realizadas, e buscando avançar nesta discussão, pode-se também admitir que concomitantemente à gênese localização e deslocalização para

determinado produto alimentar, também pode ocorrer um processo de realocização. Tal condição espacial estaria ligada à revitalização ou revigoração de produtos ou práticas que até então poderiam ser considerados como deslocalizados ou simplesmente sublimados do contexto histórico dos lugares. Cabe destacar que se entende a proposta da realocização como um processo mais amplo do que a simples mobilidade espacial de uma atividade, comumente tratada nas análises econômico-financeiras para verificar lugares alternativos e promissores em termos de vantagens competitivas para melhor situação de determinados produtos no mercado.

Com o aumento da discussão sobre a importância do local, como alternativa a inserção mercantil de produtores marginalizados dos circuitos das grandes *commodities* e a organização destes produtores em “novas” redes, tem-se salientado nos meios acadêmicos, a necessidade da discussão de noções auxiliares para o entendimento das relações espaciais como a da realocização.

Sonnino e Marsden (2008) apontam que os estudos sobre a realocização, para a abordagem de redes emergentes de produtores no meio rural, tentam recapturar o espaço rural como um ativo, bem como a força de transformação desta forma de trabalhar o alimento que pode auxiliar nos processos de desenvolvimento rural e até mesmo se configurar em um novo paradigma. Porém, os autores salientam que trabalhar com noções espaciais é bastante problemático, pois seu significado real, por vezes, é contingente e facilmente contestado.

Na verdade esta preocupação se fundamenta na questão da discussão sobre os localismos, nas questões endógenas que surgem como soluções diferenciadas para defender determinados interesses que são explorados como práticas transformadoras. O que preocupa não são os limitados casos de sucesso, mas reificar estas práticas como se fosse solução para qualquer problema em espaços rurais deprimidos ou marginalizados. Retoma-se neste ponto as discussões do início do item, onde foi apontado semelhante preocupação de estudiosos com a questão do desenvolvimento local, como cerne de uma prática sem teoria, que remete a uma idéia simplista para a resolução da dualidade global-local.

Portanto, compactua-se que é necessário adotar determinadas precauções para não promover generalizações para contextos complexos. Na própria Geografia a importância de se discutir diferentes escalas para os fenômenos e suas possíveis distorções é um tema difícil de ser explorado. Lacoste (1988) já salientava em sua obra as graves consequências de se manipular as escalas para forçar determinadas interpretações. Se já é difícil entender a funcionalidade de uma escala determinada, a complexidade só tende a aumentar quando é visada a integração de diferentes escalas espaciais para a análise de um fenômeno.

Mesmo que seja difícil a integração de escalas são crescentes as ações de diferentes atores locais que interagem com instituições regionais para coordenar diferenciadamente as atividades socioeconômicas. Além dos distintos níveis hierárquicos verticais de regulação, também é salientada pelas práticas, a necessidade de coordenação em nível horizontal onde se desenvolvem as relações proximais. Sonnino e Marsden (2005) salientam que os processos de realocização tendem a promover diferentes ações à integração entre atores regionais e locais. A dinâmica espacial proporcionada leva a se repensar a necessidade de se observar diferenciadamente os processos de relacionamento entre as estruturas regionais emergentes da administração e as inovações nos alimentos para se promover o desenvolvimento rural.

Desta forma Sonnino e Marsden (2005) acabam enfatizando que a realocização para cadeia dos alimentos alternativos se torna uma tendência para recapturar o espaço rural como um ativo diferenciado para determinadas cadeias agroalimentares como forma de sair dos circuitos competidores relacionados com as economias de escala atreladas ao produtivismo.

Ampliando esta discussão, os autores afirmam que a realocização ainda está sendo debatida de forma embrionária diante da importância que este processo vem assumindo na transformação de determinados sistemas agroalimentares europeus. A princípio, esta vem se reafirmando como uma alternativa ao processo de globalização, e está se tornando uma variável importante para recapturar e revalorizar o espaço rural em diferentes dimensões, sociais, econômicas e político-institucionais. Além disso, força o setor padronizado a reconsiderar a suas estratégias competitivas, pois estas redes diferenciadas acabam se valendo de potencialidades sociais e naturais particulares que transformam os recursos comuns em ativos competitivos diferenciados.

Para proporcionar uma visão mais geral do processo de deslocalização e realocização para as cadeias agroalimentares convencionais e alternativas, Sonnino e Marsden, embasados no trabalho de Storper de 1997, elaboraram um quadro comparativo para os diferentes processos competitivos que ocorrem no espaço rural.

Tipo de Relações Espaciais	Deslocalização Alimentos Agrícolas Convencionais	Relocalização Alimentos Agrícolas Alternativos
Relações com produtores.	Produção intensiva “lock-in”; declínio dos preços e entrada dos fornecedores em corporações de processadores/distribuidores.	A ênfase é dada à "qualidade"; produtores buscam estratégias para capturar valor adicional; formalização de novas associações de produtores; desenvolvimentos de novos nichos técnicos socioespaciais.
Relações com consumidores.	Ausência de referência espacial do produto; nenhum incentivo para compreender a origem alimentar.	Os consumidores buscam conhecimentos sobre os lugares, sobre a produção, o produto e condições espaciais de produção; compras a distância e face-a-face.
Processamento e distribuição.	Rastreabilidade, mas privada e regulamentada pelos processadores e distribuidores; sem transparência; padronização versus outros tipos de produtos especializados.	Transformação e distribuição de saída local / regional; altamente variáveis, rastreáveis, e transparentes; qualidade espacialmente referenciada e planejada.
Enquadramento institucional.	Regulação pública e privada altamente burocratizada; as condições sanitárias reforçam os modelos padronizados; suporte às Políticas Agrícolas Comuns da Europa (PAC).	Desenvolvimento regional e autoridade local facilitam a formação de novas redes de infraestrutura; apoio local e regional para as políticas do PAC.
Enquadramento associativo.	Altamente tecnocrático e distanciado; sem proximidade para o estabelecimento de relações comerciais; carência de confiança ou de conhecimento local.	Relacional, baseados em confiança, locais, lastreados regionalmente; relacionamentos em rede ao invés da base linear; competitivos, mas em muitas das vezes colaborativos.

Mudanças nos limites geográficos concorrenciais

QUADRO 3 - Espaço Rural como Espaço Competitivo e o Campo de Batalha entre Setores Agro-alimentares Convencionais e Alternativos

Fonte: Compilado e traduzido de Sonnino e Marsden (2005).

Como pode ser averiguado a partir do quadro, as diferentes relações espaciais são marcadas por ações complexas tanto num, como no outro modo de produção. Estas envolvem diferentes atores, com diferentes inserções na cadeia produtiva dos produtos, mobilizando as relações tanto na forma vertical como na horizontal. Contudo é notório que para as relações espaciais da relocalização novos relacionamentos sociais e econômicos estão ainda em fase de desenvolvimento. Muitos destes ainda figuram sombreados pelas exigências das normativas estabelecidas nos sistemas agroalimentares tradicionais, que por vezes se configuram até mesmo como barreiras competitivas discretas. Assim as mudanças nos limites geográficos concorrenciais passam a exigir um olhar diferenciado para estas relações, um olhar escalar integrado para entender as novas dinâmicas espaciais que estão se estabelecendo no espaço rural.

Portanto, no contexto analítico do SIAL a realocação poderia contribuir com a análise para o revigoramento ou resgate de um cultivo específico ou de uma prática arraigada a uma condição particular, a um recurso natural ou humano, que passaria a ser revalorizado através de ações coletivas. Este regresso, em particular, passaria por uma construção social que dentro da abordagem do SIAL seria reforçada por uma forte identificação cultural de envolvimento coletivo e pela gestão da qualidade como forma de posicionamento no mercado, sendo quesito básico para este, a originalidade em termos de propriedades sensoriais para os produtos.

Desta forma o sistema se estabelecerá pela reapropriação de um produto ou prática de uma comunidade que na sua raiz já possuía uma forte carga identitária, mas que com o passar do tempo ou por determinada conjuntura econômica ou escassez de recursos foram deslocalizados temporariamente.

Em outros termos, a realocação restaura a qualidade substantiva proporcionada pelo lugar, e a abordagem do SIAL pode ancorar estas relações sociais e culturais aos conhecimentos tácitos transmitidos por aprendizagem, proporcionando determinadas especificidades para os alimentos. Como afirma Requier-Desjardins (2002), esta incorporação confere ao produto um valor de identidade que não existe em outros bens de consumo, pela sua relação específica com os recursos do meio. E tal peculiaridade para o autor, pode resultar na construção da imagem simbólica, num diferencial, construído sobre recursos e competências não transferíveis que são percebidos pelos consumidores.

Posto assim, observa-se que a proposta do SIAL não é monolítica e pode incorporar novas discussões. Sugeriu-se neste item a proposta da realocação pela capacidade desta em possibilitar que um produto seja reapropriado para um contexto local, e que ao ser reconhecido e buscado pelos consumidores esteja ativando toda a cadeia de produção de forma sistêmica e integrada. Tal pontuação corrobora com as definições das características do SIAL elencadas por Diaz-Bautista (2001), pois ao se realocar um produto e utilizar o SIAL como uma ferramenta de ação tende-se a congrega para o mesmo, diferentes ações coletivas que irão proporcionar novas interações, ações sociais e comerciais em modo multinível, extrapolando as fronteiras do rural e do urbano pela dimensão do consumo, podendo até mesmo transcender da escala local para a regional, e em última instância, tencionar a relação local – global.

De fato, a abordagem do SIAL permite que a produção seja analisada através de um olhar analítico, interagindo com processos de localização, deslocalização e realocação de produtos, sendo assim eficaz para avaliar o estágio de evolução de um sistema agroalimentar

alternativo. Porém esta gênese circunscrita ao local tem-se tornado de difícil apreensão, pois a evolução da abordagem do SIAL aponta para estudos em vários níveis de diálogo (LINS 2006), além de diferentes instâncias institucionais para a regulação das atividades (ERASO e SANCHEZ, 2008), bem como propagam-se ações tanto de fluxos verticais como horizontais envolvendo diferentes perspectivas como: as históricas, as técnicas e as institucionais (AMBROSINI e FILIPPI, 2008).

Para dar conta desta diversidade escalar, em nível do enfoque SIAL, tem-se ancorado a abordagem ao território como um espaço elaborado e apropriado por permitir, segundo Muchnik (2006), a junção de atividades produtivas diversas (valorização das produções locais, atividades turísticas, atividades culturais, etc.) já que uma das tendências atuais é estabelecer diálogo com a multifuncionalidade do espaço rural. Neste sentido dentro da evolução da noção cabe averiguar como esta ancoragem ao território tem sido realizada pelos estudiosos do SIAL.

3.1.2 Da Gênese Localização-Deslocalização-Relocalização à Ancoragem Territorial como base analítica para o SIAL

O espaço é uma construção social marcada por relações de diferentes magnitudes de poder, sendo o território, como verificado no capítulo anterior, a base para a expressão da materialização destas relações. O território que é heterogêneo quanto a sua morfologia, multiescalar quanto a sua dimensão e de temporalidade flexível comporta diferentes redes verticais e horizontais que mantém as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas. Talvez, advenha desta pluralidade funcional a apreensão para seu uso em diferentes áreas do conhecimento que necessitam ancorar as ações de determinados atores no espaço e no tempo.

Para os estudiosos do SIAL, o território é mais do que uma simples base física para o provimento de recursos que potencializam as relações que conformam os sistemas agroalimentares. Muchnik (2006, p. 6) enfatiza que o território é um “espaço elaborado, construído socialmente, marcado culturalmente e regulado institucionalmente”. Portanto valoriza a noção de território quanto a suas dimensões sociais, culturais e institucionais.

Segundo Garat *et al.* (2008) o território não é apenas uma soma e combinação de formas espaciais e processos sociais. Para os autores é mais do que isso, pois congrega articulações complexas entre a sociedade e a natureza, e estas articulações se agregaram ao enfoque do SIAL para estabelecer um cenário no tempo e no espaço. Tal funcionalidade foi

utilizada para a análise do cinturão hortícola de produtos localizados de La Plata, na Argentina.

O território para Ambrosini e Filippi (2008) é o ponto nodal de cruzamento para as relações verticais e horizontais que proporcionam a conformação de um SIAL. Esta conformação se relaciona com a identificação dos atores, sendo condicionados por laços de proximidade e de pertencimento a um espaço. Assim a combinação da abordagem do SIAL com o conceito de território permitiu para o trabalho desenvolvido operacionalizar múltiplos aspectos, sendo estes relacionados: a) com a complexidade da análise de arranjos econômicos; b) com a possibilidade de se considerar as dimensões históricas, técnicas e institucionais, para analisar a produção agrícola e o consumo alimentar em sua esfera simbólica, valorizando a organização social, o saber-fazer, e a sustentabilidade ambiental de um produto agrícola determinado; e c) com a análise da condição patrimonial do produto pesquisado.

Em se tratando propriamente da ancoragem territorial para a abordagem do SIAL, José Muchnik busca sistematizar analiticamente este enlace das abordagens em dois trabalhos. No primeiro Muchnik (2006) estabelece três laços que podem ocorrer entre o território e as atividades produtivas como forma de proporcionar a ancoragem territorial. No segundo, Muchnik (2008) realiza uma sistematização mais complexa e abrangente com diferentes variáveis qualitativas para proporcionar a ancoragem territorial.

Quanto à primeira abordagem, os laços estabelecidos são os históricos, os materiais e os imateriais. Os laços históricos são estabelecidos por referências identitárias que promovem o sentimento de pertencimento a história de um local. Estes laços se configuram em mais do que a simples proximidade entre os atores, são vínculos que proporcionam a realização de ações coletivas que podem proporcionar a coordenação territorial.

Os laços materiais estão ligados à aspectos físicos do local, como o tipo de solos, clima e as técnicas produtivas que proporcionam as características dos produtos. Estes laços estão sujeitos a processos de localização e deslocalização, sendo as denominações de origem geográficas uma forma de manutenção destes enlaces, pois possibilitam enraizar as produções territorialmente.

Os laços imateriais se estabelecem pela agregação aos produtos, do patrimônio intangível, que pode ser a cultura ou as tradições de um determinado território. Neste caso, o produto que é um bem material incorpora as intangibilidades do território, tornando-se em certos casos um bem simbólico. Esta produção de um valor intangível acaba criando para o produto uma reputação que permite manter a dinâmica do sistema produtivo.

Aprofundando os aspectos que proporcionam a ancoragem territorial para o SIAL, a segunda abordagem estabelece cinco variáveis de observação que podem condicionar este processo: a) culturas alimentares e especificação dos produtos; b) evoluções técnicas, saberes, competências e aprendizagens; c) identidades territoriais, organização e redes de atores; d) combinação territorial de atividades; e e) políticas territoriais. Na sequência será abordada cada uma das variáveis especificadas que visam promover a ancoragem territorial para o SIAL.

Quanto às culturas alimentares e especificação dos produtos, Muchnik (2008) destaca que as culturas alimentares representam uma parte constitutiva específica das culturas territoriais. Neste sentido é importante a qualidade dos produtos e o reconhecimento desta por parte dos consumidores, para o enraizamento territorial da atividade produtiva. O uso de selos, e principalmente as Indicações de Procedência e as Denominações de Origem, são instrumentos importantes neste processo.

Para as técnicas, saberes, competências e aprendizagens, o enraizamento territorial das técnicas ocorre a partir de duas formas de laços com o território: os materiais como o solo, o clima, as paisagens ou as características físico-químicas dos produtos; e os imateriais, como os saberes dos produtores e consumidores e o valor simbólico dos produtos. Os laços das técnicas com o território se modificam continuamente, podendo reforçar-se, debilitar-se, ou ainda, desaparecer com o tempo.

Na terceira variável: identidades territoriais, organização e rede de atores, o território é destacado como espaço de identidade, abrangendo as paisagens, os produtos, os saberes e técnicas, e de modo especial o sentimento de pertencimento das pessoas para com o território. A solidariedade entre os atores sociais é baseada em suas identidades territoriais, valores e sentimentos de pertencimento, que alicerçam várias formas de coordenação e constituição das redes sociais.

Para a combinação territorial de atividades o autor faz uma diferenciação conceitual importante, elegendo o território e não o produto como delimitador do sistema. Tal condição diferencia a abordagem do SIAL do enfoque de cadeia (*filière*) trazendo consequências de ordem teórica e prática. Em termos teóricos, a organização e a dinâmica das atividades passam a ter como base o enfoque territorial. Quanto às modificações práticas, se evidencia que os projetos passam a ser concebidos a partir da combinação de atividades territoriais variadas, para a organização e aumento da possibilidade de uma melhor posição nas negociações com os elos mais fortes da cadeia produtiva, ou para a constituição de circuitos alternativos embasados em outros tipos de relações produtor – consumidor.

Sobre as políticas territoriais e a ancoragem para o sistema produtivo, observa-se que o autor sugere o território como um ator estratégico, um fator de conjunção e de competitividade das atividades produtivas locais. Além disso, este enfoque integrador pode constituir-se como uma ferramenta útil para o desenho de políticas territoriais e agropecuárias, sendo possível a busca da integração de espaços, tempos e variáveis qualitativamente diferentes. Efetivamente nesta variável é possível pautar a sua contribuição em três frentes de ação:

a) Articular projetos de desenvolvimento territorial e regional com as políticas nacionais e internacionais: como as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio são pautadas por produtos e cadeias lineares, são desconsideradas as disparidades territoriais, prejudicando os países menos desenvolvidos. A análise da articulação dos SIAL's com as cadeias produtivas poderiam colaborar para a superação de uma visão linear, além de dar visibilidade para a constituição de “tramas agroalimentares” constituídas pela conjunção de várias atividades e funções, realizadas em espaços e tempos diferentes, contribuindo para que a diversidade de atores sociais e dos territórios na elaboração de políticas públicas sejam levados em conta.

b) Articular políticas territoriais com políticas nacionais de defesa da soberania alimentar: o enfoque do SIAL objetiva a valorização dos recursos territoriais, referentes aos produtos, as técnicas, o saber-fazer, os ofícios, as paisagens rurais, o patrimônio cultural, as organizações e instituições territoriais, e portanto, com a ativação dos recursos territoriais, o SIAL pode contribuir significativamente para a soberania alimentar.

c) Contribuir para o desenvolvimento de um marco programático que articule competitividade econômica, problemáticas sociais e desafios ambientais: muda-se o paradigma da competitividade simples para a contemplação das interfaces com o meio ambiente e com o mundo rural, contemplando na ordem material o ordenamento espacial, a reprodução da biodiversidade, a transformação das paisagens rurais; do ponto de vista social, a evolução das sociedades rurais, a dinâmica das famílias rurais e os ofícios dos agricultores. Para tal, os projetos devem ser elaborados e organizados nos territórios com agentes capazes de conduzi-los. Além disso, o território efetiva-se como um agente para orientar e coordenar processos de desenvolvimento, oportunizando também a antecipação de evoluções futuras e a elaboração de estratégias de inovação e/ou de reconversão das produções locais, que sustentem a ativação dos recursos territoriais. Por este enfoque abranger tanto o mundo rural como os consumidores, o SIAL pode ser um catalisador de desenvolvimento territorial, com impactos que podem ir além do setor agroalimentar.

Observando as duas proposições para a ancoragem territorial do SIAL verifica-se que a segunda abordagem re-trabalha com mais propriedade questões já mencionadas na primeira. Cabe destacar que o autor na esquematização da segunda proposta, aprofunda e especifica determinados enlaces colocando o território como ator estratégico privilegiado, um sujeito ativador das dinâmicas. Em termos de acréscimo para a idéia geral, surge como uma novidade a ligação da questão territorial e o SIAL com as políticas públicas.

O território colocado como indutor de dinâmicas para a atividade dos Sistemas Agroalimentares Localizados é uma proposta bem instigadora. Contudo, como se pode observar no capítulo anterior, trabalhar com este conceito geográfico em profundidade analítica requer observar as indagações que perfazem a base deste conceito. *A priori* é necessário ter clareza que Território enquanto abordagem não privilegia as homogeneidades, e um dos atuais desafios é avaliar os fluxos, ao invés dos fixos, pois tende-se a idéia de se sobrepor território com a noção de rede. Cabe destacar também, que uma das principais dimensões do espaço apreendidas por este conceito geográfico é a política (HAESBAERT, 2004). Em tal dimensão as ações que visam à mudança social são lastreadas por relações de poder e de força que tendem a gerar conflitos. Reitera-se que na Geografia o território é espaço apropriado em diferentes dimensões políticas, sociais, ambientais, culturais e simbólicas. Nesta raiz os recursos territoriais são objetos de disputa podendo a apropriação destes gerar exclusões.

Neste sentido, não é só a funcionalidade agregadora que deve ser exaltada como pertinente para o uso do território, pois tanto a nível teórico, quanto metodológico, a primeira impressão que passa quando se observa as pontuações anteriormente realizadas, sobre a pertinência da ancoragem territorial, é que basta um produto ser ativado territorialmente, que este passa a ser um bem coletivo por coincidir a base geográfica. Como anteriormente ressaltado, a coletividade embasada no território está sujeita a disputas e exclusões, pois os atores sociais operam com diferentes interesses, até mesmo em diferentes escalas, e isto pode gerar apropriações diferenciadas.

Nas Indicações de Procedência que são atribuições concedidas somente para coletividades, todos os produtores que compartilham do mesmo território se beneficiam em mesmo grau e intensidade do uso da distinção geográfica? Tem-se nesta interrogação uma lacuna interessante para estudos, pois aparentemente a resposta para a pergunta, *a priori*, tende a ser negativa. Desta forma, a coletividade passa por um termo de exclusividade para uso dos ativos territoriais, sendo estes, conformes com as questões econômicas clássicas, onde ativos configuram-se em bens limitados a determinados grupos, para terem valor de uso e

formatarem as vantagens competitivas. Se estes ainda são elevados à categoria de recursos estratégicos, isto é exclusivos, únicos e raros, esta limitação é ainda mais estreita.

Um exemplo prático sobre esta disputa de um bem coletivo dentro da abordagem do SIAL é estudado por Ambrosini, Filippi e Lovois (2008), que chamam atenção ao fato de ocorrerem relações assimétricas entre atores ou grupos de atores no território pesquisado. Neste, a disputa de poder pode converter um bem que deveria ser coletivo em um bem privado. Isto poderá causar um prejuízo na imagem positiva do produto, e ao invés de ser um bem comum poderá beneficiar somente alguns atores que possuem formas de controle sobre o produto, ou até mesmo, sobre o próprio território.

Enfim, não se está aqui, desestimulando a visão territorial como base para a abordagem do SIAL, pois os argumentos não seriam suficientes para tal repto, e nem seria pertinente tal objeção, pois acredita-se que o uso desta noção é pertinente para tal feito. Apenas chama-se a atenção para a importância de que nas análises sejam aprofundadas algumas considerações quanto aos usos do território, como apontados no capítulo anterior. Tal ênfase é registrada para que não ocorra uma similitude com o que fora ressaltado para a noção de local, de se tornar uma prática sem teoria, ou pior, que o uso do território não se torne um mero condutor de discursos para soluções pouco factíveis de ocorrerem na prática, ou de uma simples antítese da globalização dos mercados.

Portanto, tomando as devidas precauções, a ancoragem territorial tende a proporcionar a investigação da evolução das dinâmicas do SIAL no tempo e no espaço. Dando sequência no estudo da abordagem, o próximo item tratará sobre um conjunto de dimensões analíticas e variáveis que se destacam como objetos de investigação para articular uma análise consistente de uma cadeia agroalimentar embasado no enfoque do SIAL.

3.2 A ARTICULAÇÃO DE UMA SISTEMATIZAÇÃO PARA PROPORCIONAR UMA BASE ANALÍTICA PARA A OBSERVAÇÃO DE UM SIAL

Inicialmente cabe destacar que a noção de SIAL tem no território um ponto de apoio para investigar como um conjunto de atividades agroalimentares é estruturado e organizado. Assim, do ponto de vista investigativo, Muchnik (2006) enfatiza que o território é utilizado como uma referência para a combinação de atividades diversificadas, sendo assim possível avançar no entendimento de como os processos de aprendizagem e a invenção ou reinvenção de produtos típicos, emerge a partir de uma cultura ou de um saber que representa a própria prática social.

Como se tem verificado, a abordagem é dinâmica, pois o seu uso é realizado em uma grande diversidade de situações históricas, com diferentes vínculos territoriais, de atividades ou de mercados. Deste modo, para estabelecer uma metodologia de investigação os estudiosos do SIAL articulam seus trabalhos observando como orientação as ações dos atores que comportam e conformam os sistemas agroalimentares, sendo estas desenvolvidas com profundidade histórica.

Tal feito é realizado para identificar e determinar a evolução de cada sistema, pois é difícil estabelecer um modelo padrão, já que os sistemas são diversos, como mencionado anteriormente. Assim para estudos do(s) SIAL(s) são realizados diagnósticos que podem combinar técnicas quantitativas e qualitativas, para coletar e estruturar as informações. A realização dos diagnósticos tem por base de orientação determinadas dimensões de análise, sendo estas oriundas de estudos, para efetivar a ligação entre a teoria e a prática.

Para dar conta da diversidade dos estudos do SIAL, os formuladores e estudiosos da proposta analítica (MUCHNIK E VELARDE, 2003; MUCHNIK, 2006 e MUCHNIK, 2008), apresentam como guia quatro dimensões de base que estruturam a compreensão das relações entre os atores e os sistemas agroalimentares sendo estas: a) uma dimensão histórica; b) uma dimensão técnica; c) uma dimensão alimentícia; e d) uma dimensão institucional. Dando sequência à análise, os autores sugerem o aprofundamento das relações estabelecidas nas dimensões de base através da observação de quatro elementos de investigação compreendidos por: (A) coordenação dos atores (sistema de ação, redes sociais, etc.); (B) qualificação dos produtos (tramas institucionais, regras e normas); (C) dinâmica dos saberes e competências; e (D) gestão dos recursos (patrimonialização, formas de apropriação).

Os objetos assim classificados possibilitam entender como ocorrem as interações e as dinâmicas internas do SIAL, bem como as suas diversidades, além de proporcionar a precisão do seu estágio de desenvolvimento. Na sequência serão aprofundados os elementos de base e de investigação.

3.2.1 As Dimensões Básicas e suas Contribuições para o Estudo e Compreensão do SIAL

Em termos de dimensões básicas, a DIMENSÃO HISTÓRICA é uma das principais bases para a metodologia de análise do enfoque do SIAL, pois através desta se inicia a verificação da pertinência ou não do processo para considerá-lo como um sistema agroalimentar localizado.

Para alguns autores como Muchnik e Velarde (2003), é importante o sistema ter um enraizamento territorial bem consolidado (em torno de 50 anos) para se poder observar a questão da ocupação do território, as correntes migratórias, as produções dominantes, as produções familiares, as festas populares e as organizações espaciais. Já Muchnik (2006) acredita que o fator temporal é importante, porém não determina uma temporalidade mínima, pois existem sistemas agroalimentares localizados de constituição recente. Aponta que é importante para a análise se ater as transformações ocorridas em termos das variáveis técnicas, sociais e econômicas entre outras, que podem influenciar em mudanças qualitativas.

Para uma melhor precisão da dimensão histórica é necessário considerar além das fontes habituais de pesquisa de dados secundários, a realização de amostragens qualitativas com pesquisas de campo. Neste processo há a interação com a comunidade local para a obtenção de relatos históricos, principalmente das pessoas idosas, que possuem uma larga experiência de vida no local, consolidando assim o processo de formação das experiências de campo estudadas.

A DIMENSÃO TÉCNICA é centrada na observação, na descrição e na análise dos saberes e de técnicas utilizadas para a condução de um cultivo ou transformação de um produto alimentar. Para produtos alimentares alternativos ou diferenciados, que possuem uma identidade simbólica, esta também se expressa através do saber-fazer próprio de uma comunidade ou de uma família como referência de reprodução.

Em geral, os conhecimentos técnicos locais, que em muitos dos casos são específicos, constituem-se em fatores que expressam com clareza o tempo necessário para que determinadas produções culturais possam gerar economias, e a partir destas possibilitem dar continuidade a um sistema agroalimentar (CARA, 2008).

Neste sentido verifica-se a importância do conhecimento para ativar determinadas técnicas como práticas distintivas. O que é interessante averiguar é a capacidade de replicação deste conhecimento em outros contextos. Se os mesmos forem possíveis de serem replicados através da competência de outros atores locais alheios ao ambiente natural e à matéria-prima original, o conhecimento do contexto social e produtivo perde a sua tipicidade. Também é importante observar como estão ocorrendo os processos de transmissão de determinados conhecimentos específicos via tradição familiar. Em geral, o problema de sucessão vem interrompendo a transmissão de conhecimentos tácitos replicados de geração a geração, perdendo-se assim um saber fazer específico que poderia originar um sistema agroalimentar diferenciado.

A DIMENSÃO INSTITUCIONAL coloca seu acento no SIAL, pelas relações entre os atores sociais, suas estratégias individuais e coletivas (MUCHNIK, 2006). Estas relações, muitas vezes, se tornam práticas institucionalizadas através de eventos e festividades que promovem uma aglutinação em torno de uma identidade comum, dando sustentação aos sistemas agroalimentares (CHAMPREDONDE, 2008). Porém, não basta centrar a análise no papel dos atores e suas estratégias, pois estas se tornam efêmeras em muitos dos casos frente ao poder estruturante do Estado. Para se observar o papel das instituições é importante, segundo Rückert (2004) observar as regras e poderes que tem como origem o Estado, pois este é a referência em várias parcelas da sociedade, sendo as instituições maiores que as organizações, que tem sua origem na sociedade civil organizada. Para o autor, a importância de delegar um papel de destaque para o Estado é que este tende a proporcionar a densidade organizacional em um território para qualificar as ações de caráter estruturante através da regulação das instituições públicas e privadas. Neste sentido, para operacionalizar metodologicamente esta dimensão convém observar tanto as relações que se estruturam para o produto em nível local, através da observação de vínculos sociais, como também o poder público na forma do Estado.

A DIMENSÃO ALIMENTÍCIA focaliza as interações sociais, culturais e econômicas que ocorrem entre o produto e o consumidor. Como um SIAL pode, segundo Muchnik (2008), abranger uma diversidade de situações comerciais que englobam desde a produção para o mercado local até as produções destinadas para a exportação, têm-se nesta amplitude da oferta diferentes consumidores para o produto.

A diversidade consumista elege diferentes critérios para a tomada da decisão de compra. Em geral os produtos de um SIAL são diferenciados na sua origem pelas características intrínsecas restritas a um ambiente produtivo específico, e se reconhecidas, passam a ser apreendidas com um valor diferenciado extrapolando a relação monetária direta de custo X benefício. Nesta nova relação os produtos alimentares passam a oferecer, além das propriedades básicas alimentares, diferentes funcionalidades relacionadas com a saúde, a natureza, a estética, e até mesmo um certo saudosismo idílico do meio rural. Assim, criam-se necessidades pela oferta de algo diferenciado para o consumidor e estes produtos conseguem adquirir um valor hedônico sendo os mesmos regulados por outras regras de mercado que foge às tradicionais conjunturas de oferta e demanda.

Nos casos em que o produto é oferecido diretamente ao consumidor pelo produtor a dimensão alimentícia torna-se relacional. O contato face-a-face proporciona uma interação

mais direta do que a oferta do produto em uma gôndola de varejo. A personalização da relação tende a gerar laços de confiança entre o produtor e o consumidor.

Os riscos quanto ao desconhecimento da procedência ou de determinada técnica utilizada na receita do produto é *a priori* solucionado neste momento. Assim, com a negociação face-a-face, as incertezas são dirimidas no ato da efetivação da despesa. De acordo com Marsden; Banks e Bristow (2000) além da minimização das incertezas, a interação pessoal certifica a autenticidade reforçando o laço de confiança, trazendo assim não só benefícios para os consumidores, mas também para os produtores que fidelizam seus clientes construindo uma base confiável para a manutenção do negócio.

3.2.2 Os Objetos de Investigação Analítica para Aprofundamento e Entendimento das Interações no SIAL

O aprofundamento das relações em um SIAL pode ser realizado através de uma modelização qualitativa fundada em quatro objetos de investigação (FIGURA 2). Segundo Muchnik (2008) a delimitação destes objetos de investigação é relacional e tendem a potencializar a compreensão da diversidade e do estágio de desenvolvimento (estável, crescente ou decadente) de um SIAL, além da estruturação das complementaridades entre diferentes frentes investigativas, métodos e ferramentas de análise²⁵.

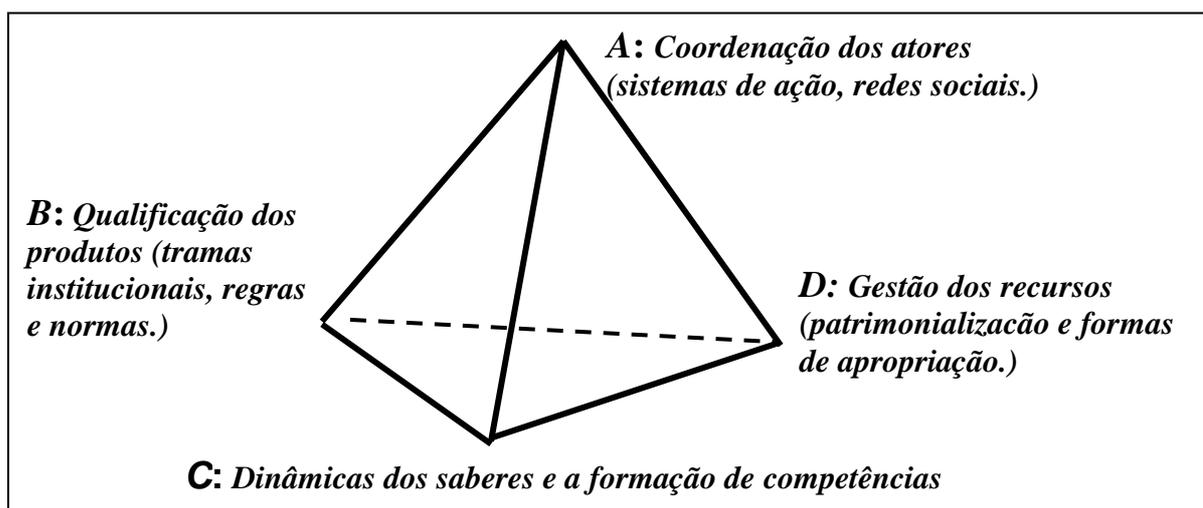


FIGURA 2- Modelo de análise dos objetos de investigação do SIAL

Fonte: Muchnik e Sainte Marie apud Muchnik (2008).

²⁵ Cabe destacar que os objetos de investigação descritos por Muchnik (2008), foram ampliados e complementados por outras referências bibliográficas que não continham no texto original. Tal feito foi realizado visando dar maiores subsídios as análises que a posteriori serão realizadas, a partir dos resultados.

Sobre o objeto de investigação COORDENAÇÃO DOS ATORES, Muchnik (2008), destaca os processos em rede socioprofissionais que se organizam sob diferentes formas de coordenação. Estes sistemas de ação são regulados por dispositivos e mecanismos institucionais que normatizam as ações dos atores sobre os recursos tangíveis (bens materiais adquiridos via mercado) e intangíveis (bens imateriais: saberes tácitos e informações). Além disso, para os autores, as redes sociais são formadas por atores com experiências distintas. Estas são reflexos dos seus condicionantes sociais, sendo que a identidade do ator social emerge e se afirma pela confrontação com outras identidades em um processo de interação social, que geralmente implica em desigualdades e conflitos de poder.

Ampliando o entendimento sobre a coordenação dos atores, a abordagem sobre as redes tem-se difundido nos meios acadêmicos como uma proposta para a observação das relações sociais. Segundo Castells, “as redes constituem a nova morfologia social de nossa sociedade e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (1999, p. 565).

Embora a obra de Castells trate sobre o poder das grandes redes no controle dos fluxos (informação, capital, instituições, cultura, entre outros) na era do capitalismo globalizado, atualmente esta abordagem também tem sido empregada para observar relações locais, marcadas pela proximidade territorial em diferentes contextos, entre estes os agroalimentares que podem influenciar nos processos de desenvolvimento rural.

Em se tratando da importância das redes para o desenvolvimento rural, o trabalho de Murdoch (2000) é emblemático, pois busca averiguar como esta noção pode ser aplicada para a construção de estratégias no meio rural. Como as redes para o autor variam conforme o seu contexto de uso, este identifica dois tipos de redes no meio rural, as verticais e as horizontais. As redes verticais são constituídas por relações de encadeamento ascendente, padronizadas e limitadas, com forte presença do poder centralizado em determinados elos da cadeia agroalimentar, como o da transformação. As redes horizontais são delimitadas por relações inovadoras, incluindo outras atividades paralelas a cadeia produtiva. Neste tipo de relacionamento predominam o aprendizado, a flexibilidade, a confiança e a diversidade.

Contudo, mesmo sendo uma perspectiva inovadora, Murdoch (2000) ressalta que só as redes não irão solucionar os problemas do desenvolvimento rural. As virtudes da abordagem se concentram em proporcionar uma abordagem diferenciada para os problemas tradicionais, sendo útil para unir as questões internas das áreas rurais com os problemas e as oportunidades que são externas. A partir da conclusão do autor, pode-se dizer que a abordagem das redes

para o desenvolvimento rural, entre outras relações, pode proporcionar um melhor entendimento para a interface entre o espaço rural e o urbano.

Analisando como as redes sociais podem influenciar nos mercados, Wilkinson (2008) resgata as definições de Granovetter destacando o enfoque de *embeddedness* vinculado com a noção de construção social, sendo este diferenciado da sua origem na economia das redes que o relaciona com as questões de confiança. Wilkinson pontua que para a construção social dos mercados a influência da posição dos atores em determinadas redes é crucial para o entendimento das relações. Para isto, referencia-se no conceito de laços fracos, os atores que transitam estrategicamente em diferentes redes, diferente dos laços fortes que são marcados por relações de proximidade, desenvolvidos por Granovetter para analisar a relação entre as redes e o papel estratégico da posição dos atores nestas redes. Especificamente, Wilkinson destaca que o enfoque de redes sociais de Granovetter é eficaz na explicação da resiliência de mercados de proximidade, bem como na expansão destes mercados pela migração e formalização de redes de parentesco que proporcionam o funcionamento destes mercados mesmo a distância, na base da informalidade e confiança.

No Brasil um exemplo deste funcionamento são os mercados de produtos regionais deslocados, como o do queijo coalho nordestino em São Paulo, que mesmo desprovido de canais formais de comercialização, tem forte respaldo entre os consumidores migrantes nos centros urbanos, que difundem este produto em novos espaços. Assim, a expansão destas redes, de produtos fora da sua origem, são um exemplo de aplicação da força dos laços fracos. Contudo, ressalta o autor, os produtos tendem a esbarrar em níveis de tolerância menores relacionados às questões de sanidade e homogeneidade, pela falta de conhecimento tácito que regula o consumo e a conservação dos produtos na origem. A idéia de Wilkinson (2008) corrobora com a proposição de Murdoch (2000) onde o produto agroalimentar estabelece uma aproximação entre o urbano e rural através da rede.

Neste sentido verifica-se que as relações de proximidade são um componente importante para a formalização das redes sociais. A coordenação das ações dos atores nestas redes, o funcionamento e a possibilidade da dinamização de determinados mercados é um dos principais desafios a serem entendidos em um SIAL.

A QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS é um objeto de investigação que suscita a discussão devido à dificuldade de se precisar uma definição. Para o tema dos sistemas agroalimentares localizados, Muchnik (2008) destaca que a qualidade é um conceito ambíguo e complexo, sendo que as normativas oficiais privilegiam geralmente as produções padronizadas. Nestes casos a diversidade e a tradição, típicas dos sistemas agroalimentares

alternativos, é diminuída de importância. Para os atores tal ocorrência entre as normativas que regulam as produções nacionais e as locais tende a gerar conflitos de interesse.

Enquanto que as produções nacionais seguem protocolos rígidos, as locais se orientam por critérios de qualidade embasados em um processo histórico de formalização, sendo que ambas possuem convenções próprias. Requier-Desjardins (2002) discutiu a questão das convenções de qualidade para propor uma “construção social da qualidade”, sendo estas intrinsecamente ligadas às diferentes origens do produto. Por diferentes razões é possível entender que as produções localizadas podem ser alheias as convenções padronizadas nos moldes do mercado e necessitam de outras regras e bases para a coordenação dos atores e processos.

Alongando a discussão da qualidade de um produto alimentar como um objeto de investigação para análise de um SIAL, torna-se evidente que a questão perpassa segundo Goldfarb (2001), por duas perspectivas: a estrutural e a sociocultural. Segundo a autora, a perspectiva estrutural se refere à construção da qualidade alimentícia no cenário dos processos macro econômicos, onde os efeitos homogeneizantes das indústrias agroalimentares estão levando a uma maior dependência da produção agrícola em relação às indústrias. Já a perspectiva sociocultural implica em processos de identificação e diferenciação social do produto, a partir das características particulares do local de produção do produto.

Contudo, ambos os processos não são estanques, permitindo uma maleabilidade principalmente frente às crescentes exigências das pressões ambientais que afetam a todos os tipos de processamento agropecuário. Para Wilkinson (2008), por envolver uma relação de proximidade, a opção artesanal tende a desenvolver maiores laços de confiança entre o produto e o consumidor. A aproximação do mercado da produção efetiva, realizada na propriedade rural, proporciona uma maior transparência nos processos produtivos que acabam sendo mercantilizáveis, isto é, os processos se incorporam ao produto como uma qualidade extrínseca, sendo assim também um objeto de consumo e uma garantia da venda a posteriori.

Surge com isto uma tendência de abertura de mercados que não podem ser atendidos por sistemas agroalimentares verticalmente estruturados, por serem monolíticos e atomizados, possibilitando a entrada de sistemas agroalimentares mais elementares de base local-regional. Tal condição acaba qualificando estas produções, pois os produtores ao perceberem a oportunidade passam a estruturar os seus processos para cumprir as exigências, porém orientados por outros critérios, assumindo outro patamar tecnológico e organizacional. Muitos destes que operavam na clandestinidade, com a possibilidade de inserção no mercado, e alguma flexibilidade ou apoio institucional para adequação das normas, deixam a condição da

informalidade e registram a sua atividade passando a atender os padrões mínimos de qualidade.

Por esta razão afirmou-se que os processos não são estanques, e sim dinâmicos, pois a possibilidade de inserção no mercado potencializa uma resposta diferenciada e inovadora aos produtores locais.

Na discussão da qualidade atrelada aos mercados verificam-se dois comportamentos básicos para os produtos convencionais: produtores de *commodities* em grande escala, e os alternativos, operados pela agricultura familiar em escopo. Nas cadeias agroalimentares convencionais a qualidade é orientada por relações impessoais e é quase que exclusivamente balizada pela relação de preço versus quantidade. Nas cadeias agroalimentares operadas pela agricultura familiar, que possuem como características a proximidade e a personalização para as relações, são incorporados outros valores hdônicos aos preços. Para Wilkinson (2008), os mercados da agricultura familiar estruturam-se na oferta de produtos com características específicas. Nestes a qualidade pode ancorar valores em formas de produção e de vida, pois não são ligados à impessoalidade. O quadro abaixo nos possibilita visualizar os distintos mercados, o perfil necessário para competir nestes e os desafios a serem enfrentados para a concorrência.

Mercado	Perfil	Desafios
<i>Commodities.</i>	Velhos e Novos Mercados Locais e à Distância.	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala.
Especificidades.	Discriminação por Grau de Associação com Localidade/Tradição.	Concorrência de Novos Entrantes.
Orgânicos.	Grau de Associação a Saúde e/ou um Modo Específico de Produção.	Certificação, Escala e Pesquisa.
Artesanais.	Denominação de Origem ou Não.	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade e Ação Coletiva.
Solidários.	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda.	Escala, Variedade e Qualidade.
Institucionais.	Licitações, Oferta para Varejo.	Qualidade, Variedade e Escala.

QUADRO 4 – Tipologia de Mercados para Produtos Agroalimentares

Fonte: Wilkinson (2008).

Como pode ser observado existem diferentes segmentos, com diferentes perfis, para serem explorados. Tanto para o mercado interno como para o externo, há diferentes exigências em termos de qualidade, sendo estas um indicativo dos desafios que devem ser enfrentados para os diferentes Sistemas Agroalimentares Localizados.

Ancorando a discussão da qualidade para sistemas agroalimentares localizados nas questões socioculturais, Velarde *et al.* (2008) ponderam que esta é referenciada na construção

social de um determinado gosto legítimo. Para os autores, esta construção social implica numa mobilização de significados e capital simbólico que são passíveis de se transformarem. Assim, esta dimensão sociocultural, adicionada de análises estruturais, permite que se perceba além do papel homogeneizante e unilateral da globalização. O afloramento da diversidade pode ser percebido em nichos de mercado. Outrossim, a dimensão simbólica leva a valorização de alguns produtos, potencializando a obtenção de uma renda diferencial para alguns produtores agrícolas.

Nestes termos os alimentos passam a congregam uma carga simbólica e cultural, aspectos estes que podem dirigir um nicho de mercado ou reconhecimento específico. Contudo é necessário tomar cuidados para que estes bens simbólicos não percam esta referência diferenciada. Autores como Aurier, Fort e Sieriex (2005) chamam atenção para este problema ao verificarem a discussão da qualidade relacionada aos produtos típicos de *terroir*. Eles evidenciam que a imagem criada em relação a um produto é passível de sofrer transformações e estas podem descaracterizá-lo, segundo as expectativas dos consumidores que tem uma imagem mental que liga o produto ao seu local de origem e as suas formas de produção. Neste contexto uma simples mudança na embalagem pode descaracterizar um produto típico, pois muitos consumidores associam o típico com a rusticidade, e esta pode ser perpassada pela embalagem.

Fundamentalmente, verifica-se que o debate sobre a noção de qualidade tem ultrapassado as características intrínsecas propriamente ditas do produto, incorporando outros valores. Segundo Lacaze, Rodríguez e Lupín (2008), os consumidores ao buscarem algo diferenciado como: saúde, nutrição, segurança, conveniência, qualidade ambiental, questões éticas, bem estar animal, entre outros, estão transformando e atualizando a noção de qualidade.

No caso dos países em desenvolvimento, segundo Borray (2008), os sistemas agroalimentares localizados possuem um múltiplo papel: potencializam a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade dos recursos ambientais, bem como o melhoramento social e econômico para sua população. Mas a questão econômica não é a única tônica deste processo, como identificaram Muchnik; Bienabé e Cerdan (2005) no processo de valorização do queijo coalho nordestino. Para os autores o ato econômico é importante, mas também todo o processo de criação e reconstrução de laços sociais, onde o alimento foi o mediador, proporciona a inserção de produtores rurais no mercado e isto deve ser considerado como objeto de pesquisa institucional.

Vale a pena frisar que este processo de qualificação diferenciada para o produto alimentar, também está trazendo importantes modificações para a percepção do espaço rural. O que se pode preliminarmente avaliar é que a valorização da interação do mundo rural com o meio ambiente vem influenciando no ordenamento espacial, na reprodução da biodiversidade e nas mudanças (ou não) das paisagens rurais, além das questões sociais e econômicas como a reprodução das dinâmicas das famílias de agricultores. Tais ocorrências tendem a gerar sinergias positivas, onde o rural passa de uma função puramente setorizada pela produção agropecuária e apêndice do urbano, a um espaço de possibilidades, das amenidades e bem estar, pela diversidade de seus produtos tanto alimentares com paisagísticos.

Portanto observa-se que a geração de produtos agroalimentares está fortemente atrelada à qualidade, sendo esta reflexo do ambiente em que o produto é produzido, tanto no sentido sanitário, quanto na questão da origem territorial em suas tramas sociais, culturais e simbólicas que se desdobram no espaço rural. Do ponto de vista prático, todo este processo de validação de um condicionante para a criação de valores só tem sentido se forem reconhecidos pelo consumidor, pois este personifica o mercado efetivo. Assim, compreender as suas necessidades, num sentido amplo que extrapola as básicas, é uma das chaves que permitem a autonomia e sustentabilidade para os SIALs.

As DINÂMICAS DOS SABERES E COMPETÊNCIAS são balizadas na abordagem do SIAL pela articulação de saberes diferenciados aos que compreendem os das cadeias agroalimentares tradicionais. Segundo Muchnik (2008) no SIAL os saberes locais são fluidos e decorrem de um processo de interação, podendo ocorrer defasagem de informações entre produtores e técnicos. Como os produtores estão em constante processo de aprendizagem, estes começam a duvidar das suas técnicas tradicionais e buscam junto aos técnicos, possíveis inovações para os problemas agrícolas. Estas mudanças por vezes podem proporcionar o abandono de uma técnica tradicional que proporcionava especificidade para o produto.

A manutenção de determinadas técnicas quando materializadas em um produto são consideradas como um saber fazer, *savoir-faire* de um determinado grupo ou comunidade. Muitas destas técnicas que para determinados casos se expressam como operações singulares, diversificando e especializando determinados produtos, e são concebidas como adaptações a determinados constrangimentos físicos, ambientais, econômicos ou culturais. Estes constrangimentos imprimem um saber fazer induzido para a manutenção da reprodução de determinado grupo social.

Segundo Barjolle, Boisseaux e Dufour (1999) são exemplos destes constrangimentos físicos e ambientais, o queijo feito de leite cru em algumas regiões empobrecidas da Europa

que não tinham como aquecer o leite e a coalhada à temperaturas muito elevadas. Outro exemplo, que destacam os autores, é o carvão aplicado sobre a coalhada do Morbier para manter o queijo até que uma segunda metade de leite fosse acrescentada à fabricação. Como exemplo de constrangimento econômico os autores citam o mó Emmental, que pesa perto de 100 quilos. O peso excessivo decorre da tentativa de minimizar os gastos com impostos, pois o queijo na época era taxado por peça ao invés do peso. Exemplo de constrangimento cultural são os queijos de massa duros dos Alpes Suíços. Como os produtores não podiam descer diariamente à aldeia estes desenvolveram um queijo de guarda. Neste sentido verifica-se que nem sempre o conhecimento para a fabricação de um produto assenta-se sobre a necessidade de resolver algum problema agrônomo. Pelos apontamentos de Barjolle, Boisseaux e Dufour (1999), o saber fazer pode estar atrelado a determinados constrangimentos que respeitaram as necessidades socioeconômicas e humanas, originando produtos típicos que com o passar dos tempos acabaram se incorporando como práticas de uma determinada comunidade.

Para Berárd *et al.* (2005) os conhecimentos e as práticas típicas desenvolvidas através dos tempos em localidades específicas podem ajudar a preservar o material genético original que é utilizado nos sistemas agroalimentares. Tal condição pode ao longo do tempo tornar-se um ponto de apoio para as estratégias de desenvolvimento local e de diversificação da produção agrícola. Segundo os autores, esta perspectiva é particularmente interessante como apoio às políticas públicas que visam a realização de programas de conservação das raças e variedades locais. Contudo, destacam que antes de ocorrer a preservação para posterior valorização é necessário identificar, inventariar, descrever e documentar, sendo estas ações embasadas na cultura da valorização dos recursos humanos.

Como num mesmo território podem ser originados diferentes produtos típicos, a importância do saber fazer é que faz a diferença, sendo por vezes mais importante do que a própria matéria-prima. Barjolle, Boisseaux e Dufour (1999) especificam que as particularidades do processo de fabricação ou elaboração do produto é o que diferencia em relação a outros produzidos no mesmo território, com as mesmas matérias primas. Para os autores é o *savoir-faire* que proporciona a tipicidade, característica muito importante no processo das concessões das indicações de procedência, e torna o produto específico característico da região e indissolúvelmente ligado à imagem que o consumidor informado faz do produto.

Questão relevante a ser tratada dentro da dinâmica dos saberes e competências é o entendimento de como estes saberes e competências são criados, mantidos e transmitidos por herança. Muitas práticas categorizadas como saber fazer são práticas tácitas transmitidas de

geração para geração. No mundo do vinho, no contexto francês, as experiências dos vitivincultores são seculares, transmitidas de pai para filhos, de geração em geração. O conhecimento tácito, adquirido via tentativa e erro, está presente nestas transferências de experiências e embasam as convicções e as tomadas de decisões para a melhor seleção do meio natural a ser utilizado na produção. Contudo, atualmente com o desenvolvimento da ciência enológica muitos destes conhecimentos tácitos estão sendo sistematizados, sendo substituídos por práticas modernas institucionalizadas por escolas técnicas (DUBOURDIEU, 2006). Instaura-se nesta uma dualidade entre o conhecimento tradicional e o moderno, e a dúvida de qual é mais eficaz para as soluções dos problemas do sistema produtivo. Uma resposta definitiva talvez seja logicamente impossível, à contenda. Para os sistemas agroalimentares localizados a articulação dos conhecimentos tradicionais com os modernos talvez seja uma resposta conciliadora.

Outrossim, tão importante quanto as condições agronômicas para o sucesso de um sistema produtivo localizado, se colocam as condições humanas ancoradas nas práticas sociais relacionadas com o saber fazer. As competências articuladas por estas práticas tendem a proporcionar diferenciais que promovem a autenticidade para os produtos, bem como proporcionam também a ligação deste com o local de origem.

O objeto de investigação denominado GESTÃO DOS RECURSOS trata sobre o tema da patrimonialização e das formas de apropriação dos recursos. Muchnik (2008) pontua que a patrimonialização compreende um processo de formação de recursos locais relacionada com a existência destes recursos. Mas estes recursos para os autores devem ter um sentido, uma significação identitária ligada a um contexto histórico particular ou a uma paisagem singular. Neste caso tradição e paisagem se associam, e o território que passa a ter um sentido ampliado, proporcionando um sentido diferenciado ao sistema agroalimentar. Como o território assume função de destaque para discutir a apropriação dos recursos, será ampliada a discussão sobre a importância dos ativos territoriais e da identidade territorial como temas de base para a patrimonialização na abordagem do SIAL.

Quando é feita referência aos ativos específicos originados com base no território, estão sendo tratados os recursos apreendidos e controlados por determinados atores locais que se utilizam destes como um diferencial em relação aos recursos genéricos manipulados por outros atores que atuam no espaço, mas se valem de outras estratégias para manter a sua reprodução social.

Para Requier-Desjardins (2002), os ativos territoriais específicos se caracterizam: a) por haver uma identidade comum entre os atores locais que participam da história e cultura

local, gerando ações de espraiamento dos mercados e de conhecimento tecnológico, a partir de um processo de confiança, reduzindo os custos de transação e potencializando a inovação e a aprendizagem; b) pelo conjunto de instituições privadas e públicas locais, como organizações de produtores, centros de ensino, capacitação e serviços, centros de assistência técnica e transferência tecnológica e agências de financiamento, que de forma coletiva contribuem na promoção de inovações e atividades produtivas do sistema; e, c) pelos ativos cognitivos particulares como o saber fazer, um processo particular de transformação de um produto agrícola, um conhecimento que é tácito e idiossincrático, ligado ao território e difíceis de serem copiados ou transferidos. Estes ativos específicos são acessados quase que exclusivamente pelos atores locais que se beneficiam deles sem terem de pagar por este conhecimento.

Com se pode observar, nem todos os recursos contidos em um território podem ser considerados como ativos territoriais. É necessário para isto saber observar as idiossincrasias, como a paisagem específica ligada a um saber fazer diferenciado, que proporcionam propriedades sensoriais exclusivas. Desta forma são potencializados os ativos territoriais genéricos para serem transformados em ativos territoriais estratégicos, bem como o modo e por quais atores se efetiva a apropriação destes recursos.

Tal condição exige todo um trabalho de identificação e análise antes de buscar proteger os ativos estratégicos proporcionados pelos recursos. Contudo, mesmo que os atores locais não precisem pagar para acessá-los, pois se valem de condições particulares, os ativos territoriais se consolidam na medida em que algum agente externo reconhece estes como um diferencial. No caso dos produtos agroalimentares, as idiossincrasias dos ativos territoriais incorporadas ao produto devem ter competência para criar algum tipo de valor no produto para materializar nestes a identidade territorial como qualidade diferencial (GÓMEZ, BOUCHER e REQUIER-DESJARDINS, 2006). Contudo, segundo Silveira *et al.* (2008), este objetivo muitas vezes não é concretizado, pois para tal é necessário o reconhecimento por parte dos consumidores de uma tipicidade específica do território em que este é produzido, o que nem sempre ocorre. Por isso é que se reitera a necessidade de uma avaliação dos ativos territoriais para certificar a especificidade.

Por outro lado, quando há este reconhecimento, tem-se um nicho de mercado em potencial, pois muitos consumidores preferem produtos com características diferenciadas, de diversas ordens, sendo muito importante que as características que conferem a identidade territorial se transformem numa imagem mental do território, materializada no produto. Para corroborar com este processo de externalização da identidade, os selos, as indicações

geográficas e as denominações de origem tendem a dar ao consumidor uma maior confiabilidade em relação à procedência do produto, pois esta é lastreada por critérios de qualidade que valorizam a origem territorial do produto.

Convém destacar, que um produto com identidade territorial, deve possuir exclusivamente características produtivas da esfera local, mas isto não o impede de transitar do local ao global em termos de comercialização. Este é o caso do queijo *Parmigiano Reggiano*, analisado por Roest e Menghi (2000), que surgiu determinado por um contexto local, e devido à mobilização coletiva dos agentes, sua identidade territorial atualmente é reconhecida na escala internacional. Devido a este sucesso, a identidade territorial deste queijo é protegida pelas regras das indicações de procedência que se tornam os fiadores desta ancoragem territorial. Porém é necessário ater-se a escala produtiva para que este sucesso da demanda não desvaneça as idiosincrasias que conferiram a identidade territorial do local de produção.

Assim determinados ativos territoriais específicos que referenciam as características identitárias, típicas de um local, podem se transformar em um patrimônio produtivo. No caso do sistema agroalimentar, a história, as habilidades e as paisagens rurais conferem ao produto a apropriação do significado cultural. Segundo Bérard e Marchenay (2000), o atual contexto está muito marcado por uma preocupação de identificação das produções. Do mesmo modo para o julgamento da autenticidade da procedência de um patrimônio, segundo o autor, é necessário para a localidade a conjugação da sua reputação com a profundidade histórica para destacar o patrimônio como algo diferenciado ao senso comum.

Segundo Barjolle, Boisseaux e Dufour (1999), quando um produto tem uma história, uma tradição que tipifica o seu ancoramento a um lugar ou a uma sociedade cercada de conhecimento, que se transmite durante o tempo, este pode ser classificado como patrimonial.

Convém salientar, que ressaltar o patrimônio é reavivar uma leitura do passado, da tradição. Em tempos idos, segundo Dullius; Froehlich e Vendrusculo (2008), muitas vezes, este era visto como despesa para as administrações públicas, mas na atualidade pode significar oportunidade de consumo e desenvolvimento para a comunidade local. Na verdade, os diferentes tipos de patrimônio têm-se tornado, em muitos casos, ao longo dos últimos anos, em sinergias positivas.

Estas sinergias positivas, atreladas a valorização do patrimônio produtivo, em muitos casos, abrangem escalas extra-locais, conquistando reconhecimento na esfera nacional e internacional. Proliferam em diferentes países signatários da Organização Mundial do Comércio, a atenção aos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao

Comércio – TRIP's. Nestes as características derivadas essencialmente da procedência passaram a ser resguardadas contra o uso e as atribuições indevidas. Porém, além de resguardar o patrimônio produtivo, muitas destas indicações de procedência podem estar se tornando barreiras discretas no mercado internacional. Segundo Thiedig e Sylvander (2000), determinadas restrições impostas pelas indicações de procedência podem estar gerando a formação de monopólios. Corroboram com este indicativo Belletti *et al.* (2005), que discutem os custos e benefícios do resguardo da proteção por mecanismos normativos. Porém, nem sempre estes mecanismos sofisticados e burocratizados são atrativos para os consumidores. Em determinados casos os selos, quando conseguem realizar a certificação da autenticidade ligada à tipicidade, já satisfazem grande parte dos consumidores.

Neste sentido a idéia da autenticidade é muito importante no contexto de um patrimônio produtivo agroalimentar, pois geralmente esta é que perfaz os laços fortes com idéia da tradição. Mas é preciso levar em consideração, segundo Vázquez (2006), que a tradição tem muito de invenção e inovação, sendo que é este caráter dinâmico que dá ao patrimônio uma dimensão humana. O autor enfatiza que para a manutenção de um patrimônio torna-se necessária uma contínua recriação de suas formas e elementos, para que seja possível a adaptação a contextos dinâmicos e situações humanas ao longo do tempo. Além disso, a autenticidade quando conscientemente concebida, é assumida coletivamente como tradicional.

Nestes termos verifica-se que um produto alimentar pode tornar-se um patrimônio se este com o passar dos anos for capaz de construir laços identitários coletivos e potencializar o uso dos ativos territoriais, apreendendo uma dimensão cultural no alimento. Em muitos dos casos é esta dimensão cultural que irá remeter muitos consumidores urbanos a uma esfera de aproximação idílica com a natureza, com o modo de vida do campo, com as referências físicas e humanas que certificam a autenticidade dos produtos. Assim, o patrimônio torna-se o reflexo de uma identidade reforçada pelo território produtivo. Porém, para ser eficaz este processo deve ser gerido por agentes locais para apropriar os benefícios para as comunidades que detém estes recursos.

Enfim pode-se verificar por uma série de razões elencadas através de diferentes dimensões e objetos de investigação, que para operacionalizar a abordagem do SIAL é necessário ater-se a diversidade de situações históricas, ancoradas territorialmente, que perfazem diferentes enlaces e mobilizam diferenciadamente determinados recursos. Estes recursos tanto físicos como humanos, podem se transformar em ativos específicos, ativos territoriais, ao proporcionarem a distinção e a especificidade para um produto de um sistema agroalimentar. Porém, estes deverão necessariamente ser reconhecidos pelos consumidores

para garantir a evolução e sustentabilidade do sistema. Assim, aprofundar estes enlaces tanto de forma teórica como metodológica, é o desafio a ser enfrentado pelos estudiosos que utilizam do SIAL como abordagem de análise. Para que possa ser verificada a evolução e os diferentes aportes apresentados que constituíram os referenciais deste capítulo, as diferentes abordagens e como estas contribuem para o estudo, será apresentada a seguir a síntese deste capítulo.

3.3 SÍNTESE DO DEBATE DO CAPÍTULO E A ARTICULAÇÃO COM A PESQUISA

O arcabouço teórico apresentado visou estabelecer a evolução da abordagem do SIAL, os marcos analíticos que estruturam o debate e as diferentes dimensões e objetos de investigação que proporcionam a sua operacionalização.

Ao se abrir a discussão sobre a abordagem pontuou-se que esta surge num contexto de transformações que atingiram os sistemas agroalimentares. O atrito da dualidade espacial do global versus local na dimensão alimentar, por um lado tem proporcionado o acirramento das disputas de recursos e mercados, e por outro, tem proporcionado a inclusão de produtores que até então estavam marginalizados. O que se verifica são importantes mudanças nos padrões de consumo alimentar, e que estes têm oportunizado o surgimento de novos enfoques analíticos visando entender estas mudanças.

O SIAL como abordagem decorre deste contexto, surge ligado à observação de pequenas agroindústrias que contradizem a economia ortodoxa, pois deveriam sucumbir pelo uso ineficiente dos recursos ou ser “engolidas” pelas economias de escala. Contudo, estas se mantêm no cenário adverso pelas próprias idiossincrasias dos recursos e pela introdução de inovações organizacionais ancoradas nas potencialidades do uso do território.

As convergências das ações ancoradas no território proporcionam para a abordagem do SIAL trabalhar com as questões para além das restrições físicas do ambiente agrônômico, ao incluir como parâmetros à produção os saberes tácitos, ligados aos recursos humanos, a estruturação das redes de conhecimento e confiança, e as questões sociais, ecológicas e culturais. Esta diversidade é a tônica que caracteriza os sistemas agroalimentares localizados para atender a crescente necessidade de qualificação e diversificação dos produtos, bem como as possíveis interfaces do espaço rural com o urbano ao estender o entendimento da noção para os elos à montante e à jusante da produção, principalmente ao buscar uma maior aproximação com o consumidor.

Em termos de embates analíticos, verificou-se nesta revisão, que a questão do local ou localizado via discussão da localização e deslocalização tem grande relevância para a estruturação da raiz analítica da noção. Para a abordagem do SIAL o local não é apenas um espaço determinado, uma conjuntura física, mas sim, é um espaço relacional ao incorporar as práticas sociais e culturais de uma comunidade como uma possibilidade para promover os bens alimentares. E se esta relação for construída, o termo não é local e sim localizado. Contudo, o que pode se construído também pode ser desconstruído, pois na realidade as práticas sociais e espaciais são dinâmicas. Mas não é somente a construção e desconstrução ou localização e deslocalização que podem influenciar nas concepções do SIAL. Neste sentido, contribui-se com o alargamento deste debate ao introduzir o termo da realocização.

A realocização para o debate foi concebida como a revalorização de uma cultura agrícola ou uma prática social que estava esmaecida pelo tempo histórico e que por alterações de contexto econômico, social, cultural, político ou mesmo ecológico passou a ser revalorizada potencializando uma mudança social na localidade. Porém, esta gênese ligada ao espaço é melhor analisada sob o prisma da ancoragem territorial, para a abordagem.

A ancoragem territorial é a base de sustentação do SIAL pela característica plural do conceito. Os estudiosos do SIAL buscam no território a apreensão para as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ecológicas no tempo e no espaço. O território é também facilitador da identificação de laços históricos, materiais e imateriais. Estas relações são aprofundadas pela potencialidade do território em proporcionar a estruturação da análise para verificar as culturas alimentares e a especificação dos produtos e a sua relação com as evoluções das técnicas, dos saberes, das competências e das aprendizagens. Destaca-se também a importância das identidades territoriais que proporcionam a organização de redes de atores e a combinação territorial de atividades. Todas estas especificidades também são observadas para a efetivação de políticas territoriais adequadas com as necessidades das localidades.

Nestes termos, a ancoragem é sustentada pela conformação de relações de proximidade e pertencimentos realizadas como práticas sociais tendo o território como base para a organização das atividades, para a formação de redes formais e alternativas, bem como para propor e planejar ações públicas relacionadas com o desenvolvimento rural. Como foi observado, o território na proposição da ancoragem é utilizado num sentido polissêmico e isto pode proporcionar determinada imprecisão em nível conceitual, principalmente pelo viés da Geografia, disciplina que trabalha o termo como conceito. Neste sentido sugeriu-se a

observação dos fundamentos do território pelo viés geográfico para proporcionar o acoplamento entre ambas as abordagens.

Prosseguindo na discussão, foi apresentado um conjunto de dimensões que conformam objetos de investigação para proporcionar a sistematização analítica para o enfoque do SIAL. Em termos de dimensões foram ressaltadas: a histórica, a institucional, a técnica e a alimentícia. Nas argumentações verificou-se que a dimensão histórica fornece o sentido temporal para avaliar a pertinência ou não do sistema agroalimentar. A institucional proporciona subsídios para se observar as tramas sociais que ocorrem no território. A dimensão técnica especifica as questões relacionadas com as práticas e o conhecimento utilizado para os produtos e, como fechamento, a dimensão alimentícia congrega as questões anteriores e estabelece a relação destas com o mercado efetivo, isto é, com os consumidores.

Quanto aos objetos de investigação foram elencados quatro fatores de observação: a coordenação dos atores, a qualificação dos produtos, a dinâmica dos saberes e competências e a gestão dos recursos, sendo estes as chaves para a avaliação de diversidade e evolução da abordagem do SIAL.

Para a coordenação dos atores no SIAL se observa a relação da abordagem com a questão das redes para organizar diferentes intercâmbios de recursos, tanto de ordem tangível como intangível. O importante neste enfoque é a análise da questão da proximidade enquanto forma organizativa e as conexões que se estruturam no território. Na qualificação dos produtos se observou como determinadas pressões (econômicas, sociais e ecológicas) acabam influenciando na questão da qualidade.

O importante é entender os diferentes segmentos da demanda e as diferentes percepções que estas detêm sobre a questão da diferenciação dos produtos, e como isto acaba influenciando as ações no espaço rural. Sobre a dinâmica dos saberes e competências foram destacadas as potencialidades da ação humana sobre os produtos que por vezes são tão, ou até mesmo mais importantes, que os recursos físicos. Como ambos os enfoques são intercambiáveis e correlacionáveis tem-se pela gestão dos recursos as bases para a avaliação da importância dos ativos territoriais que estão sendo mobilizados para ativar o SIAL. Como ativo se compreende as potencialidades que vão dos recursos físicos aos humanos, onde é ressaltada a importância de se manterem as formas estruturais (paisagem), o conhecimento, as tradições e a cultura através da patrimonialização.

Contudo, se faz necessária uma ressalva para que este processo de resguardar o patrimônio produtivo, ancorado geograficamente, não seja excludente pela excessiva regulamentação. O que deve ser resguardada é a autenticidade do produto ligada a um

contexto socioespacial específico, isto é, a identidade territorial do produto. Estabelecendo esta identidade pode-se ativar um processo de construção cognitiva entre produto e consumidor, sendo importante para isto que esta identidade se materialize no produto como um holograma do território produtivo.

Para que possam ser verificadas a evolução e a discussão dos pontos chaves que articulam a abordagem, e como estas contribuirão para o estudo, será apresentado a seguir um quadro síntese deste capítulo.

Elemento Abordado	Característica do Debate	Autores		Contribuição à Tese	
Contextualização das modificações nos sistemas agroalimentares.	Ressalte das situações que vêm produzindo novas dinâmicas no espaço rural	Conti (2005); Bonanno, Marsdem e Graziano da Silva (2004); Requier-Desjardins (1999); Goodman (2002); Marsden; Banks e Bristow (2000); Spers (2000); Parrot, Wilson e Murdoch (2002).		Entendimento das modificações no contexto agroalimentar do local ao mundial e vice e versa.	
Discussão sobre as características e evolução da noção da abordagem do SIAL.	O aporte das bases do enfoque. O surgimento deste ligado ao estudo das agroindústrias rurais. Os avanços do grupo GIS-SIAL e as diferentes interpretações e usos para a abordagem no sentido multidisciplinar.	Boucher e Muchnik (1995); Muchnik e Sautier (1998); Requier-Desjardins (1999); Díaz-Bautista (2001); Requier-Desjardins (2002); Boucher (2006); Lins (2006); Eraso e Sanchez (2008); Ambrosini e Filippi (2008).		Entendimento das diferentes vertentes que fundamentam as discussões empírico-teóricas sobre o SIAL. Os contextos para se identificar a formação de um SIAL e as suas relações organizacionais horizontais e verticais.	
	Destaque para a importância do espaço na questão da localização e seus desdobramentos.	Lacoste (1988); Santos, (1996); Froehlich (1999); Boisier (2000); Silveira (2002); Benko (2002); Goodman (2003); Sonnino e Marsden (2005); Muchnik (2006); Elverdin, Maggio e Muchnik (2008); Champredonde, (2008); Specht e Rückert, (2008).		Proporcionam a compreensão sobre a gênese localista e sobre a questão da diferenciação do local e localizado para o SIAL. Possibilidade de avaliar em qual estágio de desenvolvimento, quanto a localização, o sistema agroalimentar se encontra.	
	O acoplamento da abordagem do SIAL com a abordagem do território na proposição de combinação pela ancoragem territorial das atividades e relacionamentos.	Haesbaert (2004); Muchnik (2006); Garat <i>et al.</i> (2008); Ambrosini e Filippi (2008); Muchnik (2008); Ambrosini, Filippi e Lovois (2008).		Posicionamento sobre as questões que envolvem o território nas dimensões sociais, políticas, econômicas, ecológicas e simbólicas e os seus usos ligados ao SIAL.	
Proposição de dimensões de coleta de informações e sistematização da abordagem.	Discussão da diversidade dos estudos do SIAL através das dimensões: histórica, institucional.	Histórica	Velarde (2003); Muchnik (2006).	Histórica	Proporciona a avaliação temporal do desenvolvimento de um sistema agroalimentar.
		Institucional	Rückert (2004); Muchnik (2006); Champredonde (2008).	Institucional	Potencializa o entendimento das relações, e das estratégias individuais e coletivas entre os atores do sistema agroalimentar.

Continua...

		Técnica	Cara (2008).	Técnica	Possibilita a análise dos saberes e das técnicas utilizadas para a condução de um cultivo ou transformação de um produto alimentar.
		Alimentícia	Muchnik (2008); Marsden; Banks e Bristow (2000).	Alimentícia	Proporciona relacionar a atividade comercial com as interações sociais, culturais e econômicas que ocorrem entre o produto e o consumidor.
Proposição e objetos de investigação para análise e sistematização da abordagem	Discussão da diversidade dos estudos do SIAL através de quatro objetos de investigação: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e competências e, gestão dos recursos.	Coordenação dos Atores	Castells (1999); Murdoch (2000); Muchnik (2008); Wilkinson (2008).	Coordenação dos Atores	Análise da ação dos atores que conformam o sistema agroalimentar através do estudo dos relacionamentos de proximidade e das interações sociais em redes.
		Qualificação dos Produtos	Goldfarb (2001); Requier-Desjardins, (2002) Muchnik (2008); Muchnik; Bienabé e Cerdan (2005); Aurier, Fort e Sierix (2005); Lacaze, Rodríguez e Lupín (2008); Borray (2008); Wilkinson (2008); Velarde <i>et al.</i> (2008).	Qualificação dos Produtos	Possibilita o entendimento da questão da qualidade para um produto do SIAL abrangendo as questões intrínsecas e extrínsecas que condicionam as propriedades diferenciais e as formas de comercialização.
		Saberes e Competências	Barjolle, Boisseaux e Dufour (1999); Muchnik (2008); Berárd <i>et al.</i> (2005); Dubourdieu (2006).	Saberes e Competências	Possibilita identificar que tipos de conhecimentos podem ser considerados com tradicionais, como um saber fazer exclusivo de uma localidade.
		Gestão dos Recursos	Bérard e Marchenay, (2000); Barjolle, Boisseaux e Dufour, (1999); Roest e Menghi, (2000); Thiedig e Sylvander, (2000); Muchnik (2008); Requier-Desjardins (2002); Gómez; Boucher e Requier-Desjardins (2006); Belletti <i>et al.</i> (2005); Vázquez (2006); Silveira <i>et al.</i> (2008), Dullius, Froehlich e Vendrusculo (2008).	Gestão dos Recursos	Possibilita o entendimento sobre a relação dos ativos territoriais e da identidade territorial como recurso para o tema da patrimonialização. Destaca a formas de apropriação dos recursos territoriais para a conformação do SIAL.

QUADRO 5 – Síntese do Debate sobre o SIAL e a Contribuição para o Desenvolvimento da Tese

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 A PROPOSTA DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS REFERENCIAIS ANALÍTICOS: a combinação entre o Território e o SIAL para o desenvolvimento do estudo

Como se verificou ao longo deste capítulo, foram referenciadas as conexões entre a abordagem do SIAL e o Território, tema discutido no capítulo anterior. Em fases distintas da revisão foram verificadas proposições analíticas e instrumentais. Tendo por base estes referenciais, é proposto um esquema analítico para a combinação e junção das abordagens, sendo que este será utilizado para orientar o desenvolvimento da pesquisa de campo, a fim de verificar a capacidade do enfoque do SIAL para analisar diferentes dinâmicas constituídas territorialmente.

As bases para a proposição de um quadro analítico entre SIAL e Território derivam dos apontamentos de diferentes autores. Para Boucher (2006), os sistemas agroalimentares localizados são uma complexa rede de relações entre os homens, os produtos e os territórios. Neste sentido, para o autor, a noção de SIAL está fortemente caracterizada pelo território, como um espaço de proximidade geográfica e organizacional, e como um nó que pode potencializar encadeamentos e interrelações. O uso da noção de SIAL ligada ao território proporciona a ativação e conseqüente valorização dos recursos específicos de um determinado território, podendo se tornar fonte de vantagens competitivas. Deste modo, o autor afirma que a noção de SIAL é percebida como um processo de construção, onde um espaço territorial é construído pelas relações entre os atores, havendo entre eles interesses comuns ligados ao setor agroalimentar rural.

A noção de SIAL, para Muchnik (2006a) é um enfoque que parte do território, tanto do ponto de vista teórico, como operacional. Em nível teórico visa conhecer e compreender em que medida o território se constitui como um elemento significativo (ou não) para a organização e dinâmica das atividades agroalimentares. Para a questão operacional, o território que serve de base para as atividades territoriais, proporciona uma visão diferenciada para destacar como os produtores podem se organizar, a fim de conseguirem melhores margens de lucros e constituir um maior poder de negociação com os comandos da cadeia produtiva, ou a construção de meios alternativos para levar os produtos ao consumidor. Para Muchnik, o território é um ator estratégico dentro da noção de SIAL.

Decorrente do entendimento desta combinação entre as abordagens se observa que o território forma a tessitura de base, o suporte para o ancoramento do SIAL em suas diferentes dimensões. Neste sentido é importante observar, tendo por referência as discussões abordadas no estudo do território, como as relações de poder se manifestam nesta base, independente da

escala, gerando as assimetrias e simetrias nas relações oriundas das apropriações dos recursos. Tal relação pode influenciar na constituição da territorialidade e nas relações de proximidade.

Em acordo com esta base, será organizada a investigação, tomando como referência um conjunto de dimensões analíticas e objetos de investigação de acordo com Muchnik (2008). Da relação entre os distintos enfoques emerge uma estrutura analítica para avaliar a diversidade e o estágio de desenvolvimento dos sistemas agroalimentares localizados. A figura a seguir apresenta o esquema analítico que será utilizado para desenvolvimento da parte empírica do trabalho e posterior análise e apresentação dos resultados.

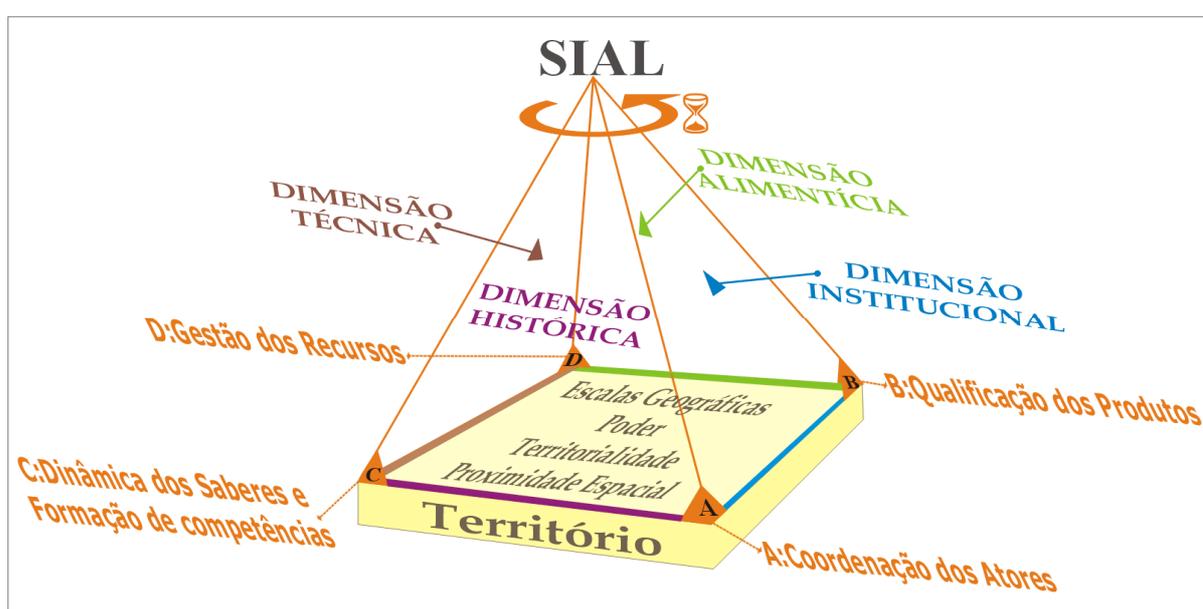


FIGURA 3 – Modelo de análise combinando território, dimensões e objetos de investigação do SIAL.

O modelo resultante da combinação entre as abordagens do Território e do SIAL, tem a forma de uma pirâmide. A base é composta pela abordagem do território, e os seus elementos analíticos: escalas geográficas, poder, territorialidade e proximidade espacial. Esta base sustenta as faces e as arestas da pirâmide que culmina no ponto superior com o objeto de investigação do SIAL a ser estudado. Cada face é composta por uma dimensão analítica do SIAL, sendo estas: a histórica, a técnica, a institucional e a alimentícia. Cada aresta de interseção das faces é composta por um objeto de investigação sendo estes: (A) coordenação dos atores, (B) qualificação dos produtos, (C) dinâmica dos saberes e formação de competências, e (D) gestão dos recursos. No ponto superior são ligadas as diferentes arestas e as faces, ou seja, os diferentes objetos analíticos de investigação, sendo assim, o SIAL, o ponto máximo de integração da figura. Cabe destacar que estas arestas também

podem se combinar de formas variadas com as dimensões, dando mobilidade e flexibilidade para a integração das análises.

Como exemplo, pode-se verificar num determinado território como as relações de proximidade influenciam na coordenação dos atores para o entendimento da dinâmica dos saberes, em um determinado período (dimensão histórica). Além deste levantamento combinado é possível também a realização de análises particularizadas, considerando: a) a base, b) as faces, e c) as arestas, isoladamente, para se obter uma estrutura analítica simplificada para o entendimento das relações que formam o SIAL. A pirâmide investigativa constituída possibilita avaliar a evolução das dinâmicas do sistema agroalimentar no tempo e no espaço, os gargalos e as oportunidades para a sustentabilidade, sendo este procedimento adotado, conforme já abordado anteriormente, para as análises empíricas neste trabalho.

4 PANORAMA DE MERCADO E INDICADORES DE COMPETITIVIDADE PARA O MORANGO: uma visão multiescalar

O morango é uma fruta originária das montanhas européias. Fontes históricas apontam que a partir de meados de 1400 esta fruta passou a ser cultivada por franceses, seguidos pelos ingleses, alemães e italianos, que melhoraram sua qualidade e aumentaram seu tamanho, mantendo, porém, as suas características organolépticas.

Após o descobrimento da América, esta cultura também foi introduzida neste continente, passando a ser prestigiado por agricultores e consumidores. No caso do Brasil, segundo Santos (1993), foi no início do século XX, que a cultura do morango passou a despertar o interesse comercial. Desde então a cadeia produtiva do morango, dentro do conjunto dos cultivos dos pequenos frutos, passou a ser de importância destacada, em termos econômicos e sociais, por mobilizar diferentes produtores com escalas produtivas bem variadas.

As diferentes escalas produtivas abrangem contextos bem dinâmicos quanto a seu espaço de atuação, atendendo demandas de consumidores cada vez mais exigentes tanto no mercado global como no local, cada qual com seus desafios e especificidades.

Entre os desafios, além das tradicionais questões ligadas à produtividade, têm-se acentuado as exigências relativas à sanidade e qualidade dos frutos desta planta da família das Rosáceas, sendo para isto desenvolvidas pesquisas visando o desenvolvimento de frutas mais resistentes a pragas e doenças. Além disso, vem sendo aprimorados os estudos sobre as questões do período de pós-colheita como o armazenamento, a distribuição, entre outras, pois foi intensificada a pressão da sociedade sobre as cadeias alimentares na intenção de cobrar um maior compromisso dos produtores com as questões ambientais e sociais.

Particularmente, para o cultivo do morango, as demandas ambientais se relacionam com o uso racional dos controles químicos, pois no senso comum a prática produtiva é exigente em agrotóxicos. Atualmente, em termos ambientais, também tem-se observado a exigência sobre o destino adequado das embalagens, e a preservação e uso adequado da água de irrigação, ampliando assim as preocupações ambientais.

Em relação às demandas sociais, têm-se tornado importantes na fruticultura, principalmente para os exportadores que visam o mercado europeu, as condições sociais dos empregados. As demandas na área social incidem sobre as condições de trabalho, saúde e higiene, uso de equipamentos de proteção e a coibição da utilização de mão-de-obra infantil. Esta sinalização do mercado internacional para o contexto da produção valorizando tanto

aspectos qualitativos do fruto, como socioambientais, tem incentivado a adoção de mecanismos de controle que servem como fiadores para a produção dos alimentos. Entre estes mecanismos diferentes selos atestam a qualidade, bem como procedimentos internacionais reconhecidos como APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, os sistemas PIF – Produção Integrada de Frutas, entre outros, que buscam promover o controle das práticas produtivas para os alimentos normatizando a produção. Mas não é só o mercado internacional que tem feito pressão sobre a cadeia do morango. Os consumidores do mercado interno também estão atentos a estas demandas por qualidade.

Assim, a crescente qualificação que a demanda está imprimindo sobre a cadeia produtiva do morango vem gerando impactos econômicos. A observação dos números que expressam a competitividade para a cadeia produtiva é importante quando se visa o entendimento do funcionamento dos mercados do morango, das suas principais tendências e questões emergentes em diferentes escalas geográficas. Por isso, neste capítulo é proposta a apresentação destas informações abrangendo diferentes escalas dos fluxos comerciais, do global ao regional, para o entendimento da dinâmica dos padrões competitivos que formam o panorama dos mercados do morango.

4.1 O PANORAMA MUNDIAL DO MERCADO DO MORANGO

A produção mundial de morangos vem crescendo em números absolutos nos últimos anos. No período de 1997 a 2006, a produção cresceu 29%, enquanto que a área plantada apresentou um crescimento de 18%.

Em 2006 a produção mundial foi estimada em 3.908.975 toneladas, para uma área total plantada de 262.165 hectares (FAO, 2008). No gráfico a seguir pode-se observar a distribuição da produção por continentes.

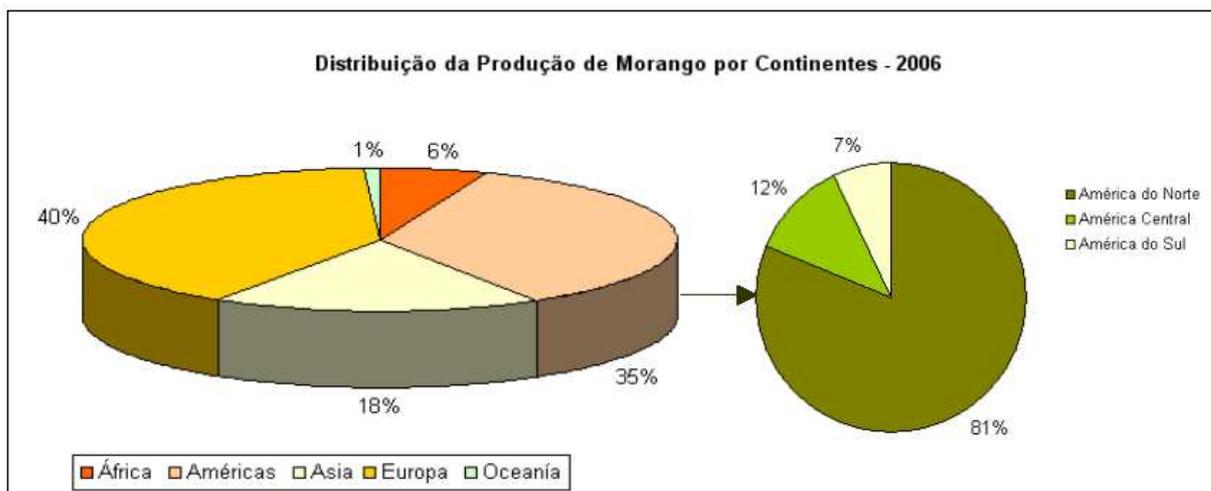


GRÁFICO 1 - Distribuição por Continente da Produção Mundial de Morango em 2006.

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations, (2008) /FAOSTAT: Agricultural Production/strawberry. Disponível em : < <http://www.faostat.fao.org>>. Acessado em 18 de agosto de 2008.

Segundo a distribuição apresentada nos gráficos, a produção mundial de morangos está centrada na Europa e nas Américas, com 75% da produção mundial, sendo o restante distribuído entre a Ásia 18%, a África 6%, e a Oceania 1%. Cabe destacar que entre as Américas, a do Norte é responsável por quase 81% da produção do continente, sendo este um número expressivo dentro do contexto da competitividade do setor, como poderá ser verificado na exposição dos indicadores por países.

Quanto aos países, segundo os dados da FAO, são listados 74 países. Em termos de concentração se observa pelos indicadores de produtividade que esta é praticamente centrada nos dez primeiros países produtores, que respondem por quase 75% da produção mundial de morangos. Ampliando a análise para os 20 primeiros países, este percentual chega a quase 90% do total produzido para o ano de 2006. Na tabela a seguir serão apresentados os números de produtividade dos 20 maiores países.

TABELA 1
Indicadores de Produtividade dos 20 Maiores Países do Ranking da FAO em 2006

País	Área (hec.)	Rendimento (ton./hec.)	Produção (ton.)	Participação %	
				Relativa	Acumulada
1. Estados Unidos	21.562	50,57	1.090.436	27,90	27,90
2. Espanha	7.400	45,06	333.500	8,53	36,43
3. Rússia	37.000	6,35	235.000	6,01	42,44
4. Turquia	10.000	21,11	211.127	5,40	47,84
5. Coréia do Sul	6.813	30,13	205.307	5,25	53,09
6. Polônia	55.600	3,48	193.666	4,95	58,05
7. Japão	6.790	28,07	190.600	4,88	62,92
8. Alemanha	14.214	12,18	173.230	4,43	67,35
9. México	4.743	32,65	154.893	3,96	71,32
10. Itália	5.225	25,13	131.305	3,36	74,68
11. Marrocos	2.800	40,00	112.000	2,87	77,54
12. Egito	3.900	26,92	105.000	2,69	80,23
13. Reino Unido	3.900	16,85	65.900	1,69	81,91
14. França	3.782	15,12	57.221	1,46	83,38
15. Bielorrússia	8.233	6,30	51.888	1,33	84,70
16. Ucrânia	8.200	5,82	47.800	1,22	85,93
17. Bélgica	1.200	36,66	44.000	1,13	87,05
18. Holanda	2.959	13,24	39.200	0,98	88,04
19. Irã	3.800	10,13	38.500	0,98	89,02
20. Sérvia	8.173	4,33	35.457	0,91	89,93
Total 20 >	216.294 = 82,5%	méd = 21 ton/hec	3.516.030	-	90,00
Total Mundo	262.165	méd = 15 ton/hec	3.908.975	-	-

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2008) /FAOSTAT: Agricultural Production/strawberry. Disponível em : < <http://www.faostat.fao.org>>. Acessado em 18 de agosto de 2008.

Como se pode verificar na TABELA 1, os Estados Unidos figuram como primeiro colocado liderando com uma expressiva produção, de aproximadamente 28% do total mundial, sendo esta quase três vezes maior que a do segundo colocado que é a Espanha. Os Estados Unidos também se destaca pela produtividade (toneladas/hectare). Contudo, esta produtividade é apenas 10% maior do que a da Espanha. Ainda em relação à produtividade por hectare, cabe destacar para o grupo dos dez primeiros, a baixa produtividade da Polônia, sexto maior produtor mundial, que detém a maior área em hectares cultivada entre os países, sendo esta 2,5 vezes maior que a dos Estados Unidos. Para o caso, seria interessante observar se são questões geográficas, tecnológicas ou sociais os maiores impeditivos para um melhor rendimento por hectare.

Com os dados disponibilizados pela FAO também é possível estabelecer uma série histórica de 1997 a 2006, para a observação dos volumes de produção (GRÁFICO 2). Na série verifica-se que os Estados Unidos lidera com um volume expressivo frente aos demais, sendo o acumulado na década superior ao volume da Espanha, Rússia, Turquia e Coréia do Sul somados. Em termos de hierarquia, somente os dois primeiros lugares não foram modificados durante a série. A Rússia vem aumentando gradativamente a sua produção e a partir de 2004

assumiu o terceiro lugar do Japão, que manteve sua produção praticamente constante ao longo da década.

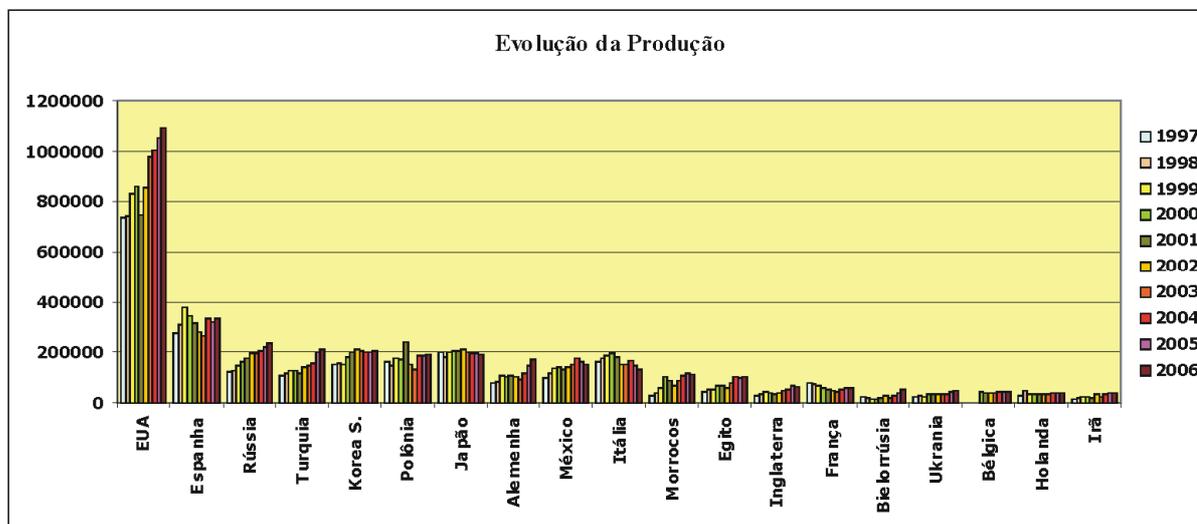


GRÁFICO 2 - Série Histórica de 1997 à 2006 da Produção Mundial de Morangos, por País em Toneladas.

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations (2008) /FAOSTAT: Agricultural Production/strawberry. Disponível em : < <http://www.faostat.fao.org>>. Acessado em 18 de agosto de 2008.

Referenciando a série, ainda é possível observar o decréscimo produtivo da Itália e da França. Contudo, na Itália este foi mais expressivo, pois desde 2000 a produção vem decrescendo.

Na América do Sul o melhor colocado no ranking da FAO de 2008, é o Chile, na 22^a. posição. O Brasil ocupa apenas a 54^a. colocação, estando somente na frente da Bolívia 60^a. colocada e do Uruguai que nem figura no ranking. Os países latinoamericanos à frente do Brasil são: a Colômbia na 25^a, o Peru na 29^a, a Argentina na 38^a. e o Paraguai na 53^a. posição.

No mercado das exportações e importações de morango fresco para o período de 2005/2006 foram movimentados no mercado internacional cerca de 413.000 toneladas em exportações e 186.000 toneladas em importações (FNP, 2008). Entre os maiores exportadores se destacam: a Espanha, 217.000 toneladas; os Estados Unidos, 99.000 toneladas; o México 55.000 toneladas; e a Itália e a Polónia com um volume de 20.000 toneladas cada. Em termos de importação de morango fresco se destacam: o Canadá, 75.000 toneladas; os Estados Unidos, 48.000 toneladas; a Itália, 35.000 toneladas e o México com 49.500 toneladas.

Observando as particularidades sobre o consumo, os Estados Unidos figura como o maior consumidor de morangos frescos, com um volume de 795.000 toneladas, seguidos pela

China 452.000 toneladas, Japão 191.170 toneladas, Canadá 95.300 toneladas e México 49.500 toneladas (FNP, 2008).

Considerando os números apresentados, os Estados Unidos se coloca como um importante mobilizador do mercado internacional, dada a expressividade dos números. A Espanha se apresenta como uma exportadora destacada e o Canadá como um mercado foco pela expressividade das importações.

Segundo Caminati (2008), em termos gerais, as perspectivas de mercado para o morango fresco e congelado são de crescimento, pois de 1996 a 2006 o mercado cresceu cerca de 17%. Contudo destaca o autor, o maior incremento em termos de preço pode ser observado no mercado dos morangos orgânicos frescos que teve um crescimento de 40% em relação às frutas convencionais. Caminati ainda aponta, que os mercados tradicionais como o europeu continua atrativo para a exportação de frutas frescas, principalmente para os países da América Latina. Estes porém, necessitam desenvolver sistemas de certificação que sejam confiáveis, bem como investimentos em campanhas de marketing, sendo importante para isto a união dos produtores, e a formalização de alianças e sociedades visando à cooperação competitiva.

Além disso, novos mercados devem ser explorados como o dos países asiáticos. Mas, estes só tendem a se tornar promissores se forem desenvolvidos eficientes canais de comercialização. Mas em termos de tendências de mercado internacional, o investimento na produção de produtos orgânicos aparenta ser uma oportunidade, devido a importantes mudanças na demanda, principalmente pela nova postura de muitos consumidores que estão buscando uma maior qualidade associada à preocupações ambientais e sanitárias.

Frente a este panorama geral internacional, no próximo item será destacado o mercado de morangos brasileiro, como este tem se desenvolvido, e quais as possibilidades de oportunidades e constrangimentos que regulam a competitividade no mercado interno.

4.2 O PANORAMA DO MERCADO BRASILEIRO DE MORANGO

O morango dentro do grupo do cultivo das pequenas frutas, é uma cultura de uso intensivo de mão-de-obra, em torno de cinco pessoas ocupadas por hectare produtivo (MADAIL, 2008). A variação de rendimento por hectare é alta, de 12 a 45 toneladas em média, sendo esta dependente das condições edafoclimáticas e pedológicas associadas ao uso de tecnologias de produção. Em casos excepcionais, como levantados por Nesi; Verona e Grossi (2008), em Santa Catarina, a produtividade pode atingir até 60 toneladas por hectare.

Hodiernamente, a produção comercial do morango no Brasil, devido à adaptabilidade dos diferentes cultivares utilizados ao clima subtropical e temperado, ocorre em diversas regiões do país, com destaque para os Estados de: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro.

Mesmo sendo uma cultura carente de informações estatísticas precisas no país, tem-se observado um crescente nos números de produção, que ocorre em cerca de 3.500 hectares, na sua maioria fragmentados em pequenas propriedades rurais familiares. Por apresentar estas características, o cultivo do morango se destaca tanto pela sua relevância econômica como social.

Segundo Oliveira; Nino; Scivittaro (2005), a área média na qual são cultivados os morangueiros ocupa de 0,5 a 1 hectare das propriedades. Porém, em alguns lugares podem ser observadas áreas maiores de cultivo. Além dos produtores primários, a cadeia envolve à montante diferentes produtores de insumos, como os laboratórios de produção de matrizes, viveiristas, comerciantes de lonas, arames e túneis plásticos, fertilizantes e defensivos, e produtores de embalagens; e à jusante agroindústrias de transformação, atacadistas, varejistas e exportadores.

Observando a história do cultivo no Brasil é difícil precisar um ano exato de introdução da cultura do morangueiro. Segundo as consultas de Moretti (2008), existem diferentes indicativos nas literaturas. Porém, tende-se a apontar que a introdução do cultivo do morangueiro ocorreu por volta da década de 1950, no sul do estado de Minas Gerais no município de Estiva. Já no Rio Grande do Sul, o cultivo do morango foi introduzido em 1956/57, no município de Feliz²⁶.

A partir deste início impreciso, a cultura tem se disseminado por diferentes paralelos, dos mais setentrionais aos meridionais do Brasil continental, nos mais diferentes tipos de climas e solos. Conforme Oliveira; Nino; Scivittaro (2005), os principais cultivares utilizados no Brasil provêm dos Estados Unidos, podendo-se destacar as seguintes: *aromas*, *camarosa*, *capitola*, *diamante*, *dover*, *oso grande* e *sweet charlie*. Além destes, também cabe destacar a importação da variedade *milsei-tudla* da Espanha. Em percentuais, Antunes e Reisser Junior (2007) destacam que os principais cultivares no Brasil, são: *oso grande* (54%), *camarosa* (20%), *dover* (6%), *aromas* (4%) e outras variedades (16%).

Em termos de desenvolvimento de cultivares nacionais, a partir da década de 1970 houve um incremento significativo nas pesquisas. Do esforço dos programas genéticos da

²⁶ A introdução do morango no município de Feliz será explicada no capítulo 5.

Embrapa Clima Temperado foram desenvolvidas as variedades *biirkley*, santa clara e vila nova; e do Instituto Agrônômico – IAC, a cultivar campinas.

Assim, com a diversificação de cultivares e de sistemas de produção tem-se conseguido produzir morangos praticamente nos 12 meses do ano. Antunes e Reisser Junior (2007) observam, que mesmo que seja possível obter produção todo ano (alguns sob proteção), a cultura também sofre com os problemas da sazonalidade e nos períodos de entressafra é possível ao produtor conseguir preços maiores.

No período de junho a novembro concentra-se o pico da produção. Neste período o preço pago ao produtor tende ao seu menor valor, cerca de US\$ 1,1/kg. Saindo deste período, entre janeiro e março, e em regiões mais altas e frias, é possível a produção de morangos a partir de variedades de dias neutros como aromas e diamante. Em média o produtor recebe até US\$ 5/kg neste período, sendo que no Sul de Minas Gerais produtores chegaram a receber US\$ 8/kg (ANTUNES E REISSER JUNIOR, 2007). Cabe destacar que esta especificidade sazonal tem incentivado o desenvolvimento de pesquisas ligadas aos cultivos protegidos e a hidroponia.

Em termos de produção de morangos nos diferentes estados brasileiros, pode-se observar, segundo os dados oficiais do Censo Agropecuário Brasileiro de 1996²⁷, que esta era maior nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, como se pode verificar na tabela a seguir.

TABELA 2
Produção de Morango no Brasil, Principais Produtores em 1996

Estado	Produção (toneladas)	Participação %
1. Minas Gerais	15.581	41,44
2. Rio Grande do Sul	9.644	25,65
3. São Paulo	5.801	15,42
4. Paraná	1.754	4,66
5. Distrito Federal	1.507	4,00
6. Santa Catarina	998	2,65
7. Espírito Santo	885	2,35
8. Rio de Janeiro	706	1,87
9. Bahia	320	0,85
10. Goiás	215	0,57
11. Pernambuco	142	0,37
12. Mato Grosso do Sul	29	0,07
13. Tocantins	10	0,02
Brasil	37.598	100

Fonte: Elaboração da autora. Dados do Censo Agropecuário, 1995-1996. Disponível em:

< <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>>. Acessado em 12 de setembro de 2008.

²⁷ Cabe destacar que os dados do censo agropecuário brasileiro de 2006 ainda não foram disponibilizados para consulta e pesquisas.

Como se pode verificar na TABELA 2, os cinco primeiros estados produtores são responsáveis por 91% da produção nacional de morangos, sendo que o estado de Minas Gerais respondia por 41% do total nacional.

Atualmente, segundo os dados levantados por Madail (2008), a produção nacional de morangos para o ano 2006/2007 é 2,7 vezes maior que a apurada em razão do Censo de 1996, perfazendo em torno de 100.000 toneladas. Para a realização do levantamento deste valor o autor consultou informantes chave em instituições estaduais envolvidas com a cadeia produtiva do morango²⁸. A tabela a seguir apresenta os valores pesquisados pelo autor.

TABELA 3
Produção de Morango no Brasil, Principais Produtores em 2006/2007

Estado	Produção (toneladas)	Participação %
1. Minas Gerais	33.000	33,00
2. São Paulo	31.000	31,00
3. Rio Grande do Sul	16.000	16,00
4. Paraná	9.000	9,00
5. Espírito Santo	7.000	7,00
6. Santa Catarina	1.370	1,37
7. Goiás	950	0,95
8. Rio de Janeiro	800	0,80
9. Outros	880	0,88
Brasil	100.000	100

Fonte: Madail. J.C.M. (2008).

Conforme dados da TABELA 3, a produção nacional de morangos para o ano de 2006/2007 concentrou-se em cinco estados nacionais, que em termos de participação concentraram 96% da produção. Estes cinco primeiros colocados, em relação aos do Censo de 1996, aumentaram a concentração da produção em cinco pontos percentuais.

Quanto à hierarquia da produção, o primeiro colocado diminuiu a sua participação efetiva em oito pontos percentuais, bem como houve troca de posições entre São Paulo e Rio Grande do Sul. A produção em São Paulo aumentou quase 6 vezes, superando a do Rio Grande do Sul, que aumentou apenas 1,6 vezes. Outras trocas de posições no ranking também podem ser observadas. O Espírito Santo assumiu a 5^a. colocação que era do Distrito Federal, e Goiás subiu da 10^a. para a 7^a. posição. Contudo, salienta-se que todos os estados aumentaram a sua produção absoluta em toneladas, sendo que o Espírito Santo apresenta o maior crescimento para o período, aumentando quase oito vezes o total produzido, e o Rio de Janeiro apresenta o menor crescimento, de apenas 12%.

²⁸ Cabe destacar o esforço do autor em levantar dados estatísticos sobre a produção de morango no Brasil, pois estes são muito difíceis de serem obtidos. Tal fato endossa a importância da divulgação do Censo Agropecuário 2006.

Em termos de comercialização, o mercado de morangos frescos é o principal destino da produção brasileira, cerca de 90% (ANTUNES e REISSER JUNIOR, 2007). Além da forma *in natura*, este também chega aos consumidores como matéria processada pelas agroindústrias, onde a polpa é utilizada para a fabricação de iogurtes, doces, geleias, bolos, entre outros produtos.

Como parte integrante da alimentação de algumas famílias brasileiras, o morango fresco tem como mercados efetivos as regiões Sul e Sudeste no país. Segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares no Brasil – POF de 2003, nestas regiões destacam-se, na aquisição familiar de morangos em quilos por família, os estados de Santa Catarina, o maior consumidor no país, seguido do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A FIGURA 4 apresenta o respectivo mapa da distribuição destacando os principais centros de consumo no país.

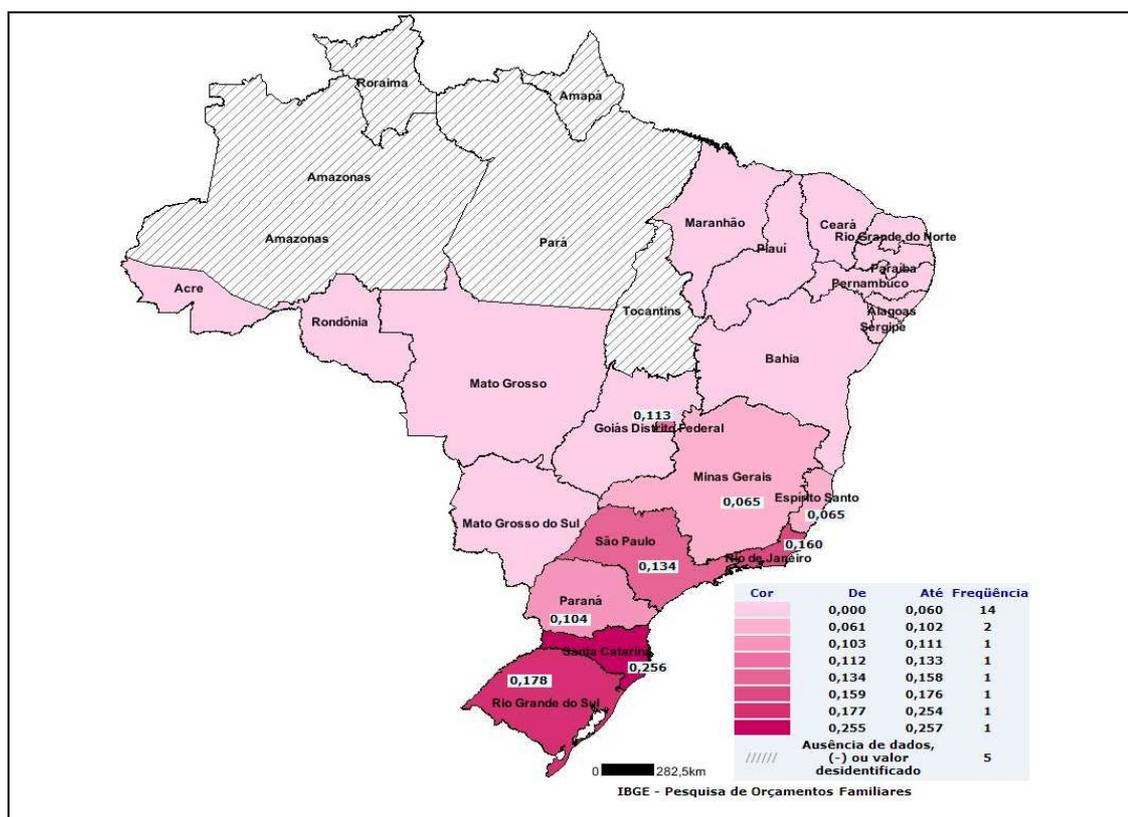


FIGURA 4 – Mapa da distribuição da aquisição domiciliar per capita anual em kg de morangos por família.

Fonte: Compilação da autora. Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF (2003). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>>. Acessado em 3 de outubro de 2008.

Ao se observar os centros de consumo e as áreas de produção verifica-se que Minas Gerais, o maior estado produtor, apresenta um consumo intermediário, enquanto que Santa Catarina que ocupa uma posição pouco expressiva no ranking de produtores se coloca como

uma interessante praça de consumo. É claro que devemos relativizar à ponderação por estarmos trabalhando com amostras que nos fornecem indicativos sobre hábitos de consumo familiar de modo geral. Contudo, as informações dos indicativos de consumo nos possibilitam *a priori* observar nichos potenciais de mercado. Neste sentido, Santa Catarina se apresenta como um importante mercado local em termos regionais.

De modo geral, pelos dados até o momento apresentados pode-se observar que houve nos últimos anos um avanço para a produção brasileira, pois esta cresceu em números absolutos. Contudo, este crescimento no mercado interno não se refletiu da mesma forma para o mercado externo, pois as exportações brasileiras ainda são “tímidas” frente ao possível potencial exportador. Tal informação está embasada no comportamento da balança comercial, que nos últimos oito anos reflete o cenário da evolução da participação do Brasil no mercado. Na tabela 4, a seguir, é possível verificar o volume das importações e exportações de morangos frescos e congelados para o período de 2000 a 2007.

TABELA 4

Variação das Exportações e Importações de Morango In-Natura e Congelado de 2000 a 2007

Morango Fresco	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Exportações (Kg)	251.725	227.719	67.067	129.597	187.534	50.032	18.456	37.909	970.039
Exportações (US\$)	503.998	413.163	133.079	318.001	444.083	151.017	59.899	115.425	2.138.665
US\$/Kg - Exportação	2,00	1,81	1,98	2,45	2,37	3,02	3,25	3,04	2,49*
Importações (Kg)	26.075	8.778	8.029	756	1.213	7.684	-	6.888	59.423
Importações (US\$)	54.873	5.501	9.460	2.155	1.122	17.193	-	16.188	106.492
US\$/Kg Importação	2,10	0,63	1,18	2,85	0,92	2,24	-	2,35	1,75*
Morango Congelado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Exportações (Kg)	2.574	3.001	7.655	500	31.924	2.011	16.918	34.435	99.018
Exportações (US\$)	2.791	4.252	9.006	450	24.153	2.867	35.642	34.128	113.289
US\$/Kg - Exportação	1,08	1,42	1,18	0,90	0,76	1,43	2,11	0,99	1,23*
Importações (Kg)	380.503	1.715.306	1.435.084	573.148	413.041	2.575.149	1.483.286	976.587	9.552.104
Importações (US\$)	362.260	1.370.691	1.101.611	541.956	365.113	2.026.198	1.312.878	1.190.507	8.271.214
US\$/Kg Importação	0,95	0,80	0,77	0,95	0,88	0,79	0,89	1,22	0,90*

Nota (*): O valor se refere a média do período.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SRI / MAPA a partir da base SECEX / MDIC (2008). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat/>>. Acessado em 15 de setembro de 2008.

Para auxiliar na visualização dos dados da tabela foram elaborados os gráficos a seguir.

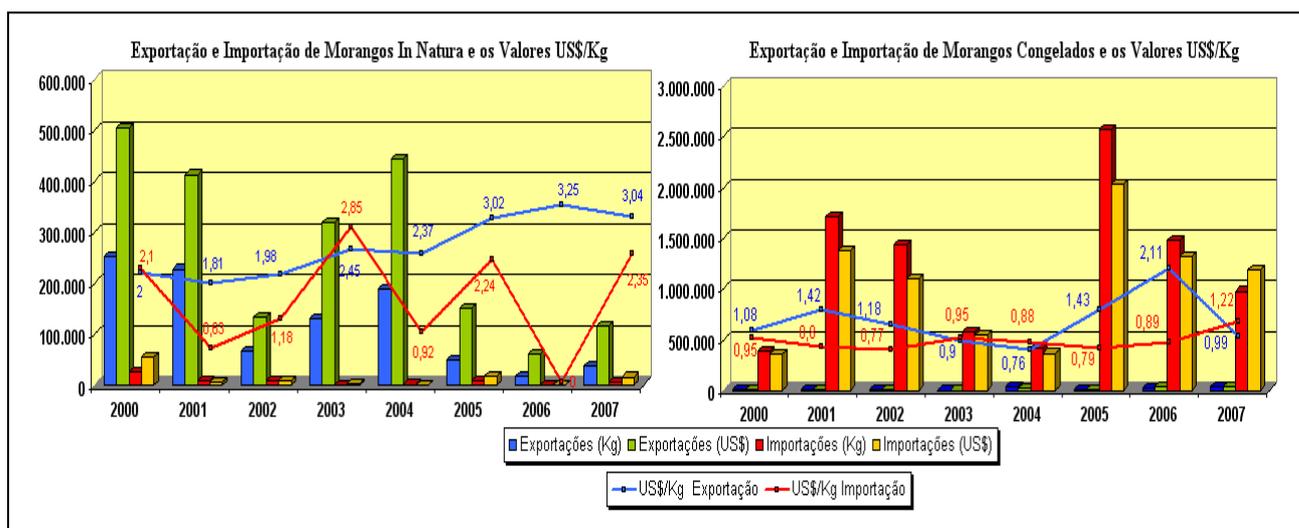


GRÁFICO 3 - Exportação e Importação de Morangos in Natura e Congelado e os Valores US\$/Kg, de 2000 a 2007.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SRI / MAPA a partir da base SECEX / MDIC (2008). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat/>>. Acessado em 15 de setembro de 2008.

Observando o conjunto dos dados verifica-se que em termos gerais as exportações brasileiras de morango são pouco significativas em volume, tanto para a categoria dos morangos *in natura* como para os congelados, sendo que destas a exportação *in natura* é quase dez vezes maior em volume, para o período. Comportamento contrário ocorre com as importações de morango congelado que superam às de morango *in natura* em um volume 160 vezes maior. Outra tendência que se pode observar é o decréscimo mais acentuado no volume das exportações no segmento *in natura*, sendo este menos acentuado para as importações de morangos congelados. Contudo, em ambos os segmentos, observa-se uma flutuação nas tendências que podem estar ligadas à questões cambiais, pois a moeda nacional tem sido valorizada nos últimos anos, e isto, *a priori*, tem favorecido as importações e dificultado as exportações. Corrobora com este indicativo a baixa variação dos valores em US\$ para as importações nos dois segmentos.

Em termos de fluxo das exportações e importações brasileiras, têm-se a seguir o gráfico 4, com os principais destinos e origens em termos de volumes totalizados em toneladas para o período de 2000 a 2007.

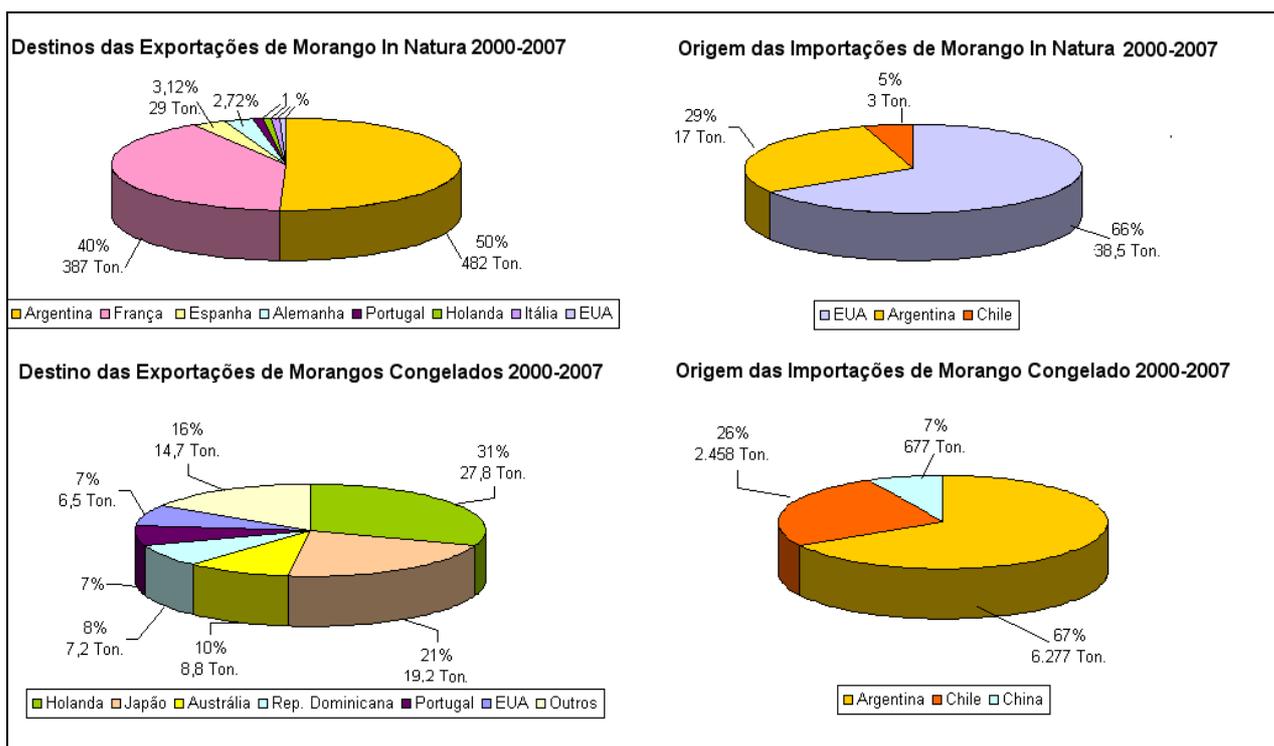


GRÁFICO 4 - Origem e Destino das Exportações e Importações de Morango Congelado e In Natura 2000-2007.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SRI / MAPA a partir da base SECEX / MDIC (2008). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat/>>. Acessado em 16 de setembro de 2008.

Nos gráficos verifica-se que as exportações são realizadas para diferentes destinos enquanto que as importações são menos diversas. Apontados os destinos observa-se um desempenho externo relativamente fraco para o país, em se tratando de exportações, sendo estas centradas nos tradicionais países europeus e nos vizinhos próximos do Mercosul. Em termos de exportações de morangos *in natura*, a França e a Argentina representam 90% do destino total do volume, enquanto que para os congelados não há uma predominância, sendo que Holanda, Japão e Austrália somados representam 56% do volume exportado.

As importações de morango *in natura* são pouco significativas frente ao volume importado de morango congelado. No segmento de mercado dos congelados a Argentina tem peso importante como parceiro comercial do Brasil. Para a série destacada, o volume de morangos congelados trazidos da Argentina foi de 6.277 toneladas. Tal expressividade possivelmente tenha sido favorecida pelas taxas cambiais, visto que o valor pago pelas importações de congelados é 27% inferior ao valor pago pelo quilo de morango *in natura*, nas exportações do segmento.

Com estas informações sobre o destino e as origens das exportações e importação para o mercado de morango brasileiro é possível inferir que o mercado de morangos frescos tende a se tornar uma oportunidade a ser explorada devido ao maior valor agregado do produto

frente ao morango congelado. Neste sentido é que se ressalta a importância de estabelecerem processos que certifiquem a qualidade do produto, como a Produção Integrada – PI (ANTUNES e REISSER JUNIOR, 2008), principalmente quando se visa o mercado europeu que é muito restritivo e efetivo em termos de exigências de qualidade socioambiental.

4.3 O PANORAMA DO MERCADO DE MORANGO NO RIO GRANDE DO SUL

No contexto nacional, o Rio Grande do Sul é um dos produtores de morango mais tradicionais. O cultivo no Estado é praticado, em sua maioria, em pequenas explorações familiares, envolvendo bastante mão-de-obra, por ser uma cultura que exige um manejo cuidadoso, devido a sua alta perecibilidade e a crescente demanda de boas práticas envolvendo a segurança alimentar.

Segundo os dados sobre os levantamentos das lavouras comerciais no Rio Grande do Sul em 2006, realizados por João e Conte (2007), o cultivo do morango envolvia cerca de 1.289 produtores, em uma área estimada em 680,7 hectares, onde foram produzidos 11.635 toneladas.

Esta cultura é realizada com uma dupla finalidade, o consumo *in natura* e o processamento agroindustrial, sendo que a força produtiva está concentrada em três regiões: a) no Vale do Caí, onde despontam: Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, além de Alto Feliz, Linha Nova e São José do Hortêncio; b) na Serra Gaúcha, onde se destacam: Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e Bento Gonçalves; e c) na região de Pelotas, no sul do Estado, nos municípios de: Pelotas, Turuçu, São Lourenço do Sul e Canguçu. Nas duas primeiras regiões o cultivo é destinado principalmente para o consumo *in natura*, enquanto que no Sul este é destinado, principalmente, para a produção agroindustrial (JOÃO; CONTE, 2007).

Em termos de acontecimentos que marcam a trajetória da cultura do morango no Rio Grande do Sul podem ser apontadas alguns importantes eventos, sistematizados no quadro 6, a seguir.

Ano	História e Acontecimentos que Demarcam a Evolução do Sistema Produtivo do Morango
1956/57	Início do cultivo do morango no município de Feliz - RS, com mudas do cultivar Guaíba e Monte Alegre que vieram da então localidade de Portão – RS.
1956 a 1962	O morango era cultivado sem cobertura de solo.
1957	EMBRAPA Clima Temperado começou a desenvolver trabalhos de melhoramento genético do morangueiro.
1959	Marco da primeira adversidade climática, sendo registrada uma estiagem prolongada, causando a perda de toda a plantação na região do Vale do Cai, pois na época a cultura não era irrigada.
1962 a 1968	A cobertura do solo já era feita com maravalha (lascas de madeira).
1969	Início do uso da lona preta para a cobertura do solo. Neste período também teve início o uso de irrigação por aspersão.
1984	Vinculação de reportagem em mídia estadual, sobre resíduos agroquímicos nos morangos no Vale do Cai, gerando grande polêmica e impactos na cadeia produtiva.
1985	1ª Festa Nacional do Moranguinho, em Bom Princípio.
1991	1ª FENAMOR - Festa do Morango, Amoras e Chantilly, em Feliz.
1992/1993	Início da cobertura do morango em túneis baixos (estufins) e o uso da irrigação por gotejamento.
1996	Início do Programa da Produção Integrada de Frutas no Brasil, posteriormente estendido para o morango.
1998	No Rio Grande do Sul 85% dos produtores já praticavam o cultivo do morango em túneis baixos e irrigação por gotejamento.
1999	Intensificação do plantio de morangos na região da Serra Gaúcha e diminuição do plantio na Região de Pelotas, tradicional produtora no Estado.
2000	É formalizada a Cooperativa de Produtores de Morango Ecológico Ltda – ECOMORANGO (Bom Princípio e Feliz).
2004	Início de programas visando a produção de morangos hidropônicos e implementação da Produção Integrada de Morangos – PIMo.
2007	Lançamento da cartilha sobre boas práticas na cultura do morangueiro, pela EMBRAPA Uva e Vinho/SEBRAE, em função do Programa Bom Morango, Qualidade por Princípio, desenvolvido em Bom Princípio.
2008	Lançamento das Normas Técnicas Específicas da Produção Integrada de Morango (NTE PIMo), pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)

QUADRO 6: História do Sistema Produtivo do Morango no Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptado e ampliado de Sato e Assumpção (2002).

Como se pode verificar no QUADRO 6, os eventos descritos indicam que o desenvolvimento da cultura do morangueiro e suas práticas produtivas vem tendo respaldo, nas questões técnicas, das instituições de pesquisa. Em termos gerais, além das práticas técnicas, outras ações em prol do morango, ainda estão se consolidando, e isto reflete nos números da produção. Na TABELA 5, a seguir, pode-se verificar a evolução dos números da produção no Estado e a respectiva área plantada em três diferentes períodos.

TABELA 5
Os 20 Principais Municípios Produtores de Morango no Rio Grande do Sul,
em Diferentes Períodos

Município 1995/1996	Prod. (t)	Área (ha)	Município 2003	Prod. (t)	Área (ha)	Município 2006	Prod. (t)	Área (ha)	Produtores
1.Feliz	2.527	221,9	1.Pelotas	2.310	330	1.Feliz	1.800	50	205
2.Pelotas	2.237	597,3	2.Farroupilha	1.750	30	2. Caxias do Sul	1.470	42	37
3.Bom Princípio	918	62,2	3.Turuçu	1.225	70	3. Farroupilha	1.400	35	60
4.Farroupilha	640	59,2	4. Bom Princípio	1.050	40	4. Bom Princípio	1.240	31	165
5.São Sebastião do Caí	596	46,0	5. Feliz	1.000	30	5. Ipê	1.050	30	6
6.São José do Hortêncio	275	28,5	6. Flores da Cunha	756	18	6. Pelotas	900	30	110
7.Linha Nova	259	23,5	7. Caxias do Sul	480	12	7. Flores da Cunha	640	16	20
8.São Lourenço do Sul	182	73,36	8. São Sebast. do Caí	450	15	8. São Sebast. do Caí	450	15	73
9.São Jorge	109	17,6	9. Ipê	450	10	9. Turuçu	374	17	45
10.Agudo	78	32,2	10. Ijuí	400	20	10. Vacaria	225	7,5	8
11.Restinga Seca	74	18,0	11. São Lourenço do Sul	240	20	10. Ijuí	184,8	8,4	50
12.Bento Gonçalves	71	9,3	12.Capão do Leão	200	10	11. São José do Hortêncio	180	6	17
13.Capitão	64	3,6	13. Morro Redondo	150	10	13. Canguçu	120	12	20
14.Alto Feliz	63	4,9	14. São José do Hortêncio	150	6	14. Antônio Prado	120	6	5
15.Santa Maria	58	15,0	15. Alto Feliz	120	3	15. Capão do Leão	120	6	12
16.Flores da Cunha	57	3,16	16. Agudo	100	5	16. Porto Alegre	100	5	5
17.Caxias do Sul	53	5,81	17. Canguçu	80	10	17. Morro Redondo	80	8	15
18.Muliterno	48	-	18. Independência	60	4	18. Santa Cruz do Sul	72	6	15
19.Erechim	46	3,71	19. Porto Alegre	60	3	19. Cerro Largo	60	3	12
20.Canguçu	42	51,54	20. Crissiumal	25	2	20. Santa Rosa	60	3	16
20 Maiores	8.151	1.213	20 Maiores	11.056	648	20 Maiores	10.646	337	896
Total RS	9.644	1.651	Total RS	11.541	680,7	Total RS	11.636	385	1.289

Fontes: Elaboração da autora. Dados do Censo Agropecuário (1995/1996). Disponível em: <<http://www.sidra.gov.br/bda>>. Acessado em 14 de outubro de 2008; e dados do Levantamento da Fruticultura Comercial do Rio Grande do Sul (2004/2007) de João e Conti (2007), e João (2004).

Pela análise dos números totais apresentados na TABELA 5, verifica-se que ocorreu um crescimento da produção de morango, em torno de 17%, observado o primeiro e o último período, isoladamente. Mas o que chama a atenção nos números totais é que este aumento de produção ocorreu com uma redução acentuada de $\frac{3}{4}$ da área produtiva. Tais números estão

ligados ao incremento da produtividade, que para a década foi ampliado em mais de cinco vezes, passando de 5,8 ton./ha para 30,22 ton./ha em média. Estes dados comprovam o avanço nas técnicas produtivas e inovações tecnológicas, como já apontado no QUADRO 6, sobre os eventos que demarcam a história da cultura e a trajetória do sistema produtivo do morango no Estado.

Ainda em relação aos números totais verifica-se que houve um aumento na participação dos 20 primeiros colocados na produção total. Segundo os dados do censo em 1995-96, os 20 primeiros colocados eram responsáveis por 84,5% da produção de morangos no Estado. Em 2003 esta participação aumentou para 95,7% reduzindo, para 91% em 2006. Porém, se a participação dos 20 primeiros tem aumentado na produção total, a expressividade dos cinco primeiros colocados diminuiu ao longo da década, decrescendo de 71% para 63,5% em 2003, atingindo apenas 60% em 2006. Assim, mesmo que a produção tenha se concentrado nos vinte primeiros colocados, novos municípios produtores estão ajudando a descentralizar a produção.

Em termos de hierarquia produtiva os municípios de Feliz, Pelotas, Farroupilha e Bom Princípio figuram ao longo dos períodos apontados nas primeiras posições, sendo que Feliz lidera o ranking em 1995 e 2006.

Entre os municípios que se destacaram em crescimento produtivo, Caxias do Sul foi o que apresentou a maior ascensão, saindo da 17^a. colocação em 1995, passando para a 7^a. em 2003, e chegando a 2^a. colocação em 2006, aumentando em quase 28 vezes a sua produção total. Outro município que também se destaca é Ipê, que da 9^a. Posição em 2003, atingiu a 5^a. Posição em 2006, além do município de Vacaria, que em 2003 nem figurava no ranking, e em 2006 se encontrava na 10^a. posição.

Porém, se houve uma escalada ascendente por parte de alguns municípios outros tiveram um decréscimo produtivo também expressivo, principalmente os da região Sul do estado. É o caso de Pelotas que passou da 1^a. colocação em 2003 para 6^a. em 2006, e Turuçu, município da mesma região, que caiu da 3^a. para a 9^a. colocação.

Outra questão a ser observada nos números é a produtividade isolada dos municípios. Entre estes se destaca a produção de Farroupilha, que em 2003 atingiu a maior marca do período, 58 ton./ha, sendo que em 2006 continuou entre os mais produtivos com 40 ton/ha, desempenho este também atingido por Bom Princípio e Flores da Cunha. Entre a relação dos 20 primeiros a menor produtividade é apresentada pelos municípios de Canguçu e Morro Redondo com apenas 10 ton./ha.

Relevante também para o último período são os dados disponibilizados sobre a relação do número de produtores por município. Com este dado é possível estabelecer uma relação com área produtiva, produtividade e ainda observar a concentração de terras.

Ao observarmos os números da tabela verifica-se que os produtores que mais concentram terras produtivas com a cultura estão nos municípios de Ipê e Caxias do Sul, e os que menos concentram terras são os produtores de morango de Ijuí, Bom Princípio e Feliz. Cabe destacar que se em Ipê cada produtor detém em média 5 hectares, em Feliz a média é de apenas 0,24 hectares. Tais números refletem na produção, pois em Ipê cada produtor produz um volume quase 20 vezes maior do que em Feliz. Contudo, mesmo sendo díspares em termos de área e volume produtivo, ambos produtores apresentam praticamente a mesma produtividade por hectare em média. Isto tende a indicar que existe uma disseminação de inovações e tecnologias produtivas de forma regular e equânime nas diferentes localidades.

Na TABELA 5, fica evidente que os ganhos produtivos ocorridos ao longo da década, são decorrentes, muito mais do aumento da produtividade, do que pela manutenção das áreas cultivadas. Quanto às regiões produtivas verificou-se que a região Sul, tradicional produtora, vem gradativamente abandonando a produção. A região do Vale do Caí continua com importância acentuada, mas esta vem perdendo espaço para a produção dos municípios da Serra Gaúcha, que já possuem maior volume produtivo, além de um gradativo aumento de participação de novos municípios na composição dos números totais.

Ainda que a produção tenha aumentado nos últimos anos, o desempenho das exportações do Estado acompanharam a tendência de queda ocorrida com as exportações brasileiras para a fruta. No gráfico a seguir estão representadas algumas tendências da balança comercial do Estado, tendências estas bastante próximas da balança comercial brasileira para o morango.

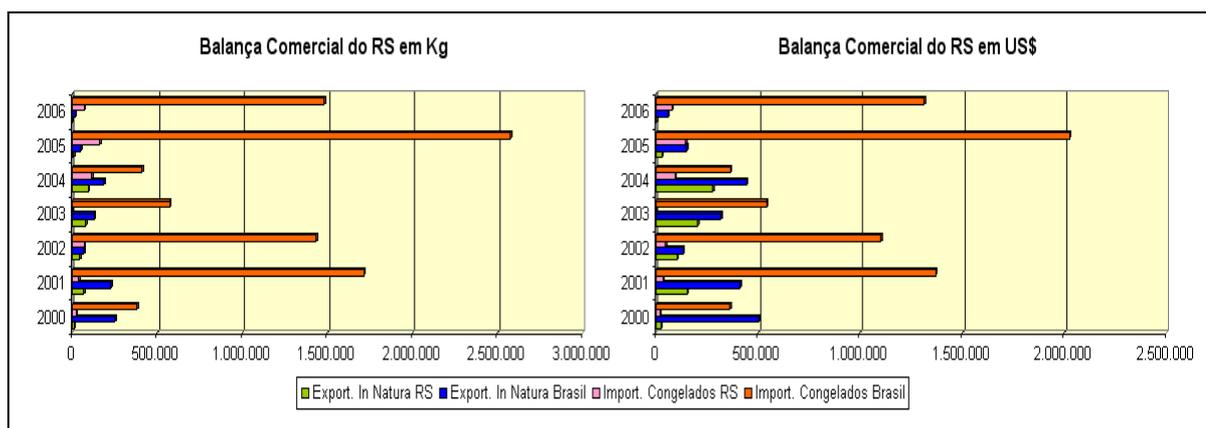


GRÁFICO 5 - Série Histórica de 2000 à 2006 da Balança Comercial do RS em Kg e US\$.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SRI / MAPA a partir da base SECEX / MDIC (2008). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat/>>. Acessado em 22 de setembro de 2008.

Como se pode observar no GRÁFICO 5, a queda na exportação gaúcha de morango *in natura* foi bem acentuada após 2004, passando de um volume de 95.942 toneladas para apenas 500 toneladas. Ao longo da série histórica, a importância do Rio Grande do Sul, como exportador nacional, foi bem mais expressiva nos anos de 2002 e 2003, onde a participação do Estado no total foi de 70% e 60%, respectivamente. Contudo, para os números totais, as exportações gaúchas contribuíram neste período em 34% do total exportado, sendo que em valores (US\$) acumulou 40% da arrecadação total para a fruta *in natura*. Cabe destacar que para o período pesquisado não houve importações de morangos *in natura*, somente de morangos congelados.

Quanto às importações de morangos congelados para o Estado, no GRÁFICO 5 se observa que estas são pouco expressivas frente às importações brasileiras, pois em volume estas representam apenas 6%, e em valor (US\$) somam 6,5% do total para o período.²⁹

Ao analisarmos os valores pagos e recebidos, verificamos que a balança comercial foi positiva em US\$ 166 mil dólares, no total do período. Este valor não é maior devido à queda acentuada das exportações nos últimos dois anos. Estes sim, se calculados isoladamente, acumulam um déficit de US\$ 194 mil dólares. Anteriormente já foi mencionado que parte deste desestímulo com as exportações, principalmente nos últimos dois anos, pode estar relacionada com a valorização da moeda nacional, pois em dezembro de 2003 o dólar fechou o ano valendo R\$ 3,43 e em dezembro de 2007 R\$ 1,78. Contudo, seria necessária uma melhor investigação, para se precisar o real impacto do câmbio e seu peso como inibidor das exportações.

²⁹ Cabe destacar que no cálculo não foram computados os valores relativos ao ano de 2003 para as importações brasileiras, pois as importações do Rio Grande do Sul de morangos congelados para o ano não estão disponíveis no banco de dados do Agrostat.

Para complementar o panorama do morango gaúcho é interessante a observação da origem das importações de morangos congelados e os destinos das exportações de morangos *in natura*, pois estes caracterizam os movimentos da balança comercial. no gráfico a seguir, estes movimentos serão representados por países.

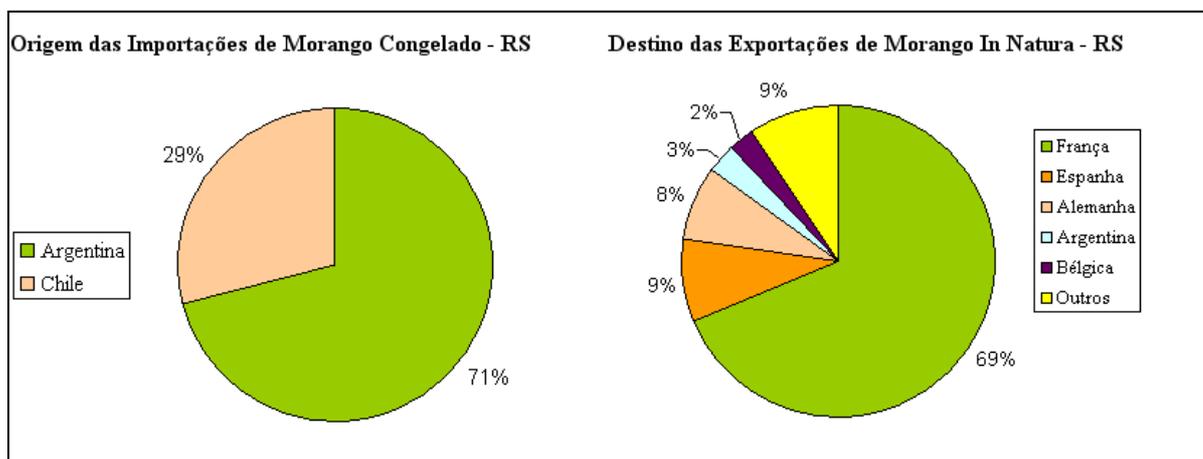


GRÁFICO 6 - Origem das Importações de Morango Congelado - RS e Destino das Exportações de Morango In Natura - RS.

Fonte: Elaboração da autora. Dados do SRI / MAPA a partir da base SECEX / MDIC (2008). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat/>>. Acessado em 22 de setembro de 2008.

No GRÁFICO 6 verifica-se que o principal destino das exportações de morango *in natura* vem sendo a Europa, onde a França figura como a principal importadora. Quanto às importações de morango congelado, este é fornecido pelos vizinhos da América Latina, com o predomínio da Argentina. Porém, enquanto que para os congelados apenas figuram dois países, para as exportações figuram outros destinos.

Como se pode observar, as exportações frente ao volume total produzido no Estado são pouco significantes, sendo que a absorção da maior parte da produção é realizada pelo mercado interno. A comercialização do morango gaúcho *in natura*, segundo Sato e Assumpção (2002), segue a seguinte distribuição: 5% para a indústria, 10% para o varejo, 10% para fora do Estado, 35% para as Centrais de Abastecimento (CEASA) e 40% para redes de supermercados.

Para se ter uma idéia da comercialização em CEASAs, na tabela a seguir serão apresentados os dados relativos à comercialização efetuada no mercado atacadista da CEASA de Porto Alegre em 2006, uma importante central de abastecimento que abrange a capital e a região metropolitana de Porto Alegre.

TABELA 6

Os 10 Municípios que mais Comercializaram Morangos em 2006 na CEASA – Porto Alegre.

CEASA	Comercialização Kg	Participação %	Produção Kg.	% do total
1. Feliz	494.828	21,46	1.800.000	27,5
2. Caxias do Sul	457.615	19,85	1.470.000	31,1
3. Flores da Cunha	424.304	18,40	640.000	66,3
4. Farroupilha	301.906	13,09	1.400.000	21,5
5. Bom Princípio	182.440	7,91	1.240.000	14,7
6. São Sebastião do Caí	162.412	7,04	450.000	36
7. Ipê	101.820	4,41	1.050.000	9,6
8. Linha Nova	68.792	2,98	-	-
9. São José do Hortêncio	42.672	1,85	180.000	23,7
10. Bento Gonçalves	28.572	1,23	-	-
Total 10 maiores	2.265.361	98,22	-	-
Total CEASA	2.305.713	100	-	-

Fonte: Elaboração da autora. Dados do Relatório Anual da CEASA/RS (2005, 2006 e 2007), e João e Conti (2006)³⁰.

Segundo informações do setor de estatística da CEASA de Porto Alegre a comercialização é praticamente realizada por produtores, poucas cargas são destinadas para atacadistas, sendo a mesma efetuada no Galpão do Produtor. Esta comercialização direta realizada por estes produtores representou em 2006, o total de 20% dos morangos *in natura* produzidos no Estado.

Observando os municípios produtores, os 10 maiores representam 98% do total comercializado. Dentre os que acessaram este mercado, o município de Feliz deteve a maior participação com 21,46%, e Flores da Cunha se destacou como 66% do volume do total produzido sendo destinado à comercialização neste atacado. Este valor é expressivo visto que é um município distante cerca de 140 Km da Capital, e teria como possibilidade de comercialização a CEASA de Caxias do Sul, que é na mesma região.

A busca por diferentes pontos de comercialização para o morango gaúcho não se restringe somente aos atacados regionais. Dependendo das condições de mercado, principalmente aproveitando as questões relacionadas com a sazonalidade em escala nacional, a produção gaúcha tem inserção em outros Estados. No gráfico a seguir pode-se verificar o

³⁰ Não havia dados disponíveis no levantamento da EMATER (2006) para completar todas as colunas, mas estas lacunas não comprometem a análise efetuada.

período de inserção da produção gaúcha na CEAGESP de São Paulo, um importante mercado com altos volumes de comercialização.

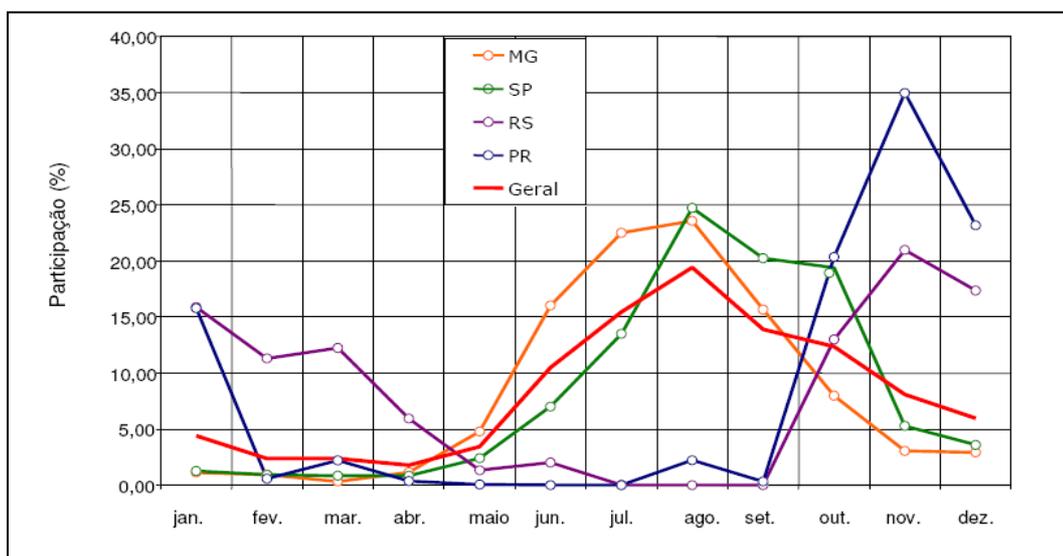


GRÁFICO 7 - Sazonalidade dos Estados na Comercialização de Morango no ETSP da CEAGESP (2006).

Fonte: Rocha Silva (2008).

Observando o GRÁFICO 7 referente a comercialização no mercado da Companhia de Entrepósitos e Abastecimento Geral de São Paulo – CEAGESP, a produção do RS em 2006 apresenta uma maior participação a partir do mês de setembro, tendo em novembro o seu pico, com mais de 20% do volume comercializado, sendo esta interrompida em maio. Segundo os dados pesquisados por Rocha Silva (2008), os produtores responsáveis por esta comercialização foram os de Caxias do Sul, com 3,91% da comercialização no ano.

Mas para entender o porquê desta busca de novos mercados para a produção gaúcha neste período, é importante entender como a sazonalidade afeta os preços intrarregionais. Para tal, a observação da comercialização realizada no mercado atacadista da Central de Abastecimentos (CEASA), de Porto Alegre, pode fornecer subsídios que corroboram para este entendimento.

No GRÁFICO 8 é possível observar os preços médios mensais praticados no período de 2005 a 2007 e o volume de morangos *in natura* comercializado no período, para comercialização na CEASA de Porto Alegre.

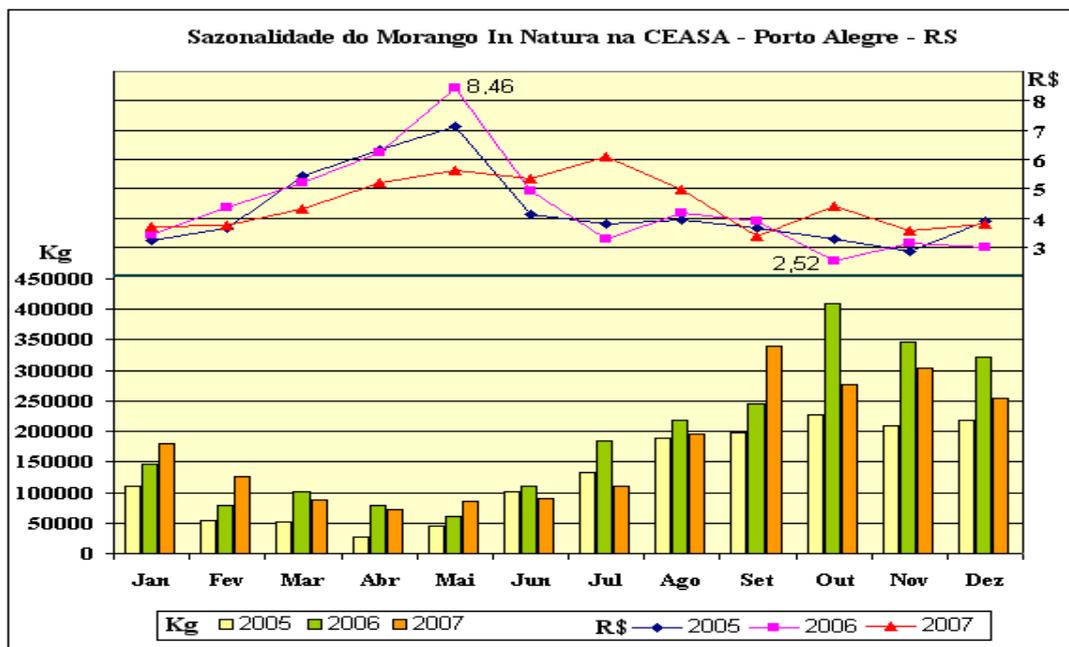


GRÁFICO 8 - Sazonalidade e os preços praticados na CEASA –Porto Alegre

Fonte: Elaboração da autora. Dados do Relatório Anual 2005, 2006 e 2007 - CEASA/RS .

Em linhas gerais, ao observarmos o comportamento do volume da comercialização e os preços praticados, verifica-se que a sazonalidade afeta os preços praticados. Na entressafra, que se inicia em fevereiro e se estende até junho, temos os menores volumes e os maiores preços, sendo que no período de pico de safra, geralmente nos meses de outubro e novembro, observa-se os menores valores pagos por quilo. Especificamente para o período, a influência da sazonalidade sobre os preços foi menor em 2007, pois a amplitude da variação de preços entre o maior valor (R\$ 6,1) e o menor valor (R\$ 3,39) foi de R\$ 2,71, sendo que a média anual foi de R\$ 4,51. Para os anos de 2006, período de maior amplitude entre os preços, a diferença entre o maior valor (R\$ 8,46) e o menor valor (R\$ 2,52) foi de R\$ 5,94 e a média do período foi R\$ 4,37. Para o ano de 2005 a diferença entre o maior valor (R\$ 7,12) e o menor valor (R\$ 2,87) foi de R\$ 4,25, e a média do período foi R\$ 4,27 (RELATÓRIO ANUAL CEASA/RS 2005, 2006 e 2007).

Ampliando o detalhamento da escala de observação para questão da sazonalidade ainda é possível, observando os números da comercialização de morangos *in natura* na CEASA para o período de 2005 a 2007, observar a sazonalidade regional para o suprimento do atacado. No GRÁFICO 9 observa-se a variação no período, segundo agrupamentos de municípios fornecedores da Serra Gaúcha e Vale do Caí³¹.

³¹ Para a organização dos dados foram considerados para cada região os 5 municípios maiores produtores de cada região, sendo que ambos representam 96% do total comercializado no atacado para o ano de 2007, neste a Serra Gaúcha contribuiu com 65% do total e o Vale do Caí com 35%.

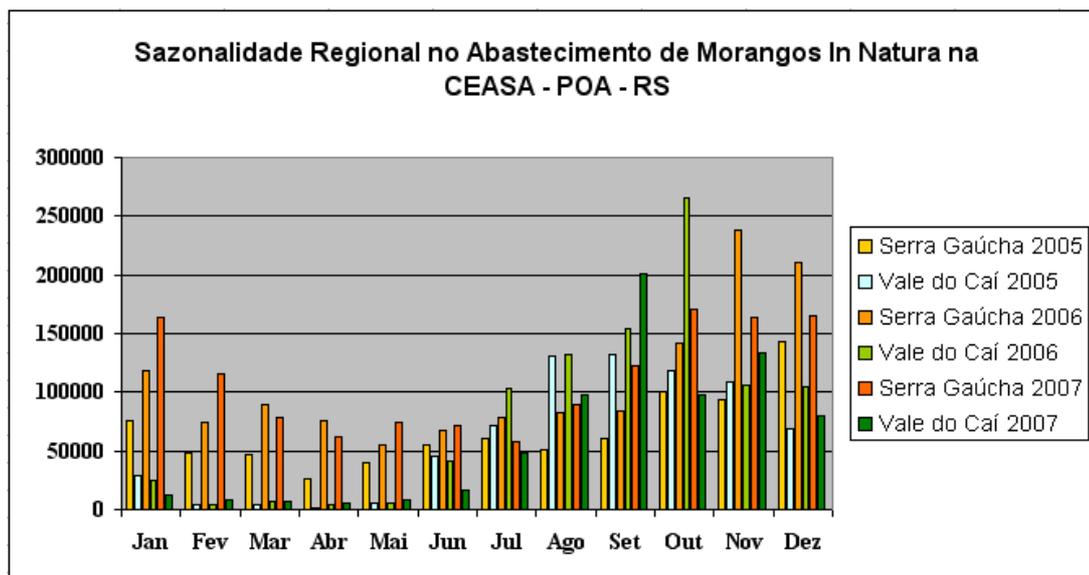


GRÁFICO 9 - Sazonalidade Regional no Abastecimento da CEASA –Porto Alegre.

Fonte: Elaboração da autora. Dados Relatório Anual 2005, 2006 e 2007 - CEASA/RS .

Observando os volumes e a procedência dos morangos comercializados para o período destacado, verifica-se que a produção da Serra Gaúcha, em relação à do Vale do Caí, predomina em maior número de meses (oito meses contra quatro), sendo esta responsável pelo abastecimento quase que exclusivo no período de fevereiro a maio. A partir de junho a produção do Vale do Caí passa a ser mais efetiva. Em agosto já supera em volume a Serra Gaúcha, atingindo seu pico de produção nos meses de setembro e outubro. Contudo, a produção da Serra Gaúcha já acompanha este crescimento, e no mês de outubro, como foi o caso do ano de 2007, reverte a tendência e passa novamente a liderar a comercialização.

Neste sentido observando as figuras que destacam a sazonalidade no abastecimento da CEASA de Porto Alegre, verifica-se que os comportamentos apresentados pelas comercializações são bem sensíveis a curvas de oferta e demanda, pela relação volume e preço. Assim, o desafio que se apresenta para os produtores é manter a produção mais constante ao longo do ano, para acumular maiores ganhos, principalmente no período da entressafra. Além disso, assegurar determinada escala produtiva oportunizaria a busca de novos mercados, mais rentáveis neste período, na escala interestadual, como já vem ocorrendo ao verificarmos a entrada de morangos gaúchos na CEAGESP.

Como se pode verificar, as questões produtivas vêm-se modificando ao longo dos anos, onde novos municípios começam a se destacar como produtores. Enfim, a demanda está cada vez mais qualificada, e esta vem proporcionando diferentes desafios para a cadeia

produtiva do morango gaúcho. Parte destes desafios, que se impõem à competitividade, serão o tema do próximo item.

4.3.1 Os Desafios à Produção de Morangos no Rio Grande do Sul e Seus Impactos na Cadeia Produtiva para a Competitividade

A cultura do morangueiro tem como desenvolvimento comercial uma história, no Rio Grande do Sul, de mais de 50 anos. Os desafios para a produção de morango advêm das próprias especificidades da cultura, e estas influenciam todos os elos da cadeia produtiva. Na FIGURA 5, a seguir, pode-se verificar um esboço das relações que conformam uma cadeia produtiva que tem como matéria-prima o morango.

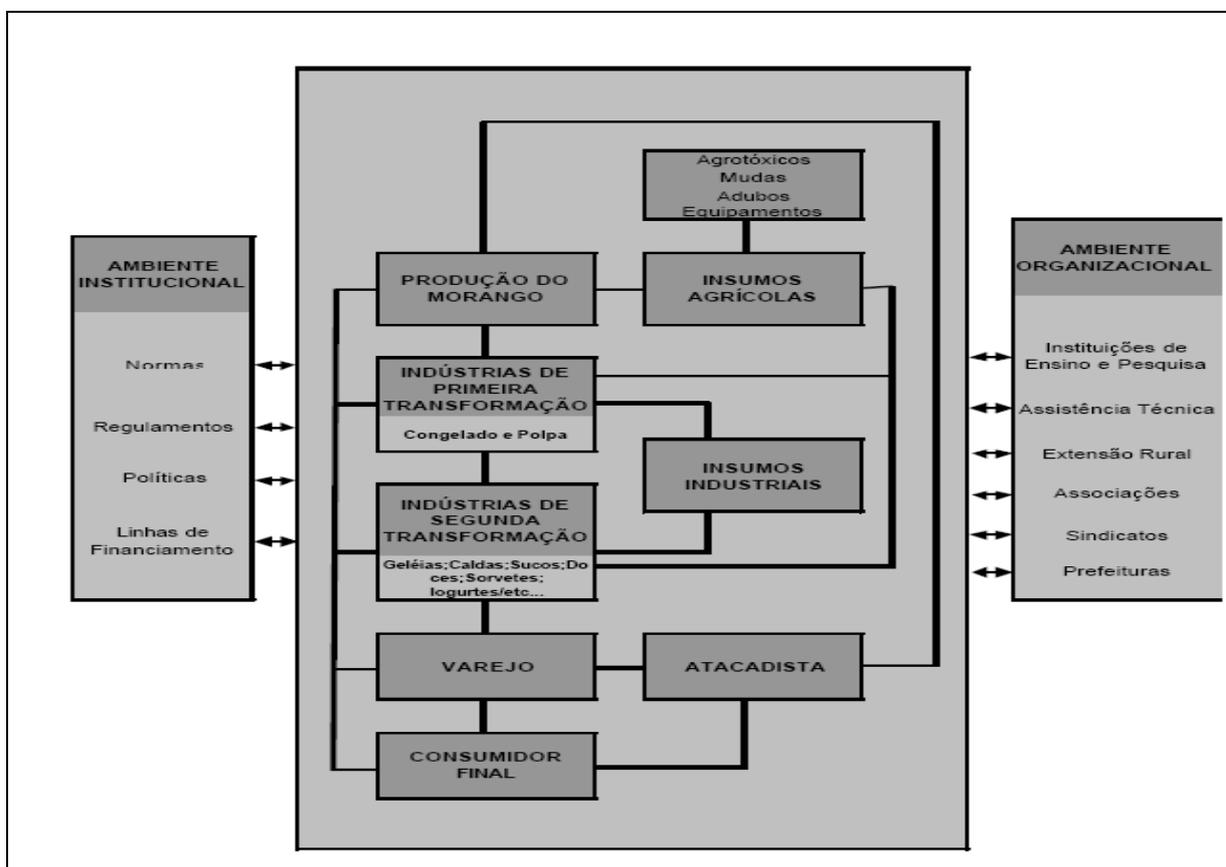


FIGURA 5 - Diferentes relações que caracterizam a Cadeia Produtiva do Morango.

Fonte: AMARO, Mirian Cristina Chaves (2002).

A cadeia delimitada na figura é formada por diferentes elos interligados e estes estabelecem entre si relações diretas e indiretas. No centro da figura se estrutura a cadeia principal, formada por ações produtivas diretas, sendo estas compostas pelos elos da produção primária, transformação, comercialização e consumidor final, complementadas pela produção

de insumos ligados tanto no elo da produção primária, como com a indústria de transformação. Externamente à cadeia central, destacam-se os ambientes organizacionais e institucionais formados por agentes públicos e privados que atuam indiretamente sobre a produção, sendo as suas ações auxiliares ao desempenho produtivo. Como auxiliares à cadeia principal, os agentes externos prestam diferentes tipos de serviços visando regulamentar, fiscalizar e defender os direitos da cadeia produtiva, em seus diferentes elos. Além disso, pode ser creditado ao entorno, a produção da ciência e tecnologia, bem como a institucionalização dos mecanismos que proporcionam o funcionamento da cadeia no mercado.

Olhando para o recorte da cadeia produtiva e para a literatura que trata das pesquisas empenhadas em entender as dinâmicas agrícolas, econômicas, sociais e ecológicas relacionadas com a cultura do morango, observa-se que o elo da produção primária tende a concentrar o maior número de pesquisas e ensaios, principalmente nas questões agrícolas relacionadas com o cultivo. Contudo, são crescentes, como se pode observar nos anais do IV Simpósio do Morango, realizado em 2008, as pesquisas que passaram a incluir outras questões ligadas ao funcionamento da cadeia produtiva.

Assim, tendo por base as relações que estabelecem o funcionamento da cadeia produtiva do morango, é possível apontar diferentes desafios que influenciam no funcionamento dos diferentes elos, e por serem intrinsecamente ligados e dependentes, acabam afetando o desempenho competitivo da cadeia como um todo.

4.3.1.1 Os Desafios Relacionados com o Elo da Produção Primária

Os desafios que se desdobram para o elo da produção primária são de diferentes ordens. Porém as questões edafoclimáticas, em muitos dos casos, se constituem em difíceis gargalos que entram a competitividade da cadeia produtiva, influenciando nas questões econômicas, ecológicas e sociais.

Os desafios edafoclimáticos são inerentes a maioria das culturas que são exógenas a uma região. Para o morango as questões edafoclimáticas influenciam na qualidade dos frutos. Em geral, o morango no Rio Grande do Sul adaptou-se bem ao clima subtropical, tendo por predominância para colheita, o período entre junho e novembro. Contudo, o desenvolvimento de mudas mais adaptadas a regiões mais frias como a Serra Gaúcha e Campos de Cima da Serra, e novas tecnologias produtivas (túneis, estufins, estufas, hidroponia, entre outras) têm ampliado o período de produção.

Para tentar minimizar os aspectos edafoclimáticos e aumentar a competitividade da produção tem-se buscado entender melhor a dinâmica vegetativa do morango e sua adaptabilidade a diferentes ambientes. Neste sentido, o desenvolvimento de cultivares mais adaptadas pode resultar em melhores volumes de produção, além da minimização dos efeitos da sazonalidade, como anteriormente analisado nos volumes e preços para a comercialização.

Segundo Wrege *et al.* (2008), a muda representa 24% dos custos totais da cadeia produtiva do morango. Segundo Antunes e Resseir Junior (2007), para o ano de 2006 foram utilizadas no Brasil cerca de 175.000.000 mudas, sendo que deste total, 15% teve como origem Chile e Argentina, 65% foi suprido por viveiristas locais e 20% pelos próprios produtores. Mas para efeito do controle de qualidade das mudas é importante verificar a origem certificada. Segundo Oliveira; Nino; Scivittaro (2005), 80% das mudas com procedência provêm de importação do Chile e Argentina. Este volume certificado é pouco significativo, pois 80% do total de 26.250.000, corresponde a somente 21.000.000 mudas.

A importância de se utilizar mudas com procedência certificada está relacionada com a sanidade e a resistência. Geralmente as mudas certificadas são sadias, o que leva a maiores índices de produtividade, tendendo também à redução do uso de corretivos químicos, podendo até implicar na redução do uso de agroquímicos, além de facilitar o manejo.

Em se tratando do uso sustentável de agroquímicos, torna-se necessário um melhoramento constante das práticas produtivas e um monitoramento e controle das principais pragas e doenças do morangueiro, através do uso do produto certo, na hora certa e na dosagem correta. Neste sentido o monitoramento e controle das principais pragas que atacam os morangueiros é de suma importância para a sanidade da produção. Para se ter uma noção das principais pragas e das principais doenças são apresentados na sequência dois quadros. O primeiro trata das principais pragas e o seu respectivo controle e o segundo das doenças e tipos de controles alternativos ao uso de agroquímicos.

Nome Praga	Controle
Pulgões (<i>Capitophorus fragaefolii</i> e <i>Cerosipha forbesi</i>).	- Racionalizar o emprego de nitrogênio. - Aplicar inseticidas dirigindo os tratamentos aos focos de infestação.
Lagartas-de-solo (<i>Spodoptera</i> , <i>Agrotis</i>).	- Aplicar inseticidas ao entardecer, direcionados aos focos de infestação.
Ácaros fitófagos / Ácaro rajado (<i>Tetranychus urticae</i>).	- O controle químico deve ser realizado quando forem encontrados mais de cinco ácaros por folha, em 20% das folhas amostradas.
Ácaro-do-enfezamento ou das gemas (<i>Phytonemus pallidus</i>).	- No momento do plantio, utilizar mudas provenientes de viveiros sem a incidência de ácaros fitófagos. - Evitar o uso indiscriminado de inseticidas/acaricidas e fungicidas, principalmente ditiocarbamatos não seletivos aos ácaros predadores. - Não empregar adubações excessivas com adubos nitrogenados. - Empregar acaricidas caso a população de ácaros-praga atinja o nível de controle. - Realizar liberações de ácaros predadores, buscando controlar os ácaros praga.
Broca dos frutos (<i>Lobiopa insularis</i>).	- Coletar e destruir os frutos sobremaduros (refugados) dentro da lavoura. Não deixar frutos temporões dentro da área de cultivo. - Empregar iscas tóxicas (5 kg de ração para gado de leite, 4 a 5 litros de água, 0,5 kg de açúcar e 0,4 litros de inseticida malathion 1000 CE).
Trips (<i>Frankliniella occidentalis</i>).	- Empregar inseticidas registrados para a cultura.

QUADRO 7 : Principais Pragas do Morangueiro.

Fonte: Adaptado de Antonioli (2007).

Nome	Abrigo na Lavoura	Controle
Manchas de folhas.	- Folhas e plantas doentes. - Materiais de colheita.	- Cobertura permanente das plantas. - Eliminação semanal de restos da cultura. - Evitar alta densidade de folhas. - Cultivares resistentes. - Mudas sadias. - Limpeza e desinfecção dos materiais de colheita. - Embalagens que não danifiquem os frutos.
Oídio.	- Folhas e frutos doentes.	- Eliminação semanal de restos da cultura. - Variedades resistentes. - Mudas sadias.
Podridões de raízes e colo.	- Restos de culturas com infecções. - Solo nativo. - Raízes de mudas doentes.	- Plantio em solos previamente cultivados com milho, aveia e sorgo. - Mudas sadias. - Arranquio, eliminação das raízes e destruição das plantas mortas. - Uso de <i>trichoderma</i> na cova de plantio. - Assegurar condições para o crescimento das raízes antes que o da parte aérea. - Irrigação controlada (temperatura).
Podridão Mole dos Frutos.	- Morangos doentes. -Embalagens ou ferramentas com restos de frutos contaminados.	- Cobertura permanente das plantas. - Eliminação semanal de frutos doentes, com ferimentos ou muito maduros. - Limpeza e desinfecção dos materiais de colheita. - Embalagens que não danifiquem os frutos. - Colheita na maturação recomendada e resfriamento rápido.

QUADRO 8: Principais Doenças do Morangueiro e as Alternativas de Controle ao Uso de Agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Antonioli (2007).

Além da identificação e medidas de controle Antonioli (2007), sugere as seguintes práticas para melhorar a eficiência produtiva e o manejo adequado da produção de morangos:

a) da adoção de medidas preventivas de controle, tendo em vista a necessidade de se evitar a

introdução de pragas, de modo especial através das mudas usadas no plantio, b) da identificação de espécies que possuem importância econômica na região, c) do estabelecimento de uma metodologia para o monitoramento das principais pragas, d) do emprego de medidas de controle curativas somente se forem observados níveis de infestação que causem prejuízo a cultura, buscando neste caso produtos de pouco impacto sobre os predadores naturais, e e) caso seja necessário o uso de agroquímicos, deve-se utilizar somente os registrados para a cultura, fazendo a rotação de cultura, respeitando o período de carência.

Observando os quadros e as sugestões da autora sobre o manejo desta cultura, percebe-se a relevância dos esforços dos pesquisadores em ajustar as práticas produtivas para melhorar a eficiência e a sanidade do produto, sendo que estas começam pela produção de mudas de qualidade, que são determinantes para a qualidade da fruta.

Ratificando a importância das mudas de qualidade, a Embrapa Clima Temperado investiu na definição de zoneamento agroclimático para a produção de mudas de morangueiro no Rio Grande do Sul. Para este mapeamento os fatores climáticos foram considerados importantes para a indicação de áreas propícias ao desenvolvimento de mudas com qualidade. Para definir o zoneamento, o acúmulo de horas de frio e a pluviosidade foram os principais fatores analisados.

Em relação às horas de frio foram observadas as regiões que detinham na série histórica o maior acúmulo de horas abaixo de 10°C no período de janeiro a abril, sendo consideradas aptas as regiões com soma igual a 100 horas. Em relação à pluviometria, foi verificada a incidência de chuvas no período de formação das mudas.

Neste zoneamento, segundo Wrege *et al.* (2007) foram definidas seis zonas de aptidão, sendo indicadas adequadas às zonas um a cinco e inadequada a zona seis. Mesmo sendo consideradas adequadas, as zonas um (municípios de São José dos Ausentes, Bom Jesus e Cambará do Sul), dois (Planalto Superior), e três (Planalto Médio), possuem maiores riscos de chuvas (30%) do que as zonas quatro (Serra do Sudeste) e cinco (Sul de Santana do Livramento). Porém as duas primeiras detêm melhores índices de temperatura, com mais de 100 horas de frio (abaixo de 10°C). A inaptidão agroclimática, da zona seis (Vale do Caí), em função de suas temperaturas superiores a 10°C e um índice pluviométrico considerável, representa para os produtores desta região maiores desafios para a produção de mudas de qualidade. Estas adversidades climáticas também levam a maiores custos em sistemas de prevenção fitossanitárias, além de uma maior utilização da força de trabalho, que mobiliza cerca de 26% do custo de produção (MADAIL, 2008).

Além destes desafios relacionados com as questões edafoclimáticas, segundo Moreti (2008), na pré-colheita deve ser observado o manejo correto com o solo e a água evitando tratamentos desnecessários e o desperdício da água na irrigação. Tais aspectos exponenciam o dispêndio da força de trabalho, sendo por isso ressaltado como um dos principais custos na produção. Já na colheita, diferentes cuidados devem ser tomados para se obter uma melhor qualidade do morango. Os cuidados na hora da colheita, segundo Antonioli (2007) deve ocorrer nas seguintes etapas:

- (i) Estágio de maturação: os morangos destinados ao consumo “*in natura*” devem ser colhidos quando já apresentarem 75% da sua superfície com coloração vermelha.
- (ii) Horário da colheita: como o morango é altamente perecível, este deve ser colhido nas primeiras horas da manhã e rapidamente retirado do campo.
- (iii) Colheita e acondicionamento: a fim de reduzir o manuseio, recomenda-se que os frutos quando colhidos sejam acondicionados diretamente nas embalagens definitivas.

Como pode ser verificado, diferentes desafios se impõem para o estabelecimento de um primeiro padrão de qualidade. E estes desafios também podem ser verificados nos elos a jusante da cadeia produtiva.

4.3.1.2 Os Desafios Relacionados com o Elo da Transformação

O morango pode receber dois tipos de destinos no pós-colheita, um processamento mínimo ou a transformação agroindustrial. Para o primeiro caso, Moreti (2008) destaca que o processamento mínimo consiste em operações que estão relacionadas com o processo de limpeza, embalagem e fatiamento. Esta operação agrega valor ao produto pelo apelo visual, principalmente para frutas mais homogêneas, e de coloração, sendo estas muito utilizadas como ornamentos em bebidas, tortas e doces. Já a operação de processamento pode ser feita em pequenas agroindústrias familiares gerando emprego e renda.

Para a transformação agroindustrial o morango *in natura* é utilizado como base para a fabricação de polpa congelada, geleias e caldas. No caso da polpa, esta pode ser considerada uma primeira transformação, pois é realizada visando a comercialização com outras indústrias processadoras, como as de bebidas, iogurtes, confeitarias, etc. Já as geleias e caldas são consideradas como uma segunda transformação, sendo estes produtos destinados diretamente ao varejo (AMARO, 2002).

Segundo a pesquisa de Amaro (2002) foi verificado que os principais desafios para as empresas de segunda transformação, na Região de Pelotas, estão relacionados com a questão tecnológica, com a gestão e a implementação de controles de qualidade.

Quanto à tecnologia, os empresários apontaram que os gargalos tecnológicos se relacionam com a obsolescência dos equipamentos do processo produtivo, principalmente na produção de polpa congelada. Na sua maioria, destacam que seriam necessários investimentos para a adequação e modernização das instalações industriais, mas que não possuem recursos para isto.

Quanto à questão da gestão, a autora aponta que mesmo que os empresários não apontem diretamente os problemas é premente: a discussão das estratégias para as empresas, e controles de longo prazo e investimentos em marketing. Em geral, as mudanças só ocorrem por demanda externa, em razão do firmamento de uma parceria ou aliança.

Além disso, a autora identificou que as empresas não implementaram um sistema de gestão da qualidade. Apenas estão restritas ao cumprimento das normas de higiene previstas por lei para o funcionamento do empreendimento. Também foi observado que não existe um contrato formal com os fornecedores de morango. As empresas fornecem para alguns parceiros escolhidos insumos, como mudas, adubos e assistência técnica, a fim de garantir o fornecimento da matéria-prima. Contudo, esta relação de fidelidade nem sempre é observada, prevalecendo as leis da oferta e da procura.

4.3.1.3 Os Desafios Relacionados com o Elo da Distribuição, Varejo e Atacado

Para a manutenção dos padrões de qualidade para o morango *in natura* torna-se necessária toda uma estrutura logística apurada que envolve embalagens adequadas, e a refrigeração do produto que envolve três momentos: a) antes do transporte, b) no seu ato, e c) pós-transporte, ou seja, das câmaras frias dos produtores para o baú do caminhão transportador, e deste para as câmaras frias e balcões refrigerados dos varejos e atacados.

As embalagens para o morango, em muitas regiões produtoras, são tradicionalmente feitas de cestas de madeira ou taquara. Contudo, segundo Moreti (2008), este sistema que é comum torna-se pouco higiênico, por ser de difícil desinfecção. Nos últimos anos, conforme Antonioli (2007), as embalagens comerciais são cumbucas de plástico (polietileno tereftalato) transparente ou bandejas de isopor expandido recobertos com filme de policloreto de vinila esticado. Nestas embalagens são acondicionados uma a duas fileiras de morangos. As bandejas são colocadas em caixas de papelão que comportam quatro ou seis bandejas. Em

suma, estas embalagens proporcionam um acondicionamento mais adequado para o morango, uma fruta que é frágil, evitando assim o esmagamento.

O morango é um produto sensível à temperatura, por isto é importante conservar a fruta em uma temperatura baixa, preferencialmente entre 0°C e 1°, com umidade relativa entre 90 e 95%, iniciando o resfriamento no máximo uma hora após a colheita, para iniciar toda a logística de distribuição sem a perda da qualidade do produto. A importância da refrigeração está relacionada com a manutenção das suas propriedades organolépticas e a redução do desenvolvimento de fungos, nos frutos acondicionados.

Por isso, Moreti (2008) recomenda que para uma logística adequada de distribuição não bastam os trabalhos de pós-colheita serem bem executados, se os caminhões que irão transportar a mercadoria não estiverem adequados para o transporte. Esta adequação passa principalmente pela refrigeração do baú, que deve manter as condições de temperatura durante o transporte, além de uma estrutura adequada que possibilite a circulação do ar de forma homogênea para toda a carga. Indispensável também é a limpeza do compartimento de cargas, bem como a observação da gestão da entrega, sendo sugerido que as cargas entregues primeiro devem ficar no fim do baú.

Quando a carga chega ao seu destino, é igualmente importante que os balcões de acondicionamento nos atacados e varejos sejam igualmente refrigerados. Tal manutenção da cadeia de frio pode ampliar a durabilidade da fruta, pois esta sem tratamento, pode apresentar perda total em 48 horas pós-colhido. Tomados os devidos cuidados, este período de perecibilidade é aumentando em sete dias, se respeitadas as condições ideais de baixa umidade e temperatura (MORETTI, 2008).

Portanto, embalagens adequadas e condicionamento de temperatura são importantes fatores a serem observados para a qualidade final do morango.

4.3.1.4 Os Desafios Relacionados com o Elo do Consumidor

O elo do consumidor dentro da abordagem de cadeia produtiva é o ponto focal de análise, pois este representa o contato efetivo entre o mercado e este que sustenta toda a cadeia de valor agregada à montante no produto. Assim, todos os esforços para a manutenção da qualidade como forma de agregar valor ao produto, se ratificam pelo reconhecimento do consumidor que é esboçado na efetivação da compra.

Neste sentido é importante para atender parte das necessidades dos consumidores, o investimento na divulgação de informações adequadas sobre o produto, através de campanhas

de marketing que exponenciem as propriedades nutricionais e funcionais do morango, bem como esclareçam aspectos importantes sobre as normas que regulam a produção, principalmente as ligadas com as questões sanitárias e o uso correto dos agroquímicos.

Outro ponto a ser trabalhado junto ao consumidor é a diferenciação da variedade da fruta que esta sendo comercializada. Como visto anteriormente, existem diferentes variedades (oso grande, ventana, camarosa, aromas, dover, caminho real, entre outras), contudo, comumente, estas não são identificadas nas embalagens.

A diferenciação por variedade seria importante, segundo Antunes e Reisser Júnior (2007), pois existem diferenças sensoriais perceptíveis relacionadas com tamanho, cor, sabor e aroma. Assim a desinformação acaba confundindo o consumidor que não entende como variam estas propriedades de fruta para a fruta, se a princípio todos os morangos são comercializados como iguais.

Atualmente, a diferenciação mais comum para a fruta está relacionada com o tipo do sistema produtivo: convencional ou orgânico. No caso dos orgânicos, em geral é colocado um selo distintivo de certificação nas embalagens que chegam ao consumidor. Porém, mesmo neste sistema não se tem feito um esforço para distinguir os variedades comercializados.

4.3.1.5 Os Desafios Relacionados com o Ambiente Externo, a Importância das Instituições e Organizações para o Desempenho da Cadeia Produtiva

A importância do ambiente organizacional e institucional para a cadeia do morango está relacionada com os agentes públicos e privados que prestam diferentes tipos de serviços visando a coordenação, regulamentação e manutenção da cadeia produtiva. Junto à cadeia produtiva do morango, no Rio Grande do Sul, se destacam como agentes organizacionais locais as EMATERs locais, as prefeituras municipais e os sindicatos dos trabalhadores rurais de alguns municípios.

Na figura das instituições, o trabalho técnico junto à cadeia é realizado pelas instituições de pesquisa e extensão. Nesta salienta-se o trabalho da EMBRAPA de Pelotas, mais especificamente do Centro de Pesquisas Agropecuárias de Clima Temperado-CPACT, que possui um grupo de pesquisadores que a mais de trinta anos vem pesquisando sobre espécies frutíferas com potencial econômico para a região de clima temperado.

O trabalho da EMBRAPA-CPACT está orientado para o desenvolvimento de pesquisas e projetos à geração de conhecimentos sobre o processo produtivo e inovações tecnológicas. As informações técnicas geradas buscam orientar os produtores quanto a novos cultivares, manejo, adubação, controles de saúde sanitária, e estudos das propriedades

nutricionais e funcionais do morango. Também vem fazendo um esforço de pesquisa para organizar e introduzir o sistema de Produção Integrada do Morango - PIMO, com o objetivo de adequar o cultivo do morango à produção integrada de frutas no Brasil. Além deste centro, a EMBRAPA de Bento Gonçalves, através do Centro Nacional Pesquisas Uva e Vinho – CNPUV, também está desenvolvendo projetos relacionados com a cadeia do morango, tendo sido lançado por este centro, em 2007, um programa de boas práticas na cultura do morangueiro³².

Na extensão tem-se também o importante trabalho da EMATER, através de seus escritórios municipais, que disponibiliza seus técnicos para acompanharem as atividades dos produtores e lhes prestam assessoria técnica. Este trabalho em geral é realizado em conjunto com as secretarias de agricultura dos municípios e sindicatos dos trabalhadores rurais. É também salientado o trabalho de instituições como SEBRAE e SENAR que buscam qualificar os produtores rurais para a melhor gestão das propriedades, bem como qualificar os mesmos para a formação de pequenas agroindústrias rurais. Contudo estas ações são pontuais e pouco efetivas, pois existe a carência de técnicos especializados na cultura em determinadas regiões, como na Serra Gaúcha.

Como se pode observar, existe um entorno organizacional e institucional que busca auxiliar para um bom desempenho da cadeia produtiva. Porém, o que se tem verificado, segundo Amaro (2002), é que as ações de estruturação para o funcionamento da cadeia necessitam de uma articulação conjunta, principalmente para a viabilização de políticas públicas. Outra dificuldade salientada pela autora, observando a situação da cadeia na região de Pelotas, é a falta de uma mediação de concordância em torno das normas de padronização do morango entre os produtores, os sindicatos e as indústrias processadoras. A autora salienta ainda a importância da formação de uma associação de produtores, iniciativa até então mal sucedida na região.

Salientados os desafios que se impõem à cadeia produtiva do morango, nos seus diferentes elos, são identificados diferentes entraves que influenciam na performance produtiva e competitiva da cadeia. Cabe destacar também, a existência de entraves estruturais originados nas assimetrias de articulação entre os elos. Por isso, se a qualidade que influencia na competitividade do produto está relacionada diretamente com a solução destes entraves, tanto isolados como sistêmicos, tornam-se premente ações relacionadas com a gestão da cadeia produtiva, a fim de realizar as mediações necessárias que extrapolam as questões

³² Este programa de qualidade: Bom Morango, Qualidade por Princípio será explicado no capítulo 6.

agrícolas que qualificam o fruto e se inter-relacionam com as questões ambientais, organizacionais e sociais da produção.

Enfim, observando o panorama de mercado e as suas tendências de competitividade foi construído um quadro síntese multiescalar sobre as questões abordadas.

Tendências, Desafios e Entraves Observados	
Movimentos Globais	A produção de morango no mundo está centrada nas Américas e na Europa, sendo que os Estados Unidos é responsável por 28% do total mundial, seguido da Espanha com 8,5%. No ranking dos 74 países elencados pela FAO, o Brasil ocupa apenas a 54 ^a . posição.
	O mercado de exportações e importações no ano de 2005/2006 movimentou 599.000 toneladas, sendo que os Estados Unidos consumiram em 2007 cerca de 795.000 toneladas de morangos frescos, China 452.000 toneladas, Japão 191.170 toneladas, Canadá 95.300 toneladas, e México 49.500 toneladas. Considerando os números globais deste mercado se observa que os Estados Unidos é um importante mobilizador do mercado internacional, a Espanha se apresenta como uma exportadora destacada e o Canadá como um mercado foco pela expressividade das importações.
	Como perspectivas e desafios para a escala global se observa que: a) existe uma tendência de crescimento para as exportações de morangos tanto no segmento do mercado <i>in natura</i> como no de congelados; é importante desenvolver novos mercados, saindo do tradicional corredor de exportações Américas e Europa, expandindo a comercialização para a Ásia e Oceania; b) Os tradicionais mercados europeus continuam receptivos para a importação de frutas frescas, contudo cada vez mais os consumidores tem observado as certificações como garantia de qualidade; c) existe um potencial mercado para morangos orgânicos frescos, que cresceram 40% em relação aos convencionais.
Movimentos Nacionais e Regionais	Observando os números atuais da produção dos tradicionais estados brasileiros produtores de morango se observa, em relação ao Censo Agropecuário de 1996, que todos aumentaram a sua produção absoluta, sendo que Minas Gerais continua liderando o ranking nacional e São Paulo assumiu a segunda colocação, que anteriormente era do Rio Grande do Sul.
	Em termos de comercialização, o mercado de morangos frescos é o principal destino da produção brasileira, sendo 90% do total destinado para este mercado.
	Segundo os dados da Pesquisa Orçamentos Familiares no Brasil – POF de 2003, Santa Catarina se destaca como consumidor, seguido do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.
	Observando os dados gerais das exportações e importações verificou-se que as exportações brasileiras de morango são pouco significativas em volume. Para as importações se observa, no segmento de morangos congelados, que estas são mais expressivas do que as de morango <i>in natura</i> ; contudo nos números totais estas também são pouco significantes.
	Quanto aos destinos e as origens das exportações e importações se observa que as exportações são mais diversificadas, pois são efetivadas para um maior número de países.
	Como perspectivas e desafios para a escala nacional se observa que: a) a produção brasileira tende a continuar crescendo; b) Santa Catarina se apresenta como um importante nicho de mercado a ser explorado; além de outros estados, como os do Nordeste c) é necessário desenvolver novos canais de comercialização, bem com investir nas certificações visando ampliar o volume das exportações, pois o morango fresco tem maior valor agregado frente ao congelado.
Movimentos Regionais (Rio Grande do Sul)	O Rio Grande do Sul como produtor de morango detém a terceira posição no ranking nacional, porém do censo de 1996 para os dados de 2006 diminuiu a sua expressividade na participação total de 25% para 16%.
	A força produtiva do Estado se concentra em três regiões: no Vale do Caí (Feliz, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, Linha Nova, Alto Feliz e São José do Hortêncio); na Serra Gaúcha (Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha e Bento Gonçalves); e na região de Pelotas no sul do estado (Pelotas, Turuçu, São Lourenço e Canguçu). Para as duas primeiras o cultivo tem foco para o consumo <i>in natura</i> enquanto que no Sul a predominância é para a produção agroindustrial.
	Comparando os dados de 1996 e 2006 se observa um aumento absoluto da produção de 17%, contudo a área destinada ao cultivo diminuiu em 25%. Em contrapartida a produtividade média aumentou de 5,8 ton./hectar para 30,22 ton./hectar.

Continua...

Movimentos Regionais e Locais	A produção vem se descentralizando na última década, pois os cinco maiores produtores reduziram a sua participação em 9%.
	Um novo pólo produtor vem se consolidando na Serra Gaúcha expandindo-se para o norte onde começa a figurar como produtores Flores da Cunha, Ipê e Vacaria. Em contrapartida o tradicional pólo de Pelotas está em declínio acelerado de produção.
	Em termos de produtividade por município, em 2006, Farroupilha, Bom Princípio e Flores da Cunha atingiram 40 ton./hectar em média. A pior média estadual ficou para Canguçu e Morro Redondo com apenas 10 ton./hectar.
	Quanto às exportações e importações, verifica-se que os produtores tem visado menos as exportações, principalmente nos últimos quatro anos. Para as importações o maior volume que se observa é para os morangos congelados.
	Em termos de destinos e origens das exportações e importações foi observado que as exportações de morango <i>in natura</i> são destinadas principalmente para Europa, sendo a França a principal importadora. Com relação as importações de morangos congelados, a principal origem é a Argentina.
	Em termos de mercados locais observou-se que 20% da produção gaúcha para o ano de 2006 foi comercializada na CEASA de Porto Alegre. Entre os produtores que acessam este mercado, se destaca o de Flores da Cunha que comercializaram 66% da produção total. Este mercado é afetado pela sazonalidade tendo como períodos de maiores preços março a junho. Neste período a Serra Gaúcha predomina absoluta no abastecimento, sendo que a situação se inverte no período da safra para agosto, setembro e outubro quando a produção do Vale do Caí torna-se predominante.
	Como perspectivas e desafios para a escala regional/local se observa que estes estão ligados intrinsecamente com os elos que conformam a cadeia do morango gaúcho, assim: a) para o elo da produção primária os desafios agrônômicos para a produção de qualidade passam pelo entendimento da dinâmica edafoclimática no qual está inserida a produção, desenvolvendo mudas de qualidade para obter ganhos de produtividade, e maior regularidade na produção. Isto terá efeitos sistêmicos na redução dos agroquímicos de controle, e em uma maior resistência às intempéries climáticas, ocasionado uma redução no custo da mão-de-obra. Dentro destas condições a Região da Serra Gaúcha e de Pelotas detêm melhor aptidão agroclimática obtendo vantagens sobre a produção do Vale do Caí; b) no elo da transformação se observou que os desafios estão relacionados com a questão tecnológica, de gestão e de qualidade. Quanto à tecnologia se destaca a obsolescência do processo produtivo. Para a gestão, não se observa um planejamento estratégico de longo prazo. Quanto à qualidade, não estão formalizados processos de gestão; c) quanto ao elo da distribuição, varejo e atacado, o acondicionamento se apresenta como principal desafio. Assim o desenvolvimento de embalagens adequadas e a preocupação com a manutenção da umidade (90 a 95%) e temperatura (0° a 1°C) implicam na qualidade do morango para este elo; d) no elo do consumidor se destacou a necessidade de gerenciamento das informações a serem repassadas para o consumidor. Entre estas seria interessante que fosse destacado nas embalagens o varietal comercializado e investido em campanhas de marketing para apresentar as qualidades nutricionais e funcionais do morango, bem como esclarecimentos sobre as normas de controle dos agroquímicos; e) para as questões externas à cadeia, observou-se que seria importante uma maior participação das instituições e organizações no gerenciamento e mediação das tensões estruturais da cadeia. Entre os desafios torna-se premente a formalização de um arranjo coletivo para a elaboração de políticas públicas, bem como para a organização dos produtores.

QUADRO 9 – Síntese do Panorama de Mercado e dos Indicadores de Competitividade em Diferentes Escalas para o Morango.

Fonte: Elaborado pela Autora.

O panorama sumarizado, em diferentes escalas, facilita a observação das oportunidades e gargalos para competitividade da cadeia do morango. O entendimento destas tendências auxilia na estruturação e organização de diferentes estratégias para a tomada de decisões, nas diferentes dimensões: agrícola, econômica, social e ecológica, para o âmbito da cadeia. Esta observância tende a possibilitar uma melhora na qualidade global do produto a fim de conquistar os consumidores, e por consequência promover a sustentabilidade da produção.

5 A CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MORANGO DO VALE DO CAÍ

Neste capítulo se apresenta uma contextualização da região do Vale do Caí³³, e especialmente dos municípios onde foi realizada a pesquisa empírica. O Vale do Caí compreende os municípios de Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

Como visto no capítulo 4, no Rio Grande do Sul, o Vale do Rio Caí, juntamente com a Serra Gaúcha, se destaca como produtor de morangos de mesa, especificamente nos municípios de Feliz, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, São José do Hortêncio, Linha Nova e Alto Feliz. Apesar da explicitação do recorte espacial para a pesquisa empírica, apresentado na metodologia, convém lembrar que esta foi realizada nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, respectivamente os três maiores produtores de morangos da região.

Na sequência serão apresentados de forma sucinta, alguns aspectos geográficos, históricos e indicadores sociais e econômicos.

5.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO VALE DO CAÍ

Em termos de unidades morfológicas, verifica-se que a região do Vale do Caí está inserida em sua maioria, na Bacia do Paraná. Suas rochas são resultado de um intenso vulcanismo fissural que cobriu os sedimentos, resultando nos planaltos e chapadas da Bacia do Paraná (ROSS, 1996). Esta, no Vale do Caí, é composta por altitudes de até 600 metros (município de Salvador do Sul e entorno), sendo este relevo escarpado. Suas bordas vão declinando, por um lado em direção a Bom Princípio e entorno, e por outro em direção a Montenegro e entorno, onde se encontra a planície sedimentar, pertencente à unidade morfológica da Depressão Periférica Sul-Riograndense.

Quanto à hidrografia, a região é drenada pela bacia do rio Caí, que banha 41 municípios, inclusive os 19 municípios da região do Vale do Caí, que em sua maioria se localizam nos cursos médio e inferior da bacia. Segundo dados da SEPLAN/IBGE (1986), nos

³³ Sempre que no texto houver referência à região do Vale do Caí, no quesito dados estatísticos, este refere-se ao COREDE Vale do Caí.

cursos médio e inferior do rio Caí, ocorrem depósitos aluvionares e lacustres, da era cenozóica, do período quaternário. O subsolo também é drenado pelo aquífero Guarani, sendo que este possui uma alta vulnerabilidade, de 35% para contaminação.

No Vale do Caí há a ocorrência do bioma Mata Atlântica que abrange 64% da região e o bioma Pampa que abrange 36%. Na porção de mata atlântica se encontra a área com maior potencial agrícola, por isso o uso sustentável dos recursos é indispensável. Do total da área da região, 37% ainda possui vegetação nativa, e não há áreas protegidas.

5.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E INDICADORES SOCIAIS DO VALE DO CAÍ

A colonização desta região por migrantes, teve início no século XIX, fazendo parte das chamadas “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul³⁴. Os imigrantes que vieram ao Vale do Caí eram majoritariamente alemães. As suas características étnicas foram deixando marcas no modo produtivo, na cultura e na identidade fortemente rural, ou seja, a conformação social, econômica e política do Vale do Caí foi diretamente influenciada pelas peculiaridades de sua ocupação, conjugada com as características físico-geográficas.

A população absoluta, segundo estimativas do IBGE (2007), é de 160.039 habitantes, numa área de 1.854 Km², com uma baixa densidade demográfica, de 86,3 hab/km².

A taxa de analfabetismo, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, é de 4,9%, o segundo mais baixo do Estado, superior somente à taxa do COREDE Serra. A expectativa de vida é de 75,1 anos. O coeficiente de mortalidade infantil é 12,3 por mil nascidos vivos (IBGE, 2007). A taxa média de crescimento populacional anual, entre 1991 e 2000, foi de 2,1%, quase o dobro da média do Estado. Os dados de imigração (IBGE, 2006), indicam que o Vale do Caí é uma região ganhadora, com população provinda das regiões gaúchas do Vale do Rio dos Sinos, Alto da Serra do Botucaraí, Metropolitano, Delta do Jacuí e Fronteira Oeste, e da região oeste de Santa Catarina. Montenegro se destaca como cidade que mais atrai imigrantes. O perfil típico destes é de grupos familiares com 5 a 8 anos de estudo.

Quanto aos demais indicadores infraestruturais, somente 1,4% dos domicílios não possuem banheiro. Por outro lado, as taxas de saneamento básico estão abaixo da média estadual, com abastecimento de água em 76,2% das residências, coleta de esgotos em 25,5%, e coleta de lixo em 95,8% (IBGE, 2006).

³⁴ A “Colônia Velha” se situa na Região Sudeste do Estado, formada pelas microrregiões do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari.

5.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DO VALE DO CAÍ

A produção agrícola e pecuária, desde seus primórdios, visava à subsistência dos agricultores e excedentes para comercialização, visto que a localização geográfica do Vale do Caí, facilitava o comércio tanto para Porto Alegre e região, quanto a Caxias do Sul e região. Segundo Assmann (2002), até o final do século XIX, o Vale do Caí foi o maior produtor de feijão do Brasil. No início do século XX, com a concorrência produtiva em outros Estados e a ferrugem, a produção nesta região diminuiu sensivelmente. Em substituição, segundo a autora, os produtores começaram a produzir alfafa, sendo que então o Vale do Caí se tornou o maior produtor e exportador de alfafa do Brasil. O então distrito de Feliz foi o local onde esta cultura mais se desenvolveu. A alfafa também foi importante no então distrito de Bom Princípio, sendo que este ao se emancipar, colocou em sua bandeira, o desenho de alfafa.

As atividades agrícolas e pecuárias são muito importantes para a economia de todos os municípios do Vale do Caí, exceto Montenegro e São Sebastião do Caí, que além da agricultura possuem parques industriais consideráveis. As atividades industriais vem apresentando crescimento desde 1990. Entre 1990 e 1996, enquanto o setor industrial no Rio Grande do Sul se retraiu em 0,1% ao ano, o Vale do Caí respondeu com um crescimento de 5% ao ano. Nos seis anos seguintes, o setor secundário alcançou, mais uma vez, taxas elevadas, crescendo à velocidade de 6,8% ao ano, contra 3,8% do restante do Estado. O destaque é o município de Montenegro, que apresentou um grande crescimento industrial. Seu PIB cresceu 77% entre 1990 e 2002 (SCP, 2006).

Parte dos elos de algumas cadeias produtivas do Vale do Caí, tem importante representatividade estadual como: os cerâmicos, com 22% dos produtos industriais do Estado no setor; plásticos da cadeia petroquímica, com 12% do Estado, e equipamentos de produção de alimentos e energia em alta tecnologia, com 0,4% (SCP, 2006).

Esta região é a segunda do Estado em termos de criação de empresas por 1000 habitantes: cerca de 10. Também é alto o número de registro de patentes em Montenegro. A atratividade empresarial também pode ser visualizada pelos investimentos do Fundopem: 4% dos recursos do Fundo, cerca de R\$ 140 milhões, foi direcionado a esta região, entre 1995 e 2004, o que comprova o alto dinamismo regional (SCP, 2006).

No panorama econômico do Vale do Caí, segundo dados do IBGE, a indústria é responsável por 53% do PIB, os serviços e comércio ocupam a segunda posição com 34%, e a agropecuária a terceira posição com 13%. Na região, em 2006, o PIBpm foi de R\$ 2.327.607,00, e o PIB per capita foi de R\$ 13.777,00, sendo que desde 1990, o PIB per capita

da região está 30% acima da média estadual. Apesar da região ter uma pequena participação no PIB estadual, menos de 2%, entre 1990 e 2003, seu PIB total cresceu mais de 4,2% ao ano, o que o classifica dentre os mais dinâmicos, já que essa taxa é 250% maior que a média do Estado. As exportações totais em 2008, foram de U\$ FOB 1.120.382.747,00.

Quanto ao setor primário, destaca-se na pecuária: a suinocultura, a avicultura e a produção de ovos. Já na produção agrícola os destaques são: os cítricos, que somam 58% da produção agrícola regional e têm apresentado ganhos de produtividade física (SCP, 2006), as flores, as mudas e o morango³⁵, culturas produtivas estas, bastante tradicionais na região. Nos últimos anos vem sendo introduzido o cultivo de outras frutas, como o figo, o pêssego, o caqui e o melão.

A produção de milho e mandioca, principalmente para a subsistência e trato dos animais, é bastante considerável. A produção de alfafa no município de Bom Princípio vem sendo retomada. A partir do início dos anos 90, está havendo uma diversificação produtiva nas propriedades, com destaque para a produção hortícola como: alface, brócolis, pepino, tomate, rabanete e beterraba, entre outros. Aproximadamente 60% da área do Vale do Caí tem bom potencial agrícola, especialmente ao norte.

Além disso, há o reflorestamento com acácia negra, o que resulta numa considerável produção de carvão vegetal, no município de Brochier. Várias cadeias produtivas do setor primário possuem representatividade estadual como: aves e suínos, com cerca de 7% dos efetivos e 30% do processamento; e frutas e conservas, com 14% da produção primária e 1% do processamento (SCP, 2006). Esta conformação econômica fortemente arraigada no rural dinamiza a economia e as sociedades locais.

Outro aspecto importante a ser salientado é a localização privilegiada do Vale do Caí, que se localiza entre a Região Metropolitana de Porto Alegre, da qual os municípios de Montenegro e Capela de Santana fazem parte, e o Aglomerado Urbano do Nordeste, na Serra Gaúcha. A maioria da população acha-se a menos de 10 km da rede rodoviária. Além disso, 100% do VAB agropecuário da região e 94% do VAB industrial encontram-se a menos de 60 minutos de terminais ferroviários, e 96% dos VAB industrial e agropecuário estão a menos de 60 minutos dos portos da Bacia Sudeste do Estado, bem como do Aeroporto Salgado Filho. A região possui a segunda maior densidade de malha rodoviária do Estado, com 0,107 km/km² (SCP, 2006).

³⁵ O IBGE não apresenta dados sobre a cultura do morango em seus resultados censitários.

Esta contextualização do Vale do Caí contribui para um melhor entendimento da história e das dinâmicas sociais, econômicas e políticas de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, municípios estes que são os maiores produtores de morango da região, e estão grifados em vermelho, no mapa a seguir. Além destes, os municípios de Alto Feliz, Linha Nova e São José do Hortêncio que também produzem morangos, mas em pouca escala, aparecem grifados em laranja.

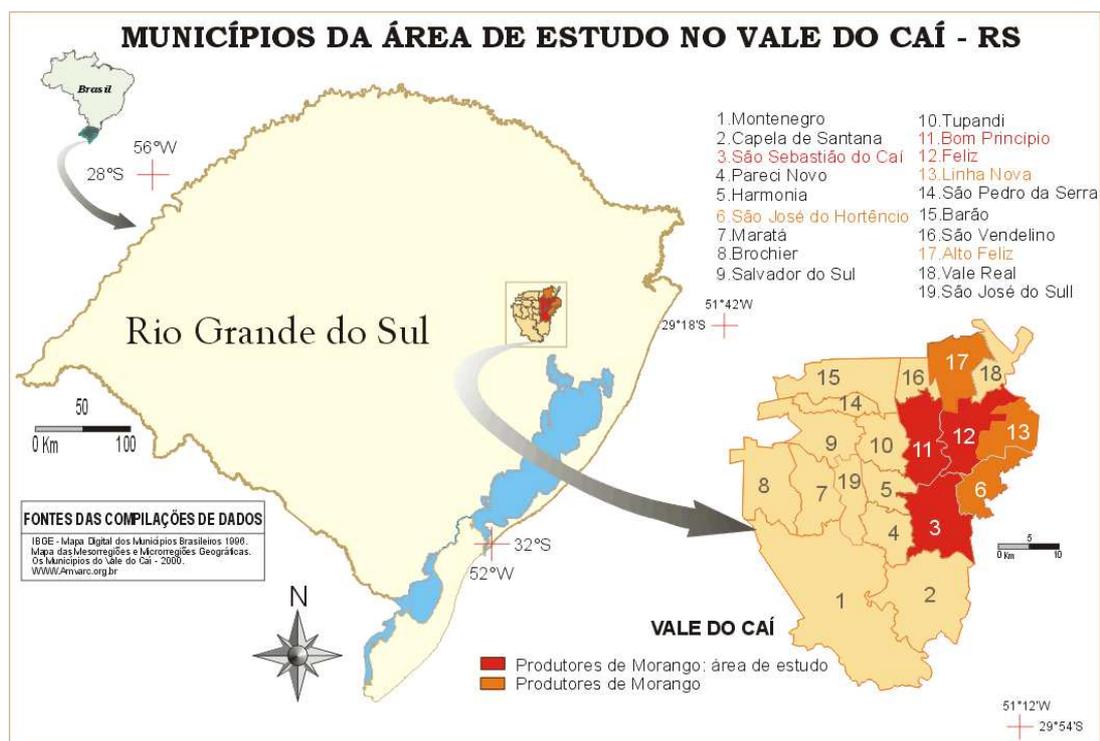


FIGURA 6 - Mapa dos Municípios Produtores de Morango no Vale do Caí – RS
 Fonte: Elaboração da autora.

Mas para um entendimento mais apurado destas dinâmicas, segue- uma explanação de cada um dos municípios pesquisados.

5.3.1 Município de Feliz

A história deste município teve início, segundo Assmann, (2002), quando Dr. Hillebrand, diretor da Colônia de São Leopoldo, para aumentar a colônia que gerenciava, ordenou a medição de terras devolutas situadas entre o arroio Forromeco e o rio Caí, em 1846, e as distribuiu a colonos alemães. Em 1853, Picada Feliz já era ocupada por aproximadamente 90 famílias como as Ruschel, Simon, Berwanger, Nedel, Flach, Rauber, Friedrichs, Klein, Welter e Scherer. Algumas destas famílias eram advindas de outras colônias, principalmente

de São José do Hortêncio, conforme registros do Padre Jesuíta Ambrósio Schupp, mas a maioria veio de Hunsrück, da Província Renana, do Palatinado e de Hessen-Darmstadt, na Alemanha (IBGE, 2007).

O nome Feliz, segundo Kozeritz Kalender (1902) apud Assmann (2002), decorre de um acontecimento histórico. Em 1850, uma comitiva sob o comando do engenheiro alemão Afonso Mabilde, auxiliado pelo Cacique Doble, buscou abrir um caminho que seria o traçado da Estrada Julio de Castilhos, que ligaria os Campos de Cima da Serra (campos de criação de gado de Vacaria, a mata dos Pinhais e o campo dos Bugres - atual Caxias do Sul) ao Vale dos Sinos e a Capital. Porém, ao atravessarem o rio das Antas de canoa, esta foi arrastada pela enchente, e o grupo de homens se viu obrigado a voltar em direção ao sul. Após vários dias errantes pelo mato, eles teriam encontrado a casa de um colono e saudado este encontro com a exclamação: Oh feliz! Em lembrança deste fato a nova picada recebeu o nome de Feliz.

Desde o início do processo colonizatório, a base econômica era a policultura de subsistência, com a comercialização dos excedentes. Inicialmente havia pouca comercialização de produtos, devido à dificuldade de acesso para escoamento. Após 30 anos, foi construída a estrada Julio de Castilhos que passava por Feliz, via Escadinhas. Logo, este vilarejo tornou-se itinerário da economia da região nordeste da época, o que causou grande desenvolvimento, devido a grande circulação de comerciantes e viajantes³⁶, o que culminou inclusive numa rede de hotéis. Em 1900 foi inaugurada a ponte de ferro, trazida da Bélgica, que servia para o transporte ferroviário. Com a construção posterior da RS-122, nos anos 70, que liga Porto Alegre a Caxias do Sul, via São Vendelino, Feliz foi deslocado da rota comercial, o que causou declínio em suas atividades (ASSMANN, 2002).

Em 17 de fevereiro de 1959, através da Lei Estadual n 3.726/59, Feliz foi emancipado de São Sebastião do Caí. Este município é composto pela sede municipal e as localidades de: Arroio Feliz, Bananal, Bom Fim, Coqueiral, Escadinhas, Linha Temerária, Morro das Batatas, Nova Caxias, Picada Cará, Roncador, São Roque, Linha da Sobra (Sobra da Bela Vista) e Vale do Lobo.

O município de Feliz possui atualmente uma área de 92,23 km², sendo sua localização a 29°45`S e 51°30`W (IBGE, 2000). O relevo é composto de planícies e morros, situando-se a

³⁶ Em 1875 teve início a colonização italiana no Estado. Estes passavam por Feliz para chegar à região de Caxias do Sul e entorno. Em 1878, segundo Assmann (2002) a família Ruschel forneceu as primeiras mudas do varietal de uva Isabela, que de Feliz foram espalhadas pelo restante do Brasil. Destas mudas surgiu o vinhedo que deu origem ao primeiro vinho de Feliz, o "Golden Drepfhen" ou Gotas de Ouro. Na época, ocorria em Feliz a maior produção de uva e vinho do Estado, com destaque para a produção das famílias Kaspary e Rockenbach. Em 1956 foram introduzidas as primeiras mudas de morango na região, levando à mudanças no modo produtivo dos agricultores familiares do município.

sede a 68 metros acima do nível do mar. Na área de planície encontra-se o Rio Caí, principal fonte hídrica do município. Em direção ao norte o relevo torna-se mais acidentado, com destaque para o Morro das Batatas e o Morro Seidel. Quanto à hidrografia há também vários afluentes do rio Caí: arroios Cará, Escadinhas, Feliz, Hermes, Lajes, Mata, Paradiso, Sepultura, Temerária e Três Mares, além do aquífero guarani, que é explorado através de poços artesianos (<http://www.comitecai.com.br>). O clima é subtropical, com variação de temperaturas entre 5°C e 39°C, com uma média de 20°C.

Segundo dados da contagem populacional do IBGE em 2007, a população absoluta do município era de 11.679 habitantes. Em 2007, o município contava com seis estabelecimentos de saúde, que dispunham de 33 leitos. Quanto à educação, neste mesmo ano, estiveram matriculados no ensino fundamental 1.585 alunos, para 115 docentes, e no ensino médio 496 alunos, para 34 docentes (IBGE, 2007).

Quanto aos aspectos econômicos, em 2007, o valor do fundo de participação dos municípios - FPM para Feliz foi de R\$3.864.277,29, e o valor do imposto territorial rural – ITR foi de R\$3.497,27. Já o valor adicionado, em 2006, no serviço foi de R\$ 78.655.000,00, na indústria foi de R\$ 34.373.000,00 e na agropecuária foi de R\$ 20.933.000,00. O PIB a preço de mercado corrente, em 2007, foi de R\$ 147.598.000,00 e o PIB per capita foi de R\$13.636,00 (IBGE, 2007).

No setor de serviços, em 2006, o município dispunha de 20 empresas de construção; 277 empresas de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 67 empresas de alojamento e alimentação; 66 empresas ligadas a transporte, armazenagem e comunicações; 10 empresas de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; e 41 empresas ligadas a atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (IBGE, 2007).

O setor industrial, em 2006, era composto por sete indústrias ligadas à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; 148 indústrias de transformação; e uma indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás e água (IBGE, 2007).

Já o setor primário, apesar gerar menor valor adicionado que os setores secundário e terciário, é muito importante para a economia do município, pois seu valor se estende à questão social e a manutenção de população no rural. Por isso, este setor da economia composto por 761 estabelecimentos agropecuários, numa área de 4.990 hectares, será apresentado com mais detalhes no quadro a seguir³⁷.

³⁷ As tabelas geradas com os dados sobre pecuária, lavoura permanente, lavoura temporária e produtos de silvicultura têm como fonte comum os dados coletados pelo IBGE, para a Produção da Pecuária Municipal 2007,

PECUÁRIA 2007			
Bovinos		3.477 cabeças	
Vacas Ordenhadas		1.125 cabeças	
Suínos		2.300 cabeças	
Galos, frangas, frangos e pintos		499.108 cabeças	
Galinhas		221.182 cabeças	
Coelhos		157 cabeças	
Leite de Vaca		1.462 mil litros	
Ovos de Galinha		812 mil dúzias	
Mel de Abelha		4.472 kg	
LAVOURA PERMANENTE 2007		LAVOURA TEMPORÁRIA 2007	
Abacate	47 toneladas	Alho	8 toneladas
Banana	31 toneladas	Amendoim	4 toneladas
Caqui	16 toneladas	Arroz (em casca)	10 toneladas
Figo	420 toneladas	Batata-doce	392 toneladas
Goiaba	65 toneladas	Batata inglesa	37 toneladas
Laranja	561 toneladas	Cana-de-Açúcar	1.200 toneladas
Limão	21 toneladas	Cebola	40 toneladas
Mamão	23 toneladas	Feijão (em grãos)	21 toneladas
Pêra	8 toneladas	Mandioca	1.920 toneladas
Pêssego	180 toneladas	Melancia	15 toneladas
Tangerina	270 toneladas	Melão	70 toneladas
Uva	150 toneladas	Milho (em grão)	798 toneladas
		Soja	1 tonelada
		Tomate	240 toneladas
PRODUTOS DE SILVICULTURA			
Produtos silvicultura/lenha		12.825 metros cúbicos	
Produtos silvicultura/madeira em tora para outras finalidades		312 metros cúbicos	

QUADRO 10: Produção Agropecuária e Silvícola de Feliz.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados disponíveis em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acessado em: 30 de março de 2009.

Observando o quadro verifica-se que na pecuária a criação de aves de corte predomina como atividade mais importante. Em relação às lavouras permanentes destacam-se a produção de figo e laranja. Nas lavouras temporárias predominam as culturas da mandioca, cana-de-açúcar e o milho. A silvicultura tem expressividade no município.

Além de toda conjuntura economicossocial apresentada, é relevante destacar, que há três acontecimentos que vêm marcando a história de Feliz e que são considerados símbolos deste município, tanto para seus munícipes, quanto para as outras pessoas que conhecem Feliz. Em primeiro lugar, o Festival Nacional do Chopp, que ocorre desde 1968, e é um dos maiores do país. Em segundo lugar a Festa do Morango, Amora e Chantilly, que ocorre desde 1991³⁸. A terceira característica não se refere às festas, mas sim, ao fato de Feliz em 1998, ter sido apontado, no ranking das Nações Unidas, como o município brasileiro com melhor IDH,

Produção de Lavoura Permanente Municipal 2007, Produção de Lavoura Temporária Municipal 2007, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2007.

³⁸ Esta festa será melhor explanada no capítulo 6.

sendo que foi 1995 o ano de base para o cálculo deste IDH, o que levou o município a ser conhecido na época como a “Cidade de melhor qualidade de vida do Brasil”³⁹.

5.3.2 Município de Bom Princípio

Nas terras de Luiza Theodora Feijó, foi iniciada a ocupação deste município, em meados de 1814, recebendo o nome de Serraria. Campos Netto (1924) em seu livro chamado Montenegro, aponta o ano de 1840 como o início da colonização alemã nesta localidade, quando João Guilherme Winter adquiriu uma grande extensão de terras no Forromeco, à margem direita do Rio Caí, onde hoje seria Bom Princípio. Em 1847, Phillip Jacob Selbach comprou terras vizinhas às de Winter e, em 1853, estava instalado o Passo Selbach. Os demais imigrantes alemães teriam vindo do Vale do Reno e Lorena. No início da colonização em 1840, esta colônia era chamada de “Wintersohnschneiss”, ou seja, Picada de Winter Filho. Mas em 1844 o nome foi transformado para “Winterschneiss”. Apesar de popular, esta denominação em alemão não consta em nenhum documento oficial. O nome oficial, Bom Princípio, teria sido escolhido em 1853, por sugestão de Phillip Jacob Selbach (<http://www.bomprincipio-rs.com.br/>).

Uma característica interessante, no processo colonizatório de Bom Princípio, foi a vinda de alemães não agricultores, que eram profissionais liberais, o que dinamizou a colônia na época. Além disso, a hidrografia da colônia facilitava o escoamento da produção agrícola e pecuária, bem como a locomoção das pessoas. Este tipo de transporte, no início do século XX, era feito por uma balsa, na localidade de Passo Selbach. Também neste período, surgiu nesta colônia uma das primeiras olarias do sul do Brasil (<http://www.bomprincipio-rs.com.br/>).

Bom Princípio se emancipou de São Sebastião do Caí, em 1982. Este município é composto pela sede municipal e as localidades de: Jardim do Vale, Recanto Verde, Bela Vista, Paraíso/ Caí Velho, Arroio das Pedras, Passo Selbach/ Passo Salseiro, Canto do Rio/ Morro São Pedro, Vale das Flores, Santa Lúcia/ Mambuí, Bom Fim Alto, Bom Fim Baixo, Santa Teresinha, Linha Tamandaré, Nova Colúmbia, Piedade e Morro Bambu.

O município de Bom Princípio atualmente possui uma área de 88,24 km², sendo sua localização a 29°48`S e 51°35`W (IBGE, 2000). O relevo é composto por 55% de área montanhosa, 30% de área plana e 15% de área ondulada, estando a sede a 37 metros acima do nível do mar. Esta área de planície é banhada numa extensão de 12 km pelo Rio Caí, principal

³⁹ Em 2002 o município de Feliz figurou entre os dez municípios brasileiros com menores índices de analfabetismo.

fonte hídrica do município. Este possui como afluentes o arroio Paradiso ou Paraíso, arroio Salvador e o arroio Forromeco. Este último, tem como afluentes os arroios Mauá, Colúmbia e São Floriano. No subsolo encontra-se o aquífero guarani, que é explorado através de poços artesianos (<http://www.comitecai.com.br>). O clima é temperado - subtropical, com variação de temperaturas entre 3°C e 40°C, com uma média de 22°C.

Segundo dados da contagem populacional do IBGE em 2007, a população absoluta do município era de 10.910 habitantes. Desta população 73,10% é nativa, tendo residido sempre neste município. Em 2007, o município contava com cinco estabelecimentos de saúde, que dispunham de 44 leitos. Quanto à educação, neste mesmo ano, estiveram matriculados no ensino fundamental 1.535 alunos, para 99 docentes, e no ensino médio 449 alunos, para 16 docentes (IBGE, 2007).

Quanto aos aspectos econômicos, em 2007, o valor do fundo de participação dos municípios - FPM para Bom Princípio, foi de R\$3.727.545,63, e o valor do imposto territorial rural – ITR foi de R\$2.743,78. Já o valor adicionado, em 2006, no serviço foi de R\$ 67.507.000,00, na indústria foi de R\$49.752.000,00 e na agropecuária foi de R\$ 23.122.000,00. O PIB a preço de mercado corrente, em 2007, foi de R\$ 156.885.000,00 e o PIB per capita foi de R\$14.277,00 (IBGE, 2007).

No setor de serviços, em 2006, o município dispunha de 14 empresas de construção; 276 empresas de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 50 empresas de alojamento e alimentação; 43 empresas ligadas a transporte, armazenagem e comunicações; oito empresas de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; e 39 empresas ligadas a atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (IBGE, 2007).

O setor industrial, em 2006, era composto por seis indústrias ligadas a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; duas indústrias extrativas; e 212 indústrias de transformação (IBGE, 2007), com destaque para o setor oleiro, cerâmico e moveleiro.

Apesar de gerar menor valor adicionado, que os setores secundário e terciário, o setor primário é muito importante para a sociedade e a economia de Bom Princípio, sendo que este caracteriza em grande parte a identidade da população local, que está fortemente atrelada ao morango. Por isso, este setor da economia composto por 795 estabelecimentos agropecuários, numa área de 24.608 hectares será apresentado com mais detalhes no quadro abaixo.

PECUÁRIA -2007			
Bovinos		34.220 cabeças	
Vacas Ordenhadas		1.935 cabeças	
Suínos		4.876 cabeças	
Galos, frangas, frangos e pintos		316.741 cabeças	
Galinhas		45.553 cabeças	
Coelhos		398 cabeças	
Leite de Vaca		4.137 mil litros	
Ovos de Galinha		546 mil dúzias	
Mel de Abelha		33.840 kg	
LAVOURA PERMANENTE 2007		LAVOURA TEMPORÁRIA 2007	
Abacate	45 toneladas	Alho	20 toneladas
Banana	36 toneladas	Amendoim	10 toneladas
Caqui	36 toneladas	Arroz (em casca)	-
Figo	144 toneladas	Batata-doce	2.100 toneladas
Goiaba	65 toneladas	Batata inglesa	330 toneladas
Laranja	6.000 toneladas	Cana-de-Açúcar	6.800 toneladas
Limão	924 toneladas	Cebola	90 toneladas
Mamão	100 toneladas	Feijão (em grãos)	204 toneladas
Pêra	16 toneladas	Mandioca	6.000 toneladas
Pêssego	75 toneladas	Melancia	75 toneladas
Tangerina	2.160 toneladas	Melão	700 toneladas
Uva	162 toneladas	Milho (em grão)	5.376 toneladas
		Soja	-
		Tomate	1.100 toneladas
PRODUTOS DE SILVICULTURA			
Produtos silvicultura/lenha		7.448 metros cúbicos	
Produtos silvicultura/madeira em tora para outras finalidades		415 metros cúbicos	

QUADRO 11: Produção Agropecuária e Silvícola de Bom Princípio.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados disponíveis em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acessado em: 30 de março de 2009.

Observando o QUADRO 11 verifica-se que na pecuária a criação de aves de corte e o rebanho de bovinos destacam-se como atividades importantes. Em relação à lavoura permanente a produção de laranja, tangerina e limão predominam como cultura, enquanto que entre as temporárias destaca-se: mandioca, cana-de-açúcar, milho e bata-doce. A silvicultura, neste município também é expressiva.

Já a produção de morangos em Bom Princípio, é um marco identitário que extrapola a esfera produtiva. Após três anos de emancipação política, foi criada em 1985 a Festa Nacional do Moranguinho⁴⁰, que ocorre de dois em dois anos. O morango tornou-se o símbolo, como logotipo e/ou logomarca de lojas e placas com nome de ruas, entre outros.

⁴⁰ Esta festa será explicada no capítulo 6.

5.3.3 Município de São Sebastião do Caí

O local onde hoje se localiza o atual município de São Sebastião do Caí, foi colonizado pelo sesmeiro Bernardo Mateus, que adquiriu terras na margem esquerda do rio, passando o lugar a ser conhecido por “Porto dos Mateus”. Também no lado esquerdo do rio, foi construída uma chácara, em 1806, por Manoel dos Santos Borges e sua esposa Leonor Perpétua. Após, chegou a família de José Elias Vieira que passou a residir onde hoje fica o bairro Vila Rica. Em meados de 1808, chegou a família de José Antônio Guimarães. Pela importância dessa família, o povoado passou a chamar-se “Porto dos Guimarães”. Já na antiga sesmaria do Azevedo, foi criada em 1827, a colônia de São José do Hortêncio, que abrigou imigrantes alemães vindos ao Estado três anos antes. (<http://www.ssc.ai.com.br>).

Mas devido à sugestão do Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeiras, de ser São Sebastião o padroeiro, este também passou a ser o nome da localidade, confirmado através da Lei Provincial nº 870 de 15 de abril de 1873, quando foi criada a 87ª freguesia da província: São Sebastião do Caí. O vocativo “do Caí” foi utilizado para evitar confusões com outros lugares do Brasil que também tinham nome de São Sebastião (<http://www.ssc.ai.com.br>).

Com a lei orgânica de nº 995, de 1º de maio de 1875, foi criado o Município de São Sebastião do Caí, na época composto por nove distritos⁴¹. Em 1888, foi construído o porto de São Sebastião do Caí. De 1895 a 1906 foi construída a primeira barragem brasileira: a Rio Branco, com 18 km, que foi reconstruída na década de 1930, o que tornou o Rio Caí navegável nos seus 132 km até a capital. Em função desta infraestrutura portuária, a maior parte da produção da área de colonização italiana da Serra Gaúcha e da colonização alemã do Vale do Caí era escoada em carretas ou lombo de burro até o porto da cidade, para então ser conduzida de barco a Porto Alegre. Mas a posterior construção da ferrovia que ligava Porto Alegre a Caxias do Sul, e de estradas entre esses dois polos, tirou de cena o porto deste município.

Atualmente este município é composto pela sede municipal e as localidades de: Campestre de Santa Terezinha, Chapadão, Conceição, Lageadinho, Monjolo, Rio Branco, São Martin, Vigia, e Várzea do Rio Branco.

⁴¹ 1º distrito - sede (atual município de São Sebastião do Caí e Bom Princípio), 2º distrito - São José do Hortêncio, emancipado em 1987, 3º distrito - Nova Petrópolis, - emancipado em 1958, 4º distrito - Capela de Santana, emancipado em 1987, 5º distrito - Feliz, emancipado em 1959, 6º distrito - Santa Rita, anexado a Canoas em 1939, 7º distrito - Santa Lúcia, anexado a Caxias do Sul, 8º distrito - Portão, emancipado em 1963, e o 9º Distrito - Nova Palmira, dividido e anexado a Caxias do Sul e Feliz.

O município de São Sebastião do Caí atualmente possui uma área de 111,45 km², sendo sua localização a 29°58'S e 51°37'W (IBGE, 2000). A sede municipal situa-se a 17 metros acima do nível do mar. O relevo é composto de rochas basálticas da formação Serra Geral, com destaque para as planícies e os morros do Martin e do Vigia. A hidrografia é formada pelo rio Caí e seus afluentes: arroio Cadeia, arroio Coitinho e arroio Paradiso (<http://www.comitecai.com.br>). O clima é mesotérmico do tipo temperado úmido, sendo que no verão a temperatura varia entre 25°C e 35°C e no inverno oscila entre 12°C e 25°C.

Segundo dados da contagem populacional do IBGE em 2007, a população absoluta do município era de 20.359 habitantes. Em 2007, o município contava com 6 estabelecimentos de saúde, que dispunham de 82 leitos. Quanto à educação, neste mesmo ano, estiveram matriculados no ensino fundamental 3.766 alunos, para 221 docentes, e no ensino médio 973 alunos, para 47 docentes (IBGE, 2007).

Quanto aos aspectos econômicos, em 2007, o valor do fundo de participação dos municípios - FPM para São Sebastião do Caí, foi de R\$5.595.230,82, e o valor do imposto territorial rural – ITR foi de R\$9.254,34. Já o valor adicionado, em 2006, no serviço foi de R\$152.263.000,00, na indústria foi de R\$80.675.000,00 e na agropecuária foi de R\$ 34.653.000,00. O PIB a preço de mercado corrente, em 2007, foi de R\$298.168.000,00 e o PIB per capita foi de R\$13.435,00 (IBGE, 2007).

No setor de serviços, em 2006, o município dispunha de 20 empresas de construção; 702 empresas de comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 86 empresas de alojamento e alimentação; 106 empresas ligadas a transporte, armazenagem e comunicações; 18 empresas de intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; e 97 empresas ligadas a atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (IBGE, 2007).

O setor industrial, em 2006, era composto por cinco indústrias ligadas a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; sete indústrias extrativas; uma indústria ligada à produção e distribuição de eletricidade, gás e água e 202 indústrias de transformação (IBGE, 2007).

Pelos dados apresentados, percebe-se que os setores secundário e terciário geram maior valor adicionado. Mas o setor primário de São Sebastião do Caí, também é importante para a sociedade e a economia, sendo composto por 634 estabelecimentos agropecuários, numa área de 4.555 hectares.

PECUÁRIA -2007			
Bovinos		4.822 cabeças	
Vacas Ordenhadas		1.557 cabeças	
Suínos		5.842 cabeças	
Galos, frangas, frangos e pintos		47.402 cabeças	
Galinhas		29.623 cabeças	
Coelhos		129 cabeças	
Leite de Vaca		2.273 mil litros	
Ovos de Galinha		479 mil dúzias	
Mel de Abelha		17.510 kg	
LAVOURA PERMANENTE 2007		LAVOURA TEMPORÁRIA 2007	
Abacate	30 toneladas	Alho	12 toneladas
Banana	14 toneladas	Amendoim	4 toneladas
Caqui	120 toneladas	Arroz (em casca)	-
Figo	90 toneladas	Batata-doce	130 toneladas
Goiaba	60 toneladas	Batata inglesa	14 toneladas
Laranja	29.700 toneladas	Cana-de-Açúcar	350 toneladas
Limão	3.000 toneladas	Cebola	150 toneladas
Mamão	25 toneladas	Feijão (em grãos)	16 toneladas
Pêra	-	Mandioca	4.000 toneladas
Pêssego	120 toneladas	Melancia	750 toneladas
Tangerina	10.800 toneladas	Melão	400 toneladas
Uva	140 toneladas	Milho (em grão)	1.344 toneladas
		Soja	-
		Tomate	140 toneladas
PRODUTOS DE SILVICULTURA			
Produtos silvicultura/lenha		22.594 metros cúbicos	
Produtos silvicultura/madeira em tora para outras finalidades		355 metros cúbicos	
Produtos silvicultura/carvão vegetal		199 toneladas	

QUADRO 12: Produção Agropecuária e Silvícola de São Sebastião do Caí.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados disponíveis em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acessado em: 30 de março de 2009.

Como se pode avaliar no QUADRO 12, a criação de aves de corte destaca-se como atividade importante. Em relação à lavoura permanente a produção de laranjas e tangerinas é expressiva em toneladas, enquanto que entre as temporárias, a mandioca e o milho têm destaque. Como nos municípios de Feliz e Bom Princípio, a silvicultura também é expressiva. Em termos de curiosidade, cabe destacar sobre a produção temporária que o município de São Sebastião do Caí é conhecido como a “Terra da Bergamota”, apesar do volume produtivo deste, ter decrescido nos últimos anos. A produção de mudas, também é significativa. Sobre a produção de morango, esta já foi mais abundante. Em termos estatísticos era bem maior no início dos anos 80, quando o distrito de Bom Princípio ainda pertencia a São Sebastião do Caí. Com a emancipação do distrito, houve uma queda brusca em números absolutos.

Observando os dados conjuntos para os três municípios, verifica-se para a relação entre a área e número de estabelecimentos que Bom Princípio tem o maior número de

estabelecimentos com a maior média em hectares, 30,95 hectares, contra 7,08 hectares de São Sebastião do Caí e 6,55 hectares de Feliz. O interessante nestes números é que Bom Princípio tem a menor área territorial do trio analisado, cerca de 23 km² a menos que São Sebastião do Caí. Contudo São Sebastião do Caí tem o maior PIB agropecuário. Em termos de pecuária, a criação de aves de corte e poedeiras se destacam nos três municípios. Tal atividade é impulsionada por agroindústrias instaladas na região, como a Doux-Frangosul, de Montenegro. Cabe também destacar, mesmo que os números não sejam expressivos, a importância da pecuária de leite, atividade importante em regiões de agricultura familiar de pequenas propriedades, como no caso do Vale do Caí. Tal atividade tem destaque pela manutenção de uma entrada de renda constante nas propriedades. Quanto às culturas permanentes, como já apontado, a produção de citrus é a mais expoente, enquanto que para as temporárias o trio cana-de-açúcar, mandioca e milho tem boa produção nos municípios. Cabe lembrar que este trio é base para a produção de complemento de alimentação animal. A silvicultura também se destaca nos municípios, em geral, predominando como cultura a acácia-negra utilizada na cadeia produtiva do carvão vegetal e para a extração de tanino, por empresas especializadas. Em termos gerais se observa a diversidade da produção agropecuária sendo esta refletida pelos números da produção.

5.4 MUNICÍPIOS PRODUTORES DE MORANGO NO VALE DO CAÍ

Nos quadros referentes as atividade agrícolas e pecuárias dos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, chama a atenção o fato da produção de morango não estar listada. Cabe ressaltar, que isto ocorre, porque o IBGE não possui dados disponíveis sobre esta cultura produtiva. Por isso torna-se necessário o uso de outras fontes, como o trabalho de campo, dados secundários apresentados pela EMATER e Ceasa de Porto Alegre. Em 2006, segundo dados da EMATER, a produção de morango no município de Feliz foi de 1.800.000 kg, em Bom Princípio de 1.240.000 kg, e em São Sebastião do Caí, 450.000 kg. Como o morango normalmente é vendido em bandeijinhas de 250 a 270 gramas, podendo em alguns casos chegar a 400gramas no máximo, este volume produtivo é bastante expressivo em relação à pequena área cultivada com esta fruta, gerando um valor econômico considerável, além de ocupar grande quantidade de mão-de-obra.

No município de Feliz, a produção de morangos ocorre principalmente nas localidades de Vale do Lobo, Escadinhas, Roncador e Linha da Sobra. No município de Bom Princípio esta ocorre em todas as localidades. Já em São Sebastião do Caí, a produção desta fruta é

predominante na localidade de Vigia, e em pequena escala em Chapadão. Há uma área contínua de produção na várzea do Rio Caí, que abrange as quatro localidades produtoras de morango de Feliz, a localidade de Bela Vista e Paraíso, de Bom Princípio e a localidade de Vigia, em São Sebastião do Caí. Na verdade, esta área descrita é o ponto limítrofe entre os três municípios.

Como já visto anteriormente, a região do Vale do Caí, até meados da década de 60, tinha como base produtiva e de comercialização as culturas do milho, alfafa, suínos e leite. Mas, já no final da década de 50, a cultura do morango começou a ser introduzida em escala experimental, passando posteriormente à escala comercial.

E desde então o morango vem fazendo parte do cotidiano e das relações econômicas e sociais, nos municípios produtores. Apesar do módulo rural na região ser de 18 hectares, o tamanho médio das propriedades agrícolas no Vale do Caí é de aproximadamente 11 hectares. Na maioria destas propriedades, a produção de morango é feita em pequenas áreas de terra, de aproximadamente 2.500m², ou seja, 0,25 hectares, sendo que nesta dimensão de área são plantados de 10.000 a 12.000 morangueiros, com intensivo uso de mão-de-obra. Esta conjuntura foi propícia para a realidade do Vale do Caí, onde as propriedades agrícolas são pequenas e a mão-de-obra é familiar.

Quanto aos principais cultivares comerciais produzidas no Vale do Caí, Antonioli (2007) assinala cinco: aromas, caminho real, diamante, oso grande e o ventana, sendo estes de períodos diferenciados de produção, como se pode observar na figura a seguir.

Cultivar	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Aromas	Fraca	Fraca	Fraca	Fraca	Fraca	Média	Média	Média	Forte	Forte	Forte	Forte
C. Real	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Fraca	Fraca	Fraca	Fraca	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção
Diamante	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Fraca	Fraca	Fraca	Fraca	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção
Oso Gr.	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Fraca	Fraca	Fraca	Fraca	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção
Ventana	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Sem Produção	Fraca	Fraca	Média	Média	Forte	Forte	Forte	Forte

Sem Produção
 Fraca
 Média
 Forte

FIGURA 7: Cultivares e Produção de Morangueiro na Região do Vale do Caí, RS.

Fonte: Antonioli (2007).

Como pode ser verificar na FIGURA 7, todos os cultivares têm o “pico” de produção nos meses de setembro e outubro, nos demais sofrem sazonalidade. Mas, contrário à regra, encontra-se o cultivar aromas, que pode ser produzido ao longo dos 12 meses do ano. Tais peculiaridades influenciam na competitividade do Vale Caí como pôde ser verificado no capítulo 4 do panorama. Cabe destacar que há outros cultivares importantes no Vale do Caí, como o verão, o camarosa e o sweet charlie.

Mesmo sendo relevantes as informações, estas carecem de serem complementadas por dados que possibilitem ampliar a base para uma análise sobre a trajetória e a importância que a cultura do morango vem adquirindo nos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, ao longo das últimas quatro décadas. Para dar sentido a esta análise e aprofundar os pontos ressaltados ao longo dos capítulos 4 e 5, que abrangem a produção de morango da escala mundial à escala regional do Vale do Caí, é instigada a discussão deste contexto através da abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados, conjugada com a abordagem do Território. Tal conjugação proposta irá subsidiar a aquisição das informações, bem como as análises derivadas do trabalho de campo.

Assim, para captar a experiência e a visão de diferentes atores sociais, sobre a produção de morangos, nos três municípios, foram aplicados roteiros de entrevistas com o intuito de adquirir dados empíricos, tendo como guia metodológico, as quatro dimensões do SIAL: a) histórica, b) institucional, c) técnica, e d) alimentícia, utilizadas pelo CIRAD nos trabalhos de campo na América Latina (Muchnik, 2006). Tendo por base as informações adquiridas e apresentadas, estas serão analisadas a partir do quadrilátero de objetos de investigação, (Muchnik, 2008), que são: (A) coordenação dos atores, (B) qualificação dos produtos, (C) dinâmica dos saberes e formação das competências, e (D) gestão dos recursos.

Antes de partirmos propriamente para as análises, cabe fazer uma consideração que irá explicar o motivo de apresentarmos os resultados individualizados para a produção convencional e a produção orgânica de morangos. Antes mesmo de terminarmos a etapa de campo, em posse das informações apuradas pelas quatro dimensões, já se esboçava no conjunto destas, interessantes diferenças entre o sistema produtivo convencional e o orgânico. Cada qual apresenta especificidades que elencam de forma diferenciada vários elementos da cadeia produtiva, bem como simetrias e assimetrias de poder envolvendo diferenciadamente atores sociais, econômicos e institucionais presentes, desde o processo produtivo, até a comercialização. Portanto, constatou-se que no território construído em torno da cultura do morango no Vale do Caí se configuravam não um, mas dois sistemas agroalimentares localizados com trajetórias por vezes independentes e por outras congruentes. Assim houve a opção pela apresentação dos resultados e realização das análises em dois capítulos distintos. Desta forma no capítulo 6 se apresenta e analisa o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional, e no capítulo 7, o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico.

Finalizando o presente capítulo sobre a caracterização do território do morango no Vale do Caí apresenta-se a seguir um quadro síntese com os principais pontos tratados.

Características Locacionais e Físico-Geográficas			
Vale do Caí- Geral	<p>O Vale do Caí é composto por 19 municípios, sendo que dentre estes se destacam como produtores de morango de mesa Feliz, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, São José do Hortêncio, Linha Nova e Alto Feliz. Em termos geomorfológicos os relevos são escarpados com parte inclusas de planície sedimentar (Depressão Periférica Sul-Riograndense). As alturas máximas são de 600 metros tendo como bioma predominante a Mata Atlântica que abrange 64%. Quanto á hidrografia, a região é drenada pela bacia do rio Caí.</p>		
	Aspectos Históricos e Indicadores Sociais		
	<p>Imigração com início no século XIX, majoritariamente de alemães. A população absoluta em 2007 era de 160.039 habitantes, numa área de 1.854 Km², com uma baixa densidade demográfica, de 86,3 hab/km². Região atrativa de população. Baixa taxa de analfabetismo. Quanto aos demais indicadores infra-estruturais: 1,4% dos domicílios não possuem banheiro, o abastecimento de água ocorre em 76,2% das residências, a coleta de esgotos existe em 25,5% dos municípios, e coleta de lixo ocorre em 95,8% dos municípios.</p>		
	Aspectos Econômicos		
<p>Mesmo com pouca expressividade no PIB as atividades agrícolas e pecuárias são muito importantes para a economia dos municípios do Vale do Caí. Montenegro e São Sebastião do Caí conjugam estas com as atividades industriais que no Vale, apresentaram nos últimos anos um crescimento de 6,8% ao ano. Outros pólos: cerâmicos, plásticos da cadeia petroquímica, equipamentos de produção de alimentos e energia em alta tecnologia. A indústria é responsável por 53% do PIB, os serviços e comércio ocupam a segunda posição com 34%, e a agropecuária a terceira posição com 13%. Quanto ao setor primário, destacam-se na pecuária: a suinocultura, a avicultura e a produção de ovos. Já na produção agrícola os expoentes são: os cítricos, as flores, as mudas e o morango. A partir do início dos anos 90, está havendo uma diversificação produtiva nas propriedades, com destaque para a produção hortícola. Há também o reflorestamento com acácia negra. A região possui a segunda maior densidade de malha rodoviária do Estado, com 0,107/km².</p>			
Municípios da Área de Estudo	Feliz	Bom Princípio	São Sebastião do Caí
	<p>Área atual de 92,23 km². Localização a 29°45`S e 51°30`W. Colonização alemã. População em 2007: 11.679 habitantes. Valor adicionado: 1° Serviços, 2° Indústria, e 3° Agropecuária. Setor primário com 761 estabelecimentos agropecuários, numa área total de 4.990 hectares. Principais produtos: a) pecuária: criação de aves de corte; b) a lavoura permanente é pouco expressiva onde se destaca a tangerina e o pêssego. Lavoura temporária destaca-se pelo trio: mandioca, cana-de-açúcar e milho; c) boa expressividade em produtos da silvicultura. Maior produção de morangos em 2006, 1.800 toneladas. Em termos gerais se destacam as festas alusivas do Festival do Chopp e a Festa do Morango, Amora e Chantilly. Feliz em 1998 foi considerado o município com melhor IDH brasileiro.</p>	<p>Área atual de 88,24 km². Localização a 29°48`S e 51°35`W. Colonização alemã. População em 2007: 10.910 habitantes. Valor adicionado: 1° Serviços, 2° Indústrias e 3° Agropecuária. Setor primário com 795 estabelecimentos agropecuários, numa área total de 24.608 hectares. Principais produtos: a) pecuária: criação de aves de corte e bovinos; b) lavoura permanente com predominância para as culturas de laranja e tangerinas. Na lavoura temporária destaca-se a cana-de-açúcar, mandioca, milho e batata doce; c) boa expressividade em produtos da silvicultura. Produção de morangos em 2006, 1.240 ton. Maior PIB per capita. Festa alusiva e identitária do município: Festa Nacional do Moranguinho.</p>	<p>Área atual de 111,45 km². Localização a 29°58`S e 51°37`W. Colonização portuguesa e alemã. População em 2007: 20.359 habitantes. Valor adicionado: 1° Serviços, 2° Indústrias, e 3° Agropecuária. Setor primário com 643 estabelecimentos agropecuários, numa área total de 4.555 hectares. Principais produtos: a) pecuária: criação de aves de corte; b) lavoura permanente com expressividade para as culturas da laranja e tangerinas. Na lavoura temporária destaque para a mandioca e o milho; c) boa expressividade em produtos da silvicultura. Produção de morangos em 2006, 450 ton. Maior produção primária geral em toneladas. Maior PIB agropecuário. Conhecido como a Terra da Bergamota (tangerina).</p>

QUADRO 13 – Síntese do Capítulo sobre a Caracterização do Território do Morango no Vale do Caí.

Fonte: Elaborado pela autora.

6 O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO DO MORANGO CONVENCIONAL NO VALE DO CAÍ

A conformação de um sistema agroalimentar localizado depende da situação do desenvolvimento do sistema de produção e dos laços que este estabelece com o seu território de origem. Para apresentar e analisar o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional no Vale do Caí, através do ferramental analítico do SIAL, combinado com o aporte da abordagem do território, deve ser considerada uma gama de situações que definem as condições de produção, como: o empenho para a realização das práticas produtivas, a sistematização e difusão do conhecimento, as inovações tecnológicas, e a mobilização e organização dos atores sociais, econômicos e político-institucionais em função de uma prática coletiva. Tais questões serão articuladas em dois momentos neste capítulo. No primeiro estas serão operacionalizadas levando-se em consideração para a apresentação dos resultados, conforme já mencionado na metodologia, as quatro dimensões do estudo do SIAL. Para o segundo momento será efetuada a análise dos resultados obtidos, tendo como guia os quatro objetos de investigação do SIAL compreendidos pela: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e competências e gestão dos recursos.

6.1. AS DIMENSÕES DO SIAL NO SISTEMA AGROALIMENTAR DO MORANGO CONVENCIONAL

A apresentação dos resultados dos roteiros de entrevistas foram operacionalizados seguindo como guia o arcabouço analítico das quatro dimensões do estudo do SIAL: a histórica, a técnica, a alimentar e a institucional. Cabe ressaltar que tal divisão não é estanque, e que os resultados empíricos que são apresentados, comumente interagem e convergem entre si. Portanto podem ser consideradas como flexíveis as fronteiras entre as dimensões, pois estas fazem parte de uma trajetória comum dentro de um sistema produtivo.

6.1.1 A Dimensão Histórica no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional

A importância da dimensão histórica para o SIAL é retratada pela trajetória da produção de morangos no Vale do Caí, através do qual se pode verificar como as primeiras experiências em torno do sistema produtivo foram se formando e passaram a dar sentido à

atividade agroalimentar. Para dar consistência à dimensão, foram confrontados dados secundários com as entrevistas, para a construção e sustentação da ligação espaço-temporal, a fim de averiguar o lugar que o morango vem assumindo no contexto do território estudado, de como este passou a fazer parte do cotidiano das relações produtivas e familiares.

O morango como um produto espacialmente e historicamente situado no Vale do Caí, tem como umas das primeiras referências o livro “As Vítimas do Bugre”, do Padre Mathias Gansweidt, ao descrever a visita de Lamberto Versteg ao companheiro de imigração Valentim Weber em 1868, no atual distrito da Bela Vista, em Bom Princípio, quando “para sobremesa, foram servidos pratos deliciosos de morangos” (1948, p. 48). Estes eram morangos nativos, denominados pelos agricultores locais, de guarani.

O cultivo do morango de mesa, precursor dos cultivares atuais, foi introduzido de modo experimental como cultura produtiva no Vale do Caí no final da década de 1950. Deste início incipiente, a distinção produtiva foi alcançada somente no começo dos anos 70, quando o cultivo passou a ser a base produtiva de muitas propriedades familiares desta região.

Como marco inicial de uma trajetória produtiva pode-se relatar a experiência do agricultor Bruno Augusto Dullius que por iniciativa pessoal, em 1956/57, iniciou a produção de morango no Vale do Caí, mais especificamente na localidade, conhecida na época, por Sobra de Escadinhas, hoje município de Feliz. Tal fato é reconhecido por diferentes atores sociais ligados a esta cultura, sendo que esta produção foi iniciada com mudas trazidas de São Paulo.

As primeiras mudas utilizadas foram trazidas de São Paulo, e eram conhecidas como cultivares Monte Alegre e Guaíba. Estas mudas eram vendidas na propriedade de Heine Ströher, meu cunhado, no município de Portão. Pode-se dizer que por aí se deu o início da produção de morangos nestas terras (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Contudo esta primeira experiência não teve muito sucesso, pois em 1959 houve uma grande estiagem, causando a perda de toda a plantação, já que na época o morango não era irrigado e ainda não se tinha um real entendimento agrônômico das necessidades e fragilidades do cultivo.

Mesmo tendo sido frustrada a primeira iniciativa de cultivo de morangos, esta idéia não foi abandonada, sendo que em 1960, João Bruno Dullius, Luiz Bife e outros produtores, adquiriram outro tipo de muda vinda de São Paulo, a cultivar Campinas, uma variedade de morango nova, na época, que se adaptou muito bem ao solo e ao clima do Vale do Caí. A introdução deste cultivar foi muito importante para a difusão da cultura do morango na região,

apesar dos cultivares Monte Alegre e Guaíba ainda terem sido cultivados paralelamente com a Campinas, por alguns produtores, durante alguns anos na região.

Outro produtor com vínculo histórico na produção de morango foi Armando Bach, que iniciou o plantio de morango em 1962, plantando em terras de seu pai e vendendo a produção para João Bruno Dullius. Aos poucos, João Dullius aumentou sua área de cultivo, com o auxílio do filho Inésio Dullius. Em 1967, Libino Ost também iniciou o cultivo, ajudado pelos filhos Egydio e Celso Ost.

Na propriedade do nosso pai, eu e meu irmão Celso Ost trabalhamos em parceria com o João Bruno Dullius, de 1971 a 1973. Depois desta data, desfizemos a parceria, e passamos a plantar individualmente. No final da década de 70, meu irmão Celso migrou para a cidade e eu continuei a plantar morango. Já fazem quase 40 anos e ainda continuo a plantar morangos (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Como se pode verificar neste relato, a cultura da produção foi se tornando parte das atividades do cotidiano das propriedades, destacando-se entre as práticas produtivas dos agricultores que foram tomando “gosto” pelo cultivo do morango de mesa.

Assim a produção foi-se difundido pelo território e outros agricultores passaram a se interar sobre a produção. Dentro deste contexto surgiram nos relatos, os nomes de outros precursores como Celso Bach, que em conjunto com outros agricultores passaram a mobilizar parcerias para cultivar o morango. Da mesma forma também se destacam as iniciativas de Lauro Seidel e seus filhos, que 1969 passaram a cultivar morango na localidade de Vale do Lobo. No ano de 1970, reconhecendo que a cultura de morango era economicamente viável, Inésio Dullius e Itacir Pastory iniciaram o cultivo em forma de parceria, com outras 30 famílias. Em 1972, Lauro Seidel iniciou o cultivo em parceria com três famílias.

Lembro que quando a produção de morangos começou a atingir um volume maior esta passou a ser transportada em carroças, sendo vendida em bancas de beira de estrada, e principalmente no Mercado Praia de Belas, em Porto Alegre. O sucesso foi tanto que 1973, Celso Bach adquiriu uma kombi para transportar e comercializar o produto, facilitando o escoamento dos morangos (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Tal contexto passou a chamar a atenção também, de produtores da localidade de Bom Princípio, que na década de 80 viria a se tornar município, e de outros produtores do município de São Sebastião do Caí. Em 1967, o principiensense Alfeu Groth conseguiu comprar

200 mudas dos produtores felizenses. Em 1969, o mesmo plantou 15.000 mudas, e em 1969, repicou-as em 100.000 mudas.

O meu tio Alfeu Groth foi o primeiro plantador de morango de Bom Princípio. O tio levava a produção dele para a fábrica de Schmier Ritter. O meu pai também começou a plantar morangos há 40 anos atrás. Ele plantava a cultivar guarani para consumo da família, e depois passou a plantar as mudas Guaíba para comercializar. Na década de 60, meu pai vendia a produção para sua cunhada da Tenda da Alemoa. Depois passamos a vender também morangos na região. Fazíamos o transporte destes morangos de carroça (Produtor de Morango Convencional, Piedade, Bom Princípio).

Dáí por diante outros agricultores também passaram a cultivar morangos, na área que hoje compreende o município de Bom Princípio.

O início do cultivo do morango foi na propriedade do pai, nos anos 70, quando plantávamos de 3.000 a 4.000 mudas em cima de serragem. Em 1973 compramos uma kombi, para o pai e meu irmão mais velho levarem os morangos para o Mercado Praia de Belas, em Porto Alegre (Produtor de Morango Convencional, Rua da Lagoa, Bom Princípio).

Já os agricultores de São Sebastião do Caí, que sempre tiveram sua pauta produtiva principal baseada nos cítricos, principalmente a bergamota, viram no morango mais uma opção produtiva, principalmente na localidade de Bom Princípio (que seria emancipado na década de 80) e na localidade de Vigia, onde a produção permanece até os dias atuais.

O meu pai plantava morango silvestre a uns 40 anos atrás. Este morango era comprido e cheio de pelos. Nos anos 70/71 entrou o cultivar guaíba, e depois em 75/76 entrou o cultivar campina que predominou até 1996. Neste tempo surgiram outras variedades que não se adaptaram ao clima daqui. Mas a partir de 1992, o campinas, que era mais pequeno, foi sendo substituído por vários tipos novos de morango (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Assim, de um início incipiente, a produção de morangos de mesa foi se expandindo de modo similar nos três municípios. O que pode ser verificado nos relatos, é que muitos agricultores que começaram o cultivo comercial do morango de mesa, já tinham experiência com a produção do morango nativo, que era realizado para o consumo familiar. Contudo, a dinamização da produção pelo território, e a transposição do auto-consumo para uma relação mercantil, ocorreu a partir da entrada dos cultivares comerciais. Cabe também destacar o envolvimento da família com o cultivo e as tentativas de mobilização para a formação de parcerias no intuito de alavancar a produção comercial. Outra questão interessante retratada é

que a vocação do plantio é endógena, isto é, foram os agricultores destes municípios que se mobilizaram e empreenderam para iniciar uma nova cultura agrícola e a esta deram continuidade, sendo que o município de Feliz é um dos maiores produtores de morango de mesa do Estado, até hoje.

Portanto, para a investigação de um sistema agroalimentar, os relatos que confirmam o enraizamento inicial da cultura agrícola com o território proporcionam a primeira aproximação para o entendimento da dinâmica do sistema produtivo. Tais relatos são testemunhos para a comprovação da localização da cultura agrícola. Por este motivo é que foi enfatizada esta condição inicial na dimensão histórica, contudo esta dimensão não é estanque a este período, pois o sistema produtivo veio evoluindo através da incorporação de novas práticas, muitas destas influenciadas pelas questões técnicas que só têm sentido dentro de um contexto tempo-espacial como será apresentado a seguir.

6.1.2 A Dimensão Técnica no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional

As mudanças técnico-produtivas têm como implicação direta redefinições nas práticas que influenciam no uso do espaço rural. Determinado tipo de apropriação técnica influencia no rendimento da terra e do trabalho, e em determinados casos acaba reconfigurando e balizando um sistema produtivo. A busca constante da eficiência produtiva tem instigado diferentes atores do espaço rural para a aplicação de tecnologias, adaptando-as para as condições locais, e as necessidades agrícolas e ambientais. Por vezes, as questões técnicas se confrontam com práticas tradicionais ancoradas em conhecimentos específicos, deslocando estes conhecimentos. Em outros casos, aliam-se a estes e os reforçam.

A dimensão técnica desenvolvida neste subitem visa o entendimento dos saberes e das técnicas apreendidas e utilizadas para a condução do Sistema Agroalimentar do Morango Convencional no Vale do Caí, como estas têm sido difundidas desde o momento da introdução, na década de 50, até os dias atuais.

Como já visto na dimensão histórica, um dos primeiros desafios para a introdução da cultura agrícola do morango foi a seleção de cultivares com maior adaptabilidade às condições edafoclimáticas. Além da seleção observou-se também que a procedência dos cultivares: Monte Alegre, Guaíba e depois o Campinas, eram de São Paulo.

O cultivar Campinas predominou até o final dos anos 80, quando passou a ser gradativamente substituído por outros cultivares, a maioria importados do Chile ou da Argentina. Dentre os cultivares atualmente utilizados se destacam: aromas, *camarosa*, *camino*

real, *diamante*, *earlibrite*, *festival*, *oso grande*, *sweet charlie*, *tudla* e *ventana*. Contudo, a experiência com os cultivares importados nem sempre surtiram os efeitos produtivos desejados, levando alguns agricultores a produzirem o seu próprio material.

Nos anos 90, a gente comprava tudo em Farroupilha, no Pazzo. Do plástico preto até as mudas. Hoje tem as agropecuárias aqui, para comprar os plásticos preto, os materiais para os estufins, para a irrigação e os adubos. E para comprar mudas tem a Maxxi Mudas, que vende mudas da Argentina, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Princípio que vende mudas chilenas, os Schuster e o Kinzel. Mas também já compramos umas matrizes em Minas Gerais pra teste. Aqui é muito quente pra gente mesmo reproduzir as mudas, por isso compramos (Produtor de Morango Convencional, Roncador, Feliz).

Eu compro as mudas matrizes da multiplanta de Minas Gerais, que me manda elas por transportadora ou sedex. Só gasto dinheiro com algumas matrizes. Depois eu faço mudas delas. Já venho fazendo assim há alguns anos, minhas mudas são bem saudáveis e o custo é baixo (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Cai).

Antigamente comprávamos mudas do Baza. Daí uma vez compramos 10.000 mudas importadas. Estavam todas com problemas. Por isso, mudas importadas eu não compro nunca mais. A partir daí passamos a produzir mudas, e a vender (Produtor de Morango Convencional, Rua da Lagoa, Bom Princípio).

Não produzo minhas mudas por falta de tempo e porque minha produção de morangos é pequena. Comprava mudas importadas chilenas, mas teve um ano que elas chegaram muito tarde. Por isso agora compro mudas da Argentina (Produtor de Morango Convencional, Rua da Lagoa, Bom Princípio).

A questão das mudas reflete a multiplicidade e as diferentes estratégias utilizadas pelos produtores de morango. Observa-se também a dependência dos que não reproduzem suas próprias mudas, de canais de distribuição específicos. Porém mesmo diante as dificuldades, alguns produtores buscam desenvolver conhecimentos próprios no manejo das mudas. Contudo, é fato comum a quase todos os relatos, a citação que a qualidade da fruta é diretamente dependente da qualidade da muda.

Faço testes com as mudas. As que percebo que tem um melhor desempenho eu repico em mais mudas que utilizo na minha propriedade. Mas uma coisa todos concordam. Quando a muda é ruim, mesmo que haja um bom trabalho na lavoura, a qualidade do morango fica comprometida. (Produtor de Morango Convencional, Linha da Sobra, Feliz).

Além da qualidade do material vegetativo, os critérios utilizados para a escolha dos cultivares, pelos produtores, são diversos. Alguns variedades são mais saborosos como o *sweet charlie*, por exemplo, mas que por outro lado, necessitam de um manejo mais cuidadoso. Já o varietal aromas é mais ácido, mas com um ciclo produtivo muito maior.

Aqui na propriedade apenas eu e minha mulher tocamos a produção, buscamos trabalhar com cultivares mais resistentes, mesmo que não sejam tão saborosos (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Dá um pouco mais de trabalho cultivar o *sweet charlie* que é bastante sensível, mas sempre planto deste tipo de morango junto com o *oso grande*, o *camarosa* e o aromas, porque também entrego morango para uma confeitaria, e este morango é naturalmente mais doce, e o seu gostinho acaba agradando os clientes deles (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Novamente se verifica que as estratégias produtivas relacionadas às mudas são influenciadas por critérios múltiplos, que vão desde a disponibilidade da mão-de-obra familiar a questões de mercado de nicho.

A escolha das mudas é parte iniciante de um desafio maior que se entende pelas escolhas relacionadas às práticas de manejo agrônômico do sistema agroalimentar. Diferentes escolhas são tomadas pautadas em conhecimentos via difusão formal, por técnicos especializados, ou de forma tácita através de experiências práticas realizadas pelos agricultores. Muitas destas experiências, por vezes, são resultantes de um processo de adaptação da apropriação dos conhecimentos técnicos e vão sendo aprimoradas para dar continuidade ao funcionamento do sistema agroalimentar. As adaptações são processos abertos e seguem como lógica o enfrentamento dos problemas cotidianos que perpassam: os constrangimentos ambientais, as diferentes formas de uso dos recursos naturais e as mudanças na força de trabalho familiar. Neste sentido os relatos doravante apresentados, contemplam diferentes frentes de conexão que articulam a diversidade entre as práticas de manejo e as técnicas demarcadas no tempo e no espaço, incluindo os seguintes temas: preparo dos canteiros, solo, irrigação e uso de agroquímicos.

Na década de 1960, o preparo do solo era todo manual. Os canteiros eram a céu aberto, adubados com esterco de gado e cobertos com maravalha, onde os morangos eram plantados diretamente. Normalmente cada canteiro tinha quatro fileiras de morango. Nesta época produção necessitava de muita mão-de-obra, pois era necessário manter os canteiros limpos das ervas invasoras e os mesmos eram molhados com regadores, sendo a água utilizada, retirada do rio Caí, arroios, poços, açudes e cisternas.

No início, nos anos 60, quando dava seca, ficávamos sem água. Aí para não desperdiçar a água que íamos pegar de tonéis nos vizinhos, dávamos água de canequinha pros pés de morango (Produtor de Morango Convencional, Piedade, Bom Princípio).

Mas já nos anos 70, os canteiros de morango até então cobertos com serragem passaram a ser cobertos com plástico de polietileno preto, que esquentava o solo no inverno, mantém a fruta limpa e reduz o crescimento das invasoras. Isto trouxe como consequência direta um menor uso de mão-de-obra. O plástico preto, no início só comportava uma safra.

O plástico preto é muito importante. Fizemos parte dos primeiros que passaram a utilizar o plástico, isto em 1973. Sem ele já há muito tempo não teria mais dado para plantar morango. Capinar os canteiros seria impossível (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

No frio o plástico preto ajuda a aquecer o solo ocasionando melhor desenvolvimento da planta, não permite que cresça inço e ajuda a evitar a podridão (Extensionista Rural EMATER, São Sebastião do Caí).

Mas o uso do plástico preto (FIGURA 8), também ocasiona problemas para o manejo, além de impactar nos custos totais da produção.

Tem que ter cuidado com o uso do plástico, pois é necessário que a cada 2 anos, quando a maioria dos agricultores troca ele, se tenha cuidado com os pedaços de plástico que foram rasgando, para que estes pedacinhos não fiquem misturados com a terra. Tem que tirar tudo. Como o custo é alto, a gente normalmente troca de área, faz uma rotação com o morango, e usa este plástico durante o terceiro ano para outros tipos de plantações (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).



FIGURA 8: Uso do Plástico Preto no Manejo do Morango Convencional

Outro fato marcante nas técnicas produtivas na década de 80 foi a introdução dos primeiros estufins, estufas baixas de plástico transparente, que auxiliam para a manutenção das flores e dos morangos, nos momentos de precipitação.

Fomos os pioneiros no uso de estufins, ainda na década de 80, quando o plástico só durava dois meses, pois não tinha aditivo anti-UV. Era muito caro na época construir e manter estes estufins. Hoje ainda não é barato, mas pelo menos o plástico, desde o fim dos anos 80, já vem com anti-UV, e assim é mais resistente (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Com o uso desta técnica também foram modificadas as práticas de irrigação, onde passou a ser utilizado conjuntamente com a aspersão, prática comum nos anos 80, o gotejamento, para proporcionar a irrigação por dentro dos canteiros. Cabe salientar que a qualidade da água, segundo os entrevistados, também influi diretamente na qualidade da fruta.

A irrigação por aspersão já foi uma grande ajuda, principalmente quando as mudas de morango eram plantadas. Isto já poupou muita mão-de-obra. Para molhar as mudas com regador tinha que ser bem baixinho para não espalhar a terra do canteiro. Quem mais fazia isto era a mulher e filho. Um trabalho bem sacrificado. Quando surgiram os estufins e a irrigação por gotejamento, diminuiu ainda mais o trabalho. As mangueiras, os arcos e os biquinhos utilizados para este tipo de irrigação, são bem caros. Mas vale a pena, pois dá até para fazer a adubação conjuntamente, através da ferti-irrigação (Produtor de Morango Convencional, Bela Vista, Bom Princípio).

Nos anos 90, o uso de estufins já era predominante (FIGURA 9). Apesar das estatísticas técnicas apontarem para os benefícios desta tecnologia, alguns agricultores também apontam aspectos negativos. Há também divergências quanto à quantidade de fileiras a serem implementadas.

Inicialmente começamos a plantar os pés de morango em quatro fileiras, aquela época era triste. Quando a gente escutava um trovão ou qualquer sinal de chuva, tanto fazia se era de madrugada, frio, domingo ou feriado, saía correndo abaixar as laterais dos estufins, para a chuva não estragar as duas fileiras externas de morangos, nos canteiros. Hoje são plantados somente duas fileiras de morango, e assim dá bem menos trabalho e preocupação (Produtora de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Eu uso estufins em alguns canteiros e em outros não. Tem o lado bom e o lado ruim. O bom é que o morango não apodrece e estraga da chuva. O ruim é que dentro dos estufins, com plástico preto embaixo e plástico transparente em cima, fica muito quente, e como tem umidade por causa da irrigação por gotejamento, os ácaros fazem festa (Produtor de Morango Convencional, Roncador, Feliz).

Com duas fileiras, apesar de quase todo mundo achar que é melhor, acho que não é tão bom assim, porque o canteiro passa a ter muito plástico preto para pouca muda, e aí fica muito quente dentro do estufim, principalmente quando começa a primavera, em setembro. Até penso em voltar a usar três ou quatro fileiras de morangos, mas a mulher já avisou que se chover eu é que vou correr sozinho abaixar as laterais de estufins. Acho que vou fazer uns canteiros com mais fileiras novamente, para experimento. (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caf).



FIGURA 9: Uso de Estufins para Proteção do Cultivo do Morango nas Propriedades

Como se pode verificar não existe um consenso sobre a quantidade exata de fileiras a serem utilizadas, havendo contraste entre as questões técnicas e as dificuldades práticas para o manejo. Se por um lado as poucas fileiras aumentam o calor interno prejudicando as mudas, por outro a dificuldade de manejo pelo emprego maior de mão-de-obra também se torna um ponto de reflexão para implementar as decisões produtivas, compartilhadas por todos os membros da família que trabalham no manejo da produção.

Como registro diferencial nas entrevistas, cabe destacar que na localidade de Escadinha há um produtor que utiliza, além dos estufins, as estufas altas (FIGURA 10), sendo esta propriedade a única no rol dos entrevistados a utilizar tal prática.

As estufas altas são mais caras e podem estragar mais facilmente com temporais em que há vento forte, e isto já aconteceu duas vezes aqui. O prejuízo foi bem grande. Mas em compensação dá menos doenças nos morangueiros, e quando chove, fazer a colheita de morango dentro da estufa, no seco, é muito bom (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).



FIGURA 10 – Estufas altas com cultivo de morangos convencionais

Tão importante quanto às práticas de manejo relacionadas à condução dos cultivos são as questões referentes ao manejo do solo, sendo destacada nas entrevistas, de um modo geral, a importância da adubação.

Inicialmente na década de 1960 e 1970 a produção de morangos era feita em canteiros adubados com esterco de gado e uso de calcário, quando necessário. Nos anos 80 passou a ser utilizado a cama de aviário, adubos químicos, cloreto de potássio, super fosfato triplo e formulações de NPK 7.11.9 e 5.20.10⁴². Nos anos 90 os adubos utilizados foram os mesmos, mas agregados de micro elementos (boro, cálcio, magnésio, zinco, enxofre e cobre), além do nitrato de potássio. Esta agregação de micro elementos melhorou a coloração, a textura, o tamanho e o sabor do morango. O esterco de gado e o calcário continuaram a ser usados, bem como outros adubos orgânicos. Ainda na década de 1990 teve início também o uso de ferti-irrigação. A partir dos anos 2000, passaram a ser utilizados os adubos químicos NPK 4.14.08 e 5.20.20.

Porém, o uso da adubação nem sempre foi controlado e tal prática ao invés de proporcionar o aumento da produtividade, em alguns casos, trouxe prejuízos. Por isso diferentes atores apontam que o salto qualitativo na questão da adubação ocorreu a partir de 1990, quando em muitas propriedades foram realizadas análises de solo.

Antes de qualquer processo de adubação dos canteiros deveria ser feita uma análise de solo, pois o uso de adubos químicos formulados devem complementar somente os nutrientes que estão faltando no solo. Outro método interessante é a análise foliar, mas a demora deste tipo de análise prejudica o uso de nutrientes, pois muitas vezes, até que a amostra volta, as

⁴² O número que vem na fórmula após o símbolo do elemento significa a proporção da concentração entre eles. Por exemplo, NPK 7-11-9, significa 7 partes de nitrogênio, para 11 de potássio e 9 de fósforo.

necessidades nutricionais das plantas já são outras (Técnico Agrícola, Feliz).

Há um tempo para cá, quando chegava lá por setembro, nossos pés de morangueiro começavam a murchar. Não conseguíamos descobrir qual era a doença. Aí mandamos fazer a análise de solo e descobrimos que o nosso solo estava com excesso de nutrientes. Foi excesso de adubação ao longo dos anos, que acabou adoecendo e murchando os pés de morango (Produtor de Morango Convencional, Rua da Lagoa, Bom Princípio).

Outro problema relatado nas entrevistas, sendo este recorrente na região, é o uso exaustivo do solo, devido a estrutura fundiária ser predominantemente de pequenas propriedades. Uma forma de evitar este tipo de problema é a prática da rotação de cultura, que permite que o solo se recomponha naturalmente. Mas devido à restrição de área esta rotação dificilmente ocorre.

Nós fazemos rotação de cultura de canteiros e de cultura. Algumas variedades até podem ser plantadas 2 vezes no mesmo canteiro, sem problemas. Depois a gente faz rotação. O melhor é fazer com aipim e principalmente milho, mas tem de deixar secar bem, pois se colher o milho verde e for cair a folha verde no chão, o solo não fica bom para plantar morango (Produtora de Morango Convencional, Bela Vista, Bom Princípio).

O solo é fértil, mas acaba sendo infectado por cultivos sucessivos, que ocorrem porque as propriedades são muito pequenas e não tem terras disponíveis para a rotação de cultura (Técnico agrícola, Centro, Bom Princípio).

A preocupação com os constrangimentos ambientais também foi destacada pelos entrevistados. Dentre estes, a precipitação elevada na época da colheita e possíveis inundações do Rio Caí surgiram com destaque nos relatos.

Quando o Rio Caí sobe muito, inunda a nossa plantação de morangos, que é na várzea. Teve anos em que perdemos grande parte da produção (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Na última festa do moranguinho, a chuva foi um problema. Na primeira semana da festa deu uns dias bonitos de sol e os morangos estavam de encher os olhos. Aí começou a chover, e para a segunda semana da festa quase faltou moranguinho. Era de cortar o coração, ver os morangos grandes, sadios, apodrecendo no pé. Justo na época da festa, que é quando a gente mais vende morangos. Foi um baita prejuízo (Produtor de Morango Convencional, Bela Vista, Bom Princípio).

Cabe destacar que parte dos morangos do Vale do Caí são plantados na área de várzea, uma área plana e fértil, mas também suscetível à enchentes e, por consequência, à eventuais perdas parciais ou totais de safra. Quanto à questão da precipitação, esta quando é excessiva, a fruta torna-se frágil e apodrece muito rapidamente.

A questão da umidade associada às altas temperaturas que ocorrem na primavera, quando é pico de safra na região, e mais o uso contínuo do solo, são importantes agravantes para a questão das doenças relacionadas ao cultivo do morango no Vale do Caí, principalmente para a proliferação dos ácaros.

O morango precisa amadurecer lentamente em temperaturas amenas, com um bom gradiente entre a temperatura do dia e da noite. Como no Vale do Caí é bastante quente e úmido em determinados meses, que fazem parte do ciclo produtivo do morango, a podridão dos frutos é mais intensa. Além disso, com o aumento da temperatura na primavera, o morango produz mais ácido e menos açúcar, resultando numa fruta menos doce, mais azeda (Engenheiro Agrônomo, Centro, São Sebastião do Caí).

Para garantir a produtividade da safra sob condições edafoclimáticas adversas torna-se recorrente o uso de agroquímicos, ou seja, dos agrotóxicos. Estes agroquímicos têm duas funcionalidades: de desinfetar o solo, e de tratar a doença do morangueiro ou da fruta.

[...] as doenças que atacam os morangueiros tem como causa os microorganismos, em geral os fungos, que iniciam as infecções em tecidos sem ferimentos. Diferente das bactérias, que se utilizam das aberturas naturais presentes nas plantas. Estes fungos e bactérias estão presentes nas mudas, nas plantas, no solo, na água e, principalmente, nos restos de plantas previamente infectadas (Engenheira Agrônoma, Bento Gonçalves).

Em termos de doenças, as mais recorrentes no Vale do Caí são: antracnose, micosferela, pinta preta, xantomonas e o *Colletotrichum*, sendo que para seu controle são utilizados diferentes agroquímicos⁴³.

Nos últimos anos, um maior rigor em relação às leis ambientais, bem como a exigência dos consumidores por alimentos mais saudáveis vem levando a mudanças nos

⁴³ Nos anos 80 os agroquímicos mais utilizados eram: dithane e manzate (maneb e mancozeb) que eram proibidos; captan, benomil, oxicloreto de cobre, cyhexatin, malathion, naled, propargeta, phosdrin e cercobim. Nos anos 90 os mais utilizados eram captan, benlate, cercobin, omite, rovrál, tiofanato metílico, actara, sialex, sumilex e vertimec. Após os anos 2000, os mais utilizados são: captan, cercobin, rovrál, vertimec, actara, sumilex e sialex (na muda), e no transplante de muda (aliéte). Atualmente, dentre os remédios curativos chama a atenção o triasol (controlador de manchas) que cura o morangueiro dos fungos que o atacam.

padrões de uso dos agroquímicos em várias culturas, incluso o morango. Assim vem sendo utilizado, além dos agroquímicos de controle, também os agroquímicos preventivos.

Os principais agroquímicos preventivos são a inoculação do fungo benéfico trichoderma, os protetores de folhagens, o cobre, os benzimidazóis e os ditiocarbamatos (a base de enxofre). Os resíduos destes produtos saem com a lavagem da fruta.

Já quanto ao uso de agroquímicos de controle, estes devem ter os prazos de carência respeitados pelos produtores.

Os produtores deveriam respeitar os períodos de carência e usar os produtos registrados para a cultura, além de evitar os excessos pois o morango não tem casca e absorve muito (Extensionista Rural EMATER, Feliz).

Atualmente, segundo dados da AGROFIT (2007), há 26 fungicidas registrados no Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento para o uso na cultura do morango, onde os dias de carência variam entre um a 21 dias. Esta realidade suscita duas outras questões: a) a mudança dos agroquímicos é constante, devido a rapidez com que os ácaros se tornam resistentes; b) por outro lado, alguns agroquímicos considerados eficientes e que não deixam resíduos no morango, não estão registrados no MAPA, por isso não podem ser utilizados.

Uma questão muito complicada em relação aos agrotóxicos é a questão dos registros. Por exemplo, há um agrotóxico registrado para alface, que é uma planta muito mais sensível que o pé de morango, e que para o morango também é eficiente, mas não tem registro, por isto não pode ser usado. As empresas fabricantes destes produtos têm de registrar o mesmo no MAPA, para cada cultura. Como a produção de morango no Brasil é pequena, e o custo deste registro é caro, muitos produtos bons não são registrados, e isto é um dificultador (Secretário da Agricultura e Produtor de Morango Convencional, Bom Princípio).

Em função das doenças que atacam o morangueiro e o morango, várias problemáticas se criam. Dentre estas, os técnicos entrevistados chamam a atenção ao fato dos produtores de morangos utilizarem pouco os métodos preventivos. Geralmente só usam os serviços técnicos de extensão para solucionar casos de infestação, quando nem sempre é possível a solução do problema. Já os produtores destacam que o uso constante de métodos preventivos encarece muito o custo produtivo, que vem crescendo bastante ao longo dos últimos anos, em relação ao preço que não vem aumentando na mesma proporção. Neste sentido há um conflito de opiniões quanto ao uso de práticas preventivas, mas que também traz embutida a questão da apropriação do conhecimento.

Muitos técnicos só querem vender e nem entendem sobre o morango. É a gente que trabalha com o morango que entende melhor, o que é bom ou ruim. Até na semana passada um técnico amigo nosso, nos trouxe uma amostra de defensivo novo para nós testarmos, antes dele oferecer para os outros. Eles (técnicos) têm o estudo dos livros, da escola; e nós do trabalho, e podemos ter certeza que eles aprendem mais com nós, que nós com eles (Produtora de Morango Convencional, Bela Vista, Bom Princípio).

Como se pode observar ao longo dos relatos sobre as práticas e técnicas utilizadas na etapa da produção de morangos, estas foram se modernizando no sentido de proporcionar o aumento da produção com a redução da mão-de-obra. Neste sentido, na produção de morango convencional vem sendo adotadas práticas, de acordo com o que é pregado pela modernização da agricultura, que visam através do incremento de tecnologia e insumos mais eficientes a obtenção de maiores rendimentos. Assim, se por um lado o incremento de tecnologia mostrou-se como uma estratégia eficiente para proporcionar melhores resultados em termos de redução da força de trabalho e qualificação da capacidade técnica dos agricultores pela apropriação das técnicas, por outro, tem comprometido os recursos de base, principalmente os ambientais. Em termos de comprometimento dos recursos se observa a questão da água para irrigação, o esgotamento dos solos e a proliferação das doenças e fungos que aumentaram exponencialmente nos últimos anos.

Além das questões técnicas relacionadas com a etapa da produção *in natura*, outra extremamente importante que figurou, ao longo dos relatos, foram as questões sobre a pós-colheita do morango. Por ser uma fruta altamente perecível a sua colheita tem de ser próxima ao estágio de maturação, pois após a colheita não há mais intensificação do sabor e do aroma. O acondicionamento e armazenamento tem que proporcionar a manutenção da boa aparência da fruta, sendo que a eficiência logística deve contribuir para tal feito. Neste sentido buscou-se captar nos relatos como estão sendo efetuadas as práticas no pós-colheita.

A questão do manejo do morango no pós-colheita é fundamental. Por isso é inconcebível que as bandejas de morangos não sejam acondicionadas em local fresco. Se for refrigerado melhor ainda. A tempos idos era comum ver bandejas de morango ao sol, ou cachorros e gatos ao redor dos morangos e dos produtores na hora da classificação e embalagem. Lentamente os produtores estão começando a se preocupar mais com a questão de qualidade do produto, pois o mercado consumidor está cada vez mais exigente neste sentido (Técnico Agrícola, Centro, Bom Princípio).

Os tipos de embalagens em geral devem acondicionar os morangos em duas fileiras, sendo importante que as embalagens sejam de plástico transparente, a fim de permitir ao consumidor a visualização de todos os morangos. Mas dependendo do canal de distribuição e

comercialização há outras formas de fazer embalagens, diferenciadas ao modelo padrão. Este é o caso de uma família produtora de morango convencional, que comercializa seus morangos numa banca na RS-122, na área central de Bom Princípio.

Minha embalagem é diferente. Vendo meus morangos em caixas de madeira, com selo, com 2,5 kg de morango. O pessoal que compra comigo acha muito bom. Muita gente encomenda estas caixas para dar de presente para amigos e parentes. É uma embalagem bem bonita. (Produtora e Comercializadora de Morango Convencional, Mambuí-Santa Lúcia, Bom Princípio).

Já a questão do armazenamento é muito importante, pois o tempo útil do morango é muito curto. A colheita deve ser feita preferencialmente, no início da manhã, quando a temperatura é mais baixa. Quando na propriedade há câmaras de refrigeração, bem como caminhões refrigerados para o posterior transporte, a perecibilidade é diminuída.

[...] num projeto de pesquisa realizado no Vale do Caí, foram coletadas amostras de morango que foram submetidas a diferentes tipos de atmosfera em câmaras frias. [...] como resultado observou-se que a refrigeração adequada no pós-colheita potencializou um aumento significativo no tempo de conservação e manutenção da qualidade da fruta produzida naquela região (Engenheiro Agrônomo, Porto Alegre).

No caso do Vale do Caí, a maioria dos produtores não possuem câmaras frias próprias. No município de Bom Princípio há uma câmara fria construída pela prefeitura⁴⁴.

Quanto ao uso de tratores e implementos agrícolas, muitos produtores o fazem através do Círculo de Máquinas e a APSAT⁴⁵. Alguns possuem tratores próprios, já os implementos agrícolas básicos existem em todas as propriedades agrícolas produtoras de morango.

Quanto à questão sobre a logística de escoamento da produção de morangos, há vários aspectos característicos, que tornam esta questão bastante peculiar no contexto dos agricultores entrevistados.

O maior problema existente aqui nos municípios produtores do Vale do Caí é o escoamento da produção. Se você ficar um tempo parado na RS-122 observando, em época de safra, verá que quase todos os produtores levam seus morangos, principalmente para a Ceasa, individualmente com seu caminhão, muitas vezes com só umas dúzias de caixas. É um gasto com transporte ilógico a nível de mercado (Técnico Agrícola, Centro, Feliz).

⁴⁴ A questão referente a esta câmara fria será melhor explicada na dimensão institucional.

⁴⁵ Estas duas associações serão melhor explicadas na dimensão institucional.

Há uns anos atrás a gente ia em dois ou três vizinhos juntos pra Ceasa de Porto Alegre. Colocava seis na cabine do caminhão, pois cada produtor precisa ir em dois, para descarregar e comercializar lá no seu box na Ceasa. Só mandar os morangos junto com o vizinho não dá, pois quem vai vender o meu morango? É claro que o vizinho vai vender o dele e não o meu que é concorrente. Mas depois que mudou o código de trânsito e a fiscalização na estrada começou a apertar, não pode ir mais do que três pessoas na cabine, e aí cada produtor teve que começar a escoar a sua produção sozinho. Tem também, vários produtores que escoam para a Ceasa de Caxias do Sul, nas bancas na beira da estrada, nos supermercados, confeitarias ou vende para atravessador, mas a maioria dos morangos daqui ainda vai pra Ceasa de Porto Alegre (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Aqui em São Sebastião do Caí, funciona em algumas comunidades os grupos de vizinhança, onde um produtor que tem box na Ceasa, arrecada a produção dos vizinhos e vende lá, sendo que por estas vendas ele recebe uma porcentagem, para ajuda no aluguel do box e nas despesas do transporte, pois o aluguel do box subiu muito. No início do plano real o box da CEASA custava em torno de R\$ 40,00, hoje (2008) o box custa em torno de R\$ 400,00 (Extensionista da EMATER, São Sebastião do Caí).

Como se pode verificar pelos resultados, tão importante quanto as práticas utilizadas na produção direta, são as práticas relacionadas ao pós-colheita, pois são extrínsecas à fruta, mas interferem diretamente na sua qualidade junto ao consumidor.

Nos relatos foi evidenciado que as questões de inovação relacionada ao produto se conjugam com a carência de ações coletivas para o armazenamento e a distribuição dos mesmos. Tais dificuldades associadas aos desafios no manejo estão impactando na competitividade do Vale do Caí, que nos últimos anos passou a ser sombreado pela concorrência de produção dos morangos de mesa da Serra Gaúcha. Na região serrana, conforme Sanhueza *et al.* (2005), são utilizados cultivares indiferentes ao fotoperíodo (neutras), o que tem possibilitado a ampliação do período da oferta de morangos, com benefícios diretos sobre a qualidade da fruta colocada no mercado, além do fato de que, com a maior incidência de frio nesta região, a duração das mudas é maior. Tal fato tem motivado alguns produtores do Vale do Caí a realizar parcerias produtivas com produtores da Serra Gaúcha.

Como na Serra Gaúcha o custo produtivo é menor, transferimos grande parte da nossa produção de morangos para Ipê, onde é mais frio e há mais disponibilidade de terras, e assim consigo produzir morango o ano todo. (...) Lá produzo em parceria com outras famílias, sendo que utilizamos principalmente os variedades diamante e aromas. O aromas é interessante para a Serra Gaúcha, pois a flor deste varietal não fecunda acima de 30°C. (Produtor de Morango Convencional, Vale do Lobo, Feliz).

[...]Nós produzimos há mais de 10 anos em parceria com um produtor de Nova Sardenha, Farroupilha, numa área de dois hectares, onde 0,5 hectares são para morango, pois lá se produz o ano todo, e é bem melhor para criar as mudas, pois é mais frio (Produtor de Morango Convencional, Escadinhas, Feliz).

Este contexto tecnicamente mais favorável da Serra Gaúcha tem ocasionado a deslocalização de parte da produção do Vale do Caí para as propriedades agrícolas adquiridas por alguns produtores de morango convencional naquela região. Por conseguinte, a maior produção na Serra Gaúcha vem proporcionando uma maior oferta de morango no mercado levando a uma queda do preço, desestimulando alguns produtores, o que vem ocasionando uma restrição na área destinada à produção de morango, além da diversificação da produção com a introdução de outras frutas e verduras, para a comercialização⁴⁶.

Nos anos 70 e 80 quando trabalhava com meu pai, vivíamos muito bem, produzindo só morangos. Mas nos anos 90 o preço dos insumos foi crescendo e o preço do morango aumentou pouco, diminuindo os lucros. Aí para piorar a situação, os gringos começaram a produzir morangos na Serra, onde tudo é mais fácil e barato porque é mais frio. As mudas duram mais e dá menos doenças no pés de morango. [...] como nasci para trabalhar na agricultura resolvi já a uns 10 anos para cá, diminuir minha plantação de morango e passei a produzir verduras e outras frutas (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

O preço faz diferença. Se o repolho está mais barato, ninguém vai consumir mais repolho por causa dito. Mas se o preço do morango diminui, que é um produto que não está na mesa todo dia, a venda é maior (Produtor de Morango Convencional, Piedade, Bom Princípio).

Como pode ser verificado, em função das restrições e aumento da concorrência, alguns produtores de morango passaram a diversificar a sua produção⁴⁷. Porém, ao responderem a indagação: dentre toda a sua produção agrícola e pecuária que existe em sua propriedade, com qual você se identifica, 95% dos produtores responderam que era com o morango.

[...] à medida que o tempo foi passando a tecnologia melhorou muito. Mas em compensação isto custa caro e o preço do morango diminuiu, ou seja, o lucro está bem pequeno. Mas plantar morango parece um vício (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

⁴⁶ Cabe destacar que a média plantada por propriedade atualmente no Vale do Caí é de 10 a 20 mil mudas/anos, numa área em torno de 0,25 a 0,5 hectares

⁴⁷ Cabe lembrar que em termos de volume produtivo, o morango no Vale do Caí ainda continua a ser significativo. Em 2006, no município de Feliz, foram plantados 50 hectares; em Bom Princípio 31 hectares; e em São Sebastião do Caí, 25 hectares.

Apesar desta pesquisa possuir cunho qualitativo, e sem intuito de apresentar resultados quantitativos, considera-se importante este registro pois o mesmo esboça que o cultivo do morango apesar de uma lucratividade duvidosa para os produtores, tem se configurado com o passar dos tempos, numa prática de cunho identitário que referencia e distingue os produtores do Vale do Caí.

Como se pode observar, a dimensão técnica congrega diferentes particularidades sobre como o modo de fazer e agir dos agricultores veio se modificando ao longo do tempo e as reações destes com as mudanças tecnológicas. Se anteriormente as preocupações eram centradas para a produção em quantidade, atualmente, cada vez mais os produtores estão preocupados em atender as demandas dos consumidores quanto a qualidade, desde a produção até o pós-colheita. Tal preocupação é tema dos diferentes relatos referentes à dimensão alimentícia.

6.1.3 A Dimensão Alimentícia no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional

A dimensão alimentícia abarca as relações econômicas, sociais e culturais entre o consumidor e o produto. Esta relação vem se transformando ao longo do tempo, pois cada vez mais os consumidores vêm exigindo que os produtores sigam, pelo menos, padrões mínimos de qualidade.

Atualmente, para a qualificação dos produtos agroalimentares, observam-se exigências relacionadas com questões objetivas como: os cuidados com a saúde sanitária, as embalagens, as rotulagens e o uso racional dos recursos ambientais designados na produção. Além destas exigências, outras mais subjetivas também passaram a ser consideradas em um produto como indicativos de qualidade como: a valorização da cultura local, o saber fazer e a paisagem rural, criando vínculos de identidade com o território produtivo local. Assim, de uma forma mais objetiva ou subjetiva, a questão da qualidade vem proporcionando modificações nos sistemas agroalimentares, acarretando novas formas de ação produtiva. Algumas destas modificações já foram pautadas anteriormente na dimensão técnica, como nos relatos onde foi salientada a importância dos cuidados ambientais; mas algumas outras características desta busca da qualidade para o morango serão apresentadas na dimensão institucional, no próximo subitem.

Dentro do contexto da dimensão alimentícia foi buscado entender através dos relatos dos entrevistados, como estes percebem as transformações nos meios que ligam a produção

do morango ao consumidor, como as interações foram se modificando para atender as demandas de mercado, e como isto tem influenciado nas práticas cotidianas.

A ponte entre a produção e o consumo é contemplada pelos aspectos da distribuição. Num retrospecto temporal, a logística de distribuição do morango produzido no Vale do Caí, vem apresentando mudanças. Nos anos 60, o escoamento da produção se dava principalmente para o Mercado Praia de Belas, em Porto Alegre, além de outros pontos de comercialização, na capital.

Na década de 70, nós íamos de kombi de manhã bem cedinho, vender morangos em Porto Alegre no antigo Mercado Praia de Belas (Produtor de morango convencional, Escadinha, Feliz).

Em 1972/1973 comprávamos morangos dos produtores da região aqui do Vale do Caí e vendíamos em Porto Alegre, na Praça da Alfândega, para os carroceiros dos bairros, que compravam o morango a granel em caixas de madeira (Prefeito Municipal, Centro, Bom Princípio).

Como a produção de morango de mesa do Vale do Caí foi ganhando volume, esta passou a se destacar a nível estadual e até nacional. Nos anos 80, parte da produção era escoada para São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, e em menor quantidade para outros Estados. Atualmente estes Estados são abastecidos principalmente pela produção de morangos de Minas Gerais e São Paulo, que são os Estados que hodiernamente apresentam maior volume de produção, além de já haverem produção em escala comercial significativa, no Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina. Nos anos 90, houve inclusive um período de exportação de morangos dos Irmãos Seidel, de Feliz, para a Europa.

Desde a criação da Ceasa de Porto Alegre, esta vem sendo o principal ponto de escoamento dos morangos produzidos no Vale do Caí.

Vendemos na Ceasa desde 1993. Usamos o morango de vitrine para vender também nossos outros produtos hortícolas. O morango tem um apelo comercial bastante forte. Por exemplo, em Canoas fornecemos morangos para uma das mais famosas pizzarias da cidade. Lá a pizza com morango é a 4ª mais pedida (Produtor de morango convencional, Piedade, Bom Princípio).

Porém existem também outros canais importantes como a Ceasa de Caxias do Sul, redes de supermercados, fruteiras, mercearias e confeitarias da Região Metropolitana e da Serra Gaúcha; fruteiras e mercearias na região do entorno de Santa Cruz do Sul; além do abastecimento das bancas de frutas localizadas à margem da RS-122 (FIGURA 11), e do comércio de rua (nas sinaleiras) de Porto Alegre e municípios do entorno.

Sempre vendi morangos à margem da RS-122. Já estive em vários lugares. Pela manhã trabalhamos na produção em nossa propriedade, e a tarde eu e meu marido viemos com a kombi e vendemos na banca. Ao final da tarde e nos fins-de-semana a filha e o namorado dela também ajudam a vender. Já tive vários consumidores ilustres. A Neuza Canabarro quando era primeira-dama um dia parou aqui e comprou morangos. Certo dia, tivemos um comprador muito especial. Como meu marido é colorado doente, ele estava de camiseta do inter. O jogador Falcão viu ele de camiseta, parou o carro e comprou dos nossos morangos. Outro dia o presidente do inter também comprou aqui. Nossa, tanta gente já comprou morango da gente, porque sabe que nosso morango é de qualidade. Por isso não vendo o que não produzo, com exceção de milho, que sempre compro do mesmo fornecedor que é de confiança e produz o produto com qualidade. Mas mesmo quando não é época de morango, e nós estamos aqui vendendo outros produtos agrícolas, muitas pessoas que são meus fregueses de morango, param aqui só para conversar um pouco, ou pelo menos quando passam com o carro, dão uma buzina ou acenam pra gente (Produtora de morango convencional, Santa Lúcia-Mambuí, Bom Princípio).



FIGURA 11 – Comercialização de Morangos as Margens da RS 122

Esta relação de confiança que pode ser estabelecida entre o consumidor e o produto alimentício a ser consumido, tem destacada importância dentro do contexto mercadológico. Muitas vezes o consumidor busca num produto, um algo a mais, uma qualidade que é extrínseca ao produto sendo que esta só é percebida no contato face-a-face, como no relato acima, que caracteriza esta relação que é construída com o tempo.

A questão das embalagens é um ponto importante para a comercialização dos morangos, pois estas além de manterem a qualidade da fruta, como previamente abordada na dimensão técnica, no contexto da dimensão alimentícia é uma das interfaces entre o produto e o consumidor. A embalagem é um meio de manutenção da qualidade visual do produto.

Na década de 60 tinha poucas alternativas de mercado. Meu pai vendia morango na feira, no centro de São Sebastião do Caí. Os morangos eram vendidos a granel, e para que elas não fossem amassados durante o transporte, e durante a exposição na feira, eles eram colocados em formas de pão. Em 1972-1973, o pai inventou uma embalagem de papelão costurada à mão com linha, que ele fazia manualmente. Na semana seguinte, os clientes devolviam, para ele reaproveitar a embalagem. Mas lá por 1974-75 começaram as empresas gráficas, que desenvolveram embalagens de papelão. Aí o pai passou a comprar caixas prontas (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Outro modo de garantia de qualidade para os consumidores é o uso dos selos. No Vale do Caí o uso de selos de certificação coletiva de qualidade ainda são incipientes para o morango. Em Bom Princípio no decorrer de 2007 e 2008 houve o uso do selo do Bom Morango, Qualidade por Princípio⁴⁸, por parte de seus integrantes (FIGURA 12).



FIGURA 12 – Selo do programa Bom Morango

Mas a maioria dos produtores possui um selo próprio, não de certificação, mas de identificação, conforme orientação da normativa nº 9, de 12 de novembro de 2002, do INMETRO, que afirma que “embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas *in natura*” devem conter a razão social (geralmente o nome do produtor), cnpj, endereço e peso.

Nós usamos além do selo do Bom Morango, Qualidade por Princípio, também o nosso selo próprio, pois assim o consumidor sabe quem está produzindo o morango (Produtor de Morango Convencional, Piedade, Bom Princípio).

⁴⁸ O Programa Bom Morango, Qualidade por Princípio será melhor explicitado na dimensão institucional.

O uso destes identificadores permite ao consumidor, pelo menos, a possibilidade de rastreamento da origem do morango, dando um certo grau de confiabilidade ao produto.

[...] as pessoas que estiveram na Festa do Moranguinho e viram o lançamento do selo do Bom Morango, quando vem comprar aqui comigo, querem ver este selo na caixa de moranguinho. Semana passada meus selos acabaram, e aí por um dia vendi sem o selo, e uma cliente já reclamou (Produtora e comercializadora de morango convencional, Santa Lúcia-Mambuí, Bom Princípio).

Na produção de morangos do Vale do Caí, já há alguns anos, vários cuidados ambientais e com a saúde sanitária, que dão qualidade ao morango produzido, vem sendo observados pelos produtores convencionais. Um dos primeiros aspectos é o uso de agroquímicos registrados para o morangueiro e os cuidados referentes aos períodos de carência.

Aqui na nossa produção quem cuida dos problemas dos morangueiros e morango sou eu. Tenho muito cuidado no preparo dos agrotóxicos, e na sua aplicação, pois não quero prejudicar a minha saúde, nem das pessoas que comem o morango que a gente planta. O nosso morango tem o selo com o nosso nome e endereço, que quem compra pode confiar. Tenho orgulho de dizer que nosso morango nunca deu, nem vai dar problema, pois eu cuido muito dos prazos de carência, e sempre que posso uso produtos naturais (Produtora de morango convencional, Bela Vista, Bom Princípio).

Além disso, está havendo nas propriedades, num modo geral, um cuidado apurado com a tríplice lavagem, para posterior recolhimento, de embalagens de agroquímicos e também o recolhimento de plástico preto velho.

Nós fazemos a tríplice lavagem das embalagens, que depois ficam estocadas aqui no galpão, até serem recolhidas. Também cuidamos muito, quando refazemos os canteiros para recolhermos o plástico preto velho. Como ele fica ressequido com o tempo, tem que se cuidar bastante para ele não quebrar todo em pedaços. Mas apesar de todo cuidado, alguns pedacinhos sempre quebram e aí a gente ajunta tudo, para o solo não ficar com lixo para o próximo plantio (Produtora de morango convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Como se pode observar nos relatos referentes à dimensão alimentícia, estes apresentam uma mudança de percepção dos produtores quanto à necessidade de qualificação do produto. Contudo, esta não fica restrita somente ao produto em si, mas perpassa também os relacionamentos interpessoais, as formas de apresentação, e de uma forma mais geral, o

tratamento da imagem global do sistema produtivo, quando são postos em questão, os cuidados com o meio ambiente e os selos como uma garantia de determinada reputação. Assim, a qualidade do produto *a priori* implica também na qualificação dos promotores desta, ou no mínimo em iniciativas empreendedoras para a tradução das demandas quando os meios formais não os possibilitam.

A busca por uma produção de morangos com mais qualidade não está apenas restringida a fruta, mas implica na organização e coordenação em diferentes âmbitos sociais, econômicos, ecológicos e políticos. A construção de uma imagem positiva do sistema produtivo do morango no Vale do Caí, vem sendo meta de um esforço conjunto entre produtores e diversos atores institucionais, em cada município, como: a Prefeitura Municipal, de modo especial, a Secretaria de Agricultura; a EMATER; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Associação de Produtores e as parcerias com o SEBRAE, as Universidades, o SENAR, e principalmente a EMBRAPA, além da Vigilância Sanitária e da SEMA, assunto este apreendido nos relatos através da dimensão institucional.

6.1.4 A Dimensão Institucional no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional

Na dimensão institucional são priorizadas partes dos relatos que demonstram a construção de vínculos entre os atores sociais e o sistema agroalimentar do morango convencional, bem como são coordenadas estas relações de forma a priorizar uma construção coletiva. Mesmo visando à construção coletiva tal processo pode proporcionar ações unidirecionais, onde se elegem atores prioritários em detrimento de outros. Por isso é importante verificar pontos de contato de interesses comuns que proporcionam a ligação entre as estratégias individuais e coletivas de origem pública ou privada, e como estas vem fazendo parte do vivido territorial.

De um modo geral percebeu-se pelos relatos que a construção de ações que buscam aglutinar o interesse de diferentes atores em torno da cultura do morango, para a formação de uma identidade coletiva, continua sendo muito forte nos municípios estudados no Vale do Caí. Tal esforço vem sendo empreendido por atores sociais, políticos e institucionais locais, que vêm desenvolvendo iniciativas para legitimar a importância econômica, social, ambiental e política do sistema agroalimentar do morango.

As ações articuladas que visam a valorizar o sistema agroalimentar do morango são de diversas ordens. Dentre estas se destacam: a) eventos que têm como meta a valorização da imagem do produto como: a Festa Nacional do Moranguinho que ocorre em Bom Princípio

desde 1985 e a Festa das Amoras, Morangos e Chantilly, que ocorre no município de Feliz desde 1991; b) programas coletivos de incentivo e melhoria da qualidade; c) criação e formação da Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz, em 1998 e da cooperativa ECOMORANGO, em 2000⁴⁹; e d) a mobilização de instituições públicas através de políticas de incentivo à produção. Cabe ressaltar que estas iniciativas foram respaldadas em diferentes graus, por instituições técnicas e políticas.

A criação das festas alusivas ao morango têm um significado muito importante para as dinâmicas territoriais dos municípios produtores do Vale do Caí. A Festa Nacional do Moranguinho que ocorre desde 1986, foi concebida a partir de uma reunião de lideranças de Bom Princípio. Estes, de forma visionária propuseram e criaram uma festa nacional, no intuito de divulgar a produção de morango do município, então recém-formado, em escalas para além da local/regional.

Eu sou natural de Bom Princípio e em 1971/1972 meus pais plantavam morangos. Quando jovem fui morar 10 anos em Atibaia, São Paulo. Este é o município paulista com maior volume produtivo de morango. Quando voltei para Bom Princípio na década de 80, participei de uma reunião de lideranças locais, que teve por objetivo discutir e formatar uma festa que fosse alusiva ao morango do município. Apesar da produção de Bom Princípio não ser a maior do Estado, nem do país, foi implementada uma Festa “Nacional” do moranguinho. E a idéia deu certo. Hoje continuamos a não ser os maiores produtores desta fruta, mas somos conhecidos nacionalmente em função desta festa nacional. E a maioria das pessoas de outros municípios e regiões, quando falam de Bom Princípio, se refere a este município como a “terra do morango” (Prefeito Municipal, Centro, Bom Princípio).

Em termos econômicos, no ano de ocorrência da festa, a venda de morangos *in natura* no município de Bom Princípio, e também Feliz e São Sebastião do Caí, tem um crescimento significativo. Segundo dados da Secretaria de Agricultura de Bom Princípio, na 12ª edição da festa, em 2007, foram vendidos 17.210 kg de morango.

Nos anos em que ocorre a festa do moranguinho normalmente as vendas são maiores, pois durante a festa grande parte da produção do município é vendida aqui em Bom Princípio. Parece que a festa anima as pessoas a comprarem morango aqui do Vale do Caí, pois até na CEASA a procura por nossos morangos fica maior (Produtor de morangos convencional, Piedade, Bom Princípio).

⁴⁹ Esta Cooperativa será melhor explicitada no capítulo 7.

Nas festividades também são colocadas em prática as atividades gastronômicas praticadas pelas mulheres (produtoras de morango e Clubes de Mães), que muitas vezes aprimoram suas receitas relacionadas com o morango, através de cursos e palestras técnicas de capacitação oferecidas pelas extensionistas da EMATER (FIGURA 13).

A festa é uma ótima ocasião para apresentarmos e vendermos deliciosas guloseimas como: schmiers, geléias, cucas, bolos, sobremesas (com destaque para o morango com chantilly) e o espetinho de morango com chocolate (Produtora de Morango Convencional, Escadinha, Feliz).



FIGURA 13 – Comercialização de Produtos Derivados do Morango na Festa Nacional do Moranguinho em Bom Princípio.

Porém, o movimento de mobilização criado em torno da festividade tem gerado sinergias positivas que não se restringem somente ao econômico.

Não é só os morangos que são a atração da festa. É claro que estes são o motivo principal associado com a gastronomia à base de morango. Mas na festa também são promovidos a produção bom principiense de cerâmica e móveis. (Ex-secretário da Agricultura, Piedade, Bom Princípio).

Assim a festividade vem contribuindo de forma significativa para a geração de uma identidade dos munícipes vinculada ao morango e esta tem sido bem aceita pela comunidade. No cotidiano é comum encontramos a utilização da imagem e o nome do morango no comércio, artesanato e eventos festivos, entre outros (FIGURA 14).

A figura do morango em Bom Princípio está estampada nas placas com os nomes das ruas, no nome e logotipo de restaurante, posto de gasolina, lojas e mercados, além do pórtico em forma de morango, construído na entrada do Parque Municipal, local em que ocorre a festa, de dois em dois anos (Consultor da AMVARC, São Sebastião do Caí).



FIGURA 14 – Uso da Imagem do Morango

O ponto máximo da exaltação da imagem é o Morangão (FIGURA 15), obra de construção civil em forma de morango, com mais de sete metros de altura, construído em 2001/2002, no município de Bom Princípio. Além de ser o pórtico da cidade, esta construção foi utilizada como referência de identidade no programa de qualidade denominado “Bom Princípio é Marca”. O logotipo do programa era um selo que tinha como imagem um morango e este selo era colocado nos móveis e cerâmicas produzidos no município. O programa teve curta duração e após 2004 este projeto foi abandonado.



FIGURA 15 - Pórtico do Morangão em Bom Princípio

Em termos de programas visando às ações coletivas destaca-se o projeto “Programa de Redução de Resíduos e Posicionamento de Moranguinho”, tendo como logomarca o slogan “Bom Morango, Qualidade por Princípio” criado em 22 de junho de 2007.

Este foi o primeiro projeto, formatado para a qualificação do morango, produzido nas propriedades rurais do município, instituído por uma Lei Municipal (nº 1428). Integram este

programa (artigo 7º): a) a Secretaria Municipal de Agricultura; b) a EMATER, através de seu escritório local; c) a EMBRAPA Uva e Vinho e a Embrapa Clima Temperado; d) o SEBRAE através de seu escritório de São Leopoldo; e) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Princípio; e f) os produtores e comerciantes de moranguinho de Bom Princípio, que preenchem os seguintes requisitos: participação em 70% dos cursos e treinamentos; obtenham a aprovação e licenciamento de produção e comercialização de morango, do Setor de Vigilância Sanitária Municipal; detenham certificado de exames laboratoriais de amostras de morango; e prestem declaração sob as penas da lei de cumprir as normas de boas práticas agrícolas e do Programa instituído pela presente Lei e pelas normas e recomendações emanadas do Conselho do BOM MORANGO. Este programa teve início com a inscrição de 36 produtores de morango convencional do município. Também tiveram participação o SENAR e a Cooperativa Piá.

Já havia em Bom Princípio um projeto anterior que previa a produção de morango semihidropônico. Este projeto não foi concluído. O único parceiro passou a plantar pepino. Então, no início de 2007, o secretário da agricultura e o extensionista rural da EMATER, nos procuraram, a fim de formatamos um projeto conjunto entre a EMBRAPA Uva e Vinho e outros atores institucionais regionais e locais, que visasse à qualificação do manejo feito pelo produtor, e da produção do morango em si. Foi assim que surgiu o programa “Bom Morango, Qualidade por Princípio”, um programa muito interessante, e que se for efetivado a médio e longo prazo, tende a dar resultados qualitativos significativos, na produção de morangos de Bom Princípio (Engenheira agrônoma, Bento Gonçalves).

Na 1ª fase do projeto, que se estendeu de 2007 a 2008, foram feitos vários cursos de capacitação e treinamentos com alguns produtores de morango multiplicadores, como: a) boas práticas na colheita e embalagem; b) prática de coleta de material para análise foliar; c) prática de coleta de material para análise de solos; d) tecnologia de aplicação de agrotóxicos, e) doenças e pragas no morangueiro e f) selos, certificação, além da confecção do livro “Boas Práticas na Cultura do Morangueiro”, pela pesquisadora Lucimara Antonioli (2007), da EMBRAPA Uva e Vinho, referente à realidade produtiva dos morangos do Vale do Caí. O grupo de produtores associados, nesta fase, teve acompanhamento técnico semanal, monitoramento da qualidade da fruta, do morangueiro e do solo, através de análises constantes.

O programa do Bom Morango é muito interessante, pois além de fornecer uma garantia ao consumidor da qualidade do morango através do selo, para nós, nas propriedades, está sendo aumentada a qualidade na produção através do conhecimento de melhores práticas de cultivo do morango, que

vai desde a análise do solo, passando pela observação rígida da carência necessária, quando é usado o agrotóxico; até os cuidados para o embalamento (Produtor de morango convencional, Rua da Lagoa, Bom Princípio).

E durante a edição da 12ª edição da Festa Nacional do Moranguinho foi lançado o selo de qualidade “Bom Morango, Qualidade por Princípio”. De acordo com o artigo 8º, da lei nº 1.428, “os produtores e comerciantes de moranguinho que atendam às normas deste Programa será fornecido um Certificado de Controle de Resíduos e de Qualidade do Morango e selos de qualidade, identificando o produtor e a validade do selo, emitidos pela Secretaria Municipal de Agricultura”. Segundo o artigo 11º, “o produtor de morango que aderir ao Programa instituído por esta Lei e descumprir qualquer uma de suas normas ou de quaisquer outras, inclusive as editadas pelo Conselho, será excluído do programa e ficará obrigado a restituir os benefícios recebidos por conta deste Programa, além de ser denunciado no Ministério Público por crime contra o meio ambiente e contra os direitos do consumidor”. A fim de monitorar esta qualidade objetivada através deste programa, eram colhidas amostras aleatórias, de 15 em 15 dias, dos morangos produzidos pelos produtores associados, para análise de resíduos, do início até o fim da colheita de morangos de 2007.

Os resultados apresentados pelas amostras foram plenamente satisfatórios. Este selo foi usado durante a safra de 2007 e do início da safra 2008, até meados de setembro do mesmo ano. Havia a previsão da formação de uma associação de Produtores de Morango de Bom Princípio, em 2008, bem como o aprimoramento dos encaminhamentos já ocorridos até então. Mas a partir de setembro de 2008 em diante, o projeto foi abandonado. Agora com o início da safra de morangos de 2009 e a aproximação da 13ª edição da Festa Nacional do Moranguinho, a ser realizada em setembro, está havendo novamente uma mobilização por parte de alguns atores sociais e institucionais locais, a fim de reabilitar o projeto. (Técnico Agrícola, Centro, Bom Princípio).

No município de Feliz ocorre anualmente, desde 14 de novembro de 1991, a FENAMOR, Festa das Amoras, Morangos e Chantilly – Uma Festa Colonial. O surgimento desta festa é bem peculiar.

Todos os anos na EXPOINTER, em Esteio, a Prefeitura Municipal de Feliz se faz presente num *stand*. Neste *stand* durante alguns anos, foram distribuídas aos visitantes, taças de morango com chantilly, e quando teve início à produção de amoras, foram agregadas também taças de amoras com chantilly. O grande sucesso destas guloseimas, deu origem à festa da FENAMOR, um evento que, além de exponenciar a produção de morangos e de amoras, também valoriza os produtores rurais felizesenses, a sua cultura,

e o trabalho que realizam no dia-a-dia (Secretário da Agricultura, Centro, Feliz).

O município de Feliz, além de ser um dos maiores produtores de morangos de mesa, também é o maior produtor de amoras do Rio Grande do Sul. Inicialmente esta festa ocorria de dois em dois anos, passando posteriormente a ser anual até 2008. Mas atualmente houve a opção da mesma ser novamente de dois em dois anos, sendo que a próxima edição será em 2010.

Estas duas festas alusivas ao morango congregam o trabalho de vários atores como as Prefeituras Municipais, Secretarias da Agricultura, Turismo e Educação, EMATER, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Indústrias, Comércio, Clubes de Mães, Cooperativa, Associação e comunidade em geral, que tem estas festas como eventos muito importantes em seus municípios.

Como se pode verificar nos relatos, nas festividades alusivas ao morango vem sendo visada a construção e a promoção de uma identidade territorial coletiva, articulada pelos atores sociais, econômicos e político-institucionais em cada um dos municípios em estas ocorrem. Esta construção coletiva também tem sido utilizada para orquestrar programas de qualidade e valorização de diferentes produtos territoriais de forma conjunta, com diferentes graus de sucesso. Contudo este processo de construção e reconhecimento da importância do sistema produtivo depende da materialização de ações que promovam a continuidade do produto aludido, no caso o morango. Neste sentido é importante observar como estão sendo empreendidas ações públicas e privadas para estruturar e manter a continuidade do Sistema Agroalimentar do Morango Convencional, e como os atores participam deste processo.

A implementação de políticas públicas voltadas para as demandas da produção de morangos no Vale do Caí é uma reivindicação constante dos agricultores, principalmente no que tange ao acesso a apoio técnico e subsídios para a produção.

A produção de morango é muito importante para os municípios de Feliz e Bom Princípio onde o morango é muito mais que um produto agrícola. Ele faz parte do dia-a-dia das pessoas, e é importante para o comércio. Portanto as prefeituras poderiam ajudar os produtores com políticas públicas, principalmente para baratear o custo produtivo. (Produtora de Morango Convencional, Santa Lúcia/Mambuí, Bom Princípio).

Para podermos concorrer com a Serra Gaúcha onde é mais frio e o custo produtivo é menor seria interessante se houvesse algum tipo de ajuda financeira para minimizar os custos produtivos, que nos últimos anos vem aumentando muito, em comparação com o preço (Produtor de Morango Convencional, Vigia, São Sebastião do Caí).

Em relação à efetivação de programas de políticas públicas, em Feliz e São Sebastião do Caí, os produtores de morango convencional se valem de incentivos gerais como o acesso ao crédito através do PRONAF, e algumas leis de incentivo à agricultura, propostas por parte destes governos municipais.

[...] não há nenhuma política, programa de fomento ou apoio em nível regional específico, em prol da produção de morangos do Vale do Caí (Consultor da AMVARC, São Sebastião do Caí).

Já em Bom Princípio também vêm sendo implementadas políticas públicas de incentivo à agricultura, mas com direcionamento mais específico para a produção de morango, como a construção da câmara fria em 1997, e o subsídio no custo das mudas de morangueiro, em 2009.

Em Bom Princípio, em 1997, foi conseguida pelo município, através de verba parlamentar, recursos para a construção de uma câmara fria coletiva. Esta era para ser utilizada e administrada pela associação dos produtores de morango, que estava se formando na época. Mas esta associação sucumbiu. Atualmente a câmara fria vem sendo utilizada por um grupo formado pelos produtores da ECOMORANGO e mais 9 produtores de morango convencional, que são responsáveis pela sua manutenção, exceto a energia elétrica, paga pela Prefeitura Municipal. [...] a intenção atualmente é criar uma associação de produtores que faria o gerenciamento da câmara fria e fosse responsável pelos custos totais. (Técnico agrícola, Centro, Bom Princípio).

Atualmente, a lei nº 1.547/2009, de “Incentivos ao Desenvolvimento Rural” de Bom Princípio, tem um item específico que visa incentivar a produção. Consta nesta que “poderá haver ressarcimento de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor pago pelo produtor pelas mudas de morango, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e vistoria no local, seguindo a pauta fixada pela Secretaria Municipal da Agricultura para o exercício de 2009, que atribuiu o valor de R\$ 0,20 (vinte centavos) para cada muda nacional e R\$ 0,30 (trinta centavos) para cada muda importada”. Analisando esta lei, este incentivo pode ser interpretado como uma forma de subsídio produtivo.

Já no município de Feliz, em junho de 2006, foi criado o “Programa Municipal de Apoio ao Produtor Rural” (Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural – FMD Rural), com o objetivo de incrementar a receita no Município de Feliz e proporcionar aos produtores rurais a possibilidade de receberem do município produtos ou serviços, proporcionais ao acréscimo no

retorno de ICMS gerado, pelo incremento no valor adicionado fiscal e na produtividade agrícola apurada em cada exercício.

Em relação ao município de São Sebastião do Caí, também foi solicitado à Prefeitura Municipal o envio de leis municipais de 2009, de incentivo à agricultura. Porém, as mesmas não foram disponibilizadas, ao contrário das Prefeituras Municipais de Feliz e Bom Princípio que, através das suas Secretarias da Agricultura, prontamente enviaram o material solicitado.

Quanto às formas associativas e cooperativas, oriundas da mobilização dos produtores de morangos, tem-se a Associação de Hortifrutigranjeiros de Feliz e o Círculo de Máquinas, de Feliz; a Cooperativa ECOMORANGO e a Associação de Prestação, Serviço e Assistência Técnica (APSAT), em Bom Princípio.

A Associação de Hortifrutigranjeiros de Feliz foi criada em 9 de outubro de 1998. Esta surgiu quando o então extensionista da EMATER de Bom Princípio, foi transferido para Feliz.

O Gilberto Rauber havia viajado à Alemanha, e lá ele conheceu várias associações. Em Bom Princípio foi um dos mentores da criação da APSAT. Quando ele foi transferido à Feliz, ele buscou o apoio da Secretaria da Agricultura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e dos produtores de morango, e assim foi criada a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz, e o Círculo de Máquinas e Ajuda Mútua (Tesoureiro da associação dos produtores de hortifrutigranjeiros de Feliz, Escadinhas, Feliz).

A oficialização da Associação dos Hortifrutigranjeiros de Feliz foi feita num jantar patrocinado pela Prefeitura Municipal de Feliz, momento este em que foram feitos os estatutos da associação. Inicialmente houve a adesão de 128 associados, compostos majoritariamente por produtores de hortifrutigranjeiros. Em 1999 os associados passaram a contribuir com uma anuidade. A diretoria é eleita a cada dois anos, podendo haver reeleição. De 1998 a 2000 o presidente foi Elton Martini. De 2000 a 2004 o presidente foi Wilson Kinast e de 2004 a 2008 o presidente foi Luiz Egon Kremer. Atualmente o presidente é Léo Thums.

Hodiernamente a associação conta com 64 associados ativos (que contribuem com a mensalidade), que são produtores de morango, figo, amora, caqui, goiaba e hortigranjeiros em geral. Dentre toda esta gama produtiva, o morango se destaca, pois mais de 95% de seus associados produz morangos.

Na Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros, há o objetivo de se colaborar para a resolução dos problemas que surgem. Dentre estes há a questão da busca da diminuição do custo produtivo, através da compra

conjunta de insumos e embalagens, discussão sobre doenças e pragas, mercado consumidor e afins. Os associados utilizam embalagens para o acondicionamento de uma camada de morangos, em caixas com quatro bandejas. Também foi criado um selo que é individual para os produtores associados. Em 2000 fomos os pioneiros no uso de mudas importadas, sendo que a associação importou mudas argentinas de 2000 a 2003. Devido ao alto custo e a possibilidade de aquisição de mudas nas empresas importadoras que se instalaram na região, após esta data esta atividade deixou de ser praticada pela associação. Também são promovidas palestras com gerentes bancários para o esclarecimento de dúvidas sobre financiamentos disponíveis para a agricultura e cursos em parceria com o SEBRAE e o SENAR (Ex-presidente da associação dos produtores de hortifrutigranjeiros de Feliz, Escadinhas, Feliz).

Dentre as iniciativas coletivas com continuidade, o Círculo de Máquinas e Ajuda Mútua de Feliz, que tem como proposta aproveitar o maquinário agrícola quando este está ocioso, permitindo o acesso dos demais associados a estes maquinários, vem operando desde outubro de 1997. Este Círculo tem convênio com a Prefeitura Municipal, que repassa ao Círculo o equivalente a 40% do valor da hora/máquina, sendo os demais 60% pagos pelo agricultor.

Em 2009, o repasse da Prefeitura Municipal está orçado em R\$ 120.000,00, podendo este valor ser acrescido, se necessário. O Círculo dispõe para uso: quatro retroescavadeiras, uma carregadeira, 13 tratores agrícolas com grade, arado, empilhadeira e pé de pato e 73 implementos agrícolas. Estes pertencem a 15 agricultores, que operam suas máquinas, e são responsáveis pela manutenção das mesmas. Para um agricultor se tornar sócio, ele tem de pagar o valor de 10% do salário mínimo, além de uma anuidade de também 10% do salário mínimo. Atualmente o Círculo possui 325 associados, e sua diretoria é eleita a cada dois anos (Secretário da Agricultura de Feliz).

Em Bom Princípio, foi criada em maio de 1990 a APSAT. Esta surgiu, pois na época poucos agricultores tinham condição de ter um trator. Por isso um grupo de agricultores, com apoio da EMATER, criaram a associação, com o intuito de possibilitar o acesso deste grupo à mecanização.

Na época da criação, mediante a criação da associação, a Prefeitura Municipal doou um trator e o grupo adquiriu os implementos agrícolas. Após um ano de trabalho, o grupo teve um acréscimo considerável de associados levando a compra de um segundo trator com recursos próprios. A APSAT possui estatuto e a diretoria é renovada de dois em dois anos, mediante eleição. Para um agricultor se associar, é necessário que o mesmo comprove ser agricultor, faça a inscrição, receba o aval da diretoria, e quando aceito pague uma jóia. Desde 2005, a associação também presta serviços para não sócios, mas com valor hora/máquina maior (Técnico Agrícola, Centro, Bom Princípio).

Em 2000 foi criada a ECOMORANGO, uma cooperativa de produtores orgânicos, composta por cooperativados de Bom Princípio e Feliz.⁵⁰

Além disso, em 1999, com o início do PROEPE⁵¹, a Prefeitura Municipal de Feliz enviou ao MEC uma carta consulta, pleiteando a criação de uma Escola Técnica. A partir de então, um grupo de lideranças do Vale do Caí formado: pela AMVARC, CDLs, Indústrias, EMATERs e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outros, criaram à nível regional, a “Fundação de Educação Profissional do Vale do Rio Caí”, para ser a mantenedora da Escola Técnica Comunitária, localizada em Feliz, cujo processo teve início em 2001.

Os objetivos eram que fossem criados cursos técnicos nas áreas da agricultura, cerâmica e gestão. Esta escola técnica foi reconhecida pelo MEC em dezembro de 2007, sendo federalizada, a convite do Ministério da Educação, em maio de 2008, passando a ser um campus avançado do ex-CEFET, atual IFRS, de Bento Gonçalves (Mentora da Fundação de Educação Profissional do Vale do Caí).

A partir deste ano, está funcionando o primeiro curso técnico, em administração. Assim que todos os trâmites burocráticos (como a doação do prédio ao IFRS, entre outros) estiverem concluídos, há a previsão da abertura de novos cursos, incluso na área da agricultura, o que deverá proporcionar um salto qualitativo em todas as atividades agropecuárias da região, incluso da produção de morangos, além de estimular a permanência de jovens na agricultura.

Convém destacar, que em todas as iniciativas de ação coletivas, em prol da atividade produtiva de morangos, como o Círculo de Máquinas, a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Feliz, a APSAT, a ECOMORANGO, o programa Bom Morango Qualidade por Princípio e a Fundação de Educação Profissional do Vale do Rio Caí, que levou a formação do IFET, o papel das EMATERs destes municípios foi de fundamental importância.

Com efeito, na apresentação dos resultados referentes à dimensão institucional foram apontados diferentes formas de ação visando a mobilização dos atores territoriais para uma construção coletiva em prol da dinamização do sistema agroalimentar do morango. Neste contexto é preciso salientar que enquanto as festividades, como uma prática institucionalizada, tem oportunizado a aglutinação de interesses comuns, os programas que visam a qualidade produtiva não tem conseguido o mesmo engajamento. A carência de políticas públicas de incentivo direto ao morango, salvo a recente iniciativa de Bom Princípio,

⁵⁰ Esta Cooperativa será melhor explicitada no capítulo 7.

⁵¹ PROEPE: Programa de Expansão da Educação Profissional e Técnica no Brasil, lançado pelo ministro Paulo Renato em 1999.

também se apresenta como uma dificuldade a ser articulada. Mas em contrapartida as ações da associação e da cooperativa vêm formalizando iniciativas inovadoras, contudo estas ainda estão atendendo a demandas bem específicas.

Ao considerar-se este conjunto de informações apresentadas nas dimensões históricas, técnicas, alimentícias e institucionais, o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional do Vale do Caí se confirma como um Sistema Agroalimentar Localizado - SIAL. A atribuição decorre da especificidade do sistema que apresenta uma dinâmica territorial própria, ancorada em uma legitimidade histórica construída através do empenho de diferentes saberes e conhecimentos. Tais ações promovem o morango não apenas como um produto agroalimentar simples, mas também como um bem simbólico capaz de mobilizar a organização de diferentes atores que se identificam com o produto pelos vínculos que este foi estabelecendo com o território. Contudo, para compreender a diversidade e o estágio de desenvolvimento (estável, crescente ou decadente) deste SIAL será necessário analisar a combinação das questões territoriais com as dimensões destacadas, sendo esta efetuada pela integração dos objetos de investigação analítica do SIAL, sendo estes: (A) a coordenação dos atores, (B) a qualificação dos produtos, (C) a dinâmicas dos saberes e a formação de competências, e (D) a gestão dos recursos. A análise a ser realizada contempla parte dos resultados da pesquisa.

6.2 OS OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO ANALÍTICA DO SIAL DO MORANGO CONVENCIONAL

A partir da estruturação da apresentação dos resultados, obtida pela descrição nas dimensões, será processada a análise dos resultados, tendo como guia os quatro objetos de investigação do SIAL compreendidos pela: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e competências e gestão dos recursos. Do conjunto de dimensões e objetos de investigação, combinados com o arcabouço territorial, torna-se possível a avaliação da diversidade do processo produtivo e o atual estágio de evolução do sistema agroalimentar do morango convencional no Vale do Caí.

6.2.1 A Coordenação dos Atores no SIAL do Morango Convencional

A análise da coordenação dos atores está pautada na observação de como as relações entre os distintos atores territoriais foram sendo estabelecidas nas diferentes dimensões do SIAL para a organização, a estruturação e a condução das dinâmicas de produção e reprodução

social, onde a tessitura territorial tem sido operada e articulada para a construção de ações individuais e coletivas, bem como redes e laços que se configuram sobre o território.

No conjunto total dos conteúdos das dimensões, uma característica que perpassa e se sobressai nos relatos é a dificuldade de serem estabelecidas ações coordenadas visando à estruturação de ações coletivas que representem os interesses dos atores sociais envolvidos com a produção de morangos convencional no Vale do Caí. Mesmo estando os três municípios sob as mesmas condições de conjuntura produtiva, enfrentando semelhantes dificuldades edafoclimáticas e socioeconômicas, não se observa uma iniciativa conjunta no âmbito territorial. As iniciativas quando existentes são pontuais e em grande parte restritas as escalas do poder municipal.

Parte desta dificuldade talvez esteja ligada à trajetória do sistema de produção, que é marcado temporalmente por ações individuais onde os atores estabeleceram suas estratégias de forma singular em cada município. Neste contexto, o conhecimento foi sendo retido por estes atores, muitas vezes, até quando eram estabelecidas parcerias produtivas, e assim as individualidades foram sendo salientadas. Cabe destacar que quando as individualidades despontam no âmbito de um sistema agroalimentar localizado, segundo Muchnik e Velarde (2003), tendem a ser ressaltados os conflitos de poder; e onde estes se manifestam ocorre a geração de resistências (RAFFESTIN, 1993), e estas emperram as ações colaborativas.

Quando são observados os apontamentos na dimensão técnica, a estratégia individual é ainda mais saliente. Nesta dimensão a difusão do conhecimento, com uma das formas de se configurar redes no meio rural (MURDOCH, 2000), é pautada por relações verticais. No âmbito desta relação vertical predomina o conhecimento formal, sendo este centralizado junto aos fornecedores de insumos. O conhecimento tácito do sistema produtivo que poderia oportunizar relações horizontais entre os produtores é retido no âmbito da propriedade, bem como a busca por novos conhecimentos, não é formalizada⁵². Alguns laços fracos são estabelecidos quando técnicos especializados buscam disseminar o conhecimento de melhores práticas produtivas entre os produtores. Porém alguns produtores não sentem plena confiança para se apropriar deste conhecimento, sendo que confiança é uma das bases para o estabelecimento de laços fortes em redes sociais (WILKINSON, 2008).

⁵² Esta questão foi levantada nas entrevistas, e na maioria das respostas foi apontado, que individualmente a eficiência é mais rápida e que há pouco tempo para reuniões, cursos e palestras, visto que a mão-de-obra na maioria das propriedades rurais está restrita ao casal, e eventualmente a alguns filhos, que geralmente estão estudando.

Outra demanda que poderia fomentar o surgimento de redes horizontais estão relacionadas com as dificuldades de logística enfrentadas pelos produtores para colocar o seu produto no atacado e no varejo. Como se observou, grande parte da produção é escoada individualmente. Cabe fazer a ressalva para a iniciativa do grupo de vizinhança de São Sebastião do Caí, concebido para comercialização na CEASA. O cerne da questão é a confiança, onde seria interessante que as ações cooperativas se sobressaíssem, frente às ações competitivas.

Outra questão interessante destacada na dimensão técnica, com implicações na coordenação dos atores, é a formação de parcerias de produção extra-territoriais na Serra Gaúcha. Estas parcerias produtivas estão se estabelecendo por iniciativas pontuais e tendem no longo prazo, a formar novas redes de relacionamento. A coordenação está sendo efetuada por produtores do Vale do Caí, e estes tendem a assumir um papel estratégico diferenciado, ao executado no território de origem.

Na dimensão alimentícia os problemas de coordenação dos atores concentram-se na dificuldade de organização dos produtores. Um exemplo de tal dificuldade foi o programa Bom Morango, Qualidade por Princípio que foi direcionado para a ação das formas de manejo do morango. Na época do seu lançamento, este teve a sua efetividade reconhecida tanto pelos produtores que participavam do programa, como pelos consumidores, isto é, foram estabelecidas convenções próprias para a tentativa de uma construção social da qualidade de forma coletiva (Requier-Desjardins). Contudo o programa foi desativado, possivelmente por problemas de coordenação, já que a participação dos agricultores na coordenação do programa foi restrita e a coordenação geral do programa é delegada, via regulação legislativa municipal, para o titular da Secretaria Municipal de Agricultura, um cargo que é político⁵³. A dificuldade de continuação de um titular neste cargo, passível de gerar disputas de poder e assimetrias, implica em problemas de legitimidade, e isto pode ter comprometido a continuidade do programa⁵⁴.

De fato, as ações dos atores sociais nos diferentes grupos, associações, organizações e instituições, tendem a gerar relações assimétricas de poder, pois como Raffestin (1993) ressalta, o poder na escala local é dissimulado. Assim, se não forem bem gerenciadas estas

⁵³ O Conselho Municipal do Bom Morango é formado por: um representante da Secretaria Municipal da Agricultura; um representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente; um representante do escritório local da EMATER; um representante da EMBRAPA; um representante do SEBRAE; um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Princípio; um representante do Conselho Municipal da Agricultura; um representante dos Produtores de Morango; e um representante da Vigilância Sanitária Municipal.

⁵⁴ Tal constatação não foi explicitada diretamente nos relatos, mas indicativos tomados a partir do diário de campo corroboram para tal pontuação.

relações, os problemas de representação tendem a ser fator de desmotivação e desjunção do agrupamento de atores sociais. Por isto é que a dimensão institucional tem um peso importante nas ações efetuadas para estabelecer a coordenação dos atores no Sistema Agroalimentar do Morango Convencional, do Vale do Caí.

As dificuldades para a organização e funcionamento de uma associação de produtores de morangos e/ ou hortifrutigranjeiros é latente nos três municípios. Em Bom Princípio, apesar das várias tentativas de se consolidar uma representação comum esta ainda não se formalizou. Em São Sebastião também não há uma associação de produtores. Em Feliz há a Associação dos Hortifrutigranjeiros da Feliz, mas que não é específica para o morango. Em termos de associações de produtores, a iniciativa dos produtores de Feliz é que vem se mantendo, mas as dificuldade de funcionamento são evidenciadas pelo número de associados que está em decréscimo desde a sua constituição⁵⁵. Outras formas de fomento de ações coletivas são o Círculo de Máquinas, de Feliz e a APSAT, em Bom Princípio, porém estas são genéricas para todas as formas produtivas agropecuárias nos municípios. No caso das associações apresentadas, as mesmas mantêm parcerias com outras instituições, quando necessário, como a EMATER local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Secretaria de Agricultura / Prefeitura Municipal. Outras escalas institucionais de apoio técnico são acessadas através, da EMBRAPA, SEBRAE, SENAR, Vigilância Sanitária, Universidades, e logo mais, do campus avançado do IFRS, em Feliz.

Neste sentido se observa que para a coordenação dos atores somente a proximidade territorial não é suficiente para garantir a realização de ações coletivas visando dinamizar o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional no Vale do Caí, pois este não proporciona uma maior densidade nas relações sociais no território (PECQUEUR; ZIMMERMANN, 2005; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Porém, há de ser feita a ressalva quanto às dificuldades de coordenação na dimensão institucional, quando estas têm por finalidade a questão das festividades relacionadas com o morango em Bom Princípio e Feliz. De certa forma a ocorrência destes eventos ativa a mobilidade dos atores em diferentes esferas públicas e privadas, no rural e no urbano, nos três setores da economia, e esta se enraíza e se difunde para todo o território do morango do Vale do Caí.

As festividades ao aglutinarem as atrações em torno do morango, tornaram a fruta um ícone, um elemento de valor simbólico, com potencialidade de comunicação da territorialidade. Contudo esta comunicação não se conforma numa forma de coação (SACK,

⁵⁵ Na efetivação da associação constava no quadro 128 associados. Em 2008 este número compreendia apenas 64 associados ativos, uma redução de 50% no quadro.

1986), mas tem um sentido familiar e cultural (MESQUITA, 1998; CLAVAL, 2001), pois projeta as práticas produtivas das famílias dentro de um contexto sociohistórico específico. Tal condição tem um sentido diferenciado para estes atores, gerando um sentimento de pertencimento e inclusão, consolidando as suas práticas como uma forma de representação de vida (HEIDRICH, 2004).

6.2.2 A Qualificação dos Produtos no SIAL do Morango Convencional

Na qualificação dos produtos, a principal dificuldade é estabelecer critérios que contemplem de forma satisfatória todos os envolvidos no sistema produtivo, dos fornecedores de insumo à montante, aos consumidores à jusante, passando pelas conformidades institucionais do Estado (RAFFESTIN, 1993) como esfera de Poder reguladora e normatizadora. Tal conciliação, nestas diferentes instâncias operacionais, requer determinada flexibilidade ou no mínimo uma construção conjunta para dirimir os conflitos de interesse (MUCHNIK; VELARDE, 2003), que poderiam ser minimizados pela estruturação de convenções de qualidade de acordo com as demandas locais (REQUIER-DESJARDINS, 2002).

Como se pode observar nas dimensões, há um empenho por parte dos atores da cadeia produtiva do morango convencional em buscar esta conciliação de interesses para o sistema agroalimentar. Contudo, esta esbarra em problemas operacionais como a adoção de um novo patamar tecnológico e organizacional, pois a qualidade neste sistema é balizada pelo mercado de produtos convencionais, similar ao das *commodities*. Neste mercado, segundo Wilkinson (2008), mesmo que a produção familiar seja de baixa escala, é necessário seguir a critérios de padronização mínima.

Mas no percurso histórico da produção são observadas mudanças no manejo das lavouras, ou seja, as práticas, mesmo que individuais, vêm sendo empenhadas para uma produção com qualidade, sendo tal indicativo ressaltado na constante experimentação com o material vegetativo das mudas de morangueiro.

Em termos técnicos, o processo produtivo do morango do Vale do Caí, vem apresentando saltos qualitativos significativos, em três quesitos importantes: a) práticas visando melhor aproveitamento dos recursos físicos e humanos, diante a mudança nas estruturas (terra e trabalho) das propriedades; b) uso equilibrado de agroquímicos, com respeito aos prazos de carência, proporcionando uma fruta sem excesso de resíduos, em conjunto com a eficiência produtiva na aplicação de métodos corretivos; c) cuidados com a

estética e a fitossanidade do produto, sendo estas operacionalizadas, segundo Antonioli (2007), por uma colheita mais cuidadosa, com triagem dos morangos por cor e tamanho, feitos em locais limpos e arejados, e uso de embalagens que permitem ao consumidor uma melhor visualização do produto. Muito destas mudanças privilegiam qualidades extrínsecas do produto de acordo com que Lacaze, Rodrigues e Lupín (2008) atribuem como sendo as expectativas da demanda moderna em função da qualidade.

Mas a criação de laços sociais coletivos em função da qualidade, dentro da dimensão técnica do morango convencional, podem ser considerados como fracos. Um exemplo de tal constatação foi esboçado na questão do uso da câmara fria de Bom Princípio. O uso da refrigeração, segundo pesquisas, aumenta a vida útil do morango, mas devido ao alto custo, existe individualmente em poucas propriedades da região⁵⁶. A câmara fria construída pelo poder público para uso coletivo dos produtores está com capacidade ociosa muito elevada, onerando seus custos operativos, pois ainda não foi equacionado o problema do gerenciamento, sendo este ligado as discussões anteriores sobre a coordenação dos atores.

No mesmo sentido seguem os programas de qualidade ambicionados para criar um grau satisfatório de confiabilidade em relação ao produto, no conteúdo dos relatos na dimensão alimentícia. No caso do morango do Vale do Caí, o Programa Bom Morango, Qualidade por Princípio, regulamentado por lei municipal, gerido por um Conselho Municipal, com caráter deliberativo, normativo e consultivo, gerou o selo do Bom Morango, Qualidade por Princípio. Contudo, como foi observado anteriormente, por falta de coesão dos atores sociais e institucionais envolvidos, para dar impulso as metas que eram coletivas, acabou sucumbindo prematuramente.

O que tem funcionado na questão da qualidade e da confiabilidade são os selos individuais que alguns produtores convencionais colocam nas embalagens de seus morangos. Estes selos contêm dados básicos, que permitem um rastreamento, se necessário. O uso destes selos, inclusive, é fortemente recomendado pela Ceasa de Porto Alegre e de Caxias do Sul, que fazem periodicamente análises aleatórias de amostras de morangos. De fato, para o consumidor, estes selos com identificação, são pouco eficientes qualitativamente, visto que os mesmos não vão mandar fazer análises do morango, mas de certo modo, geram um certo grau de confiabilidade para a relação consumidor-produtor. Tão importante quanto o selo, se mostraram interessantes as experiências de relacionamento comercial estabelecidas pelo contato face-a-face. Para estes casos a aproximação do fornecimento e demanda tem

⁵⁶ Pesquisa desenvolvida por Calegaro, Bezzi e Bender (2002), no Vale do Caí.

promovido, através da transação direta, uma confiança informal, sendo a garantia da qualidade do produto centrada na reputação do produtor-comerciante, como se presenciou no relato da vendedora de morangos às margens da RS-122.

Assim, no contexto da qualificação dos produtos, as debilidades dos processos coletivos recaem sobre os entraves oriundos da dimensão institucional, principalmente no que toca aos programas coletivos. Como se pode observar, as iniciativas são estruturadas por diferentes profissionais e instituições que promovem um programa de ações coerentes com as demandas do mercado por qualidade. Os agricultores entrevistados que participaram do programa Bom Morango, Qualidade por Princípio, perceberam durante a implementação das ações iniciais, melhoras significativas nas práticas produtivas e na qualidade global do produto. Contudo, o programa foi interrompido quando houve a perda da tutoria das instituições envolvidas, e com esta abreviação os consumidores nem chegam a tomar contato efetivo com a proposta. Perde-se com isto, além do esforço coletivo inicial, a oportunidade de ressaltar o território produtivo através de um símbolo de comunicação qualitativa efetuada pelo selo que ampliaria o sentido da qualidade para os mercados mais distantes sem a perda dos valores da proximidade (WILKINSON, 2008). Além disso, quando há falha na implementação de programas de cunho coletivo, volta-se para uma condição inicial de mercado, sendo este regulado por redes já definidas, perdendo-se assim a possibilidade de garantir ou ampliar a oferta lastreada na institucionalização desta qualidade, bem como agregar valor ao produto pela qualificação do trabalho.

6.2.3 As Dinâmicas dos Saberes e Competências no SIAL do Morango Convencional

Na análise das questões referentes às dinâmicas dos saberes e a criação de competências foi observado como o conhecimento pode se integrar com as práticas produtivas para promover um diferencial quantitativo ou qualitativo para os produtos. O que se ressalta neste objeto de investigação é o potencial do capital humano para a transformação dos recursos comuns no território, em ativos específicos.

Para o caso dos produtos *in natura* estas práticas e técnicas são mais difíceis de serem potencializadoras de uma tipicidade específica. Os diferenciais são delegados ao potencial agrônomo, sendo este condicionado pelo meio físico que impõe limites que influenciam na evolução do produto.

No caso do território do morango no Vale do Caí, se observa no conteúdo dos relatos, que os conhecimentos têm sido gerados, ao longo da história da cultura do morango, para

enfrentar os desafios agronômicos, sendo assim mobilizador de técnicas precisas de produção. Ao longo destes 50 anos, onde se registram avanços constantes e aprimoramento no uso de novas tecnologias, as iniciativas de modernização e as inovações vem sendo guiadas, principalmente, pelas empresas de insumos.

Em parte, esta dependência é atribuída à necessidade de serem supridas as carências produtivas imediatas, que acabam induzindo a um ciclo empírico de tentativa e erro. Porém, o conhecimento empírico oriundo destas tentativas corrobora para a adequação das práticas de manejo, como destacado nos relatos, para a seleção do material vegetativo a ser reproduzido, mas estes geralmente acabam sendo retidos no âmbito da propriedade. Assim perde-se uma importante oportunidade de se gerar uma cultura de valorização dos recursos humanos, pelo reconhecimento do conhecimento tácito acumulado. Segundo Berárd *et al.* (2005), este tipo de conhecimento é essencial na efetivação de ações coletivas, e nestes casos poderia servir de subsídio às políticas públicas.

Mais propriamente, as competências desenvolvidas pelo uso das técnicas produtivas no território do morango no Vale do Caí, é signatária das experiências vivenciados pelos agricultores no cotidiano. O conhecimento ali gerado é mantido no núcleo familiar, mas dificilmente é difundido para os vizinhos produtores, numa tentativa, talvez até inconsciente do produtor, de resguardar o poder de sua informação. Esta constatação não é explícita nos relatos, mas ao longo da conversa informal anotada no diário de campo, como informações complementares às questões principais, alguns produtores externalizaram que nas rodas de conversas, de carteados e futebol há uma certa resistência entre os produtores de morango de socializarem as experiências positivas. Geralmente o assunto só gira em torno do morango, quando há problemas como: quebra de safra, por chuvas em demasia; pragas ou doenças; queda nos preços e questões referentes à falta de apoio governamental, ou seja, somente as lamentações são socializadas.

Outro problema observado na questão das dinâmicas dos saberes são os conflitos gerados quanto à transmissão do conhecimento, principalmente quando estes são realizados por técnicos com uma trajetória pessoal recente junto aos agricultores. Neste caso, é perceptível a falta de confiança gerada na relação entre o proponente de uma experiência diferenciada, com um produto novo ou uma prática agrícola diferenciada, e os agricultores. Em parte, esta fraca confiança é gerada pelas assimetrias de informação comumente ocasionada quando não se estabelece uma reciprocidade entre os técnicos e os agricultores.

Mas não são só os problemas produtivos os geradores de gargalos à produção e reprodução de conhecimentos, e isto se evidencia na dimensão alimentícia. O gerenciamento

das questões externas relacionadas com as práticas comerciais tende a ter igual demanda por conhecimentos quanto as próprias práticas produtivas.

Atualmente para as produções familiares, independentes da escala, há toda uma necessidade de se produzir alternativas para os problemas relacionados com a logística e a apresentação dos produtos no mercado, principalmente quando estas produções concorrem no segmento do mercado convencional (WILKINSON, 2008).

Na apresentação dos resultados foram observados que as soluções para estes problemas de gerenciamento da logística, da demanda e das negociações diretas no mercado tem sido formadoras de competências individuais. Em geral os produtores buscam soluções isoladamente, e quando estas têm sucesso tem-se uma difusão por cópia.

A quebra deste ciclo individualista é um dos desafios a ser enfrentado quando a questão é observada na dimensão institucional. Em parte, a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Feliz busca minimizar estes efeitos de assimetria de informações ao tratar nas reuniões sobre assuntos pertinentes à cultura do morango e de outras culturas hortícolas, como uso e preço de insumos, escoamento e mercado consumidor. A iniciativa de grupos de vizinhança, de forma embrionária, também busca solucionar o gargalo comercial relacionado ao escoamento da produção.

Dentre todas instituições de apoio e fomento para a geração de competências e difusão de conhecimentos, acessadas pelos produtores de morango, a mais apreciada é a EMATER. Tal valorização é atribuída pelo seu caráter, aos olhos dos produtores, apolítico, ao contrário das Secretarias da Agricultura/ Prefeituras Municipais e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que são legitimados por eleições, que são marcadas por disputas de poder. Além disso, a EMATER tem prestígio pelo envolvimento direto dos profissionais com os problemas nas práticas de manejo da cultura do morango, gerando uma confiabilidade dos produtores em relação aos extensionistas, que conseguem realizar trabalhos, projetos e programas de médio e longo prazo. Desta forma, a atuação dos profissionais da EMATER é muito importante para a cultura do morango, nos três municípios, pois os profissionais tendem a sistematizar o conhecimento tácito, bem como fazer a difusão de conhecimentos originados em instituições de pesquisa como, por exemplo, a EMBRAPA⁵⁷.

⁵⁷ Cabe destacar que na Embrapa Clima Temperado de Pelotas (RS), possui uma linha de pesquisa específica relacionada com a produção de morangos. Contudo o relacionamento dos pesquisadores junto aos agricultores do Vale do Caí ocorre de forma indireta para a difusão de conhecimentos. Em termos de pesquisa e atuação da EMBRAPA de Bento Gonçalves (RS), mesmo sendo especializada em Uva e Vinho, tem disponibilizado pesquisadores para o desenvolvimento de trabalhos junto à produção de morangos do Vale do Caí. Há também trabalhos de pesquisa realizados por professores e alunos do curso de agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Neste sentido se verifica a importância da sistematização de conhecimentos principalmente para a conjuntura produtiva das propriedades do Vale do Caí, que no médio prazo tenderão a enfrentar um grave problema de sucessão.

De todas as entrevistas realizadas com produtores de morango convencional, em somente quatro propriedades rurais existem jovens que estão trabalhando com morangos, e pretendem continuar na atividade. Na verdade, em 60% das propriedades visitadas na pesquisa há atualmente filhos trabalhando na atividade, mas todos estão estudando e a maioria, já cursando cursos de graduação, direcionados para atividades profissionais fora da agricultura. Neste contexto, causou surpresa o fato dos pais, quando indagados sobre a sucessão familiar, afirmarem que não gostariam que os filhos continuassem a trabalhar na agricultura, por isto o estímulo para o estudo em outras áreas do conhecimento.

Esta realidade é alarmante, pois grande parte do conhecimento é tácito e restrito às unidades familiares de produção. Se não houver uma sistematização deste conhecimento, este tende a perder-se junto com os problemas de sucessão. Um fato que tende a contribuir para a permanência dos jovens nas atividades rurais é a instalação do campus avançado do IFRS, no município de Feliz. Dentre os cursos a serem oferecidos está prevista a instalação de alguns cursos técnicos direcionados às atividades agropecuárias. Estes cursos irão qualificar a mão-de-obra dos jovens, quanto ao sistema produtivo e a gestão dos recursos territoriais de sua propriedade, podendo fomentar a permanência dos jovens no meio rural e ativos na agricultura.

6.2.4 A Gestão dos Recursos no SIAL do Morango Convencional

Para a investigação de como ocorre a gestão dos recursos no âmbito do enfoque do SIAL, para o morango convencional no Vale do Caí, foram consideradas as formas como são realizadas as atividades territoriais que tem como função integrar ao mesmo tempo as dinâmicas espaciais e sociais, para promover o morango como um patrimônio. Cabe ressaltar que o sentido de patrimonialização a ser averiguado consiste na capacidade que um alimento possui de despertar um senso de localidade com a potencialidade de ser percebido por sua qualidade diferencial em outras escalas de consumo (BÉRARD; MARCHENAY, 2000). Além disso, como é construída a partir desta distinção, uma identidade territorial deve ser capaz de proporcionar a mobilização e a organização da sociedade local para a geração de uma cultura a partir deste sistema agroalimentar.

Quando observados os relatos apontados na dimensão histórica, verifica-se que a produção de morangos no Vale do Caí tem uma profundidade histórica, sendo os marcos iniciais reconhecidos por diferentes entrevistados. Partindo dessas referências, a produção foi tendo continuidade e evoluindo através dos tempos, incorporando práticas e hábitos que passaram a fazer parte do cotidiano dos agricultores. Mas esta dinâmica não ficou restrita ao espaço rural e passou a ter significado também para as pessoas do espaço urbano, à medida que o produto morango passou a produzir um senso de identidade comum, sendo o mesmo aludido em bens públicos e privados, principalmente em Bom Princípio.

Assim, inicialmente os atores sociais se apropriaram desta fruta, e a *posteriori*, a produção desta fruta passou a se apropriar de parte da paisagem, das ações públicas, passando a ter uma história, uma tradição produtiva com conhecimentos específicos ancoradas a um território. Ao comportar estas atribuições, o sentido de patrimônio é conotado segundo as considerações de Barjolle, Boisseaux e Dufor (1999). Contudo, esta patrimonialização com o sentido de exaltação de um produto singular tem diferentes intensidades no território do Vale do Caí.

Em São Sebastião do Caí, devido à forte relação produtiva neste município com a citricultura, inclusive havendo lá a Festa da Bergamota, este senso de identificação com o morango é fraco. Já no município de Feliz, que é o maior produtor do Vale do Caí, e um dos maiores do Estado, o morango divide a sua importância simbólica como fruta ícone com a produção de amoras, e tem como marco alusivo a festividade FENAMOR. Mas é em Bom Princípio que o morango é tratado como um produto diferenciado em nível identitário.

Em Bom Princípio, o morango é um produto agroalimentar com potencialidade para de formação de recursos locais (MUCHNIK; VELARDE, 2003). Decorrente desta potencialidade foi gerada uma territorialidade que destaca o morango, tanto no rural quanto no urbano, pois diferentes atores sociais expressam um sentimento de apropriação e de pertencimento a este território.

Neste município houve uma patrimonialização plena do morango, pois os atores locais ao assumirem este contexto histórico e produtivo como uma identidade comum enraizada no saber fazer, passaram a se apropriar e a utilizar de forma diferenciada os recursos, transformando-os de genéricos para específicos. Esta passagem, segundo Requier-Desjadins (2002) promove os recursos comuns para ativos territoriais, pela sua capacidade em mobilizar os atores locais para promover as inovações, aprendizagens e ações colaborativas. O fato que denota esta identidade territorial é que Bom Princípio passou a ser conhecido regionalmente e até nacionalmente, como a “Terra do Moranguinho”, sendo a festa alusiva criada na década de

80, denominada de Festa “Nacional” do Moranguinho, denominação que impressiona, pois o município não é nem o maior produtor do Vale do Caí.

Mesmo com um volume produtivo menor, a Festa Nacional do Moranguinho foi uma aposta articulada institucionalmente que deu certo, pois tornou-se uma promotora de identidade para o local. Com o passar do tempo a associação da imagem simpática do morango à logotipos e logomarcas do comércio local, e os marcos referenciais na paisagem como o Pórtico do município, foram sedimentando a aposta e consolidando uma dimensão simbólica reconhecida. Tal feito tem oportunizado a geração de uma reputação, que segundo Barjolle, Boisseaux e Dufor (1999) é fundamental nos processos de patrimonialização dos produtos agroalimentares, pois a reputação tende a gerar, na cabeça dos consumidores, a ligação entre o produto e a área geográfica do lugar de produção.

Contudo, para a manutenção desta imagem positiva é necessário, além da continuidade da produção, a incorporação de atributos que promovam uma qualidade passível de ser associada ao meio geográfico. Decorrente desta necessidade se reforça a importância do papel das instituições no território do morango no Vale do Caí, para que sejam mobilizados programas que garantam esta qualidade como o Bom Morango, Qualidade por Princípio, que não foi efetivado por não ter havido continuidade no programa. Caberia também um esforço de mobilização institucional, no quesito do controle dos resíduos de agroquímicos para o morango, pois a detecção de problemas desta ordem são sempre vinculados na mídia e degradam a reputação e a imagem do morango produzido e dos produtores.

Equacionados e solucionados estes problemas de qualidade, garantida a reputação e a notoriedade geográfica para o local de produção, poder-se-á pensar na sustentabilidade deste território através de um pedido de reconhecimento de indicação geográfica, “Morango do Vale do Caí”. Tal indicação além de resguardar as práticas, poderia ativar a valorização da paisagem rural e investimentos em rotas turísticas rurais, como vem ocorrendo, por exemplo, com o morango da região de Coronda, na Argentina, onde segundo Qüesta *et al.* (2008), está sendo implementada a denominação de origem “*frutilla de Coronda*”.

Portanto, ao longo deste capítulo foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Na primeira parte os resultados foram apresentados através de dimensões pré-estabelecidas de acordo com a abordagem do SIAL sendo estas: a histórica, a técnica, a alimentícia e a institucional. Na segunda, foi realizada a análise através dos objetos de investigação do SIAL: (A) a coordenação dos atores, (B) a qualificação dos produtos, (C) a dinâmica dos saberes e competências e a (D) gestão dos recursos.

Ao passarmos pelas dimensões e objetos de investigação foi possível a observação de quão diverso é o SIAL do Morango Convencional no Vale do Caí, sendo esta diversidade atribuída pelas diferentes conotações, das econômicas às culturais, que conformam e dão sentido ao território. Portanto há um território de fato, que vem sendo construído, pois o objeto estudado é composto por uma tessitura de contornos flexíveis, apreendidos pela análise multiescalar com um gradiente compreendido entre a escala local e a regional, sendo que as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais é que dão sentido a esta escala.

Como se observou no conjunto das dimensões, as heterogeneidades são salientadas quando estudadas com um enfoque territorial, pois no confronto da realidade dos três municípios abordados se ressaltam diferentes ações dos atores, em prol de uma mesma cultura agrícola. Nas diferentes dimensões que compuseram o SIAL do Morango Convencional do Vale do Caí foram observadas diferentes ações realizadas pelos atores territoriais, sendo estas ligadas diretamente com a produção ou externos a esta. De maneira geral, ficou evidente que o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional tem um enraizamento histórico passível de ser comprovado, e as técnicas produtivas foram evoluindo para enfrentar os desafios das necessidades agrícolas, gerando assim, um conhecimento tácito e específico nas propriedades familiares. Com esta evolução e desenvolvimento do sistema de produção, a qualidade tanto em termos intrínsecos como extrínsecos a fruta, sendo que para a última se inclui o ambiente, têm exigido por parte dos consumidores ações diferenciadas que prescindem da mobilização dos produtores e atores institucionais. Em termos institucionais tal mobilização tem enfrentado problemas quanto à construção coletiva das ações, salvo as festividades que tem conseguido aglutinar os interesses comuns no território.

Decorrente das dimensões, as análises pelos objetos de investigação revelaram que somente a proximidade territorial não é suficiente para proporcionar a coordenação de ações coletivas, emperrando com isto a construção de iniciativas para a implementação de normas e processos que visem à qualidade neste sistema. Tal dificuldade é reforçada quando na análise dos saberes e competências foi verificado que o conhecimento gerado no processo produtivo é tácito e individualizado. Porém, mesmo diante das dificuldades, verificou-se na análise dos recursos que existe a formação de um patrimônio agroalimentar pelo estabelecimento de vínculos entre o lugar e a produção. Este senso de lugar oportunizou a geração de uma identidade territorial vinculada ao morango para o Vale do Caí, em especial para Bom Princípio, tendo como ponto máximo a Festa Nacional do Moranguinho.

Diante a este contexto apresentado e discutido torna-se evidente que o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional do Vale do Caí é um SIAL de fato, em termos de

evolução. Pela análise apresentada, deduz-se que em termos de estágio de desenvolvimento este pode ser considerado como estável. Para finalizar o capítulo se apresenta um quadro síntese, na próxima página, com os principais pontos discorridos.

Objetos de Investigação Dimensões	Coordenação dos Atores	Qualificação dos Produtos	Dinâmica dos Saberes e Competências	Gestão dos Recursos
<i><u>Histórica.</u></i>	Trajectoria temporal marcada por ações singulares e individuais.	Experimentação ligada ao material vegetativo.	Capital humano desenvolvido por experiências individuais.	Profundidade histórica para subsidiar o processo de patrimonialização.
<i><u>Técnica.</u></i>	Conhecimento formal pautado por relações verticais; e conhecimento tácito restrito e individualizado. Carência de confiança entre os atores fragilizando as relações.	Necessidade de adotar novos parâmetros tecnológicos e operacionais. Valorização de qualidades intrínsecas (propriedades da fruta) e extrínsecas (meio ambiente). Laços fracos entre os atores promotores da qualidade.	Desenvolvimento de conhecimentos para suprir as necessidades agrícolas tutelado por fornecedores de insumos. Conhecimento predominantemente empírico embasado no processo de tentativa e erro. A sucessão familiar como um entrave à transmissão de conhecimentos.	Técnicas e práticas que influenciam na paisagem local. Conhecimentos específicos para minimizar os problemas agronômicos.
<i><u>Alimentícia.</u></i>	Dificuldade de organizar os atores territoriais para o atendimento das demandas da qualidade.	Confiabilidade dos processos de qualidade baixa. Uso predominante de selos informativos, mas não qualitativos.	Resistência e desconfiança quanto ao “novo” impedem a promoção de diferenciais quantitativos e qualitativos, tanto nas práticas produtivas como comerciais.	Influência do contexto histórico e produtivo para promover o senso de lugar para os consumidores em diferentes escalas de mercado.
<i><u>Institucional.</u></i>	Coordenação falha para a mobilização de organizações e associações coletivas. Coordenação ativa na organização das festas alusivas ao morango.	Debilidade em promover ações coletivas e participativas.	Falta de incentivos para a geração de conhecimento e para a organização das competências. Individualismo e falta de foco no mercado. Valorização do trabalho dos profissionais da EMATER como sistematizadores e difusores de conhecimentos.	Promoção de recursos comuns em ativos territoriais. Realização de festividades como forma de fomentar a identidade territorial. Organização de práticas que preservam a reputação e a imagem do sistema produtivo.
<i><u>BASE TERRITORIAL PARA O SIAL.</u></i>	Predominância das ações na escala de poder local. Relações assimétricas de poder. A proximidade territorial não é suficiente para gerar a coordenação. Territorialidade afirmada nas festividades.	Estado como uma das expressões de poder ligado à questão regulatória e normativa. Assimetria de poder entre os atores. Perda dos valores qualitativos oriundos da proximidade.	Assimetrias de poder nas relações de extensão. Vantagens da proximidade territorial são pouco aproveitadas para compartilhamento das informações.	Mobilização de outras escalas além do local para o reconhecimento do patrimônio produtivo. Promoção da territorialidade como um sentimento de afinidade com a prática produtiva.

QUADRO 14 : Síntese do Capítulo para o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional

7 O SISTEMA AGROALIMENTAR LOCALIZADO DO MORANGO ORGÂNICO NO VALE DO CAÍ

Atualmente tem-se verificado a crescente importância e interesse dos consumidores por produtos diferenciados, principalmente diante as preocupações com o alimento seguro (*safety food*). Tais preocupações têm estimulado a formação de sistemas agroalimentares embasados em práticas produtivas distintas das convencionais, como é o caso dos alimentos produzidos de forma orgânica, dentro de um “guarda-chuva amplo” de práticas e técnicas tratadas nos estudos da agricultura alternativa, que integram além de práticas agrícolas diferenciadas, as questões socioculturais na produção. Decorre deste contexto a constituição do Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico no Vale do Caí, que apresenta uma dinâmica territorial própria, sendo assim relevante para o entendimento do contexto territorial da produção de morangos no Vale do Caí. Este sistema agroalimentar será apresentado e analisado através do ferramental analítico do SIAL combinado com o aporte territorial, visando tratar das questões produtivas, socioeconômicas, políticas e ambientais. Para tal repto o capítulo será articulado em dois momentos. No primeiro as questões referentes a este sistema serão apresentadas levando-se em consideração, conforme já mencionado na metodologia, as quatro dimensões do estudo do SIAL, e para o segundo, onde será efetuada a análise dos resultados, os norteadores serão os quatro objetos de investigação para a abordagem.

7.1. AS DIMENSÕES DO SIAL NO SISTEMA AGROALIMENTAR DO MORANGO ORGÂNICO

A apresentação dos resultados dos roteiros de entrevistas foi operacionalizada seguindo como guia o arcabouço analítico das quatro dimensões do estudo do SIAL: a histórica, a técnica, a alimentar e a institucional. Cabe ressaltar que pelos resultados empíricos, como observado no capítulo anterior, percebe-se que a divisão por dimensões não possui caráter arbitrário, mas sim, organizativo, pois os resultados a serem descritos, muitas vezes, interagem e convergem entre si.

7.1.1 A Dimensão Histórica no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico

Na apresentação dos resultados referentes à dimensão histórica do Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico do Vale do Caí foram combinados relatos de

entrevistas, com dados secundários oriundos de reportagens de jornal. Tal combinação visa proporcionar um melhor entendimento da recente trajetória da agricultura orgânica que passou a integrar o cotidiano de alguns agricultores familiares do Vale do Caí. Cabe destacar que as entrevistas foram aplicadas a três grupos de produtores de morango distintos, sendo estes: a Granja Schmitz, a ECOMORANGO e o Grupo Orgânico Terra Viva.

A produção orgânica de morangos e de outras olerícolas e frutas no Vale do Caí é de trajetória recente e foi sendo implementada gradualmente. Para o cultivo do morango, a transição de alguns agricultores convencionais para o cultivo orgânico teve como marco uma matéria vinculada no Jornal Zero Hora sobre o excesso de resíduos de agroquímicos nesta fruta, e seus possíveis malefícios à saúde. Na época a matéria causou uma grande tensão no território, pois teve como resultado imediato a diminuição das vendas dos morangos produzidos no Vale do Caí. Contudo, a repercussão negativa foi um incentivo à formação de um sistema agroalimentar paralelo ao convencional.

No final de agosto de 1984, quando começava o pico da safra de morangos, no Vale do Caí, foi publicada, numa quarta-feira, no Jornal Zero Hora, uma reportagem relatando que o morango produzido no município de Feliz apresentava altos índices de agrotóxicos. No dia seguinte, foi noticiado no RBS Notícias uma reportagem, em que a agrônoma Maria José Guazelli afirmou que os morangos produzidos em Feliz, Bom Princípio e São Sebastião apresentavam tantos resíduos de agrotóxicos, que estes causariam câncer. Imediatamente um grupo de produtores de morango e de lideranças locais se dirigiram para Porto Alegre, sendo recebidos pelo então delegado regional do Ministério da Agricultura, Cléber Canabarro Lucas, que afirmou em outra reportagem, vinculada no jornal Zero Hora de sábado, que as denúncias veiculadas anteriormente eram “infâmias levianas”, e que possivelmente seria instaurada uma sindicância para apurar a autoria destas denúncias. Já no dia seguinte, domingo, também na Zero Hora, em nova reportagem, o agrônomo Sebastião Pinheiro, afirmou que o método Keppel de análise, introduzido por ele no Estado era eficiente, e que as amostras de morango de Feliz apresentaram excesso de fungicida ditiocarbamato. Além disso, nesta mesma reportagem, o mesmo agrônomo nominou o Delegado Regional do Ministério da Agricultura de mentiroso.

As análises feitas nos morangos não apresentaram problemas. Mas na FEPAM não aceitavam estes resultados. Chegamos até a ir para a Assembléia Legislativa levando conosco mais de 200 análises que comprovavam que nossos morangos não tinham problemas (Produtor de morango na época, e representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na comitiva de lideranças locais).

Neste emaranhado de notícias negativas e positivas em relação ao morango produzido no Vale do Caí, também tiveram destaque, na época, os comentários envolvendo o ecologista José Lutzemberger.

O agrônomo José Lutzemberger fez questão de desmentir a declaração do vice-prefeito Clóvis Assmann e de alguns produtores que teriam dito que ele prestava assistência aos colonos no cultivo de moranguinhos. O conhecido ecologista ficou irritado com esta afirmação e disse que de fato desenvolveu um trabalho de assessoria para a Prefeitura de Feliz, mas não no que diz respeito às técnicas agrícolas e chegou a afirmar que jamais cultivaria morangos com os métodos utilizados pelos colonos de Feliz (Notícias na TV..., 1984, p.7).

Houve também, por parte do grupo de lideranças locais, um contato com uma empresa jornalística de grande impacto na mídia do Rio Grande do Sul, para veicular uma reportagem sobre as análises que comprovavam que os morangos não estavam contaminados com resíduos de agroquímicos. Esta mobilização buscava restabelecer uma imagem positiva do morango do Vale do Caí, junto aos consumidores.

Quando chegamos no grupo, o editor chefe disse que o trabalho com um produto custava 20 milhões de cruzeiros (moeda daquela época), mas por fim fizeram a proposta final, de que o fariam por 10 milhões de cruzeiros. Mas toda a safra de morango de Feliz não dava para pagar isto. Dissemos a ele que este preço era inviável, e aí a resposta que nos foi dada, é de que não podiam colocar uma reportagem/anúncio de graça, pois a mídia vive de “notícias ruins e de sangue” (Produtor de morango na época, e representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na comitiva de lideranças locais).

Com efeito, a consequência direta, naquela época, decorrente deste contexto conflituoso, foi a queda acentuada no preço do morango produzido na região. E mesmo com preços baixos que não cobriam sequer o custo produtivo, as vendas daquela safra caíram drasticamente, causando prejuízos acentuados.

As primeiras caixas colhidas do morango foram colocadas na Ceasa nas semanas passadas ao preço de Cr\$22.000,00, sendo que cada uma destas caixas contém 12 caixinhas de 350 gramas. Nesta semana que passou, com a chegada plena da safra e o natural aumento na produção esperava-se que o preço baixasse para Cr\$18.000,00 ou Cr\$15.000,00 [...] Esta reportagem (Zero Hora) apresentada com grande destaque, teve enorme repercussão e já no dia seguinte, quinta-feira, os produtores que levavam os morangos para CEASA não encontravam mais compradores dispostos a adquiri-los. Acabaram vendendo o que foi possível ao preço irrisório de Cr\$6.000,00 e ainda voltaram com muitas caixas que não puderam vender [...] Muitos frutos foram deixados nos pés e lá deverão apodrecer uma vez que as vendas não mostram sinais de recuperação (Notícias na TV..., 1984, p.7).

Toda esta conjuntura desfavorável que se formou, levou as lideranças locais a marcarem uma reunião extraordinária no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feliz, a fim de explanar aos produtores de morango sobre a necessidade de serem cuidadas as carências dos agroquímicos, além da proposição à formação de uma associação de produtores e da adoção de normas de identificação dos produtores nas caixas. Esta associação veio a se formalizar somente em 1998, como já visto no capítulo anterior.

Eu era secretário no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feliz, e fui incumbido pelo presidente de organizar reuniões para a conscientização dos agricultores sobre o manejo da produção de morango, sem agrotóxico. Fizemos reuniões com profissionais do IBAMA, FEPAM e Secretaria da Agricultura. Foi muito difícil, pois os agricultores estavam acostumados a usar agrotóxico. Primeiro foi tentado a calda bordalesa, mas o morango não aceita muito bem o cobre. Aí contatamos com um agrônomo alemão que tentou outras técnicas que também não deram certo. Depois o Sindicato contratou um professor da FURG que fez uma palestra sobre o que era e o que não era permitido aplicar no morango. Foi frustrante a participação dos agricultores. Apesar de termos passado com carro de som, fazendo convite para esta palestra, em todo município (que na época ainda tinha Vale Real, Linha Nova e Alto Feliz) vieram somente seis agricultores. Mas depois daquela palestra eu decidi mudar radicalmente meu modo produtivo, pois me chamou a atenção na palestra, que os agrotóxicos causavam problemas nos nervos e eu já sabia de muitos agricultores que tinham dificuldade para dormir (Produtor de Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

Esta conjuntura acabou proporcionando a reflexão de alguns agricultores sobre a sua prática produtiva. Mas não eram somente os problemas físicos, químicos e biológicos, legados pela revolução verde que estavam sendo questionados, mas todo um modo de vida representado pelas formas de trabalho e de lida com os problemas do ambiente produtivo.

Depois da palestra do professor da FURG, comecei a produzir morangos orgânicos, mas na época não deu muito certo, pois faltava experiência e o ambiente estava todo contaminado. Plantei 3.000 mudas, sendo que a colheita foi escoada para a Ceasa de Porto Alegre, onde me pagavam menos pois os morangos eram pequenos. Aí minha plantação foi contaminada com a pinta preta, e um técnico sugeriu que eu passasse manzate. Depois da aplicação deste produto o desastre foi total. No morango tem o ácaro bom e o ácaro ruim. Se o ambiente está em equilíbrio, o bom controla o ruim. Com a aplicação do manzate que é fungicida e acaricida, o ácaro bom morreu e o ácaro ruim que já estava resistente a este produto sobreviveu. Conclusão: minha lavoura de morangos acabou. Fiquei muito desanimado e durante 3 semanas não fui mais nem ver aqueles canteiros. Depois deste período, ao me dirigir para aquela área onde estavam os morangueiros, para minha surpresa, vi que os pézinhos de morango estavam se restabelecendo. Isto aconteceu porque os ácaros bons da redondeza limpam os ácaros ruins. Aí

sim, me senti estimulado para iniciar a produção orgânica (Produtor de Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

Eu era plantador de tomate, pepino e morango convencional. Aí tive hepatite, e depois desta doença sempre me sentia mal quando passava agrotóxico na minha plantação. Aí os extensionistas da EMATER de Alto Feliz me incentivaram a adotar a agricultura orgânica. Assim, em 2001-2002 resolvi desintoxicar o solo e produzir organicamente. Não queria mais usar agrotóxicos, mas como não tinha experiência com este tipo de agricultura acabei perdendo 5.000 pés de brócolis. O prejuízo foi grande. E eu precisava sustentar minha família. Como para a prática orgânica o solo deve desintoxicar por 18 meses, resolvi dividir minha lavoura, cultivando parte dela de forma convencional, e a outra de forma orgânica. Gradativamente fui transformando-a totalmente em orgânica. A partir de 2003/2004 passei a fornecer morango e outros produtos orgânicos para a ECOMORANGO (Produtor de Morango Orgânico, Alto Feliz / Feliz).

Na apresentação destes relatos se observa que o processo de conversão do cultivo convencional de morangos, para o modelo produtivo orgânico, que vem ocorrendo no Vale do Caí é de trajetória recente. Contudo, em termos históricos, a transição não está isenta de uma dependência do caminho traçado pelos agricultores enquanto participantes do sistema convencional. Do enraizamento inicial tem-se uma bifurcação para a trajetória da cultura agrícola do morango no território, vindo a se configurar em um novo modo de produção. No modelo orgânico foram incorporadas novas práticas que serão explanadas com maior detalhamento na dimensão técnica. Porém antes de apresentar estes relatos, para complementar as pontuações anteriores que incentivaram a mudança no modo de produção, será explanada brevemente a história dos três grupos de entrevistados.

7.1.1.1 A dimensão histórica para a Granja Schmitz

Nesta propriedade agrícola, localizada em Escadinha, no município de Feliz, desde o seu início da trajetória produtiva sempre foi usado o esterco de gado como adubo, e soluções caseiras como defensivo, para a produção de frutas e hortaliças. Em 1975 teve início a produção de morango, que também era manejada sem produtos químicos. O morango produzido era escoado para a Ceasa.

Em 1982, foi feita uma análise na Ceasa, em várias amostras de morangos para mensurar se haviam resíduos de agrotóxicos. Dentre estas amostras, nossos morangos foram selecionados e deram negativo, ou seja, sem resíduos. Esta informação chegou à Cooperativa Colméia, em Porto Alegre. Estes vieram visitar a nossa propriedade e passaram a comprar toda nossa

produção, de morangos e outros produtos (Jovem produtor de morango ecológico, Escadinha, Feliz).

O uso da terra ocorre da seguinte forma: dos 8,5 hectares da propriedade, 0,3 hectares são utilizados para o plantio de morango, onde trabalham o casal, dois filhos e uma filha. Um destes filhos, residiu durante dois anos na Alemanha, onde também estudou sobre o cultivo orgânico. O manejo da propriedade é realizado pela família que trabalha na produção e comercialização. Além da agricultura, os proprietários investem na avicultura, tendo sido construído recentemente, uma agroindústria de ovos caipira na propriedade, a Bioland Agroavícola, que está em fase de licenciamento.

7.1.1.2 A Dimensão Histórica para a Cooperativa ECOMORANGO

Em 1998, numa iniciativa da EMATER e da Prefeitura de Bom Princípio, foi ministrado aos produtores rurais um curso sobre agroecologia, com foco no morango. Após este curso foi lançado o desafio: um experimento com morango, cultivado de forma orgânica. Aceitando o desafio, um dos produtores presentes no curso (que seria o 1º presidente da ECOMORANGO), em 1999, fez um plantio de morango de forma orgânica, que teve resultados satisfatórios.

Decorrente deste sucesso, em 2000, um grupo de treze famílias de produtores de morango de Bom Princípio, mais dois extensionistas da EMATER local, totalizando 20 sócios, formalizaram a cooperativa ECOMORANGO.

Os motivos que nos levaram a direcionar nossa produção para a forma orgânica foram: a) intoxicação dos agricultores por herbicidas e inseticidas; b) maior preço dos produtos (nicho de mercado); c) menor custo dos insumos; e d) valorização que os consumidores dão ao produto (Produtor de Morango Orgânico, Bom Fim Baixo, Bom Princípio).

Em outubro de 2001, quatro produtores e os dois extensionistas associados saíram da Cooperativa, assumindo então um novo presidente. Destes produtores, dois voltaram a produzir morango convencional e os outros dois produtores passaram a cultivar cana-de-açúcar¹. Com a desistência destes sócios, foi necessário que familiares dos sócios que permaneceram se associassem, para que houvesse novamente 20 associados, número mínimo

¹ Este casal de produtores possui a agroindústria Cachaçaria Mossmann, sendo o esposo, presidente da APROBOM - Associação de Produtores de Cana-de-Açúcar e Derivados de Bom Princípio, iniciada em 2005, e registrada oficialmente em setembro de 2007.

para o funcionamento de uma cooperativa. Em 2001, 2002 e 2003, houve a entrada de dois sócios, em cada ano respectivo, totalizando seis novos sócios, todos de Feliz. Desde 2004, dois produtores de Alto Feliz, que passaram a produzir organicamente, forneciam produtos à ECOMORANGO, mas na época não foram admitidos como associados. Em 2008 houve a dissidência de sete associados, que passaram a formar o Grupo Orgânico Terra Viva². Com isto, também houve troca de presidência. Já na ECOMORANGO, em 2008, foram admitidos cinco novos sócios, os dois produtores que já eram fornecedores de produtos orgânicos para a cooperativa, dois recém-entrantes na produção orgânica e uma associada para trabalhar com panificação, doces e geléias. Atualmente a ECOMORANGO é composta por 23 associados de Bom Princípio, Feliz e Alto Feliz. Foram presidentes da ECOMORANGO: Luiz André Steffens, José Veit e Ivan Bergamini. Atualmente José Veit cumpre sua segunda gestão.

Quanto à produção, inicialmente era somente o cultivo do morango, motivo do nome da cooperativa. Mas com o incentivo da EMATER local e do grupo da ECOCITRUS, de Montenegro, e a construção do quiosque para a venda dos produtos orgânicos, feito pela Prefeitura Municipal de Bom Princípio, em 2000, teve início a diversificação, sendo que atualmente a produção é de aproximadamente 60 variedades hortifrutícolas.

O trabalho dos cooperados é na produção, nas lavouras, nas feiras e no atendimento no quiosque de vendas da ECOMORANGO, em Bom Princípio, havendo uma escala de trabalho, onde é paga comissão (diária), e quando necessário, ocorrem mutirões solidários de trabalho nas propriedades. A produção e industrialização caseira de doces, compotas, *schmiers*, pães, cucas e bolachas é exclusiva das mulheres (Produtor de Morango Orgânico, Bom Fim Baixo).

A produção é programada quanto à quantidade e à escala de variedades a serem plantadas. A ECOMORANGO também faz trocas, vende e compra (terceiriza) produtos de outros grupos de produtores e assentamentos rurais que produzem produtos orgânicos, além de interagir com estes, através da participação de seus associados em cursos de capacitação e eventos para troca de experiências.

² As razões para as dissidências de alguns sócios da ECOMORANGO, em 2001 e 2008, não serão abordadas neste trabalho por envolver questões éticas.

7.1.1.3 A Dimensão Histórica para o Grupo Orgânico Terra Viva

Este grupo de produtores orgânicos foi criado em 2008, por quatro famílias, num total de sete pessoas, de Bom Princípio e Feliz, que faziam parte da ECOMORANGO, cooperativa da qual saíram, para formar este novo grupo.

No Grupo do Terra Viva, a produção principal é morango, uva e tomate, além de alface, beterraba, cenoura, couve-flor, laranja, bergamota, goiaba e frutas exóticas como melão chileno e quino.

Cada um dos componentes do grupo tem sua produção, sendo que o valor da venda de cada produto é 100% destinado a quem o produziu. Nas feiras, cada um de nós tem sua banca, mas estas três a quatro bancas, estão sempre juntas (Produtor de Morango Convencional, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

As mulheres do grupo, além de ajudarem na produção, produzem cucas, pães, bolachas, doces em calda e geléias.

Como se pode observar no conteúdo dos relatos, são observadas importantes transformações qualitativas nos modos de vida e de produção dos entrevistados, sendo estas expressivas para a formação das experiências no sistema produtivo. Salienta-se já neste detalhamento inicial, além da trajetória dos respectivos grupos e peculiaridades sobre a organização dos mesmos, o emprego de técnicas diferenciadas ao da produção convencional, no quesito manejo do solo e do morangueiro, especialmente no que se refere à adubação e aos defensivos. Para o melhor entendimento destas transformações se apresenta na sequência o conteúdo da dimensão técnica.

7.1.2 A Dimensão Técnica no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico

A transição do modo de produção convencional para o orgânico implica em mudanças nas práticas técnico-produtivas que redimensionam o modo de trabalho, tanto em termos de quantidade como de qualidade. Além disso, há também uma mudança nos valores e nas crenças, já que os princípios agrícolas encontram-se embasados em outros paradigmas que não são os da produção de escala, com altos custos ambientais pelo uso intensivo dos recursos. Neste modo de produção a eficiência produtiva encontra-se vinculada a métodos que produzam baixo impacto no ambiente. Além disso, as práticas visam desenvolver uma maior autonomia por parte dos agricultores para com os fornecedores de insumos tradicionais. Deste

modo, para as questões técnicas há um maior confronto entre as práticas tradicionais marcadas pela tecnologia de controle, com as orgânicas ancoradas em outros tipos de conhecimentos preventivos. Deste confronto, por vezes, são resgatadas práticas que atualmente poderiam ser consideradas como arcaicas e ultrapassadas. Contudo, quando ocorre o revigoramento de práticas antigas, por vezes passa a ocorrer uma realocação de conhecimentos, tendo como base os ensinamentos reforçados pelo “novo” modo de trabalho. Assim a dimensão técnica neste subitem visa o entendimento de como vem ocorrendo esta transição de saberes e técnicas, e com estas influenciam na condução do Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico do Vale do Caí.

Como ressaltado na dimensão histórica, as práticas relacionadas à cultura agrícola do morango orgânico são recentes sendo que estas tem como desafio principal o manejo. Para isto, há como referência todo o aprendizado acumulado com a produção convencional, no que tange as experiências em relação à seleção de cultivares, o enfrentamento das condições edafoclimáticas e as tentativas e erros para o combate das doenças e fungos para o morangueiro e o morango no Vale do Caí.

Já tínhamos a experiência em plantar o morango. Mas tivemos que fazer uma reciclagem nos conhecimentos. Para isto foi importante a primeira reunião palestra feita pela EMATER e a Secretaria da Agricultura. Depois de estabelecida a cooperativa continuamos a participar e a trocar conhecimentos e informações técnicas em cursos sobre produção orgânica. Até hoje pagamos diárias para associados que participam de cursos, pois estes depois podem socializar os conhecimentos (Presidente da ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

Entre as práticas que são observadas na dimensão técnica, um princípio básico que é salientado, sendo o mesmo utilizado por todos os produtores de morango orgânico do Vale do Caí, é a técnica da rotação de cultura. Efetuado o procedimento, a parcela a ser utilizada é tratada com adubos orgânicos como: esterco de gado, cama de aviário, biofertilizantes, biolíquido (ecocitrus), fosfato natural, compostagem feita na própria propriedade (húmus), e calcário quando necessário.

Na nossa propriedade, depois que os canteiros são esterçados, é colocado o plástico preto, feito o plantio, estendido os estufins e, por fim, a colheita. Nós utilizamos somente esterco de gado, e periodicamente mandamos fazer análise de solo, pois este já possui uma estabilidade por ter sido sempre manejado ecologicamente (Jovem produtor de morango orgânico, Escadinha, Feliz).

O uso do plástico preto recobrimo os canteiros é uma prática ocorrente na maioria das propriedades produtoras de morango orgânico na região. Além disso, os estufins também são utilizados, e por consequência a irrigação por gotejamento, tendo-se uma preocupação com o uso correto destes insumos produtivos.

Nós recolhemos o plástico dos estufins e o plástico preto, que são vendidos para reciclagem. Na medida do possível também mantemos a mata ciliar, ao longo dos recursos hídricos que banham as propriedades agrícolas, com ênfase para as nascentes; e temos cuidados com a deposição do lixo, a fim de evitar a contaminação do solo e do lençol freático (Produtor de Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

Utilizamos também o aluminet, que é uma tela termorefletoira que propicia um incremento na fotossíntese e serve para manter a temperatura dentro do estufim, em torno de 10°C, no inverno, o que dá mais constância e, portanto, qualidade ao morango por nós produzido (Jovem Produtor de Morango Orgânico, Escadinhas, Feliz).

As fontes hídricas utilizadas para irrigação, pelos produtores orgânicos, são açudes e poços. O acesso a recursos hídricos confiáveis, não contaminados por poluentes, é um limitador produtivo para alguns agricultores orgânicos.

Um dos produtores do nosso grupo não produz morango, pois em sua propriedade só tem cisterna, o que não é suficiente para a irrigação (Produtor de Morango Orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

A escala da minha produção de morango é pequena, desde 2001 só produzo para consumo próprio, por falta d'água. Para sanar este problema teria de fazer um alto investimento, o que não vale a pena, pois na nossa propriedade trabalham somente eu e minha esposa. Mas tenho uma produção considerável de outras frutas e verduras, que precisam menos água. O bom é que outros colegas da Cooperativa tem condições físicas mais propícias na sua propriedade e produzem os morangos (Produtor Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

Quanto às mudas, algumas são produzidas, mas a maioria são compradas de empresas que vendem mudas importadas, e principalmente de produtores de mudas da região. Na década de 80, a cultivar de morango utilizado na propriedade da Granja Schmidt era Campinas. Atualmente as cultivares de morango utilizadas pelos produtores orgânicos do Vale do Caí são várias, com destaque para: *aromas*, *festival*, *oso grande* e *sweet charlie*.

Uma característica deste modelo produtivo, é que grande parte dos defensivos e adubos são produzidos na própria propriedade, porém já existem vários produtos produzidos industrialmente para tal finalidade.

Tem muito vendedor de produtos para a agricultura orgânica. Alguns chegam até a ser chatos, de tanto que insistem para a gente comprar. Mas o preço é alto, e se usássemos só produtos comprados, não teria lucro nenhum. O melhor mesmo é a gente produzir o adubo, o húmus e as caldas (para combate de pragas e doenças) na propriedade da gente. É mais barato, e se tem certeza do que se está usando (Produtor de morango orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

Os principais tipos de pragas que atingem a produção são os ácaros, os fungos e as viroses. O controle natural de insetos e fungos é feito através de corredores ecológicos e água de açudes e cisternas próprias (não contaminadas), além do uso de calda bordalesa, calda sulfocálcica, água com cinzas e o supermagro (composto mineral).

No combate ao pulgão utilizamos criolina e sabão. Para os caramujos, são colocados nos corredores dos canteiros sacos de linhagem embebidos com leite ou cerveja. Para os grilos é necessária a retirada do plástico dos canteiros. Na busca de um equilíbrio e fortalecimento natural do morangueiro, temos um cuidado especial com o teor de nitrogênio no solo, para que a folha do morangueiro seja mais dura, e com os teores de magnésio, potássio, fósforo e cálcio, para que haja uma boa floração, e consequentemente, bons frutos (Jovem Produtor de Morango Orgânico, Escadinhas, Feliz).

Para o problema do nematóide, o produto orgânico Biotric é bastante eficiente. O problema é o seu alto custo. Quando o nematóide aparece, ele fica acumulado no estufim. Se neste mesmo canteiro com estufins, for feita a rotação de cultura, o nematóide estraga também a raiz dos outros tipos de cultivos. Há uma outra solução relativamente simples, mas bastante trabalhosa e cara também. Tem de se retirar o estufim, o plástico preto e revolver a terra, expondo-a ao sol. Com isto o nematóide morre. Aí é bom fazer a rotação de cultura. Para uma safra o problema está resolvido (Produtor de Morango Orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

Em setembro devido à umidade, geralmente aparece o mofo. Existe uma solução eficiente, mas trabalhosa: abrir os estufins para que os morangueiros peguem sol. Há também uma pesquisadora chilena (Rosa Maria Sanhueza) da Embrapa que desenvolveu um produto orgânico (*Trichoderma sp.*) para o mofo (Produtora de Morango Orgânico, Vale das Flores, Bom Princípio).

Na FEPAGRO, em Porto Alegre, durante uns anos teve um pesquisador (Dorvalino Lorenzatto) que cultivou fitoseídeos (predadores em feijoeiros) que matavam os ácaros ruins. Mas quando este técnico se aposentou, não houve continuação deste trabalho, de “assessoria técnica prática”. Se eu conseguisse restabelecer contato com este pesquisador, talvez ele me ensinasse esta técnica. Eu teria interesse em aprender, pois este método era eficiente (Jovem Produtor de Morango Orgânico, Escadinhas, Feliz).

Quanto ao uso de implementos e tecnologias para o manejo na colheita e pós-colheita são utilizadas ferramentas semelhantes as da produção convencional de morango. Na Granja Schmitz, uma ferramenta tecnológica importante foi a aquisição de um trator, via PRONAF, em 1998, que permitiu que a produção fosse triplicada. Nas demais propriedades produtoras de morango orgânico, alguns poucos dispõem de tratores. Já o uso de implementos agrícolas menores são usados por todos os produtores da região. Ainda no quesito tecnologia, os produtores da ECOMORANGO utilizam a Câmara Fria Municipal de Bom Princípio, para armazenar seus produtos.

Os relatos que compreendem a dimensão técnica para a produção orgânica de morango no Vale do Caí revelam diferentes estratégias dos agricultores para enfrentar os desafios que este modo de produção compreende, para atender às práticas de manejo diferenciadas para o funcionamento do sistema agroalimentar.

Os conhecimentos para o manejo foram adquiridos via difusão formal, com técnicos especializados, sendo estes comumente repassados para o grupo. Destaca-se também o interesse que os produtores de morango orgânico têm em buscar novos conhecimentos para complementar as experiências tácitas. A busca pela autonomia encontra-se ancorada na adaptação e apropriação dos conhecimentos que vão sendo aprimoradas para dar continuidade à reprodução do sistema agroalimentar.

Quanto à autonomia, foram conseguidos avanços em relação à questão da adubação e uso de insumos orgânicos. Por outro lado, estes ainda são dependentes de alguns insumos como as mudas, importantes para a qualidade dos frutos, que são adquiridas via mercado. Cabe destacar na questão dos insumos, o nicho de mercado para o fornecimento de insumos orgânicos que começou a aparecer no mercado. Tal oferta diminui a autonomia dos agricultores.

Nos relatos também se percebe que algumas técnicas utilizadas nos morangos convencionais também são recorrentes para os orgânicos, mas se fosse possível, alguns agricultores gostariam de abandoná-las, como é o caso do uso do plástico preto para recobrir os canteiros.

Contudo o principal desafio recai para o controle ecológico das pragas e doenças, pois o cerne da agricultura orgânica é o não uso dos agroquímicos, o que sensibiliza os consumidores para um produto diferenciado. Como visto anteriormente, os efeitos negativos do uso desmedido de agroquímicos nos morangos causa um impacto negativo muito forte nos consumidores. Como o mercado de orgânicos ainda está em fase de constituição, garantir o fornecimento de alimentos isentos de contaminantes químicos promove a construção de laços

de confiança entre os produtores e consumidores. Assim, a partir do entendimento de como as exigências e os desejos da demanda são percebidos pelos atores do sistema agroalimentar do morango orgânico, se direciona o conteúdo da dimensão alimentícia.

7.1.3 A Dimensão Alimentícia no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico

A dimensão alimentícia como dimensão analítica para a abordagem do SIAL tem como parâmetro verificar como as relações econômicas, sociais e culturais ocorrem entre os produtores e os consumidores. Cabe destacar que dependendo do tipo de produção esta relação vem crescendo, quanto as exigências, tanto quantitativas como qualitativas, pelo maior envolvimento e conhecimento dos consumidores com o alimento.

Mesmo sendo produzidos sob uma condição mais simplificada ou rústica, os consumidores não isentam que estes produtos sigam a padrões mínimos de qualidade, bem como que as instituições normatizadoras também exerçam este controle. Cabe destacar que por vezes estes são balizados em produtos com industrialização mais elaborada, o que acaba dificultando a entrada de produtos com outro patamar tecnológico, no mercado.

Na produção de produtos orgânicos os parâmetros de qualidade exigidos pelo mercado são semelhantes ao convencional, tendo como questões objetivas: os cuidados com a saúde sanitária, as embalagens e as rotulagens. Porém, salienta-se o uso racional dos recursos ambientais designados à produção, e fundamentalmente a isenção de uso de agroquímicos na produção. Neste modo de produção as questões subjetivas têm um peso maior do que na produção convencional. Os indicativos de qualidade intrínsecos aos produtos são firmados em outras bases, para a análise das propriedades organolépticas e visuais dos produtos.

Por serem orgânicos, há um envolvimento diferente do consumidor com o produto, e isto se percebe nos relatos para o morango. Os consumidores, também valorizam a cultura local, o saber fazer e a paisagem rural, pois estes laços com o território ajudam na reputação do produto consumido. Estas demandas objetivas e subjetivas quanto à qualidade têm influenciado no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico. Algumas destas modificações já foram pautadas anteriormente na dimensão técnica, quando nos relatos foi remetido para a importância dos cuidados ambientais, principalmente na questão do manejo diferenciado que este modo de produção exige. Mas para entender um pouco mais desta complexidade relacionada com a demanda e como isto tem influenciado nas práticas cotidianas dos agricultores orgânicos do Vale do Caí, seguem os relatos que integram a dimensão alimentícia.

Na dimensão alimentícia os relatos que proporcionam o entendimento de como os produtores lidam com as questões da demanda congregando as relações econômicas, sociais e culturais, têm como evidência marcante os relatos sobre onde, como e de que forma são realizados os contatos entre os consumidores e os produtos, sendo que isto pode ser evidenciado principalmente nas feiras de produtos orgânicos.

Nós vendemos todos nossos produtos em Porto Alegre. Nas quartas-feiras na Feira da Getúlio Vargas e no sábado na Feira da Colméia. Além de produtos de qualidade é necessário também ser bom vendedor. Meu irmão tem muita habilidade em vendas. Quando ele não vai, muitos clientes cativos perguntam por ele (Jovem Produtor de Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

Em 2000, começamos vendendo morangos no quiosque aqui em Bom Princípio. Com o aumento da nossa produção de morangos, procuramos outros mercados consumidores. E passamos a vender para um supermercado de Caxias do Sul que abriu um espaço para produtos orgânicos, até 2001. Em 2001, um dos nossos associados soube da feira orgânica, que ocorre aos sábados, na Antiga Estação Férrea, em Caxias do Sul. Aí com a ajuda da EMATER conseguimos participar desta feira. Também neste ano começamos a vender em algumas lojinhas de Novo Hamburgo, mas como a demanda de morangos era pouca, tornou-se inviável. Posteriormente começamos a participar da Feira do Senai, nas quartas-feiras, também em Caxias do Sul. Em 2004, conseguimos espaço na Feira Arco-Íris, em Porto Alegre, onde começamos a vender morangos e outros produtos orgânicos. Atualmente vendemos nossos produtos no quiosque, em Bom Princípio, em duas feiras de produtos orgânicos, três fruteiras e um restaurante macrobiótico, todos em Caxias do Sul, e a Feira Arco-Íris em Porto Alegre (Presidente da ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

Nós vendemos nossos produtos na feira Ecológica da Antiga Estação Férrea, sábados pela manhã, na Feira da Santos Dumont, nas quartas-feiras à tarde, e na fruteira orgânica de um de nossos associados, a “Horta da Nona”, tudo em Caxias do Sul (Produtor de Morango Orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

Em todos os casos, houve vários relatos sobre a dinâmica singular das vendas, pois os consumidores normalmente são os mesmos, ou seja, é um público cativo, que conhece os produtores e seus produtos. Em alguns casos, até uns chimarrões são compartilhados com alguns clientes, quando não há muito movimento, além das conversas. E no caso da Feira Arco Íris, em Porto Alegre, onde só podem ser vendidas frutas e verduras da época, os clientes já procuram por produtos referentes ao período produtivo.

Além disso, há diferentes formas, no quesito apresentação, utilizados pelos produtores, para o morango orgânico.

Nós só vendemos produtos frescos, por isso nossa embalagem é sem plástico. O consumidor acha isto muito bom. O único porém, é que sem o plástico não há lugar visível para a colocação de um selo básico, de identificação, pois dificilmente alguém vai olhar embaixo da bandejinha de morango para achar um selo. Mas como nós produtores da ex-Colméia, já a dois anos, Associação Riograndense de Produtores Orgânicos, estamos em processo para fazermos parte da ECOVIDA, provavelmente a partir de agosto (2009), já teremos o selo de certificação para colocarmos em todos os nossos produtos, mesmo que no nosso caso, seja embaixo na bandejinha de morango (Jovem Produtor de Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

Nós utilizamos embalagens de plástico transparente para que o consumidor possa ver o morango que está comprando. A qualidade do nosso produto é comprovada pelo selo da nossa cooperativa, além do selo de certificação de qualidade da ECOVIDA. Tem um custo a mais, mas é baixo, e vale a pena (Produtor de Morango Orgânico, Bom Fim Baixo, Bom Princípio).

Nós utilizamos o selo da ECOVIDA, e o selo próprio, individual de cada produtor do grupo. Assim, se um dia vier a dar problemas, vai ser fácil identificar aonde é o foco (Produtor de Morango Orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

O objetivo dos consumidores de produtos orgânicos é o acesso a produtos naturais, produzidos em consonância com o meio ambiente. Por isso, verifica-se a importância que os produtores dedicam aos selos com garantia de confiabilidade perante aos consumidores. Este tipo de produção é tipicamente, um nicho de mercado, onde o produto é produzido em pequena escala, geralmente por agricultores familiares, tendo um maior valor agregado ao preço, ou seja, os produtos orgânicos normalmente tendem a ser mais caros do que os produzidos de forma convencional. Os selos, nestes casos também são importante para os produtores, pois funcionam como uma garantia contra as fraudes e a concorrência desleal que prejudicaria o funcionamento deste mercado.

Em termos de mercado, o morango orgânico é rentável para os produtores do Vale do Caí, porém nos relatos são salientados dois gargalos produtivos que são: o pequeno tamanho das propriedades, e principalmente, a falta de mão-de-obra, que está ligada ao processo de sucessão nas propriedades.

De todos produtos que produzimos, o morango é o mais rentável. O preço tem baixa oscilação. Mas quando é pico de safra, aumenta a produção do morango, tanto do orgânico, como do convencional. A produção de morangos convencional tem um aumento acentuado do volume produtivo nesta época, e o preço destes diminui consideravelmente, o que acaba respingando um pouco nos orgânicos. Isto acontece, porque além dos consumidores cativos de produtos orgânicos, há os que compram de vez em

quando, e se a diferença do preço do orgânico para o convencional é muito grande, acabam comprando o convencional. Por isso o preço dos orgânicos, em pico de safra, geralmente também diminui um pouco (Jovem Produtor de Morango Orgânico, Escadinha, Feliz).

O preço do nosso morango é o mesmo o ano todo (só damos um pequeno desconto quando a produção é muito grande), mas dificilmente tem uma produção muito grande. Teríamos muito mais mercado para o morango orgânico, do que conseguimos produzir. Falta tempo e mão-de-obra (Produtor de Morango Orgânico, Alto Feliz, Feliz).

O preço pago ao morango é bom. Venderíamos muito mais, se tivéssemos mais para vender. As nossas propriedades são pequenas (média 5 hectares/cada), mas o principal problema é que falta mão-de-obra, e o morango é muito trabalhoso para ser produzido. De todo nosso grupo, só em 0,5 hectares há cultivo de morango. Fomos convidados a fornecer morangos e outros produtos orgânicos para uma rede de 11 supermercados, mas não temos escala para isto (Produtor de Morango Orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

Quanto às questões intrínsecas, percebe-se como é subjetiva a análise da demanda, sendo esta pontuada nos relatos, com um comportamento bem peculiar da maioria dos consumidores de produtos orgânicos, de que o alimento produzido organicamente segundo os julgamentos destes consumidores, deve ser pouco vistoso e pequeno. Tais parâmetros, com uma analogia contrária aos convencionais, é que atestam a qualidade que estes buscam.

Nós usamos uma embalagem que permite que o morango seja visto para que o consumidor possa ver que ele não está machucado ou podre. Mas quanto ao tamanho, eles podem ser morangos pequenos, que o pessoal até gosta mais. Há umas semanas atrás, quando fomos fazer a feira, levamos só uns tomates bonitos, bem grandes, e ficamos com os menores pro nosso consumo. Sabe que o pessoal olhava os tomates e ficava desconfiado. Diziam: este tomate está muito bonito pra ser sem agrotóxico. Nas semanas seguintes misturamos os morangos pequenos e grandes e vendemos mais. As pessoas acham que produto orgânico tem que ser miúdo e feio, o que não é assim (Produtor de morango orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

Nosso morango é bem apresentável, ainda mais para os moldes buscados pelo nosso tipo de consumidor. E isto é curioso. No ano passado produzimos uns pés de alface, que realmente eram bonitos, grandes, vistosos, com bastante folhas. Os consumidores lá da Colméia, olhavam para as alfaces e duvidavam que elas eram orgânicas. Conclusão: na semana seguinte tiramos quase 1/3 das folhas dos pés de alface, levamos para a feira e vendemos tudo (Jovem produtor de morango orgânico, Escadinha, Feliz).

Faz sentido pensar, pelos relatos apresentados, que a questão da qualidade é bastante subjetiva e depende do tipo de consumidor, e que este tem um forte poder de barganha, a ponto de levar os produtores a buscar novas alternativas para que a apresentação do produto

agroalimentar se adeque às suas expectativas. Nos casos relatados está expressa uma distorção bem sedimentada, que é resquício da era da modernização da agricultura, onde o uso de sementes tratadas, adubos e defensivos químicos poderiam ser danosos à saúde, mas em compensação, propiciavam produtos alimentares de tamanho grande, vistosos, com um padrão de qualidade homogêneo.

Como a produção orgânica, surgiu como um nicho de mercado, que propicia a alternativa de se consumir produtos alimentares, desprovidos deste fardo químico, passou a existir uma visão do consumidor de que este produto diferenciado, mais saudável, tende a ser pequeno e torto. Por isso a dedução: produto grande e vistoso = pacote químico, logo não é orgânico.

Outrossim, mesmo que para os produtores os selos onerem os produtos, estes tornam-se uma alternativa interessante para minimizar estes efeitos da qualidade subjetiva, pois se firmam como uma garantia para a reputação do produto. Porém, é necessário um trabalho de forma efetiva para que os consumidores reconheçam a validade destes instrumentos de certificação. Contudo, é mais razoável do que ficar desmerecendo os produtos para que estes tenham uma “aparência orgânica”, a fim de atestar a qualidade do seu trabalho.

Como se observou, a produção orgânica de morango é um nicho de mercado recente. Além dos produtores, os consumidores também estão se adequando para a construção de uma sintonia mais refinada para as relações de mercado. Dentro deste contexto desponta o papel das organizações e instituições, que corroboram para que estes produtores permaneçam inseridos no mercado, como será visto na dimensão institucional.

7.1.4 A Dimensão Institucional no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico

Nos relatos que compuseram a apresentação dos resultados para a dimensão institucional foram priorizados partes de texto que ressaltam como vem ocorrendo a construção de vínculos entre os atores sociais e o sistema agroalimentar do morango orgânico, bem como são organizadas as ações de origem pública ou privada para priorizar uma construção coletiva. Por isso foi importante verificar como foram sendo estruturadas estas ações para mobilizar de forma conjunta os interesses comuns, de forma que estes passem a fazer parte do vivido territorial.

De um modo geral percebeu-se, pelos relatos, que para uma maior eficiência das ações que visam aglutinar o interesse de diferentes atores em torno da cultura do morango orgânico, o principal desafio é a promoção das estratégias coletivas em detrimento das individuais. Tal

esforço vem sendo empreendido pelas organizações, ECOMORANGO, Grupo Terra Viva e produtores da Granja Schmitz, que ao se formarem passaram a congregar iniciativas produtivas e associativas que compõem o Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico, Estes gradualmente vêm recebendo o reconhecimento dos demais atores sociais e institucionais do território, por suas iniciativas que permeiam as dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e políticas. Cabe destacar que muitas das ações que poderiam estar percorridas neste subitem já foram introduzidas em itens anteriores, lembrando com isto que as dimensões têm fortes imbricações entre si.

Na dimensão institucional se destaca o papel da ECOMORANGO, que se caracteriza como receptora e promotora de ações colaborativas. A formação desta cooperativa foi amparada por diferentes instituições públicas e privadas que atuam na sociedade na escala local.

Quando organizamos a nossa Cooperativa, tivemos grande apoio da EMATER de Bom Princípio, bem como da Prefeitura Municipal, que em 2000, construiu um quiosque ao lado do Parque Municipal de Eventos e da Casa do Artesão, que foi cedido para uso da ECOMORANGO (Presidente da ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

Cabe destacar que a causa em prol da agricultura orgânica fazia parte de um novo contexto que foi sendo implantado no período 1998-2002, pelo Governo Estadual do Rio Grande do Sul. Na época, segundo Vian e Dos Anjos (2007), as agências da EMATER do Estado tinham como uma das orientações estimular a difusão das práticas agroecológicas. Tal fato, converteu-se num marco referencial que emoldurava uma nova forma de praticar a extensão rural. Nesta época o Estado teve então um papel que não era apenas acessório, pois dava respaldo ao modelo que estava sendo testado e gradualmente implementado para alguns contextos produtivos no Rio Grande do Sul.

Em termos de funcionamento da cooperativa ECOMORANGO, esta possui uma gestão participativa.

Nas segundas-feiras, à noite, todos integrantes da cooperativa se reúnem, sempre na casa de um dos associados, num sistema de rodízio, quando é feita a prestação de contas, pagamento da produção (onde 20% do valor da produção agrícola e 10% do valor dos produtos panificados e compotas são retidos para o caixa da cooperativa), programação do plantio e colheita e a escala de trabalho nas feiras. Na sede da cooperativa, no quiosque em Bom Princípio, cada sócio tem de trabalhar nas vendas um turno por semana, entre segunda-feira e sábado. Nas feiras há o predomínio dos homens, em função dos pesos das caixas com frutas e verduras. Em todos estes casos, o

associado recebe R\$40,00 de diária de trabalho. Nos domingos de manhã há um rodízio diferenciado, onde o trabalho do associado no quiosque é gratuito. (Presidente da ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

Em termos de divulgação da produção orgânica, a Festa Nacional do Moranguinho, é um potencializador de comunicação diferenciado. Os produtores da ECOMORANGO, com seu ponto comercial (FIGURA 16), ao lado do parque de eventos, aproveitam a festividade para divulgar a sua produção atraindo a atenção dos consumidores locais e não-locais. Atraída a atenção, estes aproveitam para comercializar diferentes produtos.

O nosso ponto de vendas é muito bom, pois está localizado no lado esquerdo da entrada do Parque Municipal de Eventos, ou seja, a maioria dos visitantes quando vem à festa do moranguinho, passam aqui defronte a ECOMORANGO, e acaba conhecendo nosso produto. Além do morango *in natura* vendemos várias guloseimas de morango, principalmente o espetinho de morango e chocolate que é muito gostoso (Ex-Produtora de morango, Morro São Pedro, Bom Princípio).



FIGURA 16 - Quiosque da ECOMORANGO em Bom Princípio

Outros meios institucionais também são acessados pelos produtores de morangos orgânicos do Vale do Caí que se mobilizam territorialmente para destacar a produção em outras escalas de mercado.

Em nível estadual, os produtores da Granja Schmidt fazem parte da Associação Ecológica do Rio Grande do Sul (ex-Cooperativa Colméia, de Porto Alegre). Esta associação, a partir de 2009, passou a integrar a Rede ECOVIDA³, uma rede que tem por objetivo certificar a qualidade de produtos orgânicos, que é expressa pelo seu selo.

³ Como não há um núcleo da ECOVIDA em Porto Alegre, estes passaram a incorporar o núcleo do Vale do Caí, em 2009.

A rede ECOVIDA é composta por 21 núcleos na Região Sul, sendo 9 do Rio Grande do Sul. O núcleo do Vale do Caí é formado pela ECOCITRUS, Novocitrus, ECOMORANGO, Amigos da Natureza, INCA, Grupo Orgânico Terra Viva e a Associação Agroecológica.

Cada núcleo possui um conselho de ética formado por um representante de cada grupo ou cooperativa que compõe o núcleo. Nas reuniões do núcleo o representante de cada grupo ou cooperativa diz quantos selos são necessários para tal organização. O controle de qualidade é feito através de vistorias, efetuadas pelo conselho de ética, que ocorrem através de sorteios aleatórios, sendo que cada propriedade é inspecionada uma vez ao ano. A propriedade tem de estar sempre disponível para vistoria, pois na propriedade pode haver também a visita do conselho de ética de outros núcleos. Caso haja problemas na produção, 1º é dado um aviso, mas dependendo do problema a exclusão já é imediata (Produtor Orgânico, Arroio das Pedras, Bom Princípio).

Os produtores da ECOMORANGO começaram a participar das reuniões da ECOVIDA em 2001, mas só conseguiram os selos de certificação de qualidade em 2005.



FIGURA 17: Selo de certificação orgânica fornecido pela ECOVIDA

O Grupo Orgânico Terra Viva, formado em 2008, já no seu início teve o reconhecimento da qualidade dos seus produtos orgânicos, pois seus produtores haviam sido integrantes da ECOVIDA, quando estes eram associados da ECOMORANGO, e assim receberam os selos de certificação de qualidade no mesmo ano.

Os produtores de cada grupo ou cooperativa são os melhores fiscais, pois se em uma das propriedades forem encontrados problemas, há o comprometimento da imagem de todo grupo.

Cada família de produtores paga Rs\$ 30,00/ano para o núcleo do Vale do Caí, do qual Rs\$ 6,00 são destinados para o Centro da Rede da ECOVIDA,

e o restante é utilizado pelo núcleo para as despesas referentes às vistorias nas propriedades (Presidente ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

O fato de uma organização fazer parte da ECOVIDA, não é impeditivo para que os mesmos participem de outras formas de certificação. Desde 2007, alguns produtores da ECOMORANGO, também tem sua propriedade certificada pela ECOCERT, pois estes fornecem matéria-prima para uma agroindústria com esta certificação.

Além desta mobilização em prol do reconhecimento da qualidade da produção, a ECOMORANGO e o Grupo Orgânico Terra Viva também se projetam institucionalmente fazendo trocas com alguns grupos que participam da ECOVIDA, em especial: o Grupo Ecológico de Ipê e Aecia, ambos de Ipê, Sítio Pé na Terra, de Novo Hamburgo, COOPERAÍ, de Cândido Godói, ECOCITRUS, de Montenegro e Novo Citrus, de Pareci Novo. Estas trocas proporcionam, mesmo que de forma simples, contato com o trabalho de outros grupos.

No inverno a temperatura aqui não é tão rigorosa, e produzimos bonitos pés de alface, sendo parte destes enviados ao Grupo de Ipê. Já no verão, quando na Serra o clima é mais agradável, e aqui no Vale do Caí é muito quente, eles nos fornecem alface, ou seja, a gente faz troca-troca de alface, e assim acontece também com outros produtos (Presidente ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

Em relação ao acesso a políticas públicas, os produtores de morango orgânico se valem de incentivos gerais como o acesso ao crédito através do PRONAF, algumas leis de incentivo à agricultura municipais, e de outras esferas públicas, como a Federal, para conseguir recursos. Cabe destacar que por serem coletivamente organizadas as instituições de fomento federal privilegiam o crédito para estas iniciativas, como uma forma de incentivo para a sua constituição e consolidação.

A ECOMORANGO, por ser uma cooperativa, tem a possibilidade, através de projetos, de alavancar recursos que transcendem a escala municipal, como o Governo Estadual e o Federal.

Em 2001, através de um projeto, foi conseguido do Governo Estadual a verba de R\$ 5.000,00, com a qual foi comprado: uma banca, caixas, um balcão e uma balança, e afins. Já em 2005, através de um projeto iniciado pela ECOMORANGO, o município de Bom Princípio teve acesso a uma verba do Governo Federal, de R\$ 60.000,00, dos quais, R\$ 22.000,00 foram destinados à cooperativa, que comprou um caminhão. (Presidente ECOMORANGO, Vale das Flores, Bom Princípio).

Ainda sobre fomento, os associados da ECOMORANGO que são munícipes de Bom Princípio, também podem fazer uso da lei nº 1.547/2009, para compra de mudas⁴.

Em relação a outros grupos trabalhados, a busca de crédito é acessada individualmente sendo que estes recorrem ao Banco do Brasil, para a aquisição de crédito, via PRONAF.

Portanto, na apresentação dos resultados referentes à dimensão institucional foram apontadas diferentes formas de ação visando à mobilização dos atores territoriais para uma construção coletiva em prol da dinamização do Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico. Neste contexto é preciso salientar que a formação das organizações em prol da cultura orgânica foram importantes para a criação de uma identidade coletiva reforçando os laços sociais no território, pois os gargalos produtivos e mercadológicos, bem como as oportunidades, passaram a ser compartilhadas entre os membros dos grupos. Mesmo que problemas internos possam ocorrer, estes grupos têm uma identidade forte e buscam reforçá-la através de elementos distintivos como o uso de selos. Destaca-se também, que os diferentes grupos buscam se articular com outros grupos que trabalham em prol da mesma causa, em diferentes escalas institucionais. Tal feito lhes proporciona maior respaldo para as suas ações e seus produtos.

Ao considerar-se este conjunto de informações apresentadas nas dimensões históricas, técnicas, alimentícias e institucionais, o Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico do Vale do Caí, mesmo sendo paralelo ao convencional, se consolida como um Sistema Agroalimentar Localizado (SIAL). Tal atribuição é procedente, pois similar ao convencional, este apresenta uma dinâmica territorial própria. Mesmo sendo de trajetória recente, este se vale da legitimidade histórica já construída através do empenho de diferentes saberes e conhecimentos que foram incorporados ao novo sistema e readaptados para um novo modo, orgânico, de praticar a agricultura. Os recursos humanos coletivos são essenciais ao funcionamento deste sistema, pois é a partir deste que se expressam os vínculos com o território pela realocização qualitativa do trabalho para a produção de um produto diferenciado.

Dando sequência ao capítulo é efetuada a análise das informações destacadas pelas dimensões visando compreender a diversidade e o estágio de desenvolvimento (estável, crescente ou decadente) deste SIAL. Para tanto, como realizado no capítulo anterior, foi necessário analisar a combinação das questões territoriais com as dimensões destacadas, sendo esta efetuada pela integração dos objetos de investigação analítica do SIAL, sendo

⁴ Esta lei foi explicitada no capítulo 6.

estes: (A) a coordenação dos atores, (B) a qualificação dos produtos, (C) a dinâmicas dos saberes e a formação de competências e, (D) a gestão dos recursos. A análise a ser realizada finaliza a divulgação dos resultados da pesquisa.

7.2. OS OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO ANALÍTICA DO SIAL DO MORANGO ORGÂNICO

A partir da estruturação da apresentação dos resultados, obtida pela descrição nas dimensões, processa-se a análise dos resultados tendo como guia os quatro objetos de investigação do SIAL compreendidos pela: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e competências e gestão dos recursos. Do conjunto de dimensões e objetos de investigação combinados com o arcabouço territorial, se obtém a avaliação da diversidade do processo produtivo e o atual estágio de evolução do Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico no Vale do Caí.

7.2.1 A Coordenação dos Atores no SIAL do Morango Orgânico

A análise da coordenação dos atores para o SIAL do morango orgânico tem como referência as relações estabelecidas entre os grupos de produtores estudados e o território, sendo estas analisadas a partir dos resultados das diferentes dimensões explanadas, a fim de verificar como vem ocorrendo a organização, estruturação e conduta das dinâmicas de produção e as implicações destas na reprodução social. Além disso, se avalia como as estratégias individuais ou coletivas vêm articulando a tessitura territorial e que tipo de laços de proximidade e redes tem se articulado sobre o território.

No conjunto total dos conteúdos das dimensões, uma característica que perpassa e se sobressai nos relatos é o potencial à organização coletiva para a representação dos interesses comuns relacionados com a produção de morangos orgânicos no Vale do Caí. Mesmo sendo de uma trajetória recente, desponta esta capacidade de associação, sendo que esta não se limita apenas à esfera local. Os grupos buscam estabelecer redes socioprofissionais tendo como cerne para a organização o modo de produção diferenciado, pautado pela causa orgânica como promotora de uma identidade produtiva. Mesmo que existam determinados problemas de coordenação interna, pois toda relação social não está isenta da manifestação do poder (SOUZA, 2000), os grupos buscam estabelecer suas estratégias de forma conjunta.

Quando se observam os apontamentos na dimensão técnica, as questões coletivas se destacam sobre as estratégias individuais, bem como proporcionam uma maior abertura para

receber e partilhar os conhecimentos. Os relacionamentos são estabelecidos com diferentes atores institucionais, tanto na escala local, como nas escalas regionais, estaduais e federais, sendo que assim se configuram redes verticais e horizontais no meio rural (MURDOCH, 2000). No âmbito destas relações são compartilhados, tanto conhecimentos formais como tácitos, sendo estes de origens diversas, podendo vir de outros grupos parceiros locais ou regionais, bem como de instituições federais de pesquisa, formando assim laços fortes com os parceiros locais e laços fracos com os extra-territoriais. Em determinados grupos existe até mesmo um incentivo para a busca de conhecimentos novos a fim de promover a socialização destes para o grupo. Tais relações têm como elemento aglutinador para a operação, a confiança, sendo esta essencial neste tipo de rede social (WILKINSON, 2008).

A confiança como base para a coordenação dos grupos se manifesta também quando são observadas as soluções implementadas para os problemas com a logística e a comercialização. Como se observou nos relatos, a produção quando não escoada no ponto particular (como o quiosque da associação ECOMORANGO), acessa o mercado via participação em feiras livres. Para operacionalizar este funcionamento há toda uma estrutura prévia que é discutida e que exige a participação coletiva dos membros. Com isto busca-se dirimir as assimetrias de poder.

Na dimensão alimentícia os problemas de coordenação dos atores consiste na estruturação de uma estratégia conjunta para sensibilizar os consumidores com a causa orgânica e a regulação dos preços. Para a sensibilização, aparentemente, os selos que deveriam servir de fiadores para tal processo não estão cumprindo com o seu papel.

Quanto à questão dos preços, o mercado de orgânicos possui características específicas, próprias do modo específico de produção (WILKINSON, 2008). De fato, tais características proporcionam uma oferta instável para os produtos, pois os mesmos estão sujeitos a maiores oscilações devido às fragilidades do processo produtivo. A manutenção desta regularidade, no caso do morango do Vale do Caí, depende do aumento da escala produtiva. Mas como foi verificado, há problemas fundiários (pequenas áreas de terra e dificuldade de acesso à água), além do preocupante problema relacionado à força de trabalho.

Quanto à coordenação dos atores em função das instituições, estas perpassaram a quase todas as explanações observadas neste item. O que é latente no Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico do Vale do Caí é a capacidade de serem mantidas relações em diferentes escalas territoriais, buscando agregar qualitativos para a produção orgânica e a reprodução social do grupo ao qual a cooperativa representa. Para o caso pode-se afirmar que a proximidade territorial proporciona a coordenação dos atores (PECQUEUR;

ZIMMERMANN, 2005) sendo que os grupos destacados, cada qual com as suas limitações e operacionalidades, são os elementos de representação que aglutinam os interesses comuns para a conquista de bens que passam a ser coletivos (ABRAMOVAY, 2002). Em função desta coordenação é proporcionada uma disponibilidade de produtos de qualidade ao consumidor.

7.2.2 A Qualificação dos Produtos no SIAL do Morango Orgânico

A questão da qualidade para um produto envolve critérios objetivos e subjetivos, e diferentes formas de mensurar e garantir estes critérios. Na questão dos produtos orgânicos a questão da qualidade inclui além das questões fitossanitárias, a garantia de isenção da presença de resíduos de agroquímicos que servem para o controle das doenças do morangueiro e do morango. A idéia de que os consumidores estão cada vez mais atentos aos problemas referentes à qualidade, ao invés da quantidade, para os produtos agroalimentares, é um fato quase que incontestável. O problema é saber precisar que tipo de qualidade os consumidores estão buscando para os produtos orgânicos? Que tipo de regulamentações devem incidir sobre estes produtos? E se consumidores estão dispostos a pagar por estas regulamentações que visam à qualidade? Poderiam ser efetivadas mais perguntas por que o tema é amplo. Não se busca neste item solucionar estas perguntas, mas parte destas figuraram na apresentação dos resultados e a análise estabelecida neste objeto de investigação margeia algumas destas questões.

Como se pode observar nas dimensões, há um comprometimento por parte dos atores estudados em buscar conciliar as demandas por produtos com qualidade através da produção orgânica. Cabe destacar que mesmo que esta produção esteja assentada sobre uma base tecnológica diferenciada, a mesma não está isenta de cobranças em relação à qualidade, semelhantes às realizadas aos produtos convencionais, e isto pode marginalizar alguns produtores que não têm como garantir esta qualidade (WILKINSON, 2008).

No recente percurso da produção orgânica de morangos no Vale do Caí, a qualidade associada ao modo de manejo agrícola diferenciado foi uma das motivações para o engajamento dos produtores a esta proposta. A adoção destas práticas foi vislumbrada como uma forma de entrar em um novo nicho de mercado, além de proporcionar uma alternativa ao modo de vida dos agricultores pelo uso de práticas menos agressivas a saúde.

Em relação às técnicas utilizadas no processo produtivo verificou-se, que parte do pacote tecnológico que vem sendo adotado para o manejo do morango convencional teve continuidade no cultivo orgânico. O que mudou consideravelmente foram as técnicas para a

correção do solo e o controle das pragas e doenças, e o uso dos recursos naturais e humanos envolvidos. As soluções vêm sendo buscadas, principalmente no contexto endógeno, para proporcionar uma certa autonomia e sustentabilidade sob o ponto de vista econômico e ambiental. Assim, os produtores de morango orgânico têm visado aprimorar as técnicas para que o manejo do morango ambientalmente sustentável, proporcione uma qualidade diferencial a partir do reconhecimento das especificidades do território.

Os consumidores de morangos e outras frutas e verduras orgânicas que freqüentam as feiras, na maioria, possuem uma imagem mental de que o produto orgânico decorre de um sistema de produção simplificado, e os produtos gerados neste sistema são mais “rústicos”, ou seja, o “feito” é visto como símbolo de uma qualidade superior. Este, é um problema singular para produtos que contêm atrelados à sua produção uma carga simbólica e cultural (AURIER; FORT; SIERIEX, 2005). Neste sentido será necessário que seja feito todo um trabalho com os consumidores para que, quando ocorram mudanças na apresentação do produto orgânico, isto não transpareça como perda da sua originalidade.

Cabe salientar que no contexto da qualificação dos produtos existe um envolvimento coletivo dos produtores para com as questões da qualidade, como um modo de valorização da natureza e do trabalho por estes realizados. Os problemas de assimetria de informação, quanto a garantia desta condição mais natural do modo de produção junto à comercialização, podem comprometer todo este esforço coletivo que se inicia à jusante desta etapa. Como visto na dimensão alimentícia, os contatos face-a-face que ocorrem na comercialização feita nas feiras, vem demonstrando maior eficiência do que o uso dos selos na questão da qualidade e, principalmente, da confiabilidade.

Portanto, para uma ampliação da confiabilidade em relação aos selos, também deveria ser feito um trabalho de conscientização junto ao consumidor, para que este entenda a eficiência do selo como um fiador de qualidade para o produto.

Este trabalho de conscientização, deveria ser uma parceria alavancada institucionalmente, entre os atores locais e grupos de escalas extra-territoriais ao Vale do Caí. Para isto seria importante a inserção destes produtores em outras redes para a formação de parcerias institucionais, como a já realizada com a ECOVIDA, que trabalham em prol da qualidade, bem como possam reforçar os laços sociotécnicos com instituições de pesquisa. Além disso, ainda em nível institucional, seria importante repensar o papel do Estado, pois conforme Acselrad (2002), as políticas que visam somente a escala local apresentam-se como promotoras de consensos e de paradoxos, pois dificilmente podem oferecer ganhos equivalentes a todos os atores sociais e econômicos. Por este motivo o Estado poderia

desempenhar um papel importante quanto à questão da regulamentação que vise dirimir as assimetrias de informação, já que uma intervenção mais direta no próprio mercado é menos factível.

7.2.3 As Dinâmicas dos Saberes e Competências no SIAL do Morango Orgânico

Na análise das questões referentes às dinâmicas dos saberes e a criação de competências, cabe destacar que a produção de um produto orgânico não está circunscrita apenas na opção pela produção de um alimento isento de contaminantes físicos, químicos ou biológicos, mas sim, envolve um modo de vida, por resgatar práticas que promovem a “naturalização” do processo produtivo. Além disso, também é objetivado uma qualidade substantiva nos alimentos, bem como sinergias positivas relacionadas à proteção do patrimônio ambiental, cultural e paisagístico do território.

Quanto aos saberes, estes são transformados em competências quando no processo de produção são respeitados os limites naturais do ecossistema territorial, sendo efetuadas práticas que respeitam as especificidades naturais que estão em constante adaptação às condições de tempo e espaço. A importância do saber-fazer faz a diferença (BARJOLLE; BOISSEAUX; DUFOR, 1999), diferenciando no mesmo território o morango orgânico, do convencional.

No caso do território do morango no Vale do Caí, as práticas orgânicas relacionadas com a produção de morangos se circunscrevem sobre a história das práticas convencionais. Quando houve a bifurcação na trajetória produtiva, a conjuntura da produção orgânica passou a gerar novos saberes para enfrentar os seus desafios agronômicos.

Assim como nas práticas convencionais, o circuito de construção do conhecimento na prática orgânica, também está balizado pelo método empírico da tentativa e erro. Contudo, os atores integrantes do sistema agroalimentar orgânico estão mais abertos para trocas de experiências com atores extra-territoriais, que são do mesmo patamar institucional ou pertencentes a outras escalas, como as instituições de extensão estaduais ou de pesquisa federais. Cabe destacar que nos grupos de produtores de morango orgânico o conhecimento sobre as práticas é compartilhado gerando uma cultura de valorização dos recursos humanos (BERÁRD, *et al.* 2005).

Mais propriamente, as competências desenvolvidas no uso das técnicas produtivas orgânicas no Território do Morango no Vale do Caí acabam influenciando na qualidade dos produtos, pelo estabelecimento de uma nova dinâmica para a relação de trabalho, e isto tem

proporcionado novas interações espaciais para articular o tecido produtivo local com o ambiente socioeconômico (SCHNEIDER, 2009).

No cerne desta mudança está a realocação das práticas produtivas promovidas pelo revigoramento das formas de manejo agrônomo que visam o uso sustentável dos recursos territoriais. No caso do Vale do Caí, houve uma realocação de parte do manejo agrônomo convencional do morango, para o manejo orgânico do morango. Assim, a realocação destas práticas recaptura os qualificadores naturais do espaço rural (SONNINO; MARSDEN, 2005). Tal condição transforma o conhecimento num ativo territorial específico, pois irá balizar a qualidade, sendo esta indispensável para a competitividade da produção de morangos orgânicos no Vale do Caí. Contudo, para que tal condição seja efetivada, será necessário que seja estimulada a eficiência coletiva nos grupos formados, bem como garantido que as práticas produtivas tenham uma continuidade, para que possa continuar havendo a socialização dos saberes e competências, mas isto implica em lidar com a questão da sucessão familiar.

O caso da ECOMORANGO exemplifica bem o problema, pois há somente um associado jovem (-30 anos), que em 2007/2008 foi residir e trabalhar com produção orgânica na Alemanha, a fim de buscar uma maior qualificação profissional. E dentre os filhos dos associados há somente um adolescente que, sempre que possível, participa das feiras, aos sábados, e das reuniões da ECOMORANGO, nas segundas-feiras, à noite. Como se pode observar há uma baixa participação dos jovens rurais envolvidos com a produção e isto poderá se tornar um gargalo para a continuidade das iniciativas. Mais uma vez se ressalta a importância da instalação de Instituto Federal de Educação no município de Feliz, como um mobilizador de conhecimentos a serem aplicados no rural, o que possivelmente corroborará para a permanência de uma parcela de jovens neste espaço.

Para assegurar a eficiência coletiva, há uma constante mobilização por parte dos atores institucionais e organizacionais à promoção de ajustamentos das estratégias individuais para estratégias coletivas (PECQUEUR E ZIMMERMANN, 2005). Tal afirmação esta embasada nas ações dos produtores de morangos orgânicos do Vale do Caí que estão buscando interagir com outras redes de produtores orgânicos e ecológicos. Tal estratégia tem visado à construção de uma identidade coletiva comum para a socialização das experiências e dificuldades, bem como para aumentar o poder de barganha na relação com as instituições federais. Portanto, a eficiência coletiva para o caso não vem ocorrendo de forma passiva, oriunda apenas da proximidade territorial dos atores (SCHMITZ; NADVI, 1999), mas é decorrente do empenho

dos atores institucionais e organizacionais para a construção das competências de forma conjunta.

7.2.4 A Gestão dos Recursos no SIAL do Morango Orgânico

Na investigação sobre a gestão dos recursos para o morango orgânico no Vale do Caí, observa-se que a ação dos atores está centrada no modo de como são realizadas as práticas agrícolas alternativas para a promoção do uso sustentável dos recursos territoriais.

Uma das formas de se conceber um produto como um patrimônio é através do entendimento de como este se torna reflexo da “expressão de um modo de organização econômica e social desenvolvido por indivíduos que estão ligados entre si por uma história comum” (AMBROSINI; FILIPPI; MIGUEL, p. 21, 2008). Para o caso estudado o sentido patrimonial ainda está em processo de construção, contudo o vínculo não está centrado unicamente no produto.

Quando são observados os relatos na dimensão histórica, verifica-se que a produção de morangos orgânicos no Vale do Caí ainda não tem um contexto histórico definido, por ser muito recente frente à trajetória do morango convencional. Mas a diferença entre uma trajetória consolidada e uma em formação não deve ser vista somente pela dimensão temporal, pois a base analítica utilizada é o território. Tendo o território como base, verifica-se que a prática orgânica para a produção de morango está proporcionando um uso diferenciado para os recursos naturais, causando uma reapropriação para os recursos locais. Tal feito pode ser considerado como um novo uso para o território, tendo atrelado a este uma dependência do caminho, onde as experiências anteriores somam-se com as novas para proporcionar um outro modo de produção.

O reconhecimento deste novo modo de produção, ancorado no território, vai depender da trajetória que a produção venha a estabelecer junto aos consumidores. Para os produtos orgânicos, geralmente a localização geográfica não se traduz em um elemento qualificador para o produto (WILKINSON, 2008). Assim, se a produção orgânica de morangos do Vale do Caí conseguir pela ação coletiva dos produtores ratificar a sua localidade como uma garantia para a qualidade, tal condição poderá firmar uma identidade respaldada pelo seu território produtivo. Tal condição poderá gerar uma reputação, tornando-se assim um elemento distintivo capaz de adicionar valor para os produtos, ou até mesmo promover o território no sentido de ser um cartão de visitas, um convite para a prática do turismo rural (BERÁRD;

MARCHENAY, 2000), como vem acontecendo com a ECOMORANGO que faz parte da rota turística, Sabores e Saberes, no Vale do Caí.

Contudo, para a manutenção desta reputação será necessário um desenvolvimento maior das redes de relacionamentos que estão sendo estabelecidas. Como se observou, há todo um empenho para a ampliação das redes de relacionamento dos grupos orgânicos do Vale do Caí, com outros grupos no Estado e fora deste. Tal empenho também pode ser visto como uma forma de afirmar a identidade dos grupos locais em relação aos seus parceiros, uma forma de estabelecer uma territorialidade pelo sentido de pertencimento (ALBAGLI, 2004).

Com base no desenvolvimento pontua-se que o sentido patrimonial para o caso estudado está em construção, não atrelado unicamente ao produto, mas decorrente de uma relação de expressão simétrica entre, o modo de produção orgânico, o produto e o território. De fato, parece necessário reconhecer que partirá deste conjunto a promoção da organização social e econômica a ser desenvolvida pelos grupos que estão compartilhando de uma história comum no território do morango no Vale do Caí, para dar sentido ao processo de patrimonialização desta produção.

Portanto, ao longo deste capítulo foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Na primeira parte, os resultados foram apresentados através de dimensões pré-estabelecidas de acordo com a abordagem do SIAL sendo estas: a histórica, a técnica, a alimentícia e a institucional. Na segunda foi realizada a análise dos resultados através dos objetos de investigação do SIAL: a coordenação dos atores, a qualificação dos produtos, a dinâmica dos saberes e competências e a gestão dos recursos.

Ao tratarmos das diferentes dimensões e objetos de investigação, ficou saliente que no Território do Morango do Vale do Caí, há um Sistema Agroalimentar Localizado diferenciado ao convencional, o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico, marcando assim uma diversidade para as práticas socioprodutivas que são estabelecidas no território.

Nas diferentes dimensões que compuseram o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico foram observadas as ações realizadas por três grupos responsáveis por este modo de produção alternativo. Em diferentes passagens foi salientado que este sistema agroalimentar tem uma trajetória histórica recente, contudo esta se estabeleceu devido a uma bifurcação na trajetória do morango convencional. Assim, as técnicas produtivas que vinham sendo utilizadas receberam “novos” conhecimentos, de como reincorporar “velhas” práticas para enfrentar os desafios agrônômicos. Cabe destacar que para a mudança foram combinados o conhecimento formal oriundo de pesquisadores e extensionistas, com o conhecimento tácito

singularizado pelas práticas dos agricultores nas propriedades familiares. Como as práticas produtivas estão integradas a grupos específicos, os conhecimentos são sociabilizados para estes grupos tornando-se coletivo. Na dimensão alimentícia foi observado que a qualidade tem sido meta de uma construção coletiva, e esta questão coletiva é marcante também para as questões institucionais, onde se observou que os atores institucionais buscam acessar diferentes escalas de poder para o fomento de suas demandas.

Decorrente das dimensões, as análises pelos objetos de investigação revelaram que a proximidade territorial proporciona a densidade social para a coordenação de ações coletivas, e estas ações coletivas são marcantes nos diferentes objetos de investigação, passando pela construção conjunta dos saberes, das articulações referentes às questões da qualidade, finalizando nas ações para a promoção da identidade do grupo, em diferentes escalas territoriais. Salienta-se também que a qualidade para Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico do Vale do Caí sofre com os problemas da subjetividade da demanda e que os selos não estão conseguindo dirimir este problema. Quanto a consideração deste Sistema Agroalimentar Localizado como um patrimônio produtivo, foi observado que o processo ainda é muito recente para firmar uma posição, mas têm-se indicativos positivos para o futuro da questão.

Diante deste contexto apresentado e discutido, torna-se evidente que o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico do Vale do Caí tem elementos para ser considerado um SIAL, sendo que o seu atual estágio de evolução é de crescimento. Para finalizar o capítulo se apresenta um quadro síntese com os principais pontos percorridos.

Objetos de Investigação Dimensões	Coordenação dos Atores	Qualificação dos Produtos	Dinâmica dos Saberes e Competências	Gestão dos Recursos
<i>Histórica.</i>	Traj�t�ria temporal recente marcada por a�es coletivas.	Especificidades do manejo orgânico como início para a adesão � prática.	Capital humano desenvolvido por experiências coletivas.	A constru�o da patrimonializa�o depende do modo de produ�o, do produto e do território.
<i>Técnica.</i>	Conhecimento formal pautado por rela�es verticais e horizontais; e conhecimento formal e tácito coletivizado para o grupo. Confiança forte ligada às práticas logísticas e comerciais.	Combina�o de técnicas convencionais com as orgânicas respeitando as particularidades do modo orgânico para promover a qualidade.	Desenvolvimento de conhecimentos para suprir as necessidades agrícolas oriundas de trocas de experiências institucionais. Relocaliza�o de práticas agrícolas visando o uso sustentável dos recursos territoriais. A sucessão familiar como um entrave � continuidade da transmissão de conhecimentos.	Modo de produ�o ancorado na reapropria�o dos recursos territoriais.
<i>Alimentícia.</i>	Os atores territoriais estão empenhados em promover a qualidade e regulariza�o dos preços.	Os selos como garantia da qualidade com baixo reconhecimento dos consumidores, valoriza�o dos contatos face-a-face.	Relocaliza�o de práticas como forma de recapturar os qualificadores naturais do espaço rural para os produtos.	A�es coletivas para promover o senso de liga�o entre o território e o produto, estendendo esta como uma garantia para a qualidade.
<i>Institucional.</i>	Coordena�o ativa para a mobiliza�o das organiza�es e institui�es em diferentes escalas territoriais.	Parcerias valorizando a coletividade, em diferentes escalas de a�o territorial, com forma�o de redes.	Eficiência coletiva embasada no ajuste das estratégias individuais. A�es em rede para a constru�o de uma identidade coletiva.	Reputa�o afirmada pelas redes em diferentes escalas territoriais de produ�o e consumo.
<u>BASE TERRITORIAL PARA O SIAL.</u>	A�es em diferentes escalas de poder. Presença de rela�es simétricas e assimétricas de poder. A proximidade territorial proporciona a coordena�o.	Ausência do Estado como instância de poder para a questão regulatória e normativa. Busca de simetria de informa�es e de poder entre os atores para a forma�o de redes.	Simetrias de informa�o marcam as atividades de extensão. Vantagens da proximidade territorial são aproveitadas pelos atores institucionais para planejamento de a�es conjuntas.	Território como um ativo para o reconhecimento do patrimônio produtivo. Promo�o da territorialidade como um sentimento de pertencimento.

Quadro 15 - Síntese do Capítulo para o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico.

Fonte: Elaborado pela autora.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são estabelecidas as considerações finais do estudo realizado. Para tal intuito são retomadas, no primeiro momento, as hipóteses, a fim de averiguar como os resultados alcançados supriram as hipotetizações demandadas. No segundo momento são apresentados os pontos relevantes diagnosticados com o desenvolvimento da pesquisa. Finalmente será feita uma explanação sobre as limitações do estudo e as sugestões para pesquisas futuras.

8.1 RETOMANDO AS HIPÓTESES PARA TECER AS CONCLUSÕES DA PESQUISA

Para responder ao problema de pesquisa, e conseqüentemente validar ou não, a hipótese principal, foram estabelecidas hipóteses específicas que orientaram as discussões que vem encaminhando o resultado final. Estas foram respondidas por fases diferenciadas da pesquisa, bem como apresentadas e discutidas no decorrer dos capítulos.

8.1.1 A Contribuição das Abordagens do Território e do Sistema Agroalimentar Localizado para a Interpretação e Análise do “Território do Morango no Vale do Caí”

Para avançar na resposta à hipótese principal foi necessária primeiramente, no capítulo um, a apresentação da problemática, que instigou a este trabalho, onde o objeto de pesquisa é o morango de mesa, produzido no Vale do Caí, Rio Grande do Sul. Assim foi feita uma introdução ao assunto, seguida da explicação dos procedimentos metodológicos que foram utilizados na presente pesquisa. A fim de embasar esta pesquisa teoricamente, houve a opção de ser utilizado o conceito de Território, apresentado no capítulo dois, e após, como este combina com a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados, apresentado no capítulo três.

Mas para o entendimento acerca da produção de morango do Vale do Caí, no Rio Grande do Sul, também fez-se necessário o entendimento do mercado do morango, na escala mundial, nacional e estadual, o que se deu através do panorama do morango, apresentado no capítulo quatro. A partir deste entendimento, enveredou-se para a escala regional, tornando-se necessário, primeiramente, a caracterização da área de estudo, com a apresentação dos aspectos geográficos, históricos, sociais e econômicos do Vale do Caí, com ênfase para os três

maiores produtores de morango: Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, no capítulo cinco.

Com base na teoria, nas tendências do mercado do morango, do entendimento de vários aspectos geográficos, históricos, sociais e econômicos do Vale do Caí, apurados nos dados secundários e na pesquisa de campo, foi percebido que muitas características são específicas da produção de morango convencional, e outras, da produção orgânica. Nos referenciais teóricos da abordagem do SIAL, um dos norteadores é a percepção da diversidade e do estágio de desenvolvimento de um SIAL. Desta forma, pela diversidade do processo produtivo existente, foi considerado relevante que a apresentação dos resultados, através das dimensões: histórica, técnica, alimentícia e institucional, bem como a análise dos resultados, a partir dos objetos de investigação: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e competências e gestão dos recursos, fosse feita em dois capítulos. No capítulo seis, o SIAL do Morango Convencional, um sistema agroalimentar, que é estável, de aproximadamente 50 anos; e no capítulo sete, o SIAL do Morango Orgânico, um sistema agroalimentar que é crescente.

Assim, através de toda esta conjuntura que envolve o morango, no Vale do Caí, pode-se concluir que a hipótese central: “As abordagens do Território e do Sistema Agroalimentar Localizado contribuem para a interpretação e análise do território do morango no Vale do Caí”, foi confirmada, pois a introdução da cultura do morango no Vale do Caí não foi obra da natureza, mas sim, um dos projetos que homens e mulheres vem construindo no decorrer de sua vivência em sociedade, potencializando o uso e apropriação do espaço, imbuindo-se de história, identidade, labor, conflitos, problemas e soluções: atributos estes, constantemente em processo de construção, mudança, adaptação e reconversão. E é esta orquestração dos atores sociais, através da sua ação sobre este espaço, que levou a formação do “Território do Morango do Vale do Caí”.

8.1.2 Combinação das Abordagens do Território e dos Sistemas Agroalimentares Localizados

A primeira hipótese específica foi sendo contemplada ao longo do capítulo dois, quando foi analisada a trajetória do conceito Território, e ao longo do capítulo três, onde foi apresentada a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados.

O capítulo dois foi iniciado com a discussão acerca do Território como um conceito geográfico, para o qual foi feito um breve resgate da evolução deste conceito e as principais

características deste debate, a fim de se entender como houve a passagem da visão clássica ligada ao Estado-Nação, para os “novos usos” do território. Estes novos usos são baseados no entendimento da gênese das escalas geográficas, que permitem o entendimento do território como um objeto multiescalar, ou seja, o território se conforma, quando num determinado espaço os atores sociais, econômicos e institucionais locais e não-locais manifestam através de suas ações diferentes formas de poder para a apropriação e uso dos recursos territoriais. E por outro lado, pela ação dos atores sociais, também são criadas relações identitárias, culturais e simbólicas gerando a territorialidade, um sentimento de pertencimento ao território, que pode ser materializado de várias formas, entre elas, pela valorização de um determinado produto que traz embutido características do seu território de origem.

Todo este contexto, também vem chamando a atenção para o uso do espaço de forma coletiva que pode gerar vantagens competitivas e adicionar valor aos produtos pelos recursos da proximidade. Além disso, a relação entre o território e os sistemas e arranjos produtivos, se relacionados com as dimensões sociais, institucionais e organizacionais produz efeitos nos processos de cooperação, aprendizagem, inovação, reciprocidade e outras diferentes mediações para coordenar capitais sociais de origem distintas, no tempo e no espaço urbano e rural.

No caso do rural, a abordagem multidisciplinar dos Sistemas Agroalimentares Localizados, apresentado no capítulo três, mostra-se muito interessante. O acoplamento desta abordagem, que teve início com o estudo de agroindústrias rurais na América Latina, avançando para análises de outros produtos agroalimentares que são locais ou localizados, podendo ser noutro momento, novamente deslocalizados, e se necessário realocados, com a abordagem do território, permite o entendimento da ancoragem territorial das atividades que pode ser efetivada pelo uso dos recursos territoriais e pelos relacionamentos sociais, político-institucionais, econômicos, ambientais e simbólicos estabelecidos pelos atores sociais num sistema agroalimentar. Neste sentido, a hipótese: “a combinação das abordagens do Território e do Sistema Agroalimentares Localizados é possível, pois ambas possuem elementos conceituais convergentes e complementares, sendo a abordagem do território a base analítica para as dimensões e os objetos de investigação da abordagem do SIAL” foi validada, pois após a análise de ambas as abordagens, chegou-se a um desenho analítico em forma de pirâmide, em que o território com seus elementos fundamentados nas escalas geográficas, no poder, na territorialidade e na proximidade espacial, é a base que sustenta as faces da pirâmide que são as quatro dimensões: histórica, técnica, alimentícia e institucional, e também as arestas: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e formação

de competências e gestão dos recursos, que culminam no ponto superior com o Sistema Agroalimentar Localizado a ser estudado.

8.1.3 A Competitividade do Sistema Agroalimentar do Morango do Vale do Caí

Esta hipótese: “Diante da construção de um panorama para a observação das tendências, entraves e oportunidades em várias escalas de mercado, o sistema agroalimentar do morango do Vale do Caí só não é competitivo na escala do mercado global. Nas demais escalas as dinâmicas territoriais produtivas, desenvolvidas nos diferentes elos que conformam à cadeia produtiva, proporcionam uma competitividade destacada em relação a outros territórios produtivos nacionais e regionais”, começou a ser analisada através do capítulo 4, onde foi apresentado um panorama do mercado do morango na escala global, nacional e estadual- regional. A partir deste, foi percebido que a falta de competitividade na escala global não é uma característica somente da produção de morango do Vale do Caí, Rio Grande do Sul, mas sim, de toda a produção nacional, onde os índices de exportação desta fruta são baixos, apesar de existirem demandas crescentes para o morango no mercado externo. Em segundo lugar, em relação ao Censo Agropecuário de 1996, averiguou-se que todos os estados aumentaram a sua produção absoluta, sendo que Minas Gerais continua liderando o ranking nacional, mas o Rio Grande do Sul, segundo dados de 2006, acabou perdendo a segunda colocação para São Paulo, diminuindo a sua expressividade na participação total de 25% para 16%. Este é um forte indicativo de perda de competitividade da produção gaúcha de morango, em relação ao mercado interno nacional.

Em terceiro lugar, partindo da escala nacional para a escala regional, dentro do Rio Grande do Sul, foi visto que a produção de morango se concentra nas regiões do Vale do Caí, na Serra Gaúcha e na região de Pelotas, no sul do estado. Comparando os dados de 1996 e 2006 foi observado um aumento absoluto da produção de 17%, embora a área destinada ao cultivo tenha diminuído em 25%. Em contrapartida a produtividade média aumentou de 5,8 ton./ha para 30,22 ton./ha, um indicativo do aprimoramento das técnicas, de uma maior qualidade dos insumos e um melhor manejo dos morangueiros.

Porém, o pólo de Pelotas vem apresentando um declínio acelerado de produção. E o Vale do Caí, que era o maior produtor de morango de mesa do estado, vem perdendo fatias significativas de mercado, para o novo pólo produtor da Serra Gaúcha.

Tal situação leva à percepção de que esta hipótese não se confirmou, pois a partir da análise do panorama multiescalar do morango no capítulo quatro, da caracterização do Vale

do Caí, no capítulo cinco, e da apresentação do Sistema Agroalimentar do Morango Convencional no capítulo seis, foi percebido que esta região produtora não é expoente no mercado nacional. Assim, apesar de haver uma trajetória produtiva considerável nesta região, nos últimos anos, esta não está consolidada, pois o Vale do Caí já não pode ser mais considerado o maior produtor de morango de mesa do Estado.

Atualmente há uma concorrência entre o Vale do Caí e a Serra Gaúcha, que vem aumentando gradativamente sua produção por possuir condições edafoclimáticas mais favoráveis, que permitem a produção de morango em todos os meses do ano, além de um custo produtivo menor.

8.1.4 A construção da territorialidade vinculada ao morango, no Vale do Caí, é um interessante diferencial de mercado

A terceira hipótese específica foi sendo contemplada no decorrer dos capítulos 6 e 7, quando foram apresentados e analisados respectivamente, o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional e o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico, ambos no Vale do Caí, Rio Grande do Sul.

Os capítulos referidos foram estruturados em quatro dimensões: histórica, técnica, alimentícia e institucional, a partir das quais foi possível, pelos resultados empíricos apresentados, um diagnóstico básico das características da produção de morango no Vale do Caí, ao longo de 50 anos. Após esta caracterização, através dos objetos de investigação: coordenação dos atores (sistema de ação, redes sociais); qualificação dos produtos (tramas institucionais, regras e normas); dinâmica dos saberes e competências e gestão dos recursos (patrimonialização, formas de apropriação), foi feita a análise dos diagnósticos, do modelo produtivo convencional e do modelo produtivo orgânico.

Desta forma, foram percebidas características que diferenciam estes dois SIAIs. No SIAL convencional o manejo do morangueiro e do morango é pautado no uso de adubos e agroquímicos; e as ações dos atores, geralmente são singulares e individuais, caracterizadas pela dificuldade da institucionalização de ações coletivas, para o atendimento das demandas de qualidade. No SIAL orgânico o manejo do morangueiro e do morango é pautado na busca de uma produção sustentável, com o uso de técnicas alternativas pouco agressivas ao meio ambiente; e as ações dos atores sociais visam predominantemente ações de cunho coletivo, tanto no compartilhamento do conhecimento tácito, quanto nas formas de comercialização,

onde o contato face-a-face com o consumidor é o diferencial qualitativo, baseado na confiança.

Mas há um aspecto em que ambos SIAIs convergem. Ao longo do processo temporal em que o morango vem sendo cultivado no Vale do Caí, passou a existir uma afinidade entre os atores sociais e a prática produtiva, gerando uma territorialidade, um sentimento de pertencimento, no qual o ponto focal é a identidade territorial vinculada ao morango. Esta é expressa no saber fazer da população local, na imagem e nome do morango expresso nas placas com o nome das ruas, nos logotipos e logomarcas de alguns estabelecimentos comerciais, no pórtico de Bom Princípio, e de modo especial no engajamento das comunidades locais quando ocorrem as festas alusivas ao morango.

Em função deste contexto, a hipótese: “No Vale do Caí, ao longo do tempo, as ações de muitos atores sociais, econômicos e político-institucionais passaram a ser direcionadas em prol da produção de morangos, gerando uma territorialidade, sendo esta o principal diferencial de mercado em relação aos concorrentes”, é confirmada, pois há um reconhecimento de que o morango tornou-se um patrimônio produtivo do Vale do Caí, pelas comunidades locais, e principalmente pelos consumidores, que confirmam esta territorialidade pela sua participação nas festividades relacionadas ao morango. Esta realidade demonstra que os consumidores reconhecem o morango como um patrimônio produtivo do Vale do Caí, e por isso, é relevante que esta imagem do morango como um produto típico do Vale do Caí, perante o consumidor, seja mantida e fortificada, pois este é o diferencial, em relação aos concorrentes.

8.2 CONTRIBUIÇÕES DERIVADAS DA PESQUISA

Os resultados desta tese não visam buscar comparações entre o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional e o Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico, pois a proposta desta pesquisa foi analisar como se deu a construção do “Território do Morango do Vale do Caí”. Durante a pesquisa foi sendo percebido que a cultura produtiva do morango introduzida pelos atores sociais, no espaço, passou a ser tão relevante para a economia e a sociedade dos municípios de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, que esta passou a ser a motivadora de várias ações dos atores sociais, que passaram a ser agregadas da ação dos atores político-institucionais, sendo que ambos vêm, ao longo dos anos, gestando várias iniciativas em prol da manutenção e sucesso da produção desta fruta, o que por outro lado, vem gerando laços identitários bastante fortes, materializados em nomes, logotipos, logomarcas de casas comerciais, nas festas alusivas e na imagem mental dos consumidores

que ligam estes municípios produtores ao morango, de modo especial em Bom Princípio, ou seja, neste Território do Morango, através da trajetória da produção desta fruta e suas derivações decorrentes, vêm sendo construídos ao longo dos anos, dois sistemas agroalimentares, o convencional e o orgânico, ambos localizados, com características produtivas diferenciadas, mas que tem em comum, a geração de uma territorialidade vinculada ao morango.

Em relação à contribuição teórica para a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados apresentada nesta pesquisa, têm-se vários aspectos. Em primeiro lugar, cabe destaque a relevância do Território como base analítica, para as dimensões e os objetos de investigação da abordagem do SIAL, que permite a observação de que, quando a ação dos atores sociais, econômicos e político-institucionais num determinado espaço, em prol de uma cultura produtiva, consegue ativar sinergias positivas, em função da proximidade espacial, onde emanam diferentes formas de poder, em diferentes escalas, produzindo uma identidade vinculada ao produto, numa típica territorialidade, forma-se um território produtivo. Portanto o território não é um ator estratégico, nem tampouco uma metáfora, como nos afirma Muchnik (2006), mas sim um objeto, fruto da construção/desconstrução dos atores sociais, econômicos e político-institucionais.

Em segundo lugar, quando um território é constituído, torna-se possível a configuração de diferentes arranjos produtivos, que podem ser orquestrados simultaneamente, a partir de único produto alimentício, como foi diagnosticado no Vale do Caí, onde há o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Convencional e o Sistema Agroalimentar Localizado do Morango Orgânico. Assim sendo, o Território é a base maior que comporta dois ou mais SIAIs.

Em terceiro lugar, na abordagem do SIAL, é apresentada a questão da localização e da deslocalização de um produto. Porém, quando os produtores buscam estratégias para capturar um valor adicional ao produto ou formam novas associações de produtores, ou ainda desenvolvem novos nichos técnicos socioespaciais, a fim de que o produto venha a ser mais competitivo e conquiste novos mercados pode-se considerar que o produto alimentício foi “relocalizado”. Devido a esta lacuna teórica, foi introduzida neste trabalho de pesquisa, a questão da relocalização.

Em relação à metodologia, apesar de haverem vários artigos abordando as quatro dimensões: histórica, técnica, institucional e alimentícia e os objetos de investigação: coordenação dos atores, qualificação dos produtos, dinâmica dos saberes e formação de competências e gestão dos recursos, são poucos os trabalhos em que as dimensões e os

objetos de investigação foram usados concomitantemente para a análise empírica de uma pesquisa.

Em relação às questões de ordem operacional, há vários aspectos a serem apontados, de modo especial no que tange à produção e à comercialização.

No quesito produção, há um requisito básico, cada vez mais salientado nas opções de compra dos consumidores: a aquisição de um produto agroalimentar saudável. Esta tendência tem reflexos diretos nos dois Sistemas Agroalimentares do Morango do Vale do Caí. No SIAL do Morango Orgânico, o maior problema é a baixa escala produtiva, para a demanda crescente, o que já fora apontado por Caminati (2008). Portanto, seria interessante que houvesse novas iniciativas de implementação de produção orgânica nos municípios produtores.

No SIAL do Morango Convencional, este contexto vem direcionando a um cuidado rigoroso com os prazos de carência, que são necessários para que não permaneçam nos morangos resíduos de agroquímicos. Em função dos quesitos técnicos, na produção de morangos convencionais é utilizada toda tecnologia, atualmente disponível no mercado. O problema que torna o custo produtivo maior, e a produção menor, em relação à produção da Serra Gaúcha, são as questões edafoclimáticas. Estas características edafoclimáticas, muitas vezes, levam a um uso equivocado de insumos e agroquímicos, por isso a participação dos produtores em associação de produtores, cooperativa, palestras e cursos ministrados por técnicos da EMATER, EMBRAPA e outros, direcionados ao manejo do morango, são muito importante para a qualificação desta cultura produtiva.

Mas esta questão da qualidade do morango, sem resíduos de agroquímicos, deveria ser uma preocupação conjunta dos gestores de todos os municípios produtores de morango do Vale do Caí. Afirma-se tal consideração, pois sempre que há a detecção de amostras de morangos contaminados, pelos órgãos da Vigilância Sanitária, isto é espalhado nos meios de comunicação, e a imagem de toda produção de morango deste território fica comprometida, levando por consequência direta à diminuição das vendas de morango.

Desta forma, a adoção de um Programa de Qualidade, conjunto entre os municípios, ou seja, a construção de um diferencial qualitativo do morango do Vale do Caí, visível aos olhos do consumidor através de um selo de qualidade, seria uma ferramenta mercadológica eficiente, frente à expansão produtiva de morangos na Serra Gaúcha. Caso houvesse a efetivação de um programa de qualidade, poderia ser pensado, num segundo momento, a efetivação de uma “Indicação de Procedência”.

Muito embora, as preocupações com a qualidade produtiva sejam bem importantes, há um problema de base, que mereceria atenção maior dos gestores públicos dos três municípios produtores, o baixo número de jovens que estão trabalhando no cultivo do morango. Se não houverem políticas públicas eficientes, de incentivo à permanência dos jovens na agricultura, o volume produtivo tenderá a diminuir à médio e longo prazo, comprometendo todo o processo de construção da identidade territorial dos municípios produtores vinculado ao morango. Talvez políticas públicas de estímulo a novos canais de comercialização, que valorize o trabalho do produtor e da produtora de morango, bem como possibilite maiores ganhos, seria um viés que poderia ser considerado.

Assim, apesar da produção de morangos do Vale do Caí já vir sendo escoada na CEASA de Porto Alegre, na CEASA de Caxias do Sul, nas bancas ao longo da RS-122, em fruteira, confeitarias, restaurantes e supermercados da Região Metropolitana, da Serra Gaúcha e região de Santa Cruz, uma relação de comercialização mais direta entre o produtor e o consumidor poderia sedimentar a imagem e o vínculo identitário do consumidor em relação ao morango do Vale do Caí.

Neste sentido cabe destaque que, exceto nos períodos em que ocorrem as festas alusivas ao morango, há poucas opções ao consumidor para comprar no “Território do Morango”, produtos gastronômicos que possuam morango como ingrediente. Como o Vale do Caí é uma região de grande fluxo de carros e pessoas, que circulam entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Serra Gaúcha, seria interessante que ao longo da RS-122, fosse construído um espaço físico, estilo um Shopping Rural, ou afim, onde houvesse uma praça de alimentação, em que os consumidores pudessem encontrar diversas guloseimas a base de morango, um palco com auditório para serem feitos eventos culturais e artísticos, ligados à história e à cultura do morango, um museu sobre a história do morango no Vale do Caí, visitas dirigidas às propriedades produtoras de morango, bem como uma cozinha modelo para serem ministrados cursos e concursos de culinária com base no morango, além de estandes de vendas com produtos agrícolas convencionais advindos da agricultura familiar, estandes de vendas com produtos agrícolas orgânicos e estandes de artesanato típico. A construção de um espaço direcionado ao morango, com ênfase ao trabalho dos agricultores familiares, seria uma estratégia de marketing eficiente, frente à concorrência produtiva de morango da Serra Gaúcha, além de possibilitar um incremento no turismo.

Por outro lado, seria importante que os espaços já existentes, de comercialização de morango, como o quiosque da ECOMORANGO, cedido pela Prefeitura Municipal de Bom Princípio fosse reformado, no intuito de chamar a atenção do consumidor, bem como

houvesse a colocação de placas ao longo da RS-122, com a propaganda dos produtos oferecidos e a localização da cooperativa.

Outro aspecto a ser salientado é a questão do uso de ferramentas que poderiam gerar e/ou manter um mercado consumidor cativo. Neste sentido seria muito interessante que nas embalagens de morango, tanto da produção orgânica, quanto da produção convencional, fosse agregado o varietal do morango. Apesar dos produtores de morango atentarem pouco para esta questão, este poderia ser o diferencial regional, visto que no Vale do Caí é muito grande a variedade de morangos produzidos, sendo a maioria destes variedades muito aromáticas, ao contrário da Serra Gaúcha, onde o varietal aromas, que é mais azedo e menos aromático, é predominante. Este processo tenderia a trazer resultados positivos gradativamente, pois os consumidores, assim como o fazem com outras frutas, como exemplo as uvas, passariam a prestar atenção no varietal de morango consumido, e poderia muitas vezes enveredar sua opção de compra em função deste requisito, valorizando mais o produto morango, e por consequência, os saberes e competências produtivas dos produtores do território do morango do Vale do Caí.

8.3 LIMITES DA PESQUISA

Em termos teórico-metodológicos, pelo fato da abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados ser relativamente recente, em fase de construção, por vezes para o entendimento de suas bases teóricas e/ou metodológicas, torna-se necessário o aporte de outras abordagens. Mas, por outro lado, o SIAL é uma das poucas abordagens direcionada para estudos agroalimentares, não de uma forma estática como nos *clusters* e distritos industriais, mas relacional, pois proporciona o entendimento das dinâmicas territoriais ao longo de toda cadeia produtiva.

Em termos da pesquisa de campo, teria sido interessante se tivessem sido contemplados consumidores do morango convencional e do morango orgânico produzido no Vale do Caí, para a apreensão de suas percepções sobre a identidade vinculada ao morango e sobre suas expectativas em relação à qualidade, bem como suas preferências de consumo.

Em termos de dados secundários, cabe destaque a dificuldade de se encontrar estudos sobre morangos no Vale do Caí, e e números referentes ao mercado mundial, nacional e estadual de morango. Até o Censo Agropecuário de 1996, o IBGE não apresentou resultados referentes ao morango. Para a construção do panorama do mercado do morango, foi realizado todo um esforço de garimpagem de dados.

Em termos de resultado, a partir da análise do Sistema Agroalimentar do Morango Convencional, faz sentido pensar que os resultados obtidos podem ser generalizados para os demais municípios produtores de morango convencional do Vale do Caí, mas os resultados da pesquisa são de difícil generalização em relação às demais regiões produtoras de morango, no Rio Grande do Sul.

8.4 CONCLUSÃO GERAL E SUGESTÕES PARA NOVAS PESQUISAS

Num primeiro momento, a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados parece estar mais direcionada para a análise de produtos transformados, com elevado grau de especialização, onde as habilidades e o saber fazer tradicional dos produtores locais possam interagir com processos de inovação, amparados em conhecimentos tácitos, de forma a agregar valor aos produtos.

Mas como a base desta abordagem está fundamentada, nos elementos materiais e imateriais do território em que o produto é cultivado e/ou produzido, dotando este das características deste território, é possível seu uso para análise de produtos *in natura*, em culturas produtivas como o morango do Vale do Caí, Rio Grande do Sul.

Ao longo deste trabalho de pesquisa foi verificado que a produção de morangos no Vale do Caí é muito importante para a economia e as sociedades locais. Economicamente, há sinergias positivas em toda cadeia produtiva. Os produtores de morango são donos de suas propriedades, com casas, geralmente de alvenaria, e a maioria possui caminhão ou outro veículo próprio para escoamento da produção e implementos agrícolas, ou seja, eles são produtores de morango e outros produtos agrícolas por opção, com inserção no mercado, não sendo descapitalizados, nem tampouco excluídos. Além dos atores sociais que se beneficiam diretamente da cadeia produtiva relacionada ao morango, estes também se estendem ao comércio local.

Além disso, a partir da produção de morango vem sendo sedimentada, ao longo do tempo, uma expressiva territorialidade, caracterizada por laços identitários e culturais, com a valorização do labor dos agricultores e da paisagem rural dos municípios produtores. Com efeito, vem ocorrendo uma mobilidade dos atores sociais e político-institucionais, o que se expressa em algumas políticas públicas voltadas à produção de morango; na criação de uma associação de produtores e de uma cooperativa; no uso da imagem e do nome Moranguinho, como símbolo, logotipo e logomarca; e nas festas alusivas, aspectos estes que vêm

potencializando aos consumidores, a geração de uma imagem positiva, de identidade territorial vinculada ao morango produzido no Vale do Caí.

Mas também há várias problemáticas como: as condições edafoclimáticas que levam à necessidade de apuradas práticas de manejo do morangueiro, as questões logísticas, o baixo grau de mobilização dos produtores de morango, principalmente os convencionais, em prol de ações coletivas, e principalmente a diminuição da mão-de-obra de jovens produtores de morango, o que a médio e longo prazo tende a comprometer toda a estrutura da cadeia produtiva do morango, e todas as relações territoriais decorrentes.

A partir deste contexto, este trabalho é finalizado com a sugestão de algumas propostas que poderiam compor uma agenda de pesquisas futuras:

- O processo de construção da identidade territorial vinculado ao morango do Vale do Caí.

- Os motivos que dificultam as ações coletivas em prol da produção de morango no Vale do Caí.

- A questão da sucessão familiar, nas propriedades familiares, produtoras de morango, no Vale do Caí.

- Estudo comparativo entre o Sistema Agroalimentar do Morango Convencional e o Sistema Agroalimentar do Morango Orgânico.

- Visão dos consumidores sobre a qualidade do morango do Vale do Caí.

- Os aspectos levados em consideração pelo consumidor, no ato da compra de morangos *in natura*.

As propostas apresentadas estimulam a observância de vários questionamentos, instigando para novos estudos que poderão ampliar o entendimento acerca do “Território do Morango do Vale do Caí”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para una Teoría de los Estudios Territoriales. In: Mabel MANZANAL; Guillermo NEIMAN; Mario LATTUADA. (orgs.). **Desarrollo Rural - Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.

_____. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: UFRGS - Editora, 2003.

ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais. **Nova Economia** (UFMG), Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 35-70, 2004.

ACSELRAD, Henri. Território e Poder: as políticas das escalas. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

AGROSTAT - ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. **Base de Dados do SRI / MAPA a partir da base SECEX / MDIC**, 2008. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat/>>. Acessado em: 8 set. 2008.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: Sebrae, 2004.

ANTUNES, L. C.; REISSER JUNIOR, C. Produção Integrada de Morango: oportunidade de mercado. **IV Simpósio Nacional do Morango e III Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas do Mercosul**. 2008, Pelotas (RS). **Anais...** Pelotas, Embrapa Clima Temperado, 2008.

_____. Fragole, i Produttori Brasiliani Mirano all'Esportazione in Europe. **Frutticoltura**, Bologna, v. 69, n. 5, p. 60-64, 2007.

AMARO, Mirian Cristina. A Cadeia Produtiva Agroindustrial do Morango nos Municípios de Pelotas, Turuçu e São Lourenço. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

AMBROSINI, Larissa B.; FILIPPI, Eduardo E., MIGUEL, Lovois de Andrade. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **Revista IdeAS**, v. 2, n. 2, p. 6-31, jan./jul. 2008.

AMBROSINI, Larissa B.; FILIPPI, Eduardo E. Sistema Agroalimentar do Queijo Serrano: estratégia de reprodução social dos pecuaristas familiares no sul do Brasil. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

ANTONIOLLI, Lucimara. **Boas Práticas na Cultura do Morangueiro**. Porto Alegre: SEBRAE, 2007.

ASHEIM, Bjorn T.; COOKE, Philip. Localised Innovation Networks in a Global Economy: a comparative analysis of endogenous and exogenous regional development approaches. In: Igu

Commission on the Organisation of Industrial Space Residential Conference. 1997, Gothenburg . **Anais....** Gothenburg Sweden, 1997. CD-ROM.

ASSMANN, Beatriz E. **Feliz Ontem e Hoje**. Porto Alegre: Tigrapel, 2002.

AURIER, P.; FORT, F.; SIERIEX, L. Exploring Terroir Products Meanings for the Consumer. **Anthropology of Food**, n. 4. may. 2005. Disponível em: <http://aof.revues.org/document187.html>>. Acesso em: 10 set. 2006.

BADIE, B. **O Fim dos Territórios**. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento Regional, Sociedade Local e Economia Difusa. In: Coco, G; Urani, André; Galvão, A. Patez. (orgs). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BANSAL, P.; ROTH, K. Why Companies go Green: a model of ecological responsiveness. **Academy of Management Journal**, Briarcliff Manor, v. 43, n. 4, p. 717-736, 2000.

BARJOLLE, D.; BOISSEAUX, S.; DUFOUR, M. Le Lien au Terroir. Bilan des travaux de recherche. **Cofinancé par l'Office Fédéral de l'Agriculture**, Lausanne, p. 1-33, 1998. Disponível em: <<http://www.aoc-igp.ch/ver-fr/pdf/terroir.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2007.

BARJOLLE, D.; SYLVANDER, B. Protected Designations of Origin and Protected Geographical Indications in Europe: regulation or policy? Recommendations PDO and PGI Products: market, supply chains and institutions. **Final Report**, 2000. Disponível em: <<http://olivenoel.netfirms.com/images/pdo-pgi.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2006.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Contexto, Imagem e Som**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

BECATTINI, Giacomo. Os Distritos Industriais na Itália. In: COCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. Patez. (orgs). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECKER, Bertha K. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 50, Rio de Janeiro, 1988 (número especial).

_____. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem B. (orgs.). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: 1983. p. 1-8.

BELLETTI, G.; BURGASSI, T.; MARESCOTTI, A.; SCARAMUZZI, S. The Effects of Certification Costs on the Success of a PDO/PGI. In: SEMINAR OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 92., 2005, Göttingen. **Anais...** Göttingen: Germany, 2005.

BENKO, Georges. **Economia Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Anna Blume, 2002.

BÉRARD, Laurence; MARCHENAY Philippe. Le Vivant, le Culturel et le Marchand: les produits de terroir. vives campagnes. **Le Patrimoine Rural, Projet de Société**, 2000. Disponível em: <http://www.mapa.es/ministerio/pags/biblioteca/revistas/pdf_ays/a080_02.pdf>. Acesso em: 05 set. 2006.

BÉRARD, Laurence; CEGARRA, Marie; DJALMA, Marcel; LOUAFI, Selim; MARCHENAY, Philippe; ROUSSRL, Bernard Roussel; VERDEAUX, François. Savoirs et Savoir-Faire Naturalistes Locaux: l'originalité française. **Vertigo**, v. 16, n. 1, juin. 2005.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (Local): de que estamos hablando? In: BECKER, Dinizar; BANDEIRA, Pedro S. (orgs.). **Desenvolvimento Local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul (RS): Edunisc, 2000.

_____. El Desarrollo Territorial a partir de la Construcción de Capital Sinérgico. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./ab. 1999.

BONANNO, Alessandro; MARSDEM, Terry; GRAZIANO DA SILVA, José. Globalização e Localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, Josefa S. B. (org.). **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Pernambuco, 2004.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Barcelona: Taurus, 1997.

BORRAY, Gonzalo Rodriguez. La Multifuncionalidad: aplicación del concepto a los sistemas agroalimentarios localizados de países em desenvolvimento. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio, 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...Mar del Plata**, 2008. CD-ROM.

BOUCHER, F., MUCHNIK, J. **Agroindustria Rural, Recursos Técnicos y Alimentación**. Costa Rica: Ed. IICA, 1995.

BOUCHER, François. Agroindustria Rural y Sistemas Agroalimentarios Locales. Nuevos enfoques de desarrollo territorial. III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: Alimentación y Territorios. 2006, Baeza – Espanha. **Anais...** Baeza, 2006. CD-ROM.

BRANDÃO, Carlos A.; COSTA, Eduardo J. M.; ALVES, Maria A. S. Construir o Espaço Supralocal de Articulação Socioprodutiva e das Estratégias de Desenvolvimento: os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco. **Economia Regional e Urbana**. Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2006. p. 195-223.

BRUNET, Roger. **Le Déchiffrement du Monde: théorie et pratique de la géographie**. Paris: Belin, 2001.

BRUSCO, Sebastiano. The Idea of the Industrial District: its genesis. In: PIKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGENBERGER, Werner (eds.) **Industrial Districts and Inter-firm Co-operation in Italy**. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1990. p. 10-19.

CAMINITI, Aníbal. Producción y Mercados de Berries, Perspectivas para El Mercosur. IV Simpósio Nacional do Morango e III Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas do Mercosul. 2008, Pelotas (RS). **Anais...** Pelotas, Embrapa Clima Temperado, 2008.

CALEGARO, Júlio Marques, PEZZI Ernani, BENDER Renar João. Utilização de Atmosfera Modificada na Conservação de Morangos em Pós-Colheita. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**. Brasília, v. 73, n. 8, p. 1049-1055, ago. 2002.

CARA, Bustos R. Matriz de Identificación de Sistemas Agroalimentarios Localizados como Proceso de Valorización y Anclaje Territorial. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...**Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná. E. de. O Problema da Escala. In: CASTRO, I. et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.

CAZELLA, Ademir Antonio. Vantagens Diferenciadoras e Mediação de Conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. 2005, Brasília. **Anais...** Brasília, 2005.CD-ROM.

CIRAD-SAR. Systèmes Agroalimentaires Localisés: organisations, innovations et developpement local orientations et perspectives issues de la consultation du CIRAD. **Stratégies de recherche dans le domaine de la socio-économie de l'alimentation et des industries agroalimentaires**. CIRAD-SAR, 1996.

CHAMPEDRONDE, Marcelo. Localización, Deslocalización, Relocalización? de la Calidad de las Carnes Vacunas Pampeanas Argentinas: impacto territorial. In: VELARDE, Irene; MAGGIO Andrea; OTERO Jeremias (orgs.). **Sistemas Agroalimentarios Localizados en Argentina**. Buenos Aires: INTA, 2008.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

CONTI, Sérgio. Espaço Global versus Espaço Local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. **Economia e Território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 209-52.

DÍAZ-BAUTISTA, A. **Efectos de la Globalización en la Competitividad y en los Sistemas Productivos Locales de México**. México: Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2001.

DI MÉO, G. **Géographie Sociale et Territoires**. Paris: Nathan, 1998.

DUBOURDIEU, D. La Valorisation du Terroir par l'Enologie. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES TERROIRS VITICOLES, 6. 2006, Montpellier. **Anais...** Montpellier, France: Enita Bordeaux, 2006.

DULLIUS, Paulo Roberto; FROEHLICH, José Marcos; VENDRUSCOLO, Rafaela. Identidade Territorial e Agricultura Familiar – a abordagem das indicações geográficas no Brasil. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

ELVERDIN, Julio; MAGGIO, Andrea; MUCHNIK, Jose. Cambios Tecnológicos y Procesos de Localización / Deslocalización de las Actividades Productivas. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

ENGEL, T. et al. A. A construção e a Utilização do Diário de Campo em Pesquisas Científicas. **International Journal of Qualitative Methods**, p 1-12, set. 2005.

ERASO, María Marcela; SANCHEZ, Magdalena Rosa. Dinamica Territorial, Redes e Innovación Asociados a Sistemas Agroalimentarios Locales en el Sudeste Bonaerense: una aproximación metodológica. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT: Agricultural Production/strawberry**. Disponível em : < <http://faostat.fao.org>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

FIORI, José Luis. Globalização Econômica e Descentralização Política: um primeiro balanço. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (15) 2:295-311, 1994 b.

FNP. **Agrianual 2008** - Anuário da Agricultura Brasileira. São Paulo: Instituto FNP. 2008.

FROEHLICH, José Marcos. O Local na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 1-15, 1999.

GARAT, J.; OTERO, J; AHUMADA, A; BELLO, G.; TERMINIELLO, L. El Tomate – Platense – No Tiene Culpa... La experiencia da la revalorización de hortalizas locales en el cinturón verde de La Plata. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

GANSWEIDT, Matias José. **Luiz Buger und Die Opfer Seiner Rache**. Tradução. DAMIÃO Eugênio. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1948.

GOODMAN, D. The Quality Turn and Alternative Food Practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**. n.19, v.1, p. 1-7, 2003.

_____. Rethinking Food Production-consumption: integrative perspectives. **Sociologia Ruralis**. n. 42, n. 4, p. 271-277, 2002.

GOLDFARB, Lucía. La Construcción Social del Gusto. La noción de calidad y la reestructuración de la vitivinicultura mendocina. **2ª Jornada Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales PIEA-IIHES**. Facultad de Ciencias Económicas, UBA, 2001.

GÓMEZ, C. A. C.; BOUCHER, F.; REQUIER-DESJARDINS, D. Cómo Activar los Sistemas Agroalimentarios Localizados en América Latina? Un análisis comparativo. In.: **Revista Agroalimentaria**. n. 22, p. 17-27, ener./jun. 2006.

GOTTMANN, Jean. **The Significance of Territory**. Charlottesville (USA): University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, A. D; SPOSITO E. S; SAQUET M. A. (orgs.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. 2. ed. Francisco Beltrão (PR): Edunioeste, 2004. p. 87-120.

HEIDRICH, Álvaro L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET M. A. (orgs.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão (PR): Edunioeste, 2004. p. 37-66.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas das Cidades 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 fev. 2008.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Rio de Janeiro: 2006. 317p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2008.

_____. **Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, 2003**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

_____. **Censo Demográfico: Brasil, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE.

_____. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>>. Acesso em: 19 set. 2008.

JOÃO, P. L. **Levantamento da Fruticultura Comercial do Rio Grande do Sul: 2006**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. 83p.

_____. **Levantamento da Fruticultura Comercial do Rio Grande do Sul: 2003/2004**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2004. 88p.

KRUGMAN, Paul R. **Geography and Trade**. Belgium: Leuvan University Press, / Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991.

_____. Increasing Returns and Economic Geography. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 99, n. 31, p. 483-499, jun./1991.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**, 1954.

LACAZE, Victoria; RODRÍGUEZ Elsa M.; LUPÍN, Beatriz. La Diferenciación de Alimentos. Una aplicación del método de valuación contingente a la valoración que los consumidores realizan de los atributos. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra**. Campinas (SP): Papirus, 1988.

LANGLOIS, Richard N.; ROBERTSON, Paul R. **Firms, Markets, and Economic Change: a dynamic theory of business institutions**. London: Routledge, 1995.

LASTRES Helena M.; CASSIOLATO José E. **Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas no Brasil**. Glossário. REDESIST/SEBRAE, 2005. Disponível em: <[www.http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php](http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php)>. Acesso em: 14 jun. 2007.

LINS, Hoyêdo. N. Sistemas Agroalimentares Localizados: possível chave de leitura sobre a maricultura em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 313-330, 2006.

MADAIL. J. C. M. A Economia do Morango. Embrapa Clima Temperado. IV Simpósio Nacional do Morango e III Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas do Mercosul. 2008, Pelotas (RS). **Anais...** Pelotas, Embrapa Clima Temperado, 2008.

MARKUSEN, A. Áreas de Atração de Investimentos em um Espaço Econômico Cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 9-44, dez. 1995.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, p. 424-438, 2000.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MESQUITA, Zilá P. Do Território à Consciência Territorial. In: ZILÁ MESQUITA P.; CARLOS RODRIGUES BRANDÃO. (orgs.). **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. da Universidade/UFRGS-Ed. da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, v. 1, 1995. p. 76-92.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORETTI, Celso L. Manuseio Pós-Colheita, Compostos Funcionais e Logística de Distribuição de Morangos. Embrapa Clima Temperado. IV Simpósio Nacional do Morango e III Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas do Mercosul. 2008, Pelotas (RS). **Anais...** Pelotas, Embrapa Clima Temperado, 2008.

MUCHNIK, Jose. Alimentos y Territórios e un Mundo Fragmentado. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

_____. Sistemas Agroalimentarios Localizados: evolución del concepto y diversidad de situaciones. In: III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: Alimentación y Territorios. 2006, Baeza – España. **Anais...** Baeza, 2006. CD-ROM.

MUCHNIK J., VELARDE I. **Sistemas Agroalimentarios Localizados**: procesos y valorización de innovación de los recursos locales. Documento de la Especialización en Economía Agroalimentaria, Fac. Cs. Agrarias y Fles. de la UNLP, La Plata. Impreso en los talleres gráficos de la UNLP, 2003.

MUCHNIK, J.; SAUTIER, D. **Systèmes Agro-alimentaire Localisés et Construction de Territoires**. ATP CIRAD, 1998.

MUCHNIK, J.; BIENABÉ E.; CERDAN, C. Food identity / Food Quality: insights from the "coalho" cheese in the northeast of Brazil. **Anthropology of Food**, 2005. Disponível em: <<http://aof.revues.org/document110.html>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

MURDOCH, Jonathan. Networks: a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**. Holanda. v. 16, n. 1, p. 407-419, 2000.

NESI, C. N.; VERONA, L. A. F.; GROSSI, R. A Produção de Morangos em Santa Catarina no Ano de 2006. **IV Simpósio Nacional do Morango e III Encontro de Pequenas Frutas e Frutas Nativas do Mercosul**. 2008, Pelotas (RS). **Anais...** Pelotas, Embrapa Clima Temperado, 2008.

NOTÍCIAS NA TV Causam Prejuízos aos Produtores de Morango. Fato Novo, São Sebastião do Caí, p. 7, ago. 1984.

OCDE. **Indicateurs Territoriaux de Lémply – le point sur le développement rural**. Paris, 1996.

_____. **Créer des Indicateurs Ruraux Pour Étayer la Politique Territoriale**. Paris, 1994.

OLIVEIRA, R. P.; NINO, A. F. P.; SCIVITTARO, W. B. Mudanças Certificadas de Morangueiro: maior produção e melhor qualidade de fruta. **A Lavoura**. Rio de Janeiro, v. 108, n. 655, p. 35-38, 2005.

PARROT, N.; WILSON, N.; MURDOCH, J. Spatializing Quality: regional protection and the alternative geography of food. **European Urban and Regional Studies**, v. 9, n. 3, p. 241-261, 2002.

PECQUEUR, Bernard; ZIMMERMANN, J. Fundamentos de uma Economia da Proximidade. In: DINIZ, Clélio e LEMOS, M. (orgs.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

PERAFLÁN. Mireya Eugenia Valencia. **O Território do Desenvolvimento e o Desenvolvimento dos Territórios**: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PEREIRA, L. C. B. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio Janeiro: Campus, 1989.

PYKE, F., BECATTINI, G., SEGENBERGER, W. **Industrial Districts and Interfirm Cooperation in Italy**. Geneva, ILO, 1990.

QÜESTA, Teresa; DE NICOLA, Mónica; GRASSO, Rodolfo; JONES, Ricardo. Viabilidade de la Implementación de Estrategias de Diferenciación de Producto. El caso de la frutilla de Coronda. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

RABELLOTTI, R. (1995). Is There na 'Industrial District' Model: footweardistricts in Italy and México compared. **World Development**. v. 20, n.1, jan. 1995.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuições para uma interpretação de mecanismo de escala prática da geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 45, n.1, p. 123-35, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Géographie Politique**. Paris: Econômica, 1988.

REIS, J. Território e Sistemas Produtivos Locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 25/26, 1988.

REQUIER-DESJARDINS, D. Multifonctionnalité, Territoire et Secteur Agroalimentaire: une approche par les "systèmes agroalimentaires localisés". **Cahers du C3ED**, v. 2, n.1, Université de Versailles, Jun 2002.

_____. **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?** X Aniversario de PRODAR, Quito: nov. 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SCP - Secretaria da Coordenação e Planejamento. Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o Estado do Rio Grande do Sul – **Rumos 2015**, Porto Alegre, v. 1, 2006.

ROCHA SILVA Priscila. Retrato da Comercialização de Morango em São Paulo no ano de 2006. **Análise e Indicadores do Agronegócio**, v. 1, n.1, jan. 2008.

ROEST, K.; MENGHI, A. **Reconsidering 'Tradicional' Food**: the case of parmigiano reggiano cheese. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 439-451, 2000.

ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

RÜCKERT, Aldomar A. Políticas Territoriais, Ciência & Tecnologia e a Ação de Atores Locais e Regionais: o caso do pólo de modernização tecnológica da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 11, p. 148-183, 2004.

_____. **Reforma do Estado e Tendências de Reestruturação Territorial. Cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

RUMOS 2015. **Estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2006.

SACK, Robert. **Human Territoriality**. Theory and history. Cambridge (G.B.): Cambridge University Press, 1986.

SANHUEZA, Rosa M. V., HOFFMANN, Alexandre, ANTUNES Luís E. C. FREIRE, Japiassú M. **Sistema de Produção de Morango para Mesa na Região da Serra Gaúcha e Encosta Superior do Nordeste**. Bento Gonçalves (RS): Embrapa Uva e Vinho, 2005.

SANTOS, A. M. **A Cultura do Morango**. Brasília: EMBRAPA - SPI, 1993.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora USP, 2003.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O Retorno do Território. In: SANTOS, M. et al. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET M. A. (orgs.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. 2. ed. Francisco Beltrão: Edunioeste, 2004. p. 121-148.

SATO, Geni; ASSUMPÇÃO, Roberto. Pólos de Produção de Morango. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 11, nov. 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Ciências Sociais, Ruralidade e Territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Roni. Ensaio para uma Abordagem Territorial da Ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba (PR), v. 107, p. 7-135, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, 2004.

SCHMITZ, H. Eficiência Coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and Industrialization: introduction. **World Development**, 27 (9), set. 1999.

SILVEIRA, Caio Marcio. Desenvolvimento Local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, Tania (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador (BA): Casa da Qualidade, 2002.

SILVEIRA, Paulo Robert C. da; SULZBACHER, Aline Weber; GUIMARÃES, Gisele Maria; NEUMANN, Pedro Silvino. A Construção da Identidade Territorial em Sistemas Agroalimentares Localizados. O caso da região da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul – Brasil. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio, 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

SONINNO, Roberta. MARSDEN, Terry. Beyond the Divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**. v. 6, p. 181-199, aug. 2005.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al. (orgs.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPECHT, Suzimary. **A Migração e Seu Reverso, entre o Município de Salvador do Sul (RS) e o Oeste Catarinense (1950-2000)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

_____. **O Ambiente de Salvador do Sul na Percepção dos Alunos do Ensino Médio**. Monografia de Conclusão. Especialização em Educação Ambiental. Centro Universitário La Salle. Canoas, 1999.

_____. **O Município de Salvador do Sul**. Trabalho de Conclusão. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 1997.

SPECHT, Suzimary; RÜCKERT, Aldomar. Sistema Agroalimentar Local: uma abordagem para a análise da produção de morangos, no Vale do Caí, RS. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: Amazônia, Mudanças Globais e Agronegócios: o desenvolvimento em questão. 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco, 2008. CD-ROM

SPERS, E. E. Qualidade e Segurança em Alimentos. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (orgs.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 284-321.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D; SPOSITO E. S; SAQUET M. A. (orgs.) **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão (PR): Edunioeste, 2004. p. 15-36.

STORPER, Michael. **The Regional World**: territorial development in a global economy, perspectives on economic change. New York: Guilford Press, 1997

TEIXEIRA, Kruler Hissa, AMARAL FILHO, Jair do; MAYORGA, Ruben Dario; MAYORGA, Maria Irles de Oliveira. Território, Cooperação e Inovação: um estudo sobre o arranjo produtivo Pingo d'Água. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 44, n. 3, jul./set. 2006.

THIEDIG, F.; SYLVANDER, B. Welcome to the Club? An economical approach to geographical indications in the European Union. **Agrarwirtschaft**, Wien, v. 49, n. 12, p. 428-437, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

VÁZQUEZ, S. Fernández. Identidad, Tradición y Calidad: um estudio de alimentación en la ruralía gallega. In: III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: Alimentación y Territorios. 2006, Baeza – España. **Anais....** Baeza, 2006.CD-ROM.

VEIGA, José Ely. **O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. CNDRS, MDA, NEAD, Texto para Discussão n. 1. Brasília: 2001.

_____. **A Face Rural do Desenvolvimento** – natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VELARDE, Irene; VOGET, Claudio; AVILOA, Germán; LOVISO, Claudia; OROSCO, Eugenia; SEPÚLVEDA, Claudia; ARTAZA, Silvina. Influencia de La Calidad em el Consumo de Productos Patrimoniales: El caso del sistema agroalimentario del vino le la costa de Berisso. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL: alimentación, agricultura familiar y territorio. 2008, Mar del Plata-Argentina. **Anais...** Mar del Plata, 2008. CD-ROM.

VIAN, Carlos Eduardo; DOS ANJOS Flávio Sacco. Caminhos e Descaminhos da Produção Orgânica. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, 2007.CD-ROM.

WILKINSON, J. **Mercado Redes e Valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

WREGGE, Marcos Silveira et al. Zoneamento Agroclimático para a Produção de Mudas de Morangueiro no Rio Grande do Sul. **Documentos** (versão on-line), n. 187. Pelotas: EMBRAPA, Abril, 2007.

2.2 Qual o tamanho da área destinada à produção de morangos?

2.3- Você arrenda terras? *Sim* () *Não* (). Quantos hectares?

2.4- Você sempre arrendou terras? *Sim* () *Não* () *Eventualmente* ().

2.4.1 Por quê ?

2.5- Desde que você trabalha nesta propriedade quais são os produtos agrícolas e pecuários que você vem produzindo em sua propriedade e comercializa?**2.5.1- Anos 80:**

2.5.1.1- Produz

2.5.1.2- Comercializa

2.5.2 - Anos 90:

2.5.2.1- Produz

2.5.2.2- Comercializa

2.5.3 – Atualmente (desde 2000):

2.5.3.1- Produz

2.5.3.2- Comercializa

2.6- Você considera o morango, o produto agrícola principal, produzido em sua propriedade?

Sim () *Não* ().

2.6.1- Por quê?

2.7- Dentre toda a produção agrícola e pecuária que existe nesta propriedade, com qual você se identifica, ou seja, você se considera produtor de quê?

2.7.1- Por quê?

2.8- Qual sua principal motivação para ser produtor de morango:

() Porque permite lucro

() Porque permite o sustento da família

() Porque permite ocupação de membros da família

() Porque permite vender em período de necessidade

() Segurança (baixo risco)

() Porque é a única alternativa possível/viável na sua propriedade ou em parte dela

() Satisfação pessoal

() Tradição familiar

() Não sabe fazer outra coisa

() Não sabe/não respondeu

2.9- Quais são as variedades de morango que você produzia:

2.9.1- Nos anos 80.

2.9.2- Nos anos 90.

2.9.3- Atualmente (desde 2000).

2.19- Quais vem sendo os principais tipos de doenças que afetam a produção de morango?

2.19.1- Nos anos 80:

2.19.2- Nos anos 90:

2.19.3- Atualmente (desde 2000):

2.20- Quais vem sendo os principais tipos de agrotóxicos utilizados?

2.20.1- Nos anos 80:

2.20.2- Nos anos 90:

2.20.3- Atualmente (desde 2000):

2.21- Você considera que as questões ambientais devem ser levadas em conta, na produção de morangos?*Sim* () *Não* () . 2.21.1- Por quê?**2.22- Você estaria disposto a produzir um morango mais saudável?***Sim* () *Não* () 2.22.1-Por quê?**2.23- Quais são as medidas que você vem tomando para usar menos agrotóxicos na produção de morango, bem como outras questões para a melhoria do meio ambiente?****2.24- Tipo de mão-de-obra utilizada?**

2.24.1- () individual

2.24.2- () casal

2.24.3- () familiar

2.24.3- () funcionários

2.25- Quem é o responsável (is) pela produção de morango na propriedade?

2.25.1- Desde quando (ano)?

2.26- Qual é o meio de comunicação mais importante para sua informação técnica sobre morangos?

2.26.1- () Ouvir rádio

2.26.2- () Ler material técnico

2.26.3- () Assistir TV

2.26.4- () Dia de campo, palestras e cursos

2.26.5- () Ler Jornais ou Revistas

2.26.6- () Internet

2.27- O que vocês considera em primeiro lugar quando planeja mudanças no modo de produção de morango ?

2.27.1- () oportunidade de mercado

2.27.2- () aumento da produtividade

2.27.3- () diminuição dos custos

2.27.4- () melhorar as condições de trabalho

2.27.5- () não sabe/não respondeu

2.36.2- *Se sim*, em que época (ano) começou a utilizar?

2.36.2.1- Por quê?

2.37- Você utiliza algum tipo de serviço de extensão, que não seja da Emater?

Sim ()

Não ()

2.38.1 Desde que ano?

2.38.2 Por quê?

2.38- Quais são os principais gargalos (problemas) da produção de morango no município e no Vale do Caí?

2.39.1- Município.

2.39.2-Vale do Caí.

DIMENSÃO 3: ALIMENTÍCIA

3.1- Qual é a época de maior safra na propriedade?

3.2- O volume de produção produzido em sua propriedade é suficiente para atender seu mercado consumidor? () *Sim* () *Não*)

3.2.1 *Se não for*, como você resolve esta falta de produto?

3.3- Como é feito o transporte da sua produção até o mercado consumidor?

3.3.1- Tipo de transporte

3.3.2 - Próprio? () *Sim* () *Não*

3.3.2.1- Especificar

3.4- Quem é o responsável (is) pela comercialização do morango produzido nesta propriedade?

3.4.1- Desde quando (ano) ?

3.5- Mercado consumidor:

3.5.1- () **Internacional**

3.5.1.1- Desde quando?

3.5.1.2- Características deste mercado consumidor

3.5.2- () **Nacional**

3.5.2.1- Desde quando?

3.5.2.2- Características deste mercado consumidor.

3.5.3- () **Estadual**

3.5.3.1- Desde quando?

3.5.3.2- Características deste mercado consumidor.

3.5.4- () **Municipal**

3.5.4.1- Desde quando?

3.5.4.2- Características deste mercado consumidor.

3.6- Vocês já perderam filões de mercado? *Sim* () *Não* ()

3.6.1- Quais ?

3.6.1-Quando?

3.6.2- Por quê?

3.7- Qual são seus principais concorrentes? Desde quando?

3.7.1- Internacionais.

3.7.2- Nacionais.

3.7.3- Estaduais.

3.8- Quanto aos preços do morango:

3.8.1- Como se comportam os preços durante o ano?

3.8.2- Até hoje qual foi o preço mais baixo recebido pelo morango?

3.8.3- Como vocês reagem quando os preços baixam?

3.9- Como vocês vêem o futuro da sua atividade com morango.**3.10- Caso haja uma piora na renda da sua atividade nos próximos anos, pensa em fazer o quê?**

3.10.1- () continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal.

3.10.2- () deixar de trabalhar na agricultura, arrendar e/ou vender a terra.

3.10.3- () buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade.

3.10.4- () procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra.

3.10.5- () não sabe/ não respondeu.

3.11- Se tivesse algum dinheiro sobrando hoje, no que investiria? (ler as sugestões)*

3.11.1- () aumento da produção de morango.

3.11.2- () numa maior diversificação de hortifrutigranjeiros.

3.11.3- () na melhoria das condições da moradia.

3.11.4- () compra de equipamentos.

3.11.5- () atividade fora da agricultura.

3.11.6- () na compra de terras.

3.11.7- () ajudaria os filhos.

3.11.8- () outros. Especificar.

3.12- Para você, o consumidor do morango que você produz, considera importante:3.12.1- Qualidade? *Sim* () *Não* ()

3.12.1.2- Quais são suas atitudes para que esta qualidade seja alcançada?

3.12.2- Questões Ambientais? *Sim* () *Não* ()3.12.3- Preço? *Sim* () *Não* ()3.12.4- Selo de Procedência ? *Sim* () *Não* ()

3.12.4.1- Por quê?

3.13- O morango que você produz possui alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade? *Sim* () *Não* ()

4.8- Quais são os pontos fortes e os pontos fracos do sindicato?

4.8.1-Fortes:

4.8.2 -Fracos:

4.9- No que o sindicato poderia ser melhorado?**4.10- Você faz parte de alguma associação de produtores ligada ao morango?**

Sim ()

Não ()

4.10.1 Qual (is)?

*(Se não for associado)***4.11- Gostaria de pertencer à associação? Sim () Não ()** 4.11.1- Por quê?*(Se for associado)***4.12- Você considera importante fazer parte de uma cooperativa /associação de produtores de hortifrutigranjeiros?**

Sim ()

Não ()

4.12.1- Por quê?

4.13. Quais são os incentivos obtidos através da associação no que tange à produção do morango.**4.14- Quais são os pontos fortes e os pontos fracos dessa associação/cooperativa?**

4.14.1-Fortes.

4.14.2- Fracos.

4.15- No que esta associação/cooperativa pode ser melhorada?**4.16- Existe confiança entre os membros da Associação?****4.17- Vocês tem realizado outras atividades, fora de algum tipo de associação, junto com outros produtores de morango?****4.19- Há políticas de incentivo a nível municipal (prefeitura/ sindicato/ associação/ cooperativa / EMATER) para manter a população feminina e jovem na agricultura?**

Sim ()

Não ()

4.19.1 Qual (is)?

4.20- Os membros da família costumam participar de atividades na comunidade local e/ou no município [Assinalar sempre que houver a participação de algum membro da família]

4.20.1- Sim () Não () Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)

4.20.2- Sim () Não () Associação de mulheres/clube de mães

4.20.3- Sim () Não () Associação vinculada a igreja (pastoral, diretoria, etc.)

4.20.4- Sim () Não () Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer

4.20.5- Sim () Não () Partido Político

4.20.6- Sim () Não () Escola (CPM, festas)

4.20.7- Sim () Não () Corais

4.20.8- Sim () Não () Outros tipos de entidade. Quais.

4.23- Para você a Festa Alusiva ao Morango, que ocorre neste município é importante?

Sim ()

Não ()

5.3- Por quê?

5- IDENTIDADE TERRITORIAL VINCULADA AO MORANGO

5.1- Quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede qual o município que você reside e/ou trabalha, como você se refere a ele? Quais características lhe vêm logo à tona, sobre seu município?

5.2- Se quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede em qual município você trabalha, e você diz qual é (Feliz ou Bom Princípio ou São Sebastião do Caí), as pessoas que conhecem o seu município se referem a ele de que forma?

5.3- Você gosta (sente orgulhoso) quando pessoas de fora de seu município, se referem ao seu município como um território do moranguinho?

Sim ()

Não ()

5.3- Por quê?

5.4- Para você o morango é um produto típico do seu município?

Sim ()

Não ()

5.4.1- Por quê?

5.5- Você considera importante o desenvolvimento de um plano turístico baseado no morango no seu município?

Sim ()

Não ()

5.5.1- Por quê?

5.6- Você considera importante as festas municipais alusivas ao morango, no Vale do Caí?

Sim ()

Não ()

5.6.1- Por quê?

5.7- Para você o morango é um dos produtos típicos do Vale do Caí?

Sim ()

Não ()

5.7.1- Por quê?

5.8- Na sua opinião, quais seriam os pontos que deveriam ser melhor trabalhados para que a produção de morango alavancasse mais o turismo no Vale do Caí?

5.9- Você estaria disposto a participar de uma rota turística baseada no morango?

Sim ()

Não ()

5.11.1- De que forma se disponibilizaria?

APÊNDICE B

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Fornecedores de Insumos

Técnico / Fornecedor Insumos: Empresa.....

Município:

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome:.....

Gênero.....

Naturalidade:.....

Escolaridade:

Desde quando reside e/ou trabalha no município.....

Local de trabalho:.....

Função:.....

Quanto tempo na função?.....

Telefone Contato: E-mail:.....

DIMENSÃO 1 : ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1-Conte-me sobre a sua trajetória em relação à produção de morango. Se não é da região, há quanto tempo reside neste município e se dedica à atividade; e como começou.

DIMENSÃO 2: TÉCNICA

2.3 Qual o tamanho médio das propriedades na região?

2.4 Qual o tamanho da área destinada à produção de morangos?

2.9- Quais são as variedades de morango que vem sendo produzidos:

2.9.1- Nos anos 80.

2.9.2- Nos anos 90.

2.9.3- Atualmente (desde 2000).

2.10 Em relação ao morango, quantos hectares vêm sendo plantados e qual o volume produtivo:

2.10.1- Anos 80:

2.10.1.1-(número de hectares)

2.10.1.2- (volume produtivo médio total)

2.10.2- Anos 90:

2.10.2.1-(número de hectares)

2.10.2.2- (volume produtivo médio total)

2.10.3- Atualmente (desde 2000):

2.10.3.1- (número de hectares)

2.10.3.1- (volume produtivo médio total)

2.12- Quais vem sendo os tipos de adubos utilizados para o cultivo do morango?

2.12.1- Nos anos 80:

2.12.2- Nos anos 90:

2.12.3- Atualmente (desde 2000):

2.14- Você considera importante o uso de estufas?*Sim* () *Não* (). 2.14.1- Por quê?.**2.15- Você considera importante o uso da plasticultura?***Sim* () *Não* (). 2.15.1- Por quê?.**2.16- Você considera importante o uso da irrigação?***Sim* () *Não* (). 2.16.1- Por quê?.**2.17- Existem outros tipos de tecnologia que vem sendo utilizados na produção de morango?***Sim* () *Não* () 2.17.1-Quais?**2.18- Você considera o solo e o clima da região propício ao cultivo de morango?**2.18.1 Solo *Sim* () *Não* ().

2.18.1.1 Por quê?

2.18.2- Clima *Sim* () *Não* ().

2.18.2.1 Por quê?

2.19- Quais vem sendo os principais tipos de doenças que afetam a produção de morango?

2.19.1- Nos anos 80:

2.19.2- Nos anos 90:

2.19.3- Atualmente (desde 2000):

2.20- Quais vem sendo os principais tipos de agrotóxicos utilizados?

2.20.1- Nos anos 80:

2.20.2- Nos anos 90:

2.20.3- Atualmente (desde 2000):

2.21- Você considera que as questões ambientais devem ser levadas em conta, na produção de morangos?*Sim* () *Não* () . 2.21.1- Por quê?

2.23- Quais são as medidas que vem sendo tomadas pelos agricultores para um menor uso de agrotóxicos na produção de morango, bem como outras questões para a melhoria do meio ambiente?

2.28- Em relação há 20 anos atrás, como considera o período atual?

2.28.1- () melhorou muito

2.28.2- () melhorou pouco

2.28.3- () piorou muito

2.28.4- () piorou pouco

2.29.5- () nada mudou/está igual

2.31- O senhor troca idéias ou discute problemas ou estratégias com os produtores que ao seus clientes?

2.31.1- () nunca

2.31.2- () ocasionalmente

2.31.3- () sempre

2.32- O senhor costuma visitar as instalações dos produtores de morango?

2.32.1- () nunca

2.32.2- () ocasionalmente

2.32.3- () sempre

2.34- Desde os anos 2000, o padrão de seus equipamentos utilizados no cultivo do morango melhorou:

2.34.1- () muito

2.34.2- () um pouco

2.34.3- () não mudou

2.38- Quais são os principais gargalos (problemas) da produção de morango no município e no Vale do Caí?

2.39.1- Município.

2.39.2- Vale do Caí.

2.39- Quais são os tipos de serviço de extensão, acessados pelos produtores de morango?

2.40- Quais são as entidades/empresas que oferecem serviços de extensão rural aos produtores de morango no Vale do Caí?

DIMENSÃO 3: ALIMENTÍCIA

3.1- Qual é a época de maior safra do morango no Vale do Caí?

3.8- Quanto aos preços do morango:

3.8.1- Como se comportam os preços durante o ano?

3.8.3- Como os produtores reagem quando os preços baixam?

3.9- Como você vê o futuro da atividade com morango no Vale do Caí.

3.12- Para você, os consumidores do morango consideram como importante:

3.12.1- Qualidade? *Sim* () *Não* ().

3.12.1.2- Quais são as atitudes dos produtores para que esta qualidade seja alcançada?

3.12.4- Selo de Procedência ? *Sim* () *Não* ().

3.13- O morango que produzido no Vale do Caí possui alguma identificação, selo, etiqueta, carimbo ou rótulo?

Sim () *Não* ()

Se sim

3.13.1- Quais / O que é indicado nestes selos (ou afim)?

3.14- Você acha que uma embalagem com morango contém um selo de qualidade ou de origem atrai mais o consumidor para a compra, do que de uma embalagem de morango sem nenhum selo ou afim ?

Sim () *Não* ()

3.14.1- Por quê?

3.15- Você, como consumidor, ao comprar um produto alimentar considera importante:

3.15.1- Qualidade? *Sim* () *Não* ().

3.15.1.1 Que tipo de qualidade e por quê?

3.16 - Você se preocupa com as questões ambientais, ligadas a um produto alimentar que você consome?

Sim () *Não* ().

3.16.1 Quais questões?

3.17- Para você o preço é o quesito mais importante no ato da compra de um produto alimentar?

Sim () *Não* ().

3.17.1- Se não, o que é mais importante?

3.18- Você aprecia quando ao comprar um produto, identifica um selo de qualidade, e indicações do local de origem do produto?

Sim () *Não* ().

3.18.1- Por quê?

DIMENSÃO 4: ASPECTOS INSTITUCIONAIS

4.2- Quais são as ações em prol da produção do morango poderiam ser tomadas pelos gestores públicos?

4.2.1.1- Nacional.

4.2.1.2-Estadual.

4.2.1.3- Municipal.

4.3- A sua empresa mantém parcerias com instituições de ensino e/ou pesquisa (assistência aos produtores de morango)? *Sim* () *Não* ().

4.3.1- Estatal.

4.3.2 – Privada.

4.4- Você considera como importante o papel desempenhado pela EMATER em relação à produção de morango? *Sim* () *Não* ()

4.4.1- Por quê?

4.5- Quais são as ações diretas da EMATER em prol dos produtores e/ou da produção de morango, neste município?

4.7- Você considera importante o papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em relação à produção de morango? *Sim* () *Não* ()

4.7.1- Por quê?

4.12- Você considera importante relevante a existência de uma associação/cooperativa de produtores de morango?

Sim () *Não* () 4.12.1- Por quê?

4.13-No seu município existe alguma associação/cooperativa de produtores ligada ao morango?

Sim () *Não* () 4.13.1- Quais?

5- IDENTIDADE TERRITORIAL VINCULADA AO MORANGO

5.1- Quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede qual o município que você reside e/ou trabalha, como você se refere a ele? Quais características lhe vêm logo à tona, sobre seu município?

5.2- Se quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede em qual município você trabalha, e você diz qual é (Feliz ou Bom Princípio ou São Sebastião do Caí), as pessoas que conhecem o seu município se referem a ele de que forma?

5.3- Você gosta (sente orgulhoso) quando pessoas de fora de seu município, se referem ao seu município como um território do moranguinho?

Sim () *Não* () 5.3- Por quê?

5.4- Para você o morango é um produto típico do seu município?

Sim () *Não* () 5.4.1- Por quê?

5.5- Você considera importante o desenvolvimento de um plano turístico baseado no morango no seu município?

Sim () *Não* ()

5.5.1- Por quê?

5.6-Você considera importante as festas municipais alusivas ao morango, no Vale do Caí?

Sim () *Não* ()

5.6.1- Por quê?

5.7- Para você o morango é um dos produtos típicos do Vale do Caí?

Sim () *Não* ()

5.7.1- Por quê?

5.8- Na sua opinião, quais seriam os pontos que deveriam ser melhor trabalhados para que a produção de morango alavancasse mais o turismo no Vale do Caí?

APÊNDICE C

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais /Extensionista EMATER

Município:

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome:.....

Gênero.....

Naturalidade:.....

Escolaridade:

Desde quando reside e/ou trabalha no município.....

Local de trabalho:.....

Função:.....

Quanto tempo na função?.....

Telefone Contato: E-mail:.....

DIMENSÃO 1 : ASPECTOS HISTÓRICOS

1-Conte-me sobre a sua trajetória em relação à produção de morango. Se não é da região, há quanto tempo reside neste município e se dedica à atividade; e como começou.

1.2- Do modo de plantar morango que era feito nas propriedades, o que mudou e o que permanece?

DIMENSÃO 2: TÉCNICA

2.5 Qual o tamanho médio das propriedades na região?

2.6 Qual o tamanho da área destinada à produção de morangos?

2.5- Quais são os produtos agrícolas e pecuários que você vem produzidos no município?

2.5.1- Anos 80:

2.5.2 - Anos 90:

2.5.3 – Atualmente (desde 2000):

2.6- Você considera o morango, o produto agrícola principal, produzido no município?

Sim () Não ().

2.6.1- Por quê?

2.9- Quais são as variedades de morango que vem sendo produzidos:

2.9.1- Nos anos 80.

2.9.2- Nos anos 90.

2.9.3- Atualmente (desde 2000).

2.10 Em relação ao morango, quantos hectares vêm sendo plantados e qual o volume produtivo:

2.10.1- Anos 80:

2.10.1.1-(número de hectares)

2.10.1.2- (volume produtivo médio total)

2.10.2- Anos 90:

2.10.2.1-(número de hectares)

2.10.2.2- (volume produtivo médio total)

2.10.3- Atualmente (desde 2000):

2.10.3.1- (número de hectares)

2.10.3.1- (volume produtivo médio total)

2.12- Quais vem sendo os tipos de adubos utilizados para o cultivo do morango?

2.12.1- Nos anos 80:

2.12.2- Nos anos 90:

2.12.3- Atualmente (desde 2000):

2.14- Você considera importante o uso de estufas?

Sim () *Não* (). 2.14.1- Por quê?

2.15-Você considera importante o uso da plasticultura?

Sim () *Não* (). 2.15.1-Por quê?

2.16-Você considera importante o uso da irrigação?

Sim () *Não* (). 2.16.1-Por quê?

2.17- Existem outros tipos de tecnologia que vem sendo utilizados na produção de morango?

Sim () *Não* () 2.17.1-Quais?

2.18- Você considera o solo e o clima da região propício ao cultivo de morango?

2.18.1 Solo *Sim* () *Não* ()

2.18.1.1 Por quê?

2.18.2- Clima *Sim* () *Não* () .

2.18.2.1 Por quê?

2.19- Quais vem sendo os principais tipos de doenças que afetam a produção de morango?

2.19.1- Nos anos 80:

2.19.2- Nos anos 90:

2.19.3- Atualmente (desde 2000):

2.20- Quais vem sendo os principais tipos de agrotóxicos utilizados?

2.20.1- Nos anos 80:

2.20.2- Nos anos 90:

2.20.3- Atualmente (desde 2000):

2.21- Você considera que as questões ambientais devem ser levadas em conta, na produção de morangos? *Sim* () *Não* () 2.21.1- Por quê?

2.23- Quais são as medidas que vem sendo tomadas pelos agricultores para um menor uso de agrotóxicos na produção de morango, bem como outras questões para a melhoria do meio ambiente?

Sim () *Não* () 2.23.1- Por quê?.

2.28- Em relação há 20 anos atrás, como considera o período atual?

2.28.1- () melhorou muito

2.28.2- () melhorou pouco

2.28.3- () piorou muito

2.28.4- () piorou pouco

2.29.5- () nada mudou/está igual

2.30- Os produtores de morango cooperam com os demais produtores? Socializam conhecimentos?

2.31- Os produtores de morango trocam idéias, discutem problemas ou estratégias com você?

2.34- Desde os anos 2000, o padrão de seus equipamentos têm melhorado:

2.34.1- () muito

2.34.2- () um pouco

2.34.3- () não mudou

2.38- Quais são os principais gargalos (problemas) da produção de morango no município e no Vale do Caí?

2.39.1- Município.

2.39.2- Vale do Caí.

DIMENSÃO 3: ALIMENTÍCIA

3.1- Qual é a época de maior safra no município?

3.9- Como você vê o futuro da atividade ligada ao morango no município.

3.13- O morango produzido no município possui alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade? *Sim* () *Não* ()

Se sim

3.13.1- Qual / O que é indicado neste selo (ou afim)?

3.14- Você acha que uma embalagem com morango contém um selo de qualidade ou de origem atrai mais o consumidor para a compra, do que de uma embalagem de morango sem nenhum selo ou afim ? *Sim* () *Não* ()

3.14.1- Por quê?

3.15- Você, como consumidor, ao comprar um produto alimentar considera importante:

3.15.1- Qualidade? *Sim* () *Não* ().

3.15..1 Que tipo de qualidade e por quê?

3.16 - Você se preocupa com as questões ambientais, ligadas a um produto alimentar que você consome? *Sim* () *Não* ().

3.16.1 Quais questões?

3.17- Para você o preço é o quesito mais importante no ato da compra de um produto alimentar?

Sim () *Não* ().

3.17.1- Se não, o que é mais importante?

3.18- Você aprecia quando ao comprar um produto, identifica um selo de qualidade, e indicações do local de origem do produto? *Sim* () *Não* ().

3.18.1- Por quê?

DIMENSÃO 4: ASPECTOS INSTITUCIONAIS

4.2- Quais são as ações em prol da produção do morango poderiam ser tomadas pelos gestores públicos?

4.2.1.1- Nacional.

4.2.1.2-Estadual.

4.2.1.3- Municipal.

4.3- Vocês mantêm parcerias com instituições de ensino e/ou pesquisa (assistência aos produtores de morango)? *Sim* () *Não* ().

4.3.1- Estatal.

4.3.2 – Privada.

4.4- Você considera como importante o papel desempenhado pela EMATER em relação à produção de morango? *Sim* () *Não* ()

4.4.1- Por quê?

4.5- Quais são as ações diretas da EMATER em prol dos produtores e/ou da produção de morango, neste município?

4.7- Você considera importante o papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em relação à produção de morango? *Sim* () *Não* ()

4.7.1- Por quê?

4.8- Quais são os pontos fortes e os pontos fracos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

4.8.1-Fortes:

4.8.2 -Fracos:

4.9- No que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais poderia ser melhorado?

4.10- Há alguma alguma associação de produtores ligada ao morango no município (território do morango)?

Sim ()

Não ()

4.10.1 Qual (is)?

4.12- Você considera importante a existência de ações coletivas por parte dos agricultores, sedimentados numa cooperativa /associação de produtores?

4.14- Quais são os pontos fortes e os pontos fracos dessa associação/cooperativa?

4.14.1-Fortes.

4.14.2- Fracos.

4.15- No que esta associação/cooperativa pode ser melhorada?

4.19- Há políticas de incentivo a nível municipal (prefeitura/ sindicato/ associação/ cooperativa / EMATER) para manter a população feminina e jovem na agricultura?

Sim ()

Não ()

4.19.1 Qual (is)?

4.21- Você considera o morango um patrimônio produtivo no seu município? Do Vale do Caí?

Sim ()

Não ()

4.19.1 Por quê?

4.22- Há ações conjuntas entre as EMATERs / Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feliz, Bom Princípio e São Sebastião do Caí, em prol da produção de morango?

4.23- Explane sobre a Festa Alusiva ao Morango, que ocorre neste município, sua origem, importância econômica e social e nível de abrangência, e papel da EMATER / Sindicato dos Trabalhadores Rurais nesta festividade.

5- IDENTIDADE TERRITORIAL VINCULADA AO MORANGO

5.1- Quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede qual o município que você reside e/ou trabalha, como você se refere a ele? Quais características lhe vêm logo à tona, sobre seu município?

5.2- Se quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede em qual município você trabalha, e você diz qual é (Feliz ou Bom Princípio ou São Sebastião do Caí), as pessoas que conhecem o seu município se referem a ele de que forma?

5.3- Você gosta (sente orgulhoso) quando pessoas de fora de seu município, se referem ao seu município como um território do moranguinho?

Sim () *Não* () 5.3- Por quê?

5.4- Para você o morango é um produto típico do seu município?

Sim () *Não* () 5.4.1- Por quê?

5.5- Você considera importante o desenvolvimento de um plano turístico baseado no morango no seu município?

Sim () *Não* () 5.5.1- Por quê?

5.6- Você considera importante as festas municipais alusivas ao morango, no Vale do Caí?

Sim () *Não* () 5.6.1- Por quê?

5.7- Para você o morango é um dos produtos típicos do Vale do Caí?

Sim () *Não* () 5.7.1- Por quê?

5.8- Na sua opinião, quais seriam os pontos que deveriam ser melhor trabalhados para que a produção de morango alavancasse mais o turismo no Vale do Caí?

APÊNDICE D

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Secretários de Agricultura

Município:

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome:.....

Gênero.....

Naturalidade:.....

Escolaridade:

Desde quando reside e/ou trabalha no município.....

Função:.....

Quanto tempo na função?.....

Telefone Contato: E-mail:.....

DIMENSÃO 1 : ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1- Conte-nos se sua família possui alguma relação com a atividade do morango. Se não é da região, há quanto tempo você reside neste município e se dedica à atividade.

1.2- Do modo de plantar morango que era feito pela sua família, pais, avós, o que mudou e o que permanece?

DIMENSÃO 2: TÉCNICA

2.7 Qual o tamanho médio das propriedades agrícolas do município?

2.8 Qual o tamanho da área destinada à produção de morangos, nas propriedades?

2.5- Quais são os produtos agrícolas e pecuários que você vem produzidos nas propriedades do município?

2.5.1- Anos 80:

2.5.2 - Anos 90:

2.5.3 – Atualmente (desde 2000):

2.6- Você considera o morango, o produto agrícola principal, produzido no município?

Sim () Não ().

2.6.1- Por quê?

2.10 Em relação ao morango, quantos hectares vêm sendo plantados e qual o volume produtivo:

2.10.1- Anos 80:

2.10.1.1-(número de hectares)

2.10.1.2- (volume produtivo médio total)

2.10.2- Anos 90:

2.10.2.1-(número de hectares)

2.10.2.2- (volume produtivo médio total)

2.10.3- Atualmente (desde 2000):

2.10.3.1- (número de hectares)

2.10.3.1- (volume produtivo médio total)

2.18- Você considera o solo e o clima da região propício ao cultivo de morango?2.18.1 Solo *Sim* () *Não* ().

2.18.1.1 Por quê?

2.18.2- Clima *Sim* () *Não* ().

2.18.2.1 Por quê?

2.21- Você considera que as questões ambientais devem ser levadas em conta, na produção de morangos?*Sim* () *Não* () . 2.21.1- Por quê?**2.23- Quais são as medidas que você vem tomando para um menor uso de agrotóxicos na produção de morango, bem como outras questões para a melhoria do meio ambiente?****2.31- O senhor troca idéias ou discute problemas ou estratégias com produtores de morango de seu município?**

2.31.1- () nunca

2.31.2- () ocasionalmente

2.31.3- () sempre

2.32- O senhor visita as instalações dos produtores de morango do município?

2.32.1- () nunca

2.32.2- () ocasionalmente

2.32.3- () sempre

2.38- Quais são os principais gargalos (problemas) da produção de morango no município e no Vale do Caí?

2.39.1- Município.

2.39.2-Vale do Caí.

DIMENSÃO 3: ALIMENTÍCIA**3.1- Qual é a época de maior safra no município?****3.5- Mercado consumidor:**

3.5.1- () Internacional

3.5.1.1- Desde quando?

3.5.1.2- Características deste mercado consumidor

3.5.2- () **Nacional** 3.5.2.1- Desde quando?

3.5.2.2- Características deste mercado consumidor.

3.5.3- () **Estadual** 3.5.3.1- Desde quando?

3.5.3.2- Características deste mercado consumidor.

3.5.4- () **Municipal** 3.5.4.1- Desde quando?

3.5.4.2- Características deste mercado consumidor.

3.7- Qual são os principais concorrentes ao morango produzido no município? Desde quando?

3.7.1- Internacionais.

3.7.2- Nacionais.

3.7.3- Estaduais.

3.8- Quanto aos preços do morango:

3.8.1- Como se comportam os preços durante o ano?

3.8.3- Como os agricultores reagem quando os preços baixam?

3.9- Como você vê o futuro da atividade com morango no município.

3.12- Para você, os consumidores do morango consideram como importante:

3.12.1- Qualidade? *Sim* () *Não* ().

3.12.1.2- Quais são as atitudes dos produtores para que esta qualidade seja alcançada?

3.12.4- Selo de Procedência ? *Sim* () *Não* ()

3.13- O morango que produzido no Vale do Caí possui alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade? *Sim* () *Não* ()

Se sim

3.13.1- Quais / O que é indicado nestes selos (ou afim)?

3.14- Você acha que uma embalagem com morango contém um selo de qualidade ou de origem atrai mais o consumidor para a compra, do que de uma embalagem de morango sem nenhum selo ou afim ? *Sim* () *Não* ()

3.14.1- Por quê?

3.15- Você, como consumidor, ao comprar um produto alimentar considera importante:

3.15.1- Qualidade? *Sim* () *Não* ().

3.15.1.1- Que tipo de qualidade e por quê?

3.16 - Você se preocupa com as questões ambientais, ligadas a um produto alimentar que você consome? *Sim* () *Não* ().

4.8- Quais são as ações diretas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em prol dos produtores e/ou da produção de morango, neste município?

4.12- Você considera importante relevante a existência de uma associação/cooperativa de produtores de morango?

Sim () *Não* () 4.12.1- Por quê?

4.13-No seu município existe alguma associação/cooperativa de produtores ligada ao morango?

Sim () *Não* () 4.13.1- Quais?

4.14- Quais são as ações diretas da Associação / cooperativa em prol da produção de morango, neste município?

4.19- Há políticas de incentivo a nível municipal (prefeitura/ sindicato/ associação/ cooperativa / EMATER) para manter a população feminina e jovem na agricultura?

Sim () *Não* () 4.19.1 Qual (is)?

4.20- Explane sobre as atividades desenvolvidas pela secretaria da agricultura em prol da produção de morango.

4.21- Você considera o morango um patrimônio produtivo no seu município? Do Vale do Caí?

Sim () *Não* () 4.19.1 Por quê?

4.22- Já foi buscado através da secretaria agricultura, parcerias com os demais municípios produtores, em prol da produção de morango?

4.23- Explane sobre a Festa Alusiva ao Morango, que ocorre neste município, sua origem, importância econômica e social e nível de abrangência.

5- IDENTIDADE TERRITORIAL VINCULADA AO MORANGO

5.1- Quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede qual o município que você reside e/ou trabalha, como você se refere a ele? Quais características lhe vêm logo à tona, sobre seu município?

5.2- Se quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede em qual município você trabalha, e você diz qual é (Feliz ou Bom Princípio ou São Sebastião do Caí), as pessoas que conhecem o seu município se referem a ele de que forma?

5.3- Você gosta (sente orgulhoso) quando pessoas de fora de seu município, se referem ao seu município como um território do moranguinho?

Sim () *Não* () 5.3- Por quê?

5.4- Para você o morango é um produto típico do seu município?

Sim () *Não* () 5.4.1- Por quê?

5.5- Você considera importante o desenvolvimento de um plano turístico baseado no morango no seu município?

Sim () *Não* () 5.5.1- Por quê?

5.6- Você considera importante as festas municipais alusivas ao morango, no Vale do Caí?

Sim () *Não* () 5.6.1- Por quê?

5.7- Para você o morango é um dos produtos típicos do Vale do Caí?

Sim () *Não* () 5.7.1- Por quê?

5.8- Na sua opinião, quais seriam os pontos que deveriam ser melhor trabalhados para que a produção de morango alavancasse mais o turismo no Vale do Caí?

APÊNDICE E

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para os Prefeitos e Representante da AMVARC

Município:

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome:.....

Gênero.....

Naturalidade:.....

Escolaridade:

Desde quando reside e/ou trabalha no município.....

Função:.....

Quanto tempo na função?.....

Telefone Contato: E-mail:.....

DIMENSÃO 1 : ASPECTOS HISTÓRICOS

1.1- Conte-nos se a história de sua família possui alguma ligação com a produção do morango. Se não for da região, há quanto tempo você reside neste município? Possui algum vínculo com a atividade do morango?

1.2- Do modo de plantar morango que era feito pela sua família, pais, avós, o que mudou e o que permanece?

DIMENSÃO 2: TÉCNICA

2.9 Qual o tamanho médio das propriedades agrícolas do município? (território do morango)

2.6- Você considera o morango, o produto agrícola principal, produzido em seu município? (território do morango) *Sim* () *Não* () 2.6.1- Por quê?

2.21- Você considera que as questões ambientais devem ser levadas em conta, na produção de morangos? *Sim* () *Não* () . 2.21.1- Por quê?

* Quando da aplicação desta entrevista ao representante da AMVARC, haverá um direcionamento ao território do morango do Vale do Cai.

2.23- Quais são as medidas que vem sendo tomadas para um menor uso de agrotóxicos na produção de morango do município (território do morango), bem como outras questões para a melhoria do meio ambiente?

2.32- O senhor já visitou as instalações de alguns produtores de morango de seu município (território do morango)?

2.32.1- () nunca

2.32.2- () ocasionalmente

2.32.3- () sempre

2.38- Quais são os principais gargalos (problemas) da produção de morango no município e no Vale do Caí?

2.39.1- Município.

2.39.2-Vale do Caí.

DIMENSÃO 3: ALIMENTÍCIA

3.9- Como você vê o futuro da atividade produtiva do morango no seu município (território do morango)?

3.12- Para você, o consumidor do morango produzido neste município (território do morango), considera importante:

3.12.1- Qualidade?

Sim ()

Não ()

3.12.2- Questões Ambientais?

Sim ()

Não ()

3.12.4- Selo de Procedência/qualidade ?

Sim ()

Não ()

3.12.4.1- Por quê?

3.13- O morango produzido possui alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade?

Sim ()

Não ()

3.14- Você acha que uma embalagem com morango contém um selo de qualidade ou de origem atrai mais o consumidor para a compra, do que de uma embalagem de morango sem nenhum selo ou afim ?

Sim ()

Não ()

3.14.1- Por quê?

3.15- Você, como consumidor, ao comprar um produto alimentar considera importante:

3.15.1- Qualidade?

Sim ()

Não ()

3.15..1 Que tipo de qualidade e por quê?

3.16 - Você se preocupa com as questões ambientais, ligadas a um produto alimentar que você consome? *Sim* () *Não* ()

3.16.1 Quais questões?

3.17- Para você o preço é o quesito mais importante no ato da compra de um produto alimentar?

Sim () *Não* ().

3.17.1- Se não, o que é mais importante?

3.18- Você aprecia quando ao comprar um produto, identifica um selo de qualidade, e indicações do local de origem do produto? *Sim* () *Não* ()

3.18.1- Por quê?

DIMENSÃO 4: ASPECTOS INSTITUCIONAIS

4.1 – Os produtores de morango deste município (território do morango) utilizam, do plantio à comercialização, alguma benfeitoria proporcionada pelo poder público:

4.1.1- Nacional? *Sim* () *Não* ().

4.1.1.1- Quais? 4.1.1.2- Por quê?

4.1.2-Estadual? *Sim* () *Não* ()

4.1.2.1- Quais? 4.1.2.2- Por quê?

4.1.3- Municipal? *Sim* () *Não* ()

4.1.3.1- Quais? 4.1.3.2- Por quê?

4.2- Quais são as ações em prol da produção de morango que vem sendo tomadas pelo poder público municipal (regional-AMARC)?

4.4- Você considera como importante o papel desempenhado pela EMATER em relação à produção de morango? *Sim* () *Não* ()

4.4.1- Por quê?

4.7- Você considera importante o papel desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais em relação à produção de morango? *Sim* () *Não* ()

4.7.1- Por quê?

4.10- Há alguma alguma associação de produtores ligada ao morango no município (território do morango)?

Sim () *Não* () 4.10.1 Qual (is)?

4.12- Você considera importante a existência de ações coletivas por parte dos agricultores, sedimentados numa cooperativa /associação de produtores?

Sim () *Não* () 4.12.1- Por quê?

4.19- Há políticas de incentivo a nível municipal (prefeitura/ sindicato/ associação/ cooperativa / EMATER/ AMVARC) para manter a população feminina e jovem na agricultura?

Sim () *Não* () 4.19.1 Qual (is)?

4.21- Você considera o morango um patrimônio produtivo no seu município? Do Vale do Caí?

Sim () *Não* () 4.19.1 Por quê?

4.22- Já foi buscado pelo poder público municipal, na sua gestão, parcerias com os demais municípios produtores, em prol da produção de morango?

4.23- Explane sobre a Festa Alusiva ao Morango, que ocorre neste município (território do morango), sua origem, importância econômica e social e nível de abrangência.

5- IDENTIDADE TERRITORIAL VINCULADA AO MORANGO

5.1- Quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede qual o município que você reside e/ou trabalha, como você se refere a ele? Quais características lhe vêm logo à tona, sobre seu município?

5.2- Se quando você está fora do seu município, e alguém lhe pede em qual município você trabalha, e você diz qual é (Feliz ou Bom Princípio ou São Sebastião do Caí), as pessoas que conhecem o seu município se referem a ele de que forma?

5.3- Você gosta (sente orgulhoso) quando pessoas de fora de seu município, se referem ao seu município como um território do moranguinho?

Sim () *Não* () 5.3- Por quê?

5.4- Para você o morango é um produto típico do seu município?

Sim () *Não* () 5.4.1- Por quê?

5.5- Você considera importante o desenvolvimento de um plano turístico baseado no morango no seu município?

Sim () *Não* () 5.5.1- Por quê?

5.6-Você considera importante as festas municipais alusivas ao morango, no Vale do Caí?

Sim () *Não* () 5.6.1- Por quê?

5.7- Para você o morango é um dos produtos típicos do Vale do Caí?

Sim ()

Não ()

5.7.1- Por quê?

5.8- Na sua opinião, quais seriam os pontos que deveriam ser melhor trabalhados para que a produção de morango alavancasse mais o turismo no Vale do Caí?

APÊNDICE F

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para o Presidente da Associação e Cooperativa

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome:.....

Gênero.....

Naturalidade:.....

Escolaridade:

Desde quando reside e/ou trabalha no município.....

Local de trabalho:.....

Função:.....

Quanto tempo na função?.....

Telefone Contato: E-mail:.....

DIMENSÃO 4: ASPECTOS INSTITUCIONAIS

4.24- Quando foi criada a Ecomorango / Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Feliz? Qual o número de associados?

4.24.1- Quando

4.24.2- Nº associados:

4.25- Qual foi o motivo (s) que levaram vocês (associados) a criarem esta cooperativa / associação?

4.26- Como e por que da escolha deste nome para a cooperativa / associação?

4.27- Como é o processo de eleição da diretoria?

4.28- Qual a filosofia de trabalho desta cooperativa / associação?

4.29- Qual é o papel desempenhado pelos associados dentro da cooperativa / associação?

4.30- Qual é o papel dos jovens (filhos) e mulheres na cooperativa / associação?

4.30.1- Jovens.

4.30.2- Mulheres.

4.31- A cooperativa / associação estimula e/ou financia cursos e seminários de aperfeiçoamento a seus associados? Quais e aonde?

4.32- Quais são as políticas públicas que efetivamente corroboram para a solidez desta cooperativa / associação?

4.33- Quais são os tipos de recursos / financiamentos que a cooperativa / associação acessa? Desde quando?

4.34- Quais medidas efetivas vem sendo executadas pela cooperativa / associação em prol do meio ambiente?

4.35- Qual é (são) o(s) principal(is) produto(s) cultivado(s)?

4.36- Qual é o mercado consumidor dos produtos produzidos pela cooperativa / associação? Quais foram os mecanismos utilizados para a conquista do mercado consumidor?

4.37- Quais são as perspectivas da associação / cooperativa para o futuro em termos de produção e de mercado?

4.37.1- Produção

4.37.2- Mercado

APÊNDICE G

Roteiro Semi-Estruturado de Entrevistas para Pesquisadores EMBRAPA/UFRGS

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome:.....

Gênero.....

Naturalidade:.....

Escolaridade:

Desde quando reside e/ou trabalha no município.....

Local de trabalho:.....

Função:.....

Quanto tempo na função?.....

Telefone Contato: E-mail:.....

DIMENSÃO 2: TÉCNICA

2.39- A partir da sua experiência como pesquisador, conhecedor da realidade empírica relacionada à produção de morangos do Vale do Caí, explique sobre:

- 2.39.1- Pontos Fortes (o que está funcionando bem).
- 2.39.2- Oportunidades (o que pode ser feito para melhorar / potencialidades).
- 2.39.3- Debilidades (o que não funciona direito).
- 2.39.4- Ameaças (o que pode acontecer negativamente).

2.40- Projeto Bom Morango Princípio por Qualidade

- 2.40.1- Quais são os objetivos deste projeto.
- 2.40.2- Como se dá a ação dos atores sociais e político-institucionais locais neste projeto.
- 2.40.3- Qual é o papel da EMBRAPA e demais parceiros neste projeto.